

GETULIO VARGAS

*Mensagem*

AO

CONGRESSO NACIONAL



RIO DE JANEIRO — 1954

GETULIO VARGAS

*Mensagem*

AO

CONGRESSO NACIONAL

*APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA POR OCASIÃO DA ABERTURA  
DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1954*



RIO DE JANEIRO — 1954

## Senhores Membros do Congresso Nacional:

*Venho, ainda uma vez, dar-vos conta do estado geral da Nação e, especialmente, dos negócios públicos, bem como solicitar-vos as medidas que julgo necessárias para assegurar o bem-estar coletivo.*

*O Brasil está caminhando a passos largos para atingir sua plena emancipação econômica e poder enfim propiciar a quantos nêle vivem e labutam condições satisfatórias de vida. Índices dos mais expressivos, calculados inclusive por órgãos internacionais, bem atestam a rapidez e a grandeza dêsse crescimento. O aumento da renda nacional "per capita", por exemplo, vem-se processando recentemente à taxa bastante elevada de 8,2% por ano, em ritmo, portanto, comparável ao dos países mais progressistas do mundo. O nível de atividade econômica mantém-se alto, sustentado por uma expansão do consumo da ordem de 7,5% e dos investimentos de 12,4% em média, ao ano.*

*As soluções dos mais importantes problemas nacionais, econômicos em essência, e que ainda se antepõem ao progresso do País e à inteira satisfação das justas aspirações do Povo, já hoje se encontram perfeitamente encaminhadas, num sistemático e concentrado esforço de organização e investimento.*

*Os empreendimentos do Governo vêm sendo, todavia, levados a têrmo, não sem dificuldades de tôda sorte, resultantes da própria magnitude e complexidade das questões e da insuficiência de recursos técnicos e financeiros com que enfrentá-las simultaneamente; ou ainda suscitadas pela incompreensão e a crítica destrutiva, felizmente*

*sem ressonância popular, daqueles que colocam seus interesses pessoais e imediatos acima do interesse e do futuro da Nação.*

*As transformações materiais que se realizam no País encaminham-no inegavelmente para alto nível de desenvolvimento. Pode-se afirmar que já existem, entre nós, tôdas as condições objetivas para a maturidade da Nação. E' necessário, entretanto, que os nossos quadros dirigentes se dêem conta de seu verdadeiro papel em face da emergência de fatores novos, que estão operando na realidade brasileira.*

*É lícito afirmar que, tanto quanto se registre qualquer divórcio entre as idéias e a conduta de nossos quadros dominantes, de um lado, e as tendências de crescimento do País, de outro lado, retarda-se a necessária e urgente liquidação dos obstáculos que dificultam a plena união dos brasileiros em tôrno de propósitos básicos, de interesse comum e vital.*

*De sua parte, o Govêrno tem a consciência de que está realizando um grande esforço para estruturar as tendências mais legítimas do Brasil, que são aquelas que propiciam o autodomínio da nacionalidade. Trata-se de um verdadeiro processo, cuja marcha pode ser retardada temporariamente por obstáculos institucionais, mas nunca definitivamente contida.*

*Não se considera o Govêrno fator exclusivo dêsses avanços; antes reconhece e proclama, uma vez mais, que é o próprio Povo quem engrandece material e espiritualmente a Nação com o seu trabalho fecundo, com suas reservas inesgotáveis de energia, de fé e esperança no futuro da Pátria.*

*E' de justiça reconhecer também quanto, nesse saldo positivo, resulta da vossa clarividência e patriotismo. Confiante na continuidade do vosso profícuo labor legislativo, aguarda o Govêrno a decisão do Congresso Na-*

*cional com respeito a numerosos e importantes projetos que lhe foram encaminhados e cuja transformação em lei é da maior oportunidade e relevância para o progresso do País e o aperfeiçoamento das instituições. Entre êsses projetos oriundos do Executivo, que se encontram no Senado ou na Câmara dos Deputados, merecem relêvo os referentes ao Serviço Social Rural, à reforma administrativa, às desapropriações por interesse social, à reestruturação da dívida interna federal, ao Fundo Federal de Eletrificação, à distribuição e aplicação das quotas do imposto único sobre energia elétrica, à reorganização administrativa das estradas de ferro, ao monopólio dos materiais estratégicos, a facilidades ao crédito agrícola através da cédula rural, à criação do Instituto Nacional do Babaçu, à definição dos crimes de infidelidade à Pátria, à regulamentação dos extranumerários da União, ao monopólio dos seguros de acidente-de-trabalho para os Institutos dos Industriários, dos Comerciantes e dos Bancários, à taxação dos lucros extraordinários, à consolidação da dívida pública dos Estados e dos Municípios, à prorrogação da vigência do Plano SALTE, ao plano de assistência aos pescadores do Nordeste, à criação da Carteira de Colonização no Banco do Brasil, ao estabelecimento de novas bases para o redesconto, sobretudo de papéis rurais, e à liquidação do débito da União para com as autarquias de previdência.*

*A orientação fundamental do Governo resume-se no propósito de fortalecer a economia nacional. Esta diretriz condiciona a posição do Brasil no panorama internacional, que se tem pautado em intuítos pacíficos e amistosos em relação aos outros países. Sem sacrifício desses intuítos, temos procurado libertar o País de influências incompatíveis com os seus interesses, único modo de progredir realmente, porque enquanto dependentes, estaremos sempre sujeitos a retrocessos.*

*Na presente conjuntura internacional, parece constituir um imperativo para os países insuficientemente desenvolvidos o de estreitarem mais ainda as suas relações, no sentido de mutuamente se ajudarem na resolução de idênticos problemas, através da observância de um nacionalismo cooperativo. Decorre daí a linha de conduta que tem sido observada pelos nossos delegados, no exterior, com relação às questões de povos menos favorecidos pela fortuna.*

*Manter o nível da atividade produtiva e, se possível elevá-lo, garantir um ritmo satisfatório de expansão, provendo os investimentos complementares necessários e tomando outras medidas pertinentes, foi, durante o ano transato, como nos anteriores, o objetivo máximo do meu Governo.*

*O equilíbrio da economia nacional não pode ser alcançado senão através do crescimento.*

*Muitos daqueles que tentam fazer capital político, explorando as inequívocas dificuldades da vida do Povo, atribuindo-as indevidamente ao Governo, bem fariam em indagar das conseqüências de suas próprias ações ou de seus conselhos, ora no sentido inflacionário, levando à especulação e à carestia, ora num sentido cegamente deflacionário, pretendendo corrigir a atual conjuntura com o desemprego dos trabalhadores e a falência dos industriais, comerciantes, banqueiros e agricultores.*

*A questão por excelência de 1953, no âmbito econômico-financeiro, foi a do câmbio. Exigia tratamento pronto e enérgico, não podendo esperar pelos efeitos de medidas a longo prazo, exemplificadas na criação de indústrias substitutivas de importações — que, de resto, não podiam medrar com a necessária presteza no clima criado pela escassez de divisas.*

*Mediante corajosas medidas de natureza cambial, foi resolvido o grave problema dos atrasados comerciais,*

*inclusive através do resgate, com recursos ganhos pelas nossas exportações e poupados para êsse efeito, de uma substancial parcela, equivalente a cêrca de 250 milhões de dólares, a maior parte em moeda norte-americana. A economia nacional está agora dotada dos instrumentos necessários a impedir que ressurja tal problema e a promover considerável expansão das vendas para o exterior. O novo regime cambial proporcionou às classes produtoras de mercadorias destinadas à exportação, principalmente aos agricultores, até fevereiro último, mais de quatro bilhões de cruzeiros, ampliando-se, em consequência, o mercado rural, com evidentes benefícios para a indústria nacional que o supre.*

*Uma economia, como a nossa, até há pouco preponderantemente agropecuária, cujas dificuldades de crescimento eram vencidas no próprio processo de produção, saltou bruscamente para a industrialização acelerada. A industrialização converteu-se na sua maneira específica de crescer e não se podia esperar que encontrasse em si mesma todos os elementos necessários a tal expansão. Faltavam-lhe — e faltam ainda — indústrias inteiras, tôda uma infra-estrutura. Os elementos para criá-la têm que ser importados, e disputados os recursos em divisas às necessidades correntes do consumo e da indústria.*

*O problema, como disse, configurou-se, no ano passado, com tôda a nitidez e recebeu o tratamento devido, já aprovado pelo Congresso. Como tal, isto é, como problema do equilíbrio de nossas contas externas, marcha visivelmente para a superação. O tratamento decisivo das questões de finanças públicas e da moeda, nessa ordem, propiciará, doravante, o necessário clima para o ulterior desenvolvimento econômico do País.*

*Já hoje é evidente a todos que o próprio desenvolvimento fêz surgirem pontos de estrangulamento da atividade econômica, os quais, se não forem eliminados, deterão a marcha encetada. Êsses nós estranguladores si-*

tuam-se, quanto à atividade agropecuária, em limitações pertinentes à obtenção dos bens necessários para a mecanização progressiva da lavoura e à armazenagem e conservação da produção oriunda do campo, sem falar nos fertilizantes e corretivos dos solos e nos materiais indispensáveis à defesa sanitária das lavouras e dos rebanhos, o que significa vir-se tornando cada vez mais indispensável a criação de fontes internas de suprimento desses bens, na medida das possibilidades nacionais; e, quanto à atividade industrial, aí compreendidos os transportes, igualmente vitais para a agropecuária, consistem nas dificuldades de suprimento de energia, veículos de toda natureza e certas matérias primas essenciais. Sem que se amplie o abastecimento desses fatores limitativos da produção, a atividade econômica geral não poderá manter o ritmo de crescimento que já adquiriu.

Ora, mesmo nos setores em que, tradicionalmente, o Estado brasileiro se tem absterido de atuar de forma direta, a iniciativa privada, nacional ou estrangeira, mostra-se desinteressada em aplicar-se na supressão daqueles pontos de asfixia. O Poder Público vai sendo compelido, portanto, em face das circunstâncias, a assumir novos encargos para os quais se esforça por se aparelhar adequadamente. Em nenhum período governamental anterior os problemas fundamentais da economia do País foram enfrentados de forma tão ampla e com tanto vigor e tenacidade quanto nos últimos três anos.

Através de importações vultosas, promovidas pelo Governo ou por êle autorizadas, ampliou-se substancialmente o parque de mecanização da lavoura. Certo, porém, de que o emprêgo progressivo de máquinas no trabalho agrícola não pode ser assegurado com base em suprimentos externos, determinei fôsse retomado o programa de produção de tratores, confiado à Fábrica Nacional de Motores, medida que se destina a transformar essa em-

prêsa do Estado em uma fonte de fornecimento de tais máquinas, ao lado daquelas empresas privadas que desejarem lançar-se na sua fabricação. Enquanto a produção nacional de máquinas agrícolas não se amplia, e em face da escassez de divisas para cobertura de importações, o Governo negociou empréstimo externo de 18 milhões de dólares para compras de vulto, pagáveis a longo prazo. A indústria nacional de implementos agrícolas expande-se, aliás, graças ao crescimento do seu mercado de consumo, inclusive como decorrência da ação oficial.

Ao lado da prioridade concedida para a importação de adubos, o Governo estimula a produção interna privada e empreende o aproveitamento dos gases residuais da refinaria de Cubatão, em montagem, numa fábrica de fertilizantes nitrogenados.

Um programa de silos, armazéns e frigoríficos está igualmente em execução. Em virtude do trabalho já realizado, especialmente no que concerne às instalações para a guarda e conservação do trigo, a lavoura desse cereal vai-se expandindo sem os contratempos que a falta de silos e armazéns acarreta na ocasião das safras. Trata-se, porém, de tarefa de grande vulto, cuja execução requer não só recursos financeiros consideráveis, mas também orientação técnico-econômica segura e continuidade de esforços.

Sem que sejam vencidos esses pontos de estrangulamento — pela expansão agrícola, à base do emprêgo de máquinas e fertilizantes, e aparelhagem para a guarda e conservação das safras — dificilmente poderá ser resolvido o problema do suprimento regular de gêneros alimentícios aos centros urbanos do País. Na realidade, o fomento da produção e mesmo a melhoria dos transportes entre as regiões produtoras e os centros de consumo constituem medidas de política econômica insuficientes para a consecução daquele objetivo, que só será alcançado

quando parte considerável das safras puder ser armazenada nas regiões produtoras, para escoamento escalonado, com pleno aproveitamento dos meios de transporte existentes e com o mínimo de perdas possível, por deterioração.

O ponto de estrangulamento representado pelas deficiências nacionais de transporte está sendo, também, atacado vigorosamente pelo Governo. Este problema já foi objeto de estudos acurados que vêm baseando as negociações de financiamentos externos, para aplicação simultânea com a dos recursos mobilizados, em moeda brasileira, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

O programa de reaparelhamento e ampliação da rede ferroviária nacional, em execução, ao custo de 137 milhões de dólares e 7 bilhões de cruzeiros, prevê a aquisição de 13.290 vagões de carga, 1.534 vagões de passageiros, 211 locomotivas; a remodelação de cerca de 13.500 km de linha; o reassentamento de 8.000 km de trilhos; a construção de 1.200 km de prolongamentos e desvios; além do reequipamento de oficinas e serviços de conservação de linhas. Enquanto não se ultimam tais negociações, o Governo realiza resolutamente o que está ao seu alcance, com os recursos de que dispõe.

Grande parte do programa portuário já foi cumprida, no que se refere a dragagem e a instalações de armazenamento. Dos 20.000.000 m<sup>3</sup> de areia e vasa que obstruíam os nossos portos e quase os fecharam ao comércio e à navegação, já foram removidos 8.000.000 e, até o fim do corrente ano, deverá estar resolvido este problema de assoreamento. Uma nova frota de dragas, mais moderna e mais ampla que a atual, evitará, de futuro, a recorrência da crise. Estão sendo construídos, em vários portos, 9.000 metros de cais e 115.000 m<sup>2</sup> de área coberta de novos armazéns, que estarão concluídos até fins do próximo ano.

quando então o sistema portuário do País estará habilitado a movimentar, anualmente, o dôbro do volume atual.

A renovação da frota mercante de cabotagem e fluvial bem como a ampliação da frota de longo curso são atualmente objeto de providências em exame, de que resultarão efeitos benéficos para todo o organismo econômico nacional.

O programa rodoviário, naquilo que depende de recursos internos e mesmo em relação às importações de maior urgência, vem sendo executado. Com os recursos adicionais fornecidos pela legislação pertinente ao petróleo, êsse programa adquire grande amplitude, devendo sua execução ser, dagora em diante, acelerada, graças ao crescimento da receita do fundo respectivo.

Ao problema dos transportes prende-se, porém, questão fundamental cuja solução condiciona, em grande parte, a expansão das trocas internas — o suprimento de combustíveis, sólidos e líquidos, e a produção e distribuição de energia elétrica. A superação dêsse ponto de estrangulamento não é tarefa realizável num só período governamental; mas constitui matéria de tal relevância para o nosso futuro que a ela nenhuma administração consciente poderá ficar alheia.

Retomados os estudos do Governo anterior, referentes ao carvão mineral, foi elaborado o Plano do Carvão Nacional, ora em andamento. Dentro de um quinquênio, graças ao programa de obras e serviços que constituem o Plano, o suprimento dêsse combustível sólido passará a processar-se em volume superior ao dôbro do atual e em condições de preço e regularidade de fluxo altamente benéficas às atividades dependentes do seu emprêgo, principalmente à indústria siderúrgica e à geração de energia elétrica.

*A expansão do consumo interno de combustíveis e lubrificantes líquidos, só em diminuta parte atendido pela produção nacional, estava e está a exigir grande esforço do País no sentido do aproveitamento dos seus recursos naturais em petróleo. Por isso, promovi, como é sabido, a mobilização de vultosos recursos financeiros e a criação de uma empresa estatal para a realização dos empreendimentos oficiais, nesse campo industrial. A Nação hoje está esclarecida sobre o que significa o surgimento da "Petrobrás", como organismo do Estado para enfrentar o problema do petróleo em bases industriais e comerciais. De sua atuação futura há de resultar, sem dúvida, profunda modificação na economia brasileira, que necessita reduzir a sua dependência do exterior, nesse campo de atividade, ou não poderá desenvolver-se plenamente. Sem derivados do petróleo, acessíveis nos volumes reclamados pelo consumo nacional crescente, toda a vida do Brasil ficaria abalada.*

*Ao lado desse programa no setor dos combustíveis e dos lubrificantes líquidos, destinado a ampliar e intensificar decisivamente os trabalhos até agora realizados, o Governo lança as bases de uma nova política oficial no campo da energia elétrica, procurando desfazer, no menor prazo possível, o nó de estrangulamento representado pela deficiência do suprimento público dessa energia, em grande parte a cargo da iniciativa privada. As necessidades nacionais de energia elétrica de tal forma crescem, de ano para ano, que o Governo Federal, aliás a exemplo de alguns governos estaduais, vê-se na contingência de empreender a execução de vasto programa, traçado para todo um decênio, com o fim de ampliar substancialmente o suprimento público de eletricidade.*

*Com esse propósito, o Governo elaborou e encaminhará em breve ao Congresso um Plano Nacional de Eletrificação destinado a aumentar de 3.500.000 kW*

*instalados a potência das usinas elétricas do País, interligar os grandes sistemas existentes ou programados e resolver outros problemas pertinentes, tais como a criação da indústria pesada do material elétrico e a padronização da frequência com que a energia é transitada. Nesse Plano, os investimentos previstos somam cerca de 30 bilhões de cruzeiros, em dez anos.*

*Paralelamente ao preparo desse programa de ação a longo prazo, o Governo não só prosseguiu nas grandes obras em andamento, como as de Paulo Afonso, cuja significação não precisa ser ressaltada, mas também iniciou ou encorajou outras, à base de recursos orçamentários normais e do crédito bancário. Negociações no exterior, destinadas à obtenção de financiamento, continuam ainda, dentro dessa diretriz de política econômica. O Banco do Brasil e o do Desenvolvimento Econômico têm sido autorizados a realizar operações de financiamento consideráveis, para a execução de obras com essa finalidade, inclusive as empreendidas pelos Governos regionais e locais.*

*Todo esse programa referente a transporte e energia exige, porém, empreendimentos simultâneos, noutros setores da atividade industrial, principalmente naqueles que deverão produzir materiais e máquinas necessários à eliminação dos nós de estrangulamento.*

*A indústria siderúrgica está sendo impulsionada de forma a aumentar o suprimento nacional de ferro e aço, não só como matéria-prima, mas também como bens elaborados. No ano passado, a produção nacional de aço alcançou, pela primeira vez, um milhão de toneladas. A usina de Volta Redonda teve a sua capacidade duplicada este ano e já se encontra em marcha o programa destinado a obter, somente dela, um milhão de toneladas de aço por ano; vários outros empreendimentos privados se*

ampliam ou surgem, em tal campo da produção, graças ao encorajamento de iniciativas nesse sentido, inclusive quanto à garantia de consumo.

A execução do programa pertinente aos transportes implica o estímulo à indústria nacional produtora de materiais e veículos empregados nesse setor de atividade. A produção interna de trilhos e acessórios para estradas de ferro e de vagões e locomotivas terá de intensificar-se substancialmente. Crescem as possibilidades de surgimento da indústria de autoveículos, de que é pioneira a Fábrica Nacional de Motores, com um programa racional em marcha, e à qual hão de juntar-se dentro em breve outras empresas cujo estabelecimento no País está sendo favorecido.

No tocante ao petróleo e à energia elétrica, não foram descurados os problemas decorrentes das importações de materiais, máquinas e aparelhos, que constituem limitação a ser superada, em face da escassez de divisas. Tudo que seja possível produzir no País, para levar a térmo esses programas, será intentado, não sendo de desprezar a contribuição de empresas já existentes, como a Mannesmann, no que concerne à produção de tubos de aço sem costura, e a florescente indústria do material elétrico.

Em síntese, o Governo, ao lado da execução das tarefas a seu cargo, como decorrência da estrutura e do funcionamento da máquina do Estado, lançou-se a empreendimentos cuja significação, para o futuro da própria nacionalidade, não pode ser obscurecida. Os frutos desses empreendimentos irão sendo colhidos à medida da sua realização; de vários de tais empreendimentos, em virtude porém, da sua própria natureza, não se poderão de imediato colher resultados; constituem, de fato, um sacrifício do presente em prol de um futuro melhor. As incompreen-

sões que esse sacrifício gera não poderiam, contudo, bastar para imprimir outra diretriz a um Governo conscientemente consagrado ao interesse nacional.

Não obstante, esteve o Executivo sempre atento aos efeitos da sua política de investimentos nos setores básicos, sobre a marcha da conjuntura econômica. Na sua atuação sobre a conjuntura, o Poder Público tem necessariamente que considerar o imperativo de sustentar a atividade econômica — isto é, assegurar o pleno emprego dos fatores de produção, inclusive, e principalmente, da mão-de-obra; bem como zelar pela conservação e eficiência dos instrumentos básicos com que atua sobre a conjuntura econômica — e em especial as finanças públicas, com os seus efeitos sobre a moeda e o crédito.

Não há como esquecer que o aceleração do processo inflacionário, no Brasil, está intimamente ligado às contingências da guerra e às suas repercussões posteriores. Certo é que seria desejável melhor resultado na luta contra a inflação, que é ainda o grande mal de que sofre a economia brasileira. Ela resulta, no entanto, de fatores pelos quais não responde apenas a União e, muito menos, o Poder Executivo. É preciso a cooperação de todas as forças no sentido da adoção de medidas conducentes a deter a inflação, e assim dar maior segurança ao desenvolvimento econômico. No entanto, não se poderiam aplicar certos esquemas deflacionários que para as empresas acarretariam o perigo da falência e para as classes trabalhadoras, o desemprego.

Não tivemos desemprego. E nenhum operário precisa de que se lhe explique o que isso significaria para ele.

O Governo empenha-se, agora, na busca de meios para corrigir o desgaste dos seus instrumentos de ação sobre a conjuntura econômica, implícito na política em prol do desenvolvimento. Urge desinflacionar, mas de tal arte que não se percam as conquistas da expansão. É

*preciso que o nível da atividade geral não decline, embora isso possa ocorrer em setores isolados. O Govêrno confia em que a consolidação de tais conquistas seja, por fim, alcançada, com o mínimo de abalo para o desenvolvimento da economia nacional.*

*Tendes adiante a detalhada descrição objetiva do trabalho que conjuntamente realizamos em pouco mais de três anos. De minha parte, não hesito em dizer que o panorama que descrevo a seguir comprova o acêrto das diretrizes do Govêrno.*

PANORAMA INTERNACIONAL E POSIÇÃO  
DO BRASIL

## PANORAMA INTERNACIONAL E POSIÇÃO DO BRASIL

A situação internacional, durante o ano de 1953, apesar de não haver sofrido, em substância, uma transformação que autorize a crer na cessação da guerra fria que há oito anos mantém o mundo civilizado em sobressalto, apresentou, contudo, sintomas de sensível melhoria.

Acontecimentos vários propiciaram essa evolução, a caminho da paz pela qual todos os povos anseiam, convido destacar como principais a sucessão do chefe do Governo na Rússia, a celebração do armistício na Coreia, o esmagamento das forças antidemocráticas nas eleições da Alemanha Ocidental, os esforços despendidos para a tão desejável união das nações europeias, e, afinal, as declarações e atitudes dos novos dirigentes soviéticos, acenando com a possibilidade de uma convivência pacífica entre os dois blocos de nações em que o mundo ora se divide.

É cedo ainda, sem dúvida, para afirmar se tais atitudes e declarações revelam uma real transformação da política soviética, ou se assinalam, apenas, o desejo de um intervalo maior de paz, até a consolidação do novo Governo russo.

O que, porém, não suscita nenhuma dúvida é a aspiração suprema e irrefreável de todos os povos ao estabelecimento de uma comunhão universal, que a cada país permita manter a sua soberania livre de interferências estranhas, íntegra, respeitada, e, ao mesmo tempo, lhe faculte a possibilidade de criar e incrementar intercâmbios políticos, culturais, econômicos, com todas as nações.

Na verdade, os povos livres repelem, com igual intensidade, tanto as agressões internas quanto as externas, pois umas e outras se caracterizam como formas de imperialismo, quaisquer que sejam as modalidades que apresentem.

Assim, para aliar o respeito de sua própria soberania aos propósitos de paz universal, precisam os povos livres crescer, como de fato têm crescido, o seu poderio político internacional, o vigor de suas instituições livres e a potencialidade e efetividade

de suas forças militares e econômicas, pois têm consciência de não existir melhor ambiente para as ambições imperialistas alienígenas do que o resultante da fraqueza das nações visadas pelo bloco antidemocrático.

É por isso que o Brasil, fiel às suas tradições cristãs de paz, de liberdade política e de liberdade civil, continua a prestar decidido apoio às nações do chamado bloco ocidental, manifestando seu assentimento às medidas que possam contribuir para a restauração integral da paz e o restabelecimento da convivência pacífica entre todos os povos.

Segue o Brasil, assim, com o maior interesse, os acontecimentos políticos internacionais, consciente de que, por haver o progresso técnico contemporâneo suprimido as distâncias entre as nações, todos os problemas políticos e econômicos se tornaram universais e a todos os países de qualquer modo afetam.

Acontecimentos outros, além dos assinalados acima, merecem ser destacados, dentro do cenário político do ano que findou.

De fato preciso é reconhecer-se que se incrementou o movimento do mundo árabe em prol de sua libertação e a luta das colônias por sua independência, a fim de se integrarem na comunhão universal dos povos livres.

Sem tomar quaisquer atitudes suscetíveis de serem interpretadas como de intervenção nos negócios internos das demais nações, o Brasil, mediante atos diplomáticos e declarações proferidas nos plenários internacionais, continuou a sustentar o princípio do direito dos povos colonizados à obtenção de sua soberania e o dever dos Estados colonizadores de propiciarem o desenvolvimento desses povos para que um dia possam livremente realizar seu próprio destino, dever definido pela Carta das Nações Unidas como *missão sagrada* de civilização.

Com igual convicção continuamos a manter, inquebrantavelmente, nossa atitude contrária à existência de colônias em território americano e confiamos na cessação dessa anomalia política.

Assim temos procedido por acreditar que a verdadeira paz só encontra fundamento real na liberdade dos povos.

Mantidas e acrescidas foram as nossas relações com as nações amigas durante o ano de 1953.

Animados pelo desejo de serem ampliadas, dentro de um espírito de compreensão recíproca e de mútua cooperação, nossas tradicionais relações de amizade com os Estados Unidos da América vêm sendo mantidas, constituindo o objeto de constantes contatos entre os dois Governos.

A nova Administração norte-americana, sob a chefia do Senhor Dwight D. Eisenhower, o supremo comandante das forças aliadas na guerra e hoje um dos supremos chefes da luta universal pela paz, trouxe algumas alterações de ordem técnica no intercâmbio dos nossos países, em consequência da nova política, que adotou, de predominância da iniciativa privada nas relações econômicas internacionais, política a que obedeceu, sem dúvida, a extinção da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico, que tão relevantes serviços vinha prestando.

Mas semelhante situação tende a transformar-se, buscando soluções mais amplas, segundo fazem prever incisivas declarações oficiais.

Sensível desenvolvimento receberam também nossas relações com os demais países americanos, em particular os da América do Sul, não só do ponto de vista político, quanto do ponto de vista econômico e cultural.

Assim, mantivemos inalterada nossa tradicional atitude em favor da unidade política do continente, e contrária a blocos ou particularismos; da não intromissão nos assuntos internos das demais nações; da solução pacífica dos conflitos, segundo os princípios jurídicos e as convenções que regem a Organização dos Estados Americanos; e, também, da intensificação constante de relações econômicas e culturais.

No tocante ao comércio exterior, dividido o mundo, como se acha, em áreas de moedas conversíveis e de moedas inconversíveis, tornou-se indispensável conservar, com os países desta última área, um regime de trocas mediante compensação ajustadas sob a forma de convênios bilaterais.

Realizamos, destarte, importantes ajustes com países americanos e europeus, estando em curso estudos ou negociações de entendimentos de igual natureza com países outros.

Além dos convênios comerciais, efetuamos ajustes de financiamento e equipamento, da mais alta utilidade para o nosso País.

Tal foi, em síntese, a atuação internacional do Brasil durante o ano de 1953.

Ao terminar o ano de 1952, não havia a VII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas encerrado seus trabalhos. Para tal, foi necessário realizar mais duas reuniões, no decorrer de 1953: a primeira, de 24 de fevereiro a 23 de abril, a segunda, de 17 a 28 de agosto.

VII ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

A paz na Coréia foi o assunto dominante na primeira, cabendo ao Brasil um papel proeminente, pela aprovação de um projeto sobre o item «Medidas para evitar a ameaça de uma terceira guerra mundial e fortalecer a paz e amizade entre as nações». Esse projeto logrou unanimidade da Assembléia Geral, a primeira unanimidade verificada nos últimos cinco anos em qualquer questão política. Realizaram-se, ainda, importantes debates sobre desarmamento, tendo a Assembléia sido chamada a discutir a substituição do Secretário Geral da ONU, Senhor Trygvie Lie. Após a votação, verificou-se, quase com unanimidade, a escolha do Senhor Dag Hammarskjöld, da Suécia.

A terceira reunião da Assembléia teve início imediatamente após o armistício na Coréia, limitando-se a Assembléia às reuniões de plenário e da Comissão Política. Verificou-se divergência para a escolha dos países integrantes da futura Conferência Política da Coréia, sobretudo no concernente à inclusão da Índia entre os que dela deveriam participar. O Brasil votou contra a sua inclusão, por saber que isto importaria a não participação da Coréia do Sul nos debates, o que já havia sido declarado publicamente.

Diante da situação verificada na Comissão Política, a Índia desistiu, porém, de levar o assunto a plenário, encerrando-se assim a VII Assembléia Geral da ONU.

VIII AS-  
SEMBLÉIA  
GERAL  
DAS  
NAÇÕES  
UNIDAS

Em 15 de setembro, instalou-se em Nova Iorque a VIII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. A Delegação do Brasil, presidida pelo Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, foi integrada, como de costume, entre outros delegados, por um membro do Senado Federal e um representante da Câmara dos Deputados.

Coube ao Brasil, logo ao início dos trabalhos, ser reconduzido ao Conselho de Segurança, na vaga do Chile. A candidatura do Brasil foi, em primeiro escrutínio, sufragada quase unânimemente pela Assembléia, obtendo 56 votos, num total de 59. Pela votação obtida, reveste-se o fato da maior importância, demonstrando, o mesmo, o papel saliente que vem o nosso País desempenhando nas Nações Unidas.

Candidatos brasileiros foram também eleitos, por maioria igualmente expressiva, para a Comissão de Direito Internacional e para o Comitê de Contribuições da ONU.

Intervindo no debate geral, defendeu a Delegação brasileira a tese da revisão da Carta das Nações Unidas, declarando ser

a reforma necessária ao melhor funcionamento daquele organismo.

A Comissão Política continuou a discutir o problema da Cécia, não tendo sido atingido nenhum resultado definitivo, pela atitude de intransigência de alguns Estados.

Voltou a Delegação brasileira, como já o havia feito no ano anterior, a participar dos debates sobre a Tunísia e Marrocos, nos quais se acentuou a atuação do bloco árabe-asiático no sentido da completa emancipação política daqueles protetorados. Manifestou-se, a respeito, a Delegação do Brasil, numa declaração, afirmando ter passado a época do colonialismo.

Na Terceira Comissão, teve o Brasil destacada atuação no exame do item relativo aos prisioneiros da Segunda Guerra Mundial que ainda se encontram em cativeiro. Coube ao Brasil a iniciativa de convidar os representantes da Alemanha, Itália e Japão a apresentarem os pontos de vista e informações dos respectivos Governos sobre a questão. Apoiou igualmente a nossa Delegação uma resolução condenando formalmente os sistemas de trabalho escravo, existentes nos países da órbita soviética.

Na Quarta Comissão, como nos anos anteriores, teve o Brasil desempenho importante, reafirmando a posição anticolonialista. Esta atitude valeu-nos a eleição para a Comissão do Sudoeste Africano, cujo problema foi colocado, mediante uma resolução aprovada, em bases equivalentes às da antiga Comissão de Mandatos da Liga das Nações. Apoiou ainda o Brasil a tese de que Porto Rico adquiriu autonomia. A Comissão de Administração discutiu sobretudo a situação dos funcionários das Nações Unidas. A Comissão Jurídica examinou a questão dos trabalhos preliminares de uma possível revisão da Carta da ONU.

A sessão foi encerrada, à semelhança do que havia sucedido com a VII, sem concluir os seus trabalhos, devendo voltar a reunir-se para a Segunda Parte, em 1954.

A 17 de junho, o Governo brasileiro reconheceu o novo Governo estabelecido na Colômbia, sob a presidência do Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, que sucedeu ao Senhor Laureano Gomez.

RECONHE-  
CIMENTO  
DE GO-  
VÉRNO

A 18 de abril, no Palácio Itamarati, realizou-se a VI Reunião dos Estados Garantes — Argentina, Chile, Estados Unidos da América e Brasil — do Protocolo de Paz, Amizade e Limites entre o Peru e o Equador, firmado no Rio de Janeiro, em 1952. Decidiram os Estados Garantes constituir uma Comissão de Inquérito a fim de averiguar incidentes de fronteira entre os dois

QUESTÃO  
DE LIMI-  
TES PERU-  
EQUADOR

países, tendo-se ela dirigido, primeiramente a Lima, e, em seguida, a Quito. A Comissão apresentou um relatório aos Estados Garantes, que voltaram a reunir-se em 17 de setembro para discutir as medidas a serem tomadas. Sob proposta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, foi aprovada uma declaração conjunta em que os referidos Estados expressaram a sua esperança de se chegar a uma paz definitiva e duradoura entre os dois Estados sul-americanos. Os trabalhos da Comissão deverão prosseguir no decorrer deste ano.

ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Em 1953 foram assinados pelo Brasil vinte e oito atos internacionais, dos quais vinte e três no Rio de Janeiro e cinco no exterior. Foram firmados cinco atos multilaterais.

Pela sua importância, dentre os primeiros cumpre destacar o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, a 16 de novembro, o qual, além de estabelecer as bases da comunidade luso-brasileira no mundo, consagrou uma cláusula de consulta entre as duas nações, nos assuntos internacionais de manifesto interesse recíproco. Merecem destaque, igualmente, as Declarações Conjuntas com os Presidentes do Peru e da Nicarágua, os Convênios firmados com o Peru, o Acôrdo com a Alemanha sobre a restauração dos direitos de propriedade industrial e direitos autorais atingidos pela guerra, além dos ajustes econômicos com a mesma nação, o Acôrdo com a Grã-Bretanha, regularizando a situação dos nossos atrasados comerciais com o Reino Unido, um Acôrdo de Cooperação agrícola com os Estados Unidos da América e um Tratado de Extradição com a Bélgica. Entre os atos multilaterais, sobressaem o Acôrdo sobre a Revisão e Renovação do Acôrdo Internacional do Trigo, firmado em Washington, e o Acôrdo Internacional sobre a Regulamentação da Produção e do Comércio do Açúcar, assinado em Londres. Foram aprovados, pelo Congresso, nove atos subscritos pelo Brasil, dos quais cinco já estão ratificados. Entre os ratificados inclui-se o Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos da América, firmado nesta capital, em 15 de março de 1952.

Além das reuniões da ONU e suas agências especializadas, participou o Brasil de 75 Congressos e Conferências Internacionais, muito embora a quase totalidade das Delegações tenha sido designada sem ônus para o Tesouro Nacional. Dentre os Congressos que se realizaram no Brasil, cumpre destacar o II Congresso Latino-Americano de Sociologia, e a Quinta Reunião da C.E.P.A.L.

A Comissão Econômica para a América Latina, um dos organismos criados pelas Nações Unidas, para auxílio direto aos países da América Latina, realizou no Brasil a sua V Sessão. Além dos países diretamente interessados, participaram dos debates representantes dos Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e Países Baixos, assim como de vários organismos internacionais. Foram discutidos e analisados os diferentes problemas da América Latina, tendo sido a Delegação do Brasil presidida pelo Ministro da Fazenda. A C.E.P.A.L. discutiu e aprovou resoluções sobre as seguintes matérias: técnica de desenvolvimento econômico e sua aplicação prática; aumento de poderio econômico através da expansão industrial e da ampliação do comércio da América Latina com as outras regiões do globo; desenvolvimento da indústria do ferro e do aço, e adaptação e transformação de outras indústrias entre as quais a do papel e dos produtos químicos, utilizando matérias-primas da América Latina; estudo de tarifas, taxas e outros problemas administrativos no concernente à inversão de capitais estrangeiros em suas indústrias; análise das condições gerais da economia da América Latina.

C. E. P. A. L.

Durante a 123ª sessão do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho, foram examinados assuntos de importância, dentre os quais a entrada da Rússia para essa Organização. Diante, porém, das exigências desse país, que pretendia, entre outros objetivos, não se considerar vinculado à jurisdição da Corte Internacional de Justiça, a Delegação brasileira votou contra a sua admissão, fundando-se em que a Constituição da O.I.T. não prevê o caso de membros admitidos sem uma completa aceitação das obrigações estabelecidas pela referida Constituição. A Delegação brasileira votou ainda contra a extensão dos poderes do Comitê de Liberdade Sindical, cuja proposta invadia a órbita jurisdicional expressamente reservada à Corte Internacional de Justiça. Foi remetida à futura sessão do Conselho a questão das relações da O.I.T. com os territórios não metropolitanos, tendo a Delegação brasileira defendido o ponto de vista de que o problema tornava necessária uma emenda à Constituição da O.I.T.

O. I. T.

Os trabalhos do Conselho da Organização dos Estados Americanos, em 1953, foram dedicados principalmente à preparação da X Conferência Interamericana, em Caracas, em março corrente. Quanto ao temário, deixaram de ser incluídos di-

O. E. A.

versos assuntos, que aparentemente mereciam discussão, inclusive alguns cujo exame havia sido previsto na reunião de Bogotá. A Delegação do Brasil foi favorável à inclusão de tais temas, entre os quais «Côrte Interamericana para a proteção dos direitos do Homem», «Reconhecimento de Governos de fato», «Possibilidades de estimular e desenvolver o exercício efetivo da Democracia Representativa».

O Brasil fêz parte de várias Comissões do Conselho, entre as quais: Finanças, Organismos Internacionais, Preparatória da X Conferência Interamericana, Publicações e Informações, Conferências Interamericanas, Fundo Pan-americano Leo S. Rowe, Estudo das Resoluções e Tratados Interamericanos, Estudo do Protocolo Adicional à Convenção sôbre Direitos e Deveres dos Estados em Casos de Lutas Civis. Dentre as reuniões efetuadas pelos órgãos do Conselho, merecem especial menção a II Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, em Buenos Aires, de 20 de abril a 9 de maio, e a III Sessão Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, em Caracas, de 9 a 21 de fevereiro, tendo o Brasil participado das duas reuniões.

G. A. T. T. Voltou a reunir-se em 1953, em Genebra, o Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio, tendo sido objetivo básico da reunião a revisão dos princípios gerais que o orientam. A Delegação brasileira defendeu a tese de que, em face da disparidade do nível de desenvolvimento econômico das diferentes Partes Contratantes, não é possível aplicar-lhes o tratamento econômico igualitário cabível do ponto de vista jurídico. Essa tese determinou a convocação de uma conferência destinada a, em futuro próximo, formular novos princípios básicos para o G.A.T.T. em que sejam atendidas as necessidades dos países em curso de desenvolvimento.

F. A. O. O Brasil, país membro fundador da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, vem colaborando ativamente na formulação e realização do programa daquela entidade internacional. Por outro lado, a contribuição do Brasil vem sendo amplamente recompensada, através da assistência técnica que vem recebendo da FAO. Até o momento, já trabalharam ou estão em serviço no território nacional cêrca de 20 técnicos recrutados pela FAO, cobrindo, pelo menos, 30 campos de especialidade, dentre os quais se destacam: colonização e extensão

agrícola, sociologia rural, métodos e processos de tratamento da madeira, estatística agrícola pelo método de amostragem, expansão da indústria de polpa de madeira e outras matérias-primas para fabricação de papel, nutrição, irrigação, classificação de terras e administração de fazendas, criação de gado, controle da brucelose e demais doenças dos rebanhos, utilização de solos tropicais, política, legislação e inventário florestais, aerofotogrametria e mapas florestais, além dos levantamentos ecológicos, botânicos e silvícolas da Amazônia.

A Amazônia brasileira vem recebendo especial atenção por parte do Governo quanto à requisição de técnicos da FAO e os trabalhos já realizados ou em andamento naquela região estão servindo de base à elaboração do programa contido no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a cargo da Superintendência daquele Plano.

O estudo das possibilidades industriais e comerciais da madeira amazônica, que mereceu igualmente o apoio do Instituto Nacional do Pinho, do Conselho Nacional de Pesquisas e do Banco de Crédito da Amazônia, veio agora traduzir-se com realístico objetivo, após os entendimentos que se promoveram entre o Ministério da Agricultura e a Comissão de Planejamento da Valorização Econômica da Amazônia. A finalidade última desse programa em esquematização é triplicar a produção oriunda da floresta tropical amazônica nos próximos dez anos.

Esse objetivo potencial será facilmente atingido tendo-se em vista o fato, destacado no próprio relatório da Missão Florestal da FAO, de que as condições gerais da área amazônica apresentam menos dificuldades para a extração, transporte e colocação de mercadorias do que qualquer outra grande floresta tropical do mundo, «não havendo nenhuma razão de ordem técnica que impeça seja a floresta amazônica explorada até o limite da capacidade dos mercados disponíveis».

Ainda pretende o Governo, com a colaboração da FAO, através de seus especialistas, fundar este ano o Centro Nacional de Treinamento em operações de madeira, e o Centro de Treinamento de Estatística, com especial ênfase no processo de amostragem; prosseguir no levantamento da Carta de Solos do País, tão necessária sob o ponto de vista agrogeológico; estabelecer o Centro de Treinamento em operações de maquinarias agrícolas.

Com o envio dos técnicos e, em certos casos, do respectivo equipamento industrial, o Brasil vem hoje recebendo da FAO

serviços equivalentes a três vezes a contribuição financeira do nosso Governo àquela Organização.

Mantém o Brasil o Comitê Nacional da FAO, cuja finalidade é assistir o Governo brasileiro na execução, em território nacional, das Resoluções aprovadas pela Conferência e pelo Conselho da FAO.

O Governo brasileiro patrocinou, no ano findo, mediante acôrdo com a FAO, o Seminário Latino-Americano sôbre Problemas da Terra, realizado em Campinas, São Paulo, e os seus resultados vêm servindo de subsídio valioso à formulação de nossa política agrária, notadamente no campo técnico. Ainda com a colaboração da FAO e outras entidades internacionais, foi realizado na Universidade Rural o Seminário Latino-Americano do Bem-Estar Rural, cujas conclusões foram encaminhadas aos órgãos técnicos competentes.

Desfruta o Brasil, no seio da FAO, situação de realçado prestígio, como o evidencia a reeleição, por unanimidade, de um brasileiro, o Professor Josué de Castro, para o cargo de Presidente do Conselho da referida Organização. Participa o Brasil de vários Comitês Técnicos da FAO e pela atuação destacada de nossas delegações tem colaborado efetivamente na solução dos problemas da agricultura e do combate à fome no mundo.

COMISSÃO  
DE EXPOR-  
TAÇÃO DE  
MATE-  
RIAS ES-  
TRATÉ-  
GICOS

Essa Comissão, em 1953, a fim de controlar a exportação de materiais estratégicos, sobretudo o lítio e o berilo, realizou três reuniões, tôdas de caráter sigiloso.

ACORDOS  
COMER-  
CIAIS

A 23 de março, mediante troca de notas, foi firmado o novo acôrdo comercial entre o Brasil e a Argentina, figurando o trigo como principal produto de exportação daquele país. No decorrer do ano, foram concluídos ajustes comerciais com a Finlândia, Islândia e França. Foi prorrogado, por mais um ano, o existente com a Venezuela, enquanto o comércio fronteiriço com a Bolívia também foi objeto de um acôrdo entre os dois países. Prorrogou-se por mais um ano, o Tratado de Comércio e Navegação com o Uruguai, firmado em 1949, e, em Londres, foi assinado um ajuste de pagamento dos nossos atrasados comerciais. Com o Peru, quando da visita do Presidente Odria, foram concluídos três acordos, sôbre: a) desenvolvimento do intercâmbio comercial; b) meios de transporte e portos francos; c) aproveitamento de matérias-primas. Foram, mediante trocas de notas, renovadas as

listas de mercadorias anexas aos acordos comerciais com a Checoslováquia, Iugoslávia e Alemanha.

A convite do Governo brasileiro, realizou-se, no Rio de Janeiro, durante os meses de agosto, setembro e outubro, a IX Reunião do Comitê Jurídico da Organização de Aviação Civil. Teve a referida reunião como objetivo a revisão da Convenção de Varsóvia de 1929 sobre transportes aéreos. A Delegação do Brasil baseou sua posição nos trabalhos da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico, tendo sido abordados os seguintes itens: a) definição e campo de aplicação da Conferência de Varsóvia; b) bilhetes de passagem e conhecimentos de carga; c) responsabilidade do transportador; d) limites de responsabilidade; e) seguros, fôro e competência.

Reuniu-se em Londres, a 17 de julho, em sua XIII sessão, o Conselho Internacional do Trigo, tendo sido o Brasil eleito para o Comitê Consultivo de Equivalência de Preços, como um dos representantes dos países importadores. A distribuição das quotas das quantidades garantidas foi deixada para a sessão seguinte, assim como a questão do orçamento. Em Madri, a convite do Governo espanhol, realizou-se a segunda parte da XIII sessão, e a XIV, tendo sido então aprovado o orçamento para o ano agrícola.

A Comissão Consultiva do Trigo realizou dez sessões durante o ano, nas quais foram tratadas questões concernentes às compras de trigo e farinha de trigo, instalação de moinhos no território nacional, renovação das listas de acôrdo com o Uruguai, prospecções sobre o mercado de trigo na Argentina e Estados Unidos da América. Por unanimidade de votos foram delegados poderes à Subcomissão Especial do Trigo para apreciar e julgar as propostas de fornecimento do cereal. A subcomissão recomendou a efetivação de diversas compras à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S.A., num total de 450.000 toneladas. Quanto às ofertas de farinha de trigo, a Comissão tem-se manifestado desfavoravelmente, por ser a importação desse produto contrária aos interesses nacionais.

Quando do primeiro centenário do Estado do Paraná, de 18 a 21 de janeiro de 1954, reuniu-se, em Curitiba, o Primeiro Congresso Mundial de Café, com a participação de delegados e observadores de 37 países produtores e consumidores do produto.

O. A. C. I.

CONSELHO  
INTERNA-  
CIONAL DO  
TRIGOCOMISSÃO  
CONSUL-  
TIVA DO  
TRIGOPRIMEIRO  
CON-  
GRESSO  
MUNDIAL  
DE CAFÉ

Durante a reunião, os Governadores dos Estados do Paraná, São Paulo, Bahia e Santa Catarina expuseram a situação da cafeicultura em seus respectivos Estados, tendo o Presidente do Banco do Brasil analisado a política de financiamento ao cafeicultor, à luz da Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito. Foram constituídas quatro comissões técnicas, que examinaram as diversas teses apresentadas, elaborando recomendações, aprovadas em plenário, e que serão oportunamente transmitidas aos Governos interessados. O plenário, outrossim, incumbiu o Secretário Executivo de elaborar um projeto de Estatuto e Regimento para um sistema de congressos trienais, com sede alternada, ora num país produtor, ora num país consumidor. Na constituição das Delegações a esses congressos, além dos representantes dos Governos, deveriam ser incluídos os dos produtores e consumidores de café, não sendo impossível que o novo organismo venha, futuramente, a se filiar à FAO.

CONFERÊNCIA  
INTERNACIONAL DO  
AÇÚCAR

Em Londres, em julho e agosto, realizou-se a Conferência Internacional do Açúcar, tendo a Delegação do Brasil obtido que a quota de exportação brasileira, de 100.000 toneladas, fosse aumentada para 175.000. No tocante ao preço, bateu-se a Delegação brasileira pelo mínimo de 4,30 cents e máximo de 5 cents por libra-pêso.

COMITÉ  
CONSULTIVO  
INTERNACIONAL DO  
ALGODÃO

O Comitê Consultivo Internacional do Algodão, ao qual o Brasil pertence desde a sua fundação, realizou a sua XII sessão plenária, em Washington, à qual compareceram 27 países membros e 18 observadores de nações não participantes. Foi estudado um projeto de acordo internacional para o algodão, em que se pretende dividir mercados e estabelecer preços máximos e mínimos para esse produto. No desenrolar dos trabalhos verificou-se uma nítida tendência dos países membros ao livre comércio do algodão. Foi aceita, por unanimidade, a proposta brasileira de que a XIII sessão se realize em São Paulo, como parte das comemorações do IV Centenário.

COMISSÃO  
MISTA  
BRASIL-  
EQUADOR

Mediante troca de notas de 4 de maio de 1953, foi acordada a constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Equatoriana para estudar: a) as condições atuais do comércio entre os dois países e as possibilidades de sua expansão qualitativa e quantitativa; b) o sistema de pagamentos entre os dois países, problemas exis-

tentes neste campo e meios de resolvê-los; c) a possibilidade de estabelecimento de portos francos em zonas de maior interesse e conveniência recíprocos; d) a política bilateral de investimento, sobretudo no concernente ao desenvolvimento da produção de matérias-primas.

Demonstração do interesse despertado pelo Brasil no mercado internacional, foram as visitas, no decorrer do ano, de Missões Econômicas que estiveram em nosso País, a fim de estudar as suas condições econômicas e comerciais. Assim, recebemos a visita de representantes da República Federal da Alemanha, da Checoslováquia, Finlândia, Polônia, Venezuela e Grã-Bretanha.

MISSÕES  
ECONÔ-  
MICAS  
ESTRAN-  
GEIRAS

Participou o Brasil, durante o ano, de numerosas feiras e exposições, cabendo ao Itamarati a sua coordenação com as autoridades governamentais. Merece relêvo a nossa presença no certame de Lausanne, Suíça, do qual foi o Brasil o único participante estrangeiro.

FEIRAS E  
EXPOSI-  
ÇÕES

O Governo continua dispensando especial atenção aos programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas, de suas agências especializadas e da Organização dos Estados Americanos. O Decreto nº 34.763, de dezembro último, deu nova estrutura à Comissão Nacional de Assistência Técnica, aparelhando-a convenientemente para a execução desse programa.

ASSIS-  
TÊNCIA  
TÉCNICA

Assim, no decorrer do ano, foram preparados diversos acordos de assistência técnica a entidades brasileiras, tendo em vista, sobretudo, a vinda de peritos ao Brasil e a ida de bolsistas brasileiros ao estrangeiro. Entre esses acordos destacam-se dois, firmados entre a Repartição Internacional do Trabalho e o SENAI, relativamente à criação do «Instituto de Aperfeiçoamento de Diretores-Administrativos de Serviços e Escolas de Ensino Industrial da América Latina», e à criação de bolsas para instrutores de ensino industrial de países latino-americanos para escolas do SENAI. Continua em perfeito funcionamento o acôrdo firmado, em 1952, entre a Fundação Getúlio Vargas e a Administração de Assistência Técnica da ONU para a manutenção da Escola Brasileira de Administração Pública. De grande importância será a próxima instalação, em território brasileiro, de um Centro de Treinamento de pessoal para o levantamento dos recursos naturais das Repúblicas Americanas, no qual serão invertidos cerca de 150.000 dólares. Em novembro, em Nova Iorque, com a participação do

Brasil, realizou-se a IV Conferência de Assistência Técnica, tendo participado dos debates o Diretor Executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica. No Itamarati foi instituído um ciclo de estudos sob a denominação «O desenvolvimento técnico do Brasil e a assistência técnica», destinado ao exame dos problemas brasileiros concernentes à assistência técnica.

**DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS**

Prosseguiram, durante o ano, os trabalhos de demarcação de nossa linha divisória com os países limitrofes, a cargo de duas Divisões: a primeira, com sede em Belém, abrangendo o setor do norte, Guianas, Venezuela, Colômbia e Peru, e a segunda, com sede no Rio de Janeiro, cobrindo os demais países. A primeira efetuou importantes trabalhos na fronteira com a Guiana Britânica, na região de confluência dos rios Maú e Tacutu, verificando a necessidade de substituição dos marcos ali existentes. Com a Venezuela continuaram os trabalhos de demarcação do *divortium aquarum* das bacias do Amazonas e Orinoco e na Cordilheira de Paracaima. Com a Colômbia, foi continuada a inspeção e restauração dos antigos marcos e a construção de novos na linha que, da foz do arroio Santo Antônio, no rio Solimões, avança até a desembocadura do rio Taraíra, no Apaporis. A Comissão Mista Brasileiro-Boliviana Demarcadora de Limites, tendo-se reunido em Corumbá, verificou, no decorrer da reunião, ter havido um engano na situação do marco da serra do Jacadigo, que ali fôra colocado em 1909, e não precisamente sobre a linha geodésica, que vai do fundo da Baía Negra a Taquaral, mas sim a 567 metros para oeste. Diante deste fato, foram suspensos os trabalhos, tendo sido o mesmo comunicado aos Governos dos dois países. Com o Paraguai foram interrompidas as atividades pela ausência da Comissão Demarcadora daquele país. Com o Uruguai foram praticamente concluídos os trabalhos da linha divisória, com a colocação de 1.200 marcos, que a assinalam em toda a sua extensão. Falta apenas proceder-se à retificação de um pequeno trecho do arroio Chuí, que modificou o seu curso, formando um meandro que corta em dois pontos a linha divisória entre o Passo Geral de São Miguel e o Passo Geral do Chuí.

**ESTRADA DE FERRO BRASIL-BOLÍVIA**

Foram praticamente concluídos os trabalhos da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, com a construção dos 100 quilômetros que faltavam para completar os 650 — extensão total da estrada. A sua inauguração ocorrerá no corrente ano, constituindo a obra em aprêço um empreendimento de grande alcance político, eco-

nômico e social, pelas imensas vantagens que oferece aos dois países e um dos maiores acontecimentos no terreno da nossa política internacional, nos últimos anos.

A Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo já completou os estudos preparatórios nas estruturas petrolíferas subandinas. Pelo menos 50 estruturas foram determinadas nos três milhões de hectares da área delimitada geograficamente para essa exploração, a ser efetuada com o concurso de capitais brasileiros e bolivianos, dentro do plano de cooperação econômica com a Bolívia. Essas pesquisas deverão ser iniciadas brevemente, logo que cheguem ao local os materiais necessários à perfuração do solo, segundo o estabelecido no ensejo da visita, a La Paz, da Missão Especial do Governo brasileiro, sob a chefia do Embaixador Negrão de Lima, que trocou com aquêle Governo notas reversais, revigorando os acordos de 1938 e de 17 de janeiro de 1952, sôbre a exploração do petróleo boliviano.

PETRÓLEO  
BOLIVIANO

Além das publicações habituais, entre as quais se destaca a obra informativa *Brasil*, editada em alemão, francês, inglês e espanhol, e fartamente distribuída pelas nossas missões diplomáticas e consulares no exterior, prosseguiu a ação cultural do Itamarati em seu programa de amparar e patrocinar a publicação, no exterior, de obras de escritores nacionais ou estrangeiros referentes ao Brasil. Graças ao sistema de apoio iniciado pelo Itamarati, a publicação no exterior de obras importantes da literatura brasileira, vários volumes apareceram na Alemanha, na França, nos Estados Unidos da América, na Itália e em outros países. Dentre as manifestações culturais, cumpre salientar uma exposição de Arquitetura Brasileira, exibida nas principais capitais da Europa. Prosseguiu a designação de professores, escolhidos entre os escritores brasileiros de maior notoriedade, para cátedras de Estudos Brasileiros em Universidades estrangeiras.

AÇÃO  
CULTURAL

Os Institutos de Cultura do Rio da Prata vêm ampliando os seus cursos de português e literatura, contando um total de 1.500 alunos para os três países daquela região. Foram concedidas numerosas bôlsas de estudos a estrangeiros, tendo o Itamarati auxiliado financeiramente os estudantes brasileiros no exterior. O prêmio «Brasil», instituído em 1951, para galardoar o melhor aluno de cada país americano com uma viagem ao nosso País, foi estendido, com grande êxito, ao continente europeu.

**VISI-  
TANTES  
ILUSTRES**

Dois Presidentes de Repúblicas, o General Manuel A. Odría, do Peru, e o General Anastasio Somoza, da Nicarágua, visitaram o Brasil, em 1953. Fêz-se o primeiro acompanhar, em sua comitiva, do Senhor Ricardo Rivera Schreiber, Ministro das Relações Exteriores; Senhor Luiz N. Saenz, Ministro da Saúde Pública e Assistência Social; Senador Romulo Jordon Canepa; Deputado Lincoln Pinzãs; General Manuel Morla Concha, Comandante-Chefe do Exército Peruano, e de outras importantes personalidades do Governo. O presidente Somoza trouxe, em sua comitiva, o Senhor Oscar Sevilla Sacaza, Ministro das Relações Exteriores; Senhor Guillermo Sevilla Sacaza, Embaixador em Washington; Senhor Leonardo Somarriba, Ministro da Saúde Pública; Senador Luis Manuel Debayle, Presidente do Senado; e outros membros do Governo.

Recebemos, ainda, a visita do Senhor C. D. Howe, Ministro do Comércio do Canadá; do Senhor Hernan Siles Zuazo, Vice-Presidente da Bolívia; do Senhor Ricardo Rivera Schreiber, Ministro das Relações Exteriores do Peru; do Senhor Teodoro Alvarado Garaicoa, Ministro das Relações Exteriores do Equador; do Senhor Milton Eisenhower, representante pessoal do Presidente da República dos Estados Unidos da América e Embaixador em Missão Especial, que se fêz acompanhar do Senhor John M. Cabot, Secretário de Estado Assistente; do Barão Apor de Altorja, Chanceler da Ordem Soberana e Militar de Malta; do Capitão-General da Armada de Espanha, Cristobal Colon de Carvajal, Duque de Veragua; dos Parlamentares Franceses Max Brusset, Jacqueline Patenôtre, André Le Troquer e Pierre Schneider; do Almirante Américo de Deus Rodrigues Thomaz, Ministro da Marinha de Portugal; do Senhor Moshe Sharret, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado de Israel; dos parlamentares americanos A. Capehart, J. Allen Frear Jr. e Spence Brent.

**CORTESIA  
INTER-  
NACIONAL**

A fim de fazer a entrega do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ao General Carlos Ibañez del Campo, Presidente da República do Chile, estêve em missão especial naquele país o General Ciro do Espírito Santo Cardoso. O enviado brasileiro foi alvo de expressivas homenagens por parte do povo e do Governo chilenos. A fim de assistir às comemorações do "Dia do Exército" do Peru, estêve igualmente naquele país o General Ciro do Espírito Santo Cardoso, representando o Brasil.

No mês de novembro, enviamos uma embaixada especial para representar o Brasil nas solenidades do Cinquentenário do Panamá. Essa missão foi constituída do Embaixador Carlos de Lima Cavalcanti e do Primeiro Secretário Antônio Cândido da Câmara Canto. A mesma missão foi a Costa Rica para participar das solenidades da posse do Presidente da República daquele país.

Em 14 de janeiro, foram elevadas à categoria de Embaixada as nossas Representações Diplomáticas na América Central, junto aos Governos do Panamá, Costa Rica, El Salvador, Haiti, Nicarágua, Honduras e Guatemala. Em 20 de fevereiro, foi elevada igualmente à Embaixada a Legação no Cairo e, finalmente, em setembro, foi criada uma Embaixada do Brasil em Jacarta, na Indonésia, concretizando-se assim o que ficara estabelecido pela publicação simultânea de notas em 20 de dezembro de 1952. Por conveniência de serviço, a representação diplomática junto ao Governo do Afeganistão passou a ser exercida cumulativamente pela Embaixada de Nova Delhi.

ELEVAÇÃO  
DE MIS-  
SÕES DI-  
PLOMA-  
TICAS À  
CATE-  
GORIA DE  
EMBAI-  
XADA

De acôrdo com a necessidade e o desenvolvimento das nossas relações comerciais com os demais países, foi criado um Consulado Geral em Roterdão, e elevados a igual categoria os de Hong-Kong e Vigo. Acha-se, presentemente, em consideração a reabertura do Consulado em Berlim. Foram criados quatro Consulados honorários: Guaiaquil, Estrasburgo, Chester (Estados Unidos da América) e Medellin (Colômbia). Com a Grã-Bretanha foi firmada uma convenção, estendendo aos Cônsules os privilégios e prerrogativas diplomáticos.

RÉDE  
CONSULAR

Necessidades de serviço levaram o Governo a ampliar os quadros de servidores do Ministério das Relações Exteriores, insuficientes para atender aos interesses da nossa política internacional. Foi, assim, aprovada pelo Congresso a criação de nove cargos de padrão «O», vinte de padrão «M», 9 de padrão «L» e 15 de padrão «K». Foram todos imediatamente preenchidos, à exceção dos cargos iniciais, cujo provimento será feito, parcialmente, com os classificados no concurso de provas, a ser realizado ainda neste ano. No mesmo espírito de reforma, criou o Governo 12 cargos de Ministros Econômicos, de padrão «O» e «N», destinados a substituir os antigos Conselheiros Comerciais.

REFORMA  
DO MINIS-  
TÉRIO DAS  
RELAÇÕES  
EXTE-  
RIORES

PROVI-  
DÊNCIAS  
ADMINIS-  
TRATIVAS

Entre outras, foram tomadas as seguintes: 1º — disciplina das remoções dos funcionários diplomáticos; 2º — determinação da audiência das Federações representativas da Agricultura, do Comércio e da Indústria, sobre os projetos de convênios comerciais e respectivas listas; 3º — coordenação dos serviços consulares e diplomáticos no exterior e suas ligações com a Secretaria de Estado; 4º — disciplina das atribuições da Superintendência da Administração do Edifício do Ministério; 5º — proibição de discriminações raciais na concessão de passaportes, devendo ser consideradas, tão-sòmente, as conveniências do País, segundo a respectiva política imigratória.

## SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

## POLÍTICA INTERNA

Nenhuma anormalidade há que registrar na vida político-social do País. Vem sendo mantida a ordem pública e asseguradas as instituições, sem a necessidade de qualquer interferência repressiva extraordinária do Poder Público. Em tudo, neste setor, como nos demais das atividades do Governo, têm sido observadas estritamente as disposições constitucionais.

CLIMA  
POLÍTICO-  
SOCIAL

O Executivo procura, sem desfalecimentos, nos limites de sua competência, imprimir às atividades do País aquele equilíbrio de que necessitamos, para a realização dos objetivos nacionais, entre os quais ressalta nossa plena autonomia econômica, no concêrto mundial.

Este esforço tem sido compreendido e estimulado pelas camadas mais progressistas e patrióticas do nosso Povo, que têm apoiado sempre as iniciativas do Poder Público. Os profissionais da discórdia e propagandistas da desordem não encontram clima para as suas campanhas. Os partidos políticos, quer da Oposição, quer da Maioria, conscientes de suas responsabilidades, têm-se mostrado à altura de sua dignificante tarefa, em prol do desenvolvimento de nosso regime democrático.

Há, sem dúvida, incompreensões e mal-entendidos. Notam-se divergências e lutas entre correntes de idéias e de interesses. Tais entrechoques, no entanto, são naturais e previstos, na vida de todos os povos, e mais profundos sempre em países como o nosso, onde é baixo ainda o nível de desenvolvimento econômico e cultural. Criam-se por isso problemas de várias ordens, ligados à relativa incompatibilidade das diversas camadas do povo, suscitando conflitos que são facilmente superados pela vigilância do Poder Público e pelo exercício de um esforço educativo e saneador.

A estes fenômenos está atento o Governo. Não lhes dá, porém, maior importância que a devida, mesmo porque, nas suas

atividades de cada dia, tem observado que, a passo e passo, diminuem de intensidade, marchando o País, com serenidade e segurança, para aquela perfeita união de pontos de vista de que tanto necessita.

As atividades do Congresso e das agremiações partidárias muito têm contribuído para esta evolução. A obra legislativa executada nestes últimos anos, o esclarecimento das massas levado a efeito pelos nossos homens públicos, a nova orientação que se está imprimindo às nossas disputas políticas — conduzidas a elevado nível de civismo — tudo isto tem colaborado, eficazmente, para que a paz e segurança reinem em todos os setores, sem necessidade do emprêgo de medidas excepcionais.

SITUAÇÃO  
ECONÓ-  
MICA

O primarismo demagógico e desenfreado dos agentes da confusão tenta inútilmente culpar o Governo de todos os defeitos e dificuldades estruturais e conjunturais de nossa economia, para afastar d'ele o apoio popular, que é a sua força e seu título de legitimidade.

Nada, porém, conseguirá separar os propósitos do Governo das aspirações populares.

Está tranqüilo o Poder Público, quanto aos anseios de nossas massas rurais e urbanas. Reconhece o Executivo as dificuldades com que defronta o País. Sabe, porém, o que o Povo deseja e qual o caminho a percorrer para satisfazer-lhe as aspirações.

Nossos trabalhadores e seus dirigentes aspiram, por suas camadas conscientes e esclarecidas, ao desenvolvimento da produção e ao equilíbrio de nossa economia. E não há dúvida de que a nossa produção cresce, como atestam os dados que apresento nesta Mensagem, em capítulos próprios. O equilíbrio econômico constitui meta que não se pode atingir em reduzido espaço de tempo. O desequilíbrio é mesmo um fenômeno previsto, nos grandes momentos da evolução acelerada das forças produtivas. Mas, a despeito disto, medidas no sentido de melhor e mais justa distribuição dos proveitos da atividade econômica e em tôrno de um progresso menos desigual dos diversos setores e regiões vêm sendo lançadas, a todo custo, pelo Estado, em seu conjunto, — pelo Executivo, que não esquece as suas responsabilidades, e pelo Congresso, que tem sabido permanecer à altura de suas atribuições.

A promoção do bem-estar coletivo envolve problemas dos mais complexos, que desafiam a argúcia dos homens públicos e exige de todos persistência e concentração de esforços. Para que seja levada a têrmo, necessário se faz que a compreensão e o patriotismo dos nossos homens assegurem, com tal objetivo, uma aliança inquebrantável, dentro da Nação. Para esta união, fator decisivo de vitória, apela o Governo, certo de que interpreta o sentimento mais genuíno de nossas populações.

UNIÃO DOS  
BRASI-  
LEIROS

Nesse sentido tem o Executivo orientado as suas relações com os Governos das Unidades da Federação, cabendo aqui referir que, sem discrepância, vem encontrando em todos êles idênticos propósitos de cooperação no trato dos problemas comuns.

Cooperação  
com os  
Estados

A execução conjunta de alguns empreendimentos de interesse nacional, pela União e os Estados, em observância à legislação pertinente, tem-se processado, portanto, em clima de perfeita compreensão e, mais, de entusiasmo pelo trabalho a realizar. Êsse, o caso dos Acordos de Fomento, agrícola e pecuário, e de Defesa Sanitária, vegetal e animal, e, especialmente, das obras constantes do Plano Rodoviário Nacional, custeadas pelo impôsto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos de origem mineral.

O clima de cooperação, assim criado e mantido, permite augurar êxito para os empreendimentos semelhantes, como os relativos ao petróleo e à energia elétrica, cuja realização integral depende da aplicação de recursos tributários regulados por lei federal, conquanto pertençam, em parte, às Unidades da Federação e aos Municípios.

Cumpre assinalar, igualmente, a maneira satisfatória pela qual se vem desenvolvendo, há quase duas décadas, a colaboração estabelecida entre os órgãos das três esferas do Poder Público — a federal, a estadual e a municipal —, para o levantamento das estatísticas oficiais e para os trabalhos de natureza geográfica e que têm como executor o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Noutros capítulos desta Mensagem registram-se diversos fatos que comprovam a existência de perfeita cooperação intergovernamental, principalmente no campo das atividades econômicas e educacionais.

Como tive oportunidade de salientar na Mensagem anual anterior, o Governo estava então ultimando a elaboração de um Plano de Financiamento de Serviços Municipais de Abastecimento de Água. Esse plano foi aprovado em 14 de julho de 1953 e prevê a mobilização de recursos financeiros, da ordem de Cr\$ 800.000.000,00 para o financiamento da instalação de sistemas de abastecimento de água potável nas cidades do interior do País.

Serão obtidos tais recursos através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, das Caixas Econômicas Federais e das Companhias de Seguros Privados e Capitalização, cujas reservas técnicas serão agora utilizadas no desenvolvimento econômico das pequenas comunidades do interior.

Os empréstimos deverão ser concedidos a longo prazo e a juros módicos, de modo que se possibilite aos Municípios a solução de um problema de fundamental importância para a saúde e o bem-estar das respectivas populações. Na amortização dos empréstimos, adotou-se um sistema de prestações crescentes, de acordo com a ascensão das quotas municipais do imposto de renda. Esse sistema não sacrificará as finanças dos Municípios e permitirá que as gerações futuras — as maiores beneficiárias dos serviços que se instalarão — contribuam, com maiores recursos, para a amortização dos financiamentos obtidos.

Acha-se em franco desenvolvimento a execução do Plano, já havendo sido encaminhados aos órgãos técnicos, para o devido exame, cerca de 300 pedidos de Prefeituras. A dificuldade de elaboração de projetos, e também a deficiente qualidade daqueles elaborados por firmas do interior, nem sempre especializadas em engenharia sanitária, vinham constituindo sério embaraço à boa marcha dos trabalhos de execução do Plano. Neste particular, é interessante salientar que, dos primeiros 81 projetos examinados, 48 foram recusados, por deficiências técnicas. O Governo determinou, porém, que seus órgãos especializados colaborem na preparação de projetos, de modo que se removam as dificuldades surgidas.

O Serviço Especial de Saúde Pública aprovou até agora, do ponto de vista técnico, 33 pedidos de financiamento, dos quais 24 já foram também examinados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e encaminhados, com parecer final favorável, para a devida autorização.

## SEGURANÇA NACIONAL

O Governo não descurou dos problemas concernentes à segurança nacional. Durante o ano transato foram constituídas pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional diversas comissões técnicas. Uma dessas comissões estudou a coordenação das atividades de órgãos especializados, no sentido de propor ao Governo medidas para o levantamento e a exploração das nossas reservas de minerais estratégicos e para a determinação das quotas de armazenamento e exportação desses minerais, respeitados os compromissos assumidos pelo Brasil nas conferências internacionais.

O Governo está realizando a revisão geral da legislação sobre os serviços de telecomunicações, procurando atualizá-la de acordo com o progresso da técnica e os compromissos assumidos pelo Brasil nas conferências mundiais em que tem tomado parte. Como resultado desta revisão, deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei criando o Código Brasileiro de Telecomunicação e o Plano Geral para as Telecomunicações no País.

A Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, órgão do Conselho de Segurança Nacional, continuou, durante o ano, a fazer cumprir as disposições do art. 180 da Constituição Federal e da legislação especial sobre faixa de fronteiras.

Entre os inúmeros assuntos que ocuparam a atenção da Comissão pode ser assinalado, pelo relevo que oferece, o novo contrato entre o Estado de Mato Grosso e a Companhia Meridional de Mineração, para o aproveitamento do manganês das minas do Urucum, sitas em Corumbá, Mato Grosso.

Os pedidos de concessões de terras públicas, na faixa de 66 quilômetros, têm sido examinados com atenção especial, limitada a extensão das áreas, em face da grande afluência de requerimentos. A Comissão vem impondo, também, condições de aproveitamento, a fim de evitar se transformem as concessões em negócios de intermediários.

As críticas que se fazem à legislação especial não indicam deva ser suprimida ou reduzida a extensão da faixa de fronteiras. Todos reconhecem a necessidade de continuar a fiscalização que se vem exercendo, embora proclamem, como o faz a própria Comissão, a necessidade de excluir da fiscalização algumas atividades econômicas e de simplificar as exigências atuais.

**ESTADO-  
MAIOR DAS  
FÓRÇAS  
ARMADAS**

O Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos entrou em sua fase de execução, com a chegada de farto equipamento de guerra para as tropas de terra, mar e ar, e de inúmeras peças destinadas à manutenção do material oriundo daquele país e atualmente em uso. Para o fornecimento no corrente ano, o Estado-Maior das Fôrças Armadas apresentou proposta à Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, já aprovada, e que ficará sujeita às disponibilidades dos fundos votados pelo Congresso americano para êsse fim. Capacitam-se, assim, nossas Fôrças Armadas para atender aos compromissos assumidos pelo Govêrno brasileiro na defesa continental.

A Escola Superior de Guerra cumpriu o seu programa previsto para o Curso Superior, estudando a técnica de planejamento para a segurança nacional e sua aplicação, e diplomou 69 estagiários, sendo 35 civis e 34 militares. Criado ainda na Escola, funcionou, no ano findo, o Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Armadas, que formou a sua equipe de instrutores, num total de 16 oficiais das três corporações militares. O curso tem por finalidade habilitar nossos oficiais para o exercício de funções de comando, de chefia e de estado-maior de organizações e de fôrças combinadas e aliadas, além de cooperar na experimentação e desenvolvimento da doutrina brasileira, neste campo de atividade.

**EXÉRCITO**

O Exército Nacional desfruta um clima de paz, trabalho, disciplina e vontade construtiva dos mais sadios e fecundos.

A Academia Militar das Agulhas Negras diplomou 304 aspirantes a oficial e as Escolas de Aperfeiçoamento e Especialização, 373 oficiais; completaram o curso das Escolas Preparatórias 473 alunos que foram matriculados na Academia. Começou a funcionar o Curso de Formação de Técnicos, na Academia Militar das Agulhas Negras, estabelecido no ano de 1952. Foi realizado um Curso de Equipamento Mecânico e de Abastecimento de Água

para oficiais, na Escola de Instrução Especializada, além de outros regularmente ministrados pela referida instituição de ensino.

A instrução da tropa teve ritmo normal.

Algumas manobras de conjunto e grandes exercícios de guarnição foram realizados como coroamento do ano de instrução. Pelo seu vulto, merecem destaque a manobra da 1ª Região Militar, no Vale do Paraíba, e as manobras de guarnição, nas 2ª e 3ª Regiões Militares.

A economia alcançada com o regime centralizado de aquisições, adotado pelo Departamento Geral de Administração, elevou-se a Cr\$ 10.000.000,00.

Como já estava previsto no ano anterior, durante 1953 foram elaboradas as "Instruções para o funcionamento dos depósitos de estocagem e intercâmbio" a serem localizados em regiões geo-econômicas, com produção agropecuária e industrial que permita atender, no mínimo, às necessidades da Região Militar que lhes corresponda.

O levantamento da situação do material no ano de 1952 orientou o planejamento das aquisições, o emprêgo das verbas, bem como a distribuição do material às unidades, de acordo com prioridades preestabelecidas, de forma a completar progressivamente as respectivas dotações.

No setor das comunicações, foi realizado o estudo e planejamento, para distribuição à rede de rádio do Exército, das novas frequências atribuídas ao Ministério da Guerra; foi feita a montagem de voltímetros eletrônicos importados, a microfilmagem de 11.410 documentos e foram executadas 245 instalações diversas de serviços telefônicos.

O Parque Central de Material de Comunicações, como único órgão de manutenção do 5º escalão, desincumbiu-se das suas funções precípua de reparação e suprimento do material de comunicações, malgrado as suas precárias instalações. As disponibilidades do seu estoque e os recursos orçamentários foram assim aplicados: material para suprimentos — Cr\$ 11.300.000,00; fornecimentos — Cr\$ 900.000,00; reparação de equipamentos — Cr\$ 2.300.000,00.

Prosseguem as aquisições de material de engenharia no estrangeiro, notadamente nos Estados Unidos da América, visando especialmente a completar a dotação de equipamento pesado das unidades da Arma, que já apresentam apreciável gama desse importante material.

Além de artigos menores, foram adquiridos tratores e moto-niveladoras, bem como material técnico de comunicações no montante de Cr\$ 10.262.751,50.

Em face do planejamento já realizado e que vem sendo pôsto em prática com a aquisição de material diretamente no exterior, provávelmente dentro de mais dois exercícios financeiros poderá a Administração do Exército completar o reequipamento de suas organizações de saúde.

Ainda no setor de saúde, cumpre assinalar as seguintes atividades: conclusão do Hospital da Guarnição de Manaus, criado pelo Decreto nº 32.271, de 14 de fevereiro de 1953; acabamento de um pavilhão para hospitalização de oficiais e respectivas famílias no Hospital Geral de Curitiba; início das obras de um pavilhão anexo à Policlínica Central do Exército, nesta Capital, com dois pavimentos, onde será localizada uma odontoclínica modelar, com suas seções de clínica, prótese, raio X e odontopediatria, e a construção de um Hospital de Guarnição, em São Gabriel, que já se encontra em fase final.

O estado de saúde dos animais de propriedade do Exército melhorou sensivelmente, no ano de 1953, havendo uma redução de 16%, no número de baixas, e, de 0,27%, no número de óbitos, em relação a 1952.

Foi incrementado, ao máximo, o desenvolvimento das 102 granjas existentes, tendo sido criadas mais 14. O valor da produção total dessas granjas atingiu cêrca de Cr\$ 30.000.000,00, tomando-se como base de cálculo 60% dos preços correntes no mercado nacional.

Esses estabelecimentos proporcionaram a diversas unidades do Exército uma economia no montante aproximado de Cr\$ 24.000.000,00, sem levar em conta a melhoria da alimentação que facultaram.

Procura o Exército incrementar e melhorar a equinocultura, em todo o território nacional, através de sua Remonta, em mais íntima ligação com os criadores e entidades turfistas, de forma a incentivar cada vez mais a iniciativa particular, atribuições estas que lhe foram delegadas pelo Ministério da Agricultura.

Um atestado eloqüente da capacidade técnica dos nossos engenheiros militares pode ser vislumbrado na realização do canhão antiaéreo de 40 mm e suas munições; partindo de matéria-prima

semi-acabada, oriunda de importação, foram usinadas por operários brasileiros as partes componentes desse complexo canhão.

Na parte propriamente da execução do encargo de estímulo à indústria nacional, tão recomendado pelo Governo, foram acordadas, em 1953, com diversos fabricantes, várias encomendas de armamento, munições e materiais de outra classificação, beneficiando-se 13 organizações industriais do País, com um montante de encomendas no valor total de Cr\$ 56.131.000,00.

Paralelamente a essas encomendas, as fábricas militares, utilizando estoques de matérias-primas e de ferramentas existentes, trabalharam para o cumprimento de programas qualitativos de recondicionamento do material bélico que lhes foi encaminhado para fins de recuperação.

Ainda no exercício de 1953, foram iniciadas e construídas 96 moradias, sendo 41 para oficiais e 55 para sargentos, e terminadas mais 123 residências para oficiais.

Outras obras são ainda dignas de registro, tais como: a conclusão do Quartel-General da Divisão Blindada e da Enfermaria do 25º Batalhão de Caçadores; a construção de 6 quartéis e instalações para 6 postos de fronteira, uma Escola em Uruguaiana; um pavimento, na ala dos fundos do Palácio da Guerra; 16 pavilhões em diversos quartéis, inclusive um grande pavilhão do futuro Parque de Motomecanização da 3ª Região Militar, em Santa Maria. Foram feitas, além disto, 8 instalações de serviços de água, esgoto e luz, em diversos quartéis e estabelecimentos do Exército.

O Ministério da Guerra, através da Diretoria de Obras e Fortificações, supervisionou a aplicação pelos seus órgãos de execução — Comissões e Unidades rodo-ferroviárias, empenhadas na construção de estradas — da importância de Cr\$ ..... 350.000.000,00, tendo sido realizados os seguintes trabalhos rodo-ferroviários: escavação — 786.000 m<sup>3</sup>; revestimento — 54,5 km; desmatação — 762.000 m<sup>2</sup>; obras de arte correntes — 101; obras de arte especiais — 1; conservação — 707 km; encascalhamento — 85.000 m<sup>3</sup>; estradas de serviço — 22 km. Esses trabalhos foram executados nas seguintes rodovias: Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, Rio Preto-Canal de São Simão, Aquidauana-Bela

Vista, Jardim-Pôrto Murtinho, Cuiabá-Pôrto Velho, Lorena-Itajubá, Lajes-Santa Cecília e Lajes-Passo do Socorro.

Quanto ao setor ferroviário, foram realizados os seguintes trabalhos: estudo de 45 km de linha; escavação — 2.207.000 m<sup>3</sup>; escavação em túnel — 51.000 m<sup>3</sup>; desmatação — 333.950 m<sup>2</sup>; obras de arte correntes — 85; estradas de serviço — 28 km. Esses trabalhos foram executados nas seguintes ferrovias: trecho Rio Canoas-Rio Pelotas, trecho Rio Pelotas-Rio Saltinho, trecho Rio Saltinho-Barra do Jacaré, trecho Rio Negro-Rio Canoas.

#### MARINHA

A Marinha prosseguiu em seus esforços no sentido de assegurar ao Brasil o soerguimento naval de que tanto necessita.

A reorganização administrativa dos serviços navais, determinada pela Lei nº 1.658, de 4 de agosto de 1952, está em via de conclusão, tendo sido aprovados e postos em execução os novos regulamentos elaborados. Estão sendo realizadas adaptações necessárias em edificio recentemente adquirido, o qual, como um anexo do Ministério, deverá receber uma parte dos órgãos principais do novo arcabouço da administração naval.

Procurou a Marinha de Guerra empregar todos os recursos disponíveis para a aquisição de novas unidades, prosseguindo no programa de construções navais que, em breve, entrará em plena fase de resultados positivos. No decorrer do último ano, foram incorporados ao serviço naval 6 rebocadores de alto mar construídos na Holanda e que já vêm prestando excelentes serviços.

Foram encomendados e estão em construção: na Holanda, 6 embarcações para transporte de passageiros, com capacidade para 600 pessoas cada uma, e 10 corvetas; no Japão, 2 navios mistos, de 8.000 t de deslocamento, com capacidade para transportar 4.300 t de carga, e 2.000 homens de tropa, cada um. Todas essas unidades deverão ser recebidas e incorporadas ao serviço em 1954.

Última-se, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, a construção de dois contratorpedeiros da classe "A", de duas bascas d'água e de duas de óleo combustível.

Dentre as obras empreendidas pela Marinha, nos Estados da Federação, cumpre destacar: o prosseguimento em ritmo acelerado da construção das novas bases navais de Val-de-Cães, no Pará, do Recife, em Pernambuco, e do Aratu, na Bahia; o início da expansão

do pôrto e base naval de Natal, no Rio Grande do Norte; o melhoramento da rêde de faróis e sinais de balizamento náutico, quer mediante novas construções, quer mediante reparos e remodelações dos antigos; as reparações e o início da construção de novas sedes para Capitâneas de Portos, suas Delegacias e Agências; a ampliação e o melhoramento da rêde de comunicações radiotelegráficas navais; o melhoramento e a expansão das instalações de instrução; a construção de novas residências para o pessoal de diferentes serviços; a conclusão e a inauguração solene, no Recife, do mausoléu erguido para os mortos do cruzador *Bahia*; a ampliação do serviço hospitalar e do de assistência social da Marinha, nos Estados, bem como da Clínica de Recuperação Infantil; o prosseguimento da construção da Vila Operária, nesta Capital, tendo sido recuperada e incorporada à parte saneada da Capital do País, no fundo da Baía de Guanabara, uma extensa área, outrora de mangues, concorrendo para a salubridade da região; o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da Granja de Iguaçú, que passou da fase de instalação para a de produtividade, em aumento progressivo e muito satisfatório, superando já a sua própria manutenção; a construção de novos paióis de munição; o prosseguimento da fabricação de canhões e respectiva munição e bem assim de torpedos, além de instrumentos óticos e ferramentas especializadas para armamento; o prosseguimento da construção do Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais, na Ilha do Governador, bem como de grande quartel para fuzileiros navais, em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, e de postos de fronteira naquele Estado; a construção da Base Universal da Marinha, no Campo de Provas da Marambaia; o prosseguimento dos trabalhos para a instalação da futura Fábrica de Armamento da Marinha, na antiga Fazenda Guandu do Sapê; a aquisição de um imóvel, na Rua Acre, nesta Capital, onde serão instaladas, vantajosamente e com economia, várias das repartições navais que ora ocupam imóveis alugados.

Fato auspicioso a assinalar é o da grande atividade das unidades navais em 1953. Jamais, salvo naturalmente durante a última guerra, nossos navios se movimentaram tanto, fôsse na prática de longas viagens de instrução, fôsse para a execução dos programas de exercícios que lhes foram traçados. O total de milhas navegadas ascendeu ao número expressivo de 282.026. A Flotilha do Amazonas, em suas numerosas viagens por diversos rios da

região, além de realizar seus exercícios, prestou inestimável assistência médica e social às populações ribeirinhas e às vítimas das grandes enchentes locais.

Na Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha, criou-se o Departamento de Geofísica, com a finalidade de coordenar os serviços de meteorologia e climatologia na Marinha; fazer a oceanografia, hidrológica e dinâmica, nas águas brasileiras, e fazer a prospecção geológica, magnética e gravimétrica de nossas costas. Desta inovação, que representa considerável progresso técnico, já resultou o preenchimento de uma grande lacuna no auxílio aos navegantes, com a transmissão diária da previsão do tempo, para a segurança antecipada da navegação.

Dedicou-se a Marinha, como anteriormente, a melhorar a educação, a instrução e o adestramento de seus servidores e a promover novos meios para suprir suas faltas de pessoal de tôdas as categorias; e tratou do aumento de efetivos que suas necessidades crescentes impõem.

Os cursos de formação e especialização de oficiais e praças, assim os da Escola de Guerra Naval, funcionaram ativamente e no máximo de suas capacidades.

Tornou a verificar-se, em 1953, a necessidade que, anualmente, tem tido a Administração Naval de, quando já avançados os exercícios financeiros, procurar obter créditos suplementares vultuosos, imprescindíveis ao prosseguimento de seus trabalhos. As suplementações indispensáveis, no ano findo, subiram a Cr\$. . . . 384.000.000,00.

O Orçamento atual consigna, sobre o de 1953, para este Ministério, um acréscimo de Cr\$ 868.538.408,00, em grande parte destinado ao pagamento do abono ao pessoal civil.

Tudo leva a crer que, no corrente ano, se não houver aumento de salários, pela primeira vez não terá a Marinha necessidade de suplementações.

A receita do Fundo Naval no ano findo atingiu a Cr\$ 741.953.309,40, sendo Cr\$ 562.500.000,00 correspondentes à arrecadação orçamentária; Cr\$ 148.426.353,90 de saldo de 1952; Cr\$ 10.808.293,50 de arrecadações diversas e Cr\$ 20.218.662,00 de saldo do empréstimo contraído. Dêsse total, foram empregados em obras e aquisições Cr\$ 550.783.711,70; estão já comprometidos, para diversos pagamentos, Cr\$ 187.324.752,50, restando disponíveis, portanto, Cr\$ 3.844.845,20, que se transferem para 1954.

Utilizou a Marinha o parque da indústria nacional, na obtenção das peças e sobressalentes para máquinas e motores cuja produção no País já é possível economicamente. Também se empenhou em contribuir para o desenvolvimento crescente e imediato dessas nossas fontes de produção. Infelizmente, porém, e isto é uma circunstância que não poderá ser subestimada, o material utilizado na Marinha não permitirá que nos libertemos totalmente dos mercados estrangeiros em futuro próximo.

O plano geral de trabalho a ser executado pela Marinha de Guerra, em 1954, assenta em três grandes partes: adestramento, obras e reaparelhamento da esquadra. Quanto à primeira parte, cursos e exercícios destinados ao adestramento individual constituem, em síntese, o programa a ser realizado metódica e progressivamente, ao mesmo tempo que serão promovidos exercícios, no mar, para todos os navios, visando a manter a Esquadra, o Corpo de Fuzileiros Navais e seus serviços de apoio em permanente e elevada condição de eficiência.

Como parte do programa de adestramento, o navio-escola *Duque de Caxias* partiu, a 12 de agosto de 1953, para a execução do curso de adaptação dos guardas-marinhas, e o *Almirante Saldanha* está iniciando os preparativos para a viagem que empreenderá, a partir de junho próximo, para a instrução das turmas de guardas-marinhas que acabam de terminar os cursos da Escola Naval.

O Ministério da Marinha, em 1954, prosseguirá na construção da Vila Operária, das bases navais de Val-de-Cães, Recife e Aratu; na expansão do porto de Natal; na conclusão dos postos de fronteira e do quartel de fuzileiros navais, em Uruguaiana; nas obras de aumento da Escola Naval; na construção de novas escolas de aprendizes-marinheiros, iniciando-se já as dos Estados do Amazonas, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Continuarão as obras da base naval do Rio de Janeiro, tratando-se de construir numerosas benfeitorias ainda aqui necessárias, inclusive a conclusão do Centro de Instrução dos Fuzileiros Navais, de depósitos de material, do Laboratório Farmacêutico e da Imprensa Naval. Serão iniciadas as construções de novas Capitânicas de Portos e Delegacias, com seus edifícios complementares, em vários Estados.

Estão sendo ultimados os planos para a construção, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, de duas canhoneiras para

o 6º Distrito Naval (Ladário) e quatro para o 4º Distrito Naval (Amazonas), enquanto ao estaleiro de Vitória, no Estado do Espírito Santo, vai ser encomendada a construção de dois navios oceanográficos e três hidrográficos, bem como contratada a transformação de duas corvetas em navios para observações meteorológicas.

#### AERONAU- TICA

O Ministério da Aeronáutica, durante o ano de 1953, realizou um apreciável volume de trabalho, atento à sua dupla missão: a militar, integrada no sistema defensivo do País, que compreende o preparo de uma Força Aérea eficiente, e a utilitária, que interessa à economia nacional em todos os seus ramos e abrange o amparo e o estímulo à Aviação Civil Nacional.

Suas atividades, desenvolvidas num ambiente de sadia compreensão e entusiasmo, permitiram que nossa jovem Força Aérea atingisse a um nível de instrução jamais igualado e que reconquistássemos para ela o lugar de relêvo que lhe compete entre as suas congêneres do Continente.

Dos 70 aviões Meteor, a jato, adquiridos em consequência do contrato celebrado com a Gloster Aircraft Company Ltd., com os quais se pôde iniciar um moderno programa de treinamento de caça, foram recebidas 53 unidades, das quais 46, montadas por técnicos brasileiros, estão entregues ao nosso 1º Grupo de Caça, em Santa Cruz. Os restantes 17 aviões deverão ser recebidos no mês corrente.

Um total de 54 pilotos, selecionados e instruídos para operar os aviões a jato e as 1.563 horas de vôo realizadas atestam o esforço dedicado à instrução, que se processou à medida em que foram sendo recebidos e montados os aviões e ao mesmo tempo em que se executavam os trabalhos de adaptação e prolongamento da pista de Santa Cruz. O recebimento, montagem e operação dos aviões a jato representam também uma renovação do serviço de manutenção e o resultado de um programa de instrução paralelo para técnicos e especialistas.

Em consequência do Acôrdo Brasil-Estados Unidos, recebemos 25 aviões, tipo F-47, com os quais foi organizado novo Esquadrão de Caça destinado às missões de cooperação com forças terrestres e mais 5 fortalezas-voadoras, B-17, os primeiros quadrimotores da FAB, destinados à execução de missões especializadas de fotografia aérea e de busca e salvamento.

Um importante trabalho de manutenção e reparação do material aéreo, que atingiu o total de 270 aeronaves, somado às aquisições, permitiu fôsse assegurada continuidade de ação e ótimo rendimento da instrução aérea, na qual foram realizadas mais de 139.000 horas de vôo e viagens de longo alcance até a África.

Em tôdas as Zonas Aéreas houve manobras conjuntas com o Exército e com a Marinha, além de missões de levantamento aerofotográfico realizadas em seu proveito.

Essas missões conjuntas, de importância capital para as nossas Forças Armadas, foram executadas pela nossas Unidades de Patrulha, Bombardeio, Reconhecimento, Caça e Transporte, em escala superior à de todos os anos anteriores.

Foram adquiridos três helicópteros do tipo H-13, destinados ao treinamento de tripulações para o serviço de busca e salvamento, com os quais já se podem realizar algumas missões dessa espécie. Esses aparelhos constituem um núcleo que será desenvolvido com prioridade especial, tendo-se em vista sua finalidade na proteção ao vôo.

Para a fabricação de aviões no Brasil, ultimaram-se os entendimentos com a Fokker Indústria Aeronáutica S.A., em consequência dos quais cêrca de 200 aviões foram já encomendados, sendo 50 de propulsão a jato para instrução especializada de caça e 150 para instrução de treinamento. O contrato com a Fábrica Fokker, já registrado pelo Tribunal de Contas, se encontra em fase de execução e terá a produção correspondente iniciada em maio próximo.

Iniciou-se a execução de um plano de estímulo à produção de sobressalentes e matérias-primas úteis à Aviação, cujos resultados já se vão fazendo sentir. Essa providência visa a fomentar a indústria nacional, no que se refere ao suprimento de nossa Força Aérea e de nossa Aviação Civil e atinge às encomendas experimentais de alumínio e aço, nas diversas formas, e numerosas peças substituídas nas revisões de motores.

Foram intensas as atividades da Aeronáutica relativamente ao ensino em suas diferentes escolas de formação, nas quais se pôs em prática a regulamentação aprovada em 1952. Sua missão de formar futuros oficiais e especialistas foi complementada por um melhor recrutamento de candidatos aos diferentes cursos, para o que se intensificou a propaganda no meio civil, com resultados satisfatórios.

Quanto à instrução dos quadros e da tropa, o preparo das praças que se destinam ao serviço ativo estêve a cargo do Centro

de Instrução Militar dos Afonsos, nova unidade que teve seu funcionamento iniciado e que também ministrou instrução especializada a oficiais do Quadro de Infantaria de Guarda.

Com a mesma finalidade, foi criado o Centro de Instrução Militar de Natal, para cujo funcionamento, em 1954, se tomaram as devidas providências.

No setor da assistência social, vale salientar que, de 522 casas, cuja construção o Ministério da Aeronáutica iniciou em 1953, foram terminadas e estão habitadas 382. Tais habitações beneficiam, principalmente, aqueles que, por seus méritos, têm vencimentos menores, e foram construídas no Galeão (Ilha do Governador), em Recife, Aracaju, Santa Cruz, Guaratinguetá, Porto Alegre, Natal, Fortaleza, Barra, Campina Grande e São Paulo (Cumbica). Também se adaptaram prédios existentes em Bases Aéreas para servir de moradia a militares, como ocorreu em Fortaleza, Natal, Maceió, Recife e Salvador.

Particular atenção foi dada ao sistema de fornecimento, a título reembolsável, ao pessoal militar e civil da Aeronáutica, assim como à ampliação das variedades de estoque dos reembolsáveis das diferentes unidades.

Quanto à assistência médica, padronizaram-se os métodos de seleção e controle do pessoal especializado no vôo a jato e realizaram-se obras para o aumento das instalações hospitalares, entre as quais se contam o término da construção do Hospital da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, em Curitiba, e a ampliação do Hospital da Escola de Especialistas, em Guaratinguetá.

A ação do Ministério, quanto à Aviação Civil, se fez sentir em amplitude e profundidade, com o fito de assegurar-lhe um desenvolvimento continuado e um amparo substancial, consentâneo com as suas necessidades. Na parte desta Mensagem relativa aos transportes e comunicações, são relatadas, pormenorizadamente, as atividades do Ministério neste setor.

No amparo à aviação aerodesportiva, além de 80 aviões de treinamento, foram também distribuídos aos aeroclubes 5 planadores, ao mesmo tempo em que, com subvenções que atingiram a cifra de Cr\$ 10.771.000,00, se puderam beneficiar os cursos de formação de pilotos privados e de instrutores de pilotagem. Para a manutenção do valioso material dos aeroclubes, foram criadas oficinas regionais subvencionadas e assistidas pelo Ministério da Aeronáutica.

Vários benefícios, expostos noutra capítulo desta Mensagem, puderam ser introduzidos em proveito da aviação em geral, inclusive na rede de proteção ao voo.

Contou a Aeronáutica com mais 27 novos radiofaróis, em consequência de convênios assinados com as empresas de transporte aéreo, e com numerosos melhoramentos introduzidos no sistema de balizamento-rádio, entre os quais se contam as instalações executadas em Ourinhos, Vila Jardim, Paranaguá, Porto Nacional, Cachimbo, Santa Cruz, São Paulo, Aragarças, Xavantina, Galeão, Recife e Porto Alegre.

Em sua missão desbravadora, realizou, ainda, a Aeronáutica, apesar das dificuldades naturais, outro trabalho de suma importância, qual seja o da abertura da nova Rota Aérea Rio-Manaus. Para esse trabalho de pioneirismo, foram abertos, em meio à floresta, os novos aeroportos de Jacarecanga e Cachimbo.

Balanceadas as realizações aeronáuticas do País, o Governo se sente lisonjeado em atribuir à centralização de suas atividades o crescente desenvolvimento da aviação brasileira, quer no setor militar, quer no setor civil.

## ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Tornam-se cada vez mais fortes os argumentos que aduzi, na Mensagem última, em favor de uma reforma de base do aparelho administrativo federal, de acôrdo com o projeto encaminhado ao Congresso, no ano findo, depois de estudado por uma Comissão Interpartidária, para êsse fim constituída.

Crescem os encargos, somando-se às funções clássicas do Estado as novas atribuições de supervisor de tôda a conjuntura econômica e mesmo de gestor de indústrias e atividades essenciais à vida da Nação. A administração federal continua, no entanto, inadequada para as funções que a Lei e as atuais circunstâncias objetivas estão conferindo ao Estado brasileiro.

Desejo, pois, nesta oportunidade, encarecer a atenção do Congresso para o referido projeto, no qual se consubstanciam medidas que, no presente, podem já ser consideradas de urgente necessidade.

No que tange às atividades de organização dentro da vigente estrutura ministerial, marca o ano de 1953 o início da reintegração do Sistema Organizador, que estava completamente desarticulado pelas medidas adotadas com a extinção da Divisão de Organização e Coordenação do Departamento Administrativo do Serviço Público e, mais ainda, com a supressão das Comissões de Eficiência nos Ministérios, conforme dispôs o Decreto-lei número 9.503, de 23 de julho de 1946. Presentemente, por força da Lei n. 1.650, de 19 de julho de 1952, restabeleceu-se a antiga articulação do DASP com unidades organizadoras instaladas nos vários Ministérios.

ORGANI-  
ZAÇÃO  
ADMINIS-  
TRATIVA

No ano transato, realizou êsse Departamento numerosos estudos sôbre assuntos de organização, ao ter de examinar propostas que lhe foram encaminhadas de vários setores da Administração Pública.

A atual importância, na evolução da conjuntura econômica e social e no processo de desenvolvimento do País, das receitas e despesas públicas, quer manejadas diretamente pelos governos, quer por órgãos descentralizados, está a exigir substanciais alterações na elaboração e apresentação dos orçamentos públicos e das entidades paraestatais.

Os cofres públicos recolhem e distribuem, através dos orçamentos, parcela de vulto da renda nacional, bastando citar que, só no corrente exercício, as receitas somadas, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atingem quase, segundo as estimativas, a oitenta bilhões de cruzeiros, aos quais se poderiam acrescentar cerca de vinte e cinco bilhões arrecadados pelas autarquias federais, estaduais e municipais.

No âmbito federal, estão sendo realizados estudos no sentido de dotar o País de uma Lei Nacional de Orçamento e Contabilidade, que introduza reformas de base na estrutura e forma de apresentação dos orçamentos e balanços públicos, de todos os três níveis de Governo, de forma que se permita um reagrupamento capaz de fornecer os elementos indispensáveis à formulação de uma política consentânea com as diretrizes gerais de nossa evolução econômica.

O atual estágio, em nosso País, da técnica orçamentária, cujas bases foram lançadas, no setor federal, em 1940, visa ainda, sobretudo, a objetivos de controle administrativo e financeiro. Em 1945, quando implantei, em bases permanentes, o Sistema Orçamentário da União, visava, como primeira etapa, a obter uma estrutura, liderada pelo Órgão Central Orçamentário, sob direta orientação do Presidente da República, capaz de examinar e estudar os planos de trabalho e os pedidos de dotações contidas nas propostas parciais das unidades orçamentárias.

Verifica-se, hoje, a necessidade de dar mais um passo, no sentido de encarar o orçamento como uma peça ativa na execução dos programas específicos de desenvolvimento econômico sob a direta responsabilidade do Poder Público.

Para tal fim, cumpre, antes de mais nada, reformar a estrutura e a apresentação da Lei de Meios, de modo que permita apurações meticulosas dos gastos de custeio e dos gastos de investimentos, discriminados, não só segundo as unidades administrativas, mas, sobretudo, segundo as regiões geo-econômicas e os

setores de atividades, a fim de que se possam apreciar os efeitos do jôgo da receita e despesa públicas sôbre a redistribuição de renda e os deslocamentos de fatores de produção.

Solicitei ao Congresso Nacional, pelo projeto de lei encaminhado com a Mensagem nº 531, de 30 de novembro último, a prorrogação por mais um quinquênio do chamado Plano SALTE, nos quadros em que o situou a Lei nº 1.504, de 15 de dezembro de 1951.

PLANO  
SALTE

Embora vários dos problemas, cuja solução era objeto do referido Plano em sua primitiva concepção, estejam sendo agora tratados de maneira mais expedita e consentânea através de órgãos recentemente criados, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional e a Petrobrás, não há dúvida de que convém preservar a inovação representada pelo regime administrativo e contábil do Plano SALTE, que se revelou mais maleável e simples do que o regime orçamentário comum — pela rapidez na liberação dos créditos e facilidade de sua passagem de um exercício para outro.

Acresce que seria prejudicial a interrupção das numerosas obras públicas postas em marcha sob esse esquema, especialmente as previstas nos setores de Saúde e Alimentação, as quais não puderam ser levadas até o grau de desenvolvimento alcançado nos demais setores. É de toda a conveniência, pois, o pronto pronunciamento do Congresso sôbre a providência a que acima aludi.

No campo da Administração do Pessoal, são de grande relêvo os trabalhos empreendidos.

PESSOAL

O Plano de Classificação de Cargos, a Revisão do Nível de Vencimentos e Salários dos Servidores Civis, a plena execução do novo Estatuto dos Funcionários e a Codificação dos Direitos e Deveres dos Extranumerários são objetivos que se vão alcançando e que traduzem, indiscutivelmente, uma efetiva política do pessoal.

A determinação contida no art. 259 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, foi oportunamente executada e, antes do prazo fixado, enviarei ao Congresso o Plano de Classificação dos Cargos do Serviço Público Federal, com base nos deveres, atribuições e responsabilidades funcionais.

O Plano de Classificação é o único fundamento seguro para uma política equânime de salários e vencimentos. Assim, à falta daquele, foi acertada a promulgação da Lei nº 1.765, de 1952, que concedeu abono de emergência ao pessoal civil da União. Paralelamente aos estudos da Classificação de Cargos, está sendo elaborado o Plano de Revisão de Vencimentos e Salários que, aplicado, trará conseqüências benéficas para o serviço civil, lôrça dinâmica e sustentáculo da Administração Pública.

O Govêrno realizou todos os esforços no sentido de aplicar eficazmente o novo Estatuto. Os capítulos que representam inovações foram regulamentados, especialmente os que implicam a extensão dêsse código aos extranumerários e às autarquias.

Graças à atividade do Conselho Administrativo de Pessoal, os trabalhos de regulamentação em breve ver-se-ão concluídos, e disso advirão benefícios incalculáveis para as práticas de pessoal.

Cumprindo, ainda, determinação da citada Lei nº 1.711, o Govêrno verificou que o Estatuto dos Funcionários poderia, em sua maior parte, ser aplicado aos extranumerários. A regulamentação baixada com o Decreto nº 34.395, de 28 de outubro de 1952, consubstancia essa orientação.

É imperativa, porém, a necessidade de legislação complementar, que atenda à peculiaridade do regime dos extranumerários. Nesse sentido, encaminhei ao Congresso o projeto de lei que tomou o nº 3.790, de 1953, e que, sem dúvida, propiciará sistema definitivo para o pessoal extranumerário da União.

*Seleção e  
aperfeiçoamento*

As correntes atividades do DASP norteiam-se, nesse campo, por dois objetivos: aumentar o interêsse da opinião pública pelos concursos e reduzir, na medida do possível, os contingentes de interinos e provisórios do Serviço Público Federal.

Consegui o referido órgão manter um noticiário quotidiano sôbre os concursos e provas na imprensa do País e, além disto, distribuiu 40.000 impressos e questionários sobretudo nas capitais e cidades do interior dos Estados, visando a uma cobertura total do Brasil.

A longa duração dos prazos de interinidade constitui hoje o problema de feição mais grave, neste campo. Levantamento realizado em fevereiro do corrente ano revelou a existência, em 54 carreiras diversas, de 1.113 interinos, número que tende a aumentar. Pode-se ter uma idéia da extensão do fato se considerarmos que êsses números representam apenas os saldos de inte-

rios não beneficiados pela efetivação concedida através de disposições constitucionais transitórias.

No que tange aos extranumerários, a situação não é muito diferente, pois, não obstante haverem as Tabelas Únicas incorporado apreciável contingente de servidores, é ainda vultoso o número de provisórios.

Quer num, quer noutra caso, a atuação do DASP sofre a influência negativa de vários fatores, além da tradicional resistência ao concurso, por parte dos servidores interessados e das pessoas que lhes patrocinam as pretensões.

Têm sido apreciáveis os esforços do Govêrno para ampliar o raio de ação do sistema de concursos e provas e assim proporcionar a um número de jovens cada vez maior o contato salutar com o sistema do mérito. No período de 1952-1953, o número de inscrições nos concursos e provas realizados pelo DASP atingiu um total superior a 62.000, representando não somente tôdas as Unidades da Federação, mas também cêrca de 20% dos Municípios brasileiros.

Fôsse o rendimento do ensino mais elevado e assegurasse, pelo menos, uma taxa de aprovação equivalente a 30% do total de inscritos, durante alguns anos não haveria necessidade de serem realizados concursos e provas para a quase totalidade das carreiras e séries funcionais do Serviço Público Federal.

Com respeito às atividades de treinamento e aperfeiçoamento de servidores públicos, vale notar o esforço renovador que se registra nos cursos do DASP, tendente a melhor ajustá-los à sua finalidade — qual a de difundir os conhecimentos da técnica de administração e aperfeiçoar os servidores públicos no exercício de suas atividades funcionais.

No corrente ano, será pôsto em execução um esquema de cursos que permite aos candidatos especializarem-se em vários campos da racionalização administrativa, com direito ao certificado de Técnico de Administração, ao fim de dois anos de trabalhos didáticos, de caráter teórico e prático. Isto sem prejuízo do prosseguimento normal de cursos outros de curta duração.

Ademais, é digna de nota a instalação, no referido setor de ensino, de um núcleo coordenador, que visa a imprimir às atividades didáticas perfeita articulação com as necessidades reais da Administração Pública, bem como à sistematização da experiência brasileira em matéria de racionalização do trabalho administrativo.

**CIDADE  
UNIVERSI-  
TÁRIA**

No setor de edifícios públicos, a construção da Cidade Universitária é certamente o maior empreendimento de construção civil em via de realização no País.

No corrente ano, apreciável parte dos recursos disponíveis, no valor de 240 milhões de cruzeiros, serão, segundo os planos vigentes, aplicados na conclusão da regularização topográfica da Ilha Universitária; na construção de 3 mil metros lineares das principais alamedas do plano urbanístico; no início da Ponte Osvaldo Cruz, que constituirá o principal meio de acesso aos setores de Engenharia, Filosofia, Arquitetura, Belas-Artes e à Reitoria; na construção dos blocos residenciais, do Estádio Universitário e da Faculdade de Farmácia.

Os três grandes edifícios em construção para o Hospital de Clínicas, a Escola Nacional de Engenharia e a Faculdade Nacional de Arquitetura merecerão o máximo dos esforços em seu prosseguimento, de modo que possam ser terminados e postos em uso no mais breve prazo, aliviando, assim, a carência de espaço e de instalações com a qual se debate a Universidade do Brasil.

**I. B. G. E.**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística continua realizando trabalhos técnicos e culturais da maior relevância, através de seus órgãos componentes — o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística.

**C. N.  
Geografia**

No setor geográfico, o respectivo Conselho deu prosseguimento a trabalhos de campo e de gabinete, visando ao preparo da Geografia do Brasil e à terminação de estudos especiais feitos por força de convênios firmados com a Comissão do Vale do São Francisco, a Companhia Vale do Rio Doce e o Estado do Rio de Janeiro, além de outros. Foram efetuadas sete excursões geográficas pelas várias regiões do País, abrangendo um total de 321 dias de trabalho de campo, durante os quais se tiraram 1.211 fotografias de expressivos aspectos da terra e da gente brasileira. Concluiu ainda o referido órgão monografias sobre a delimitação da floresta amazônica, a Região Centro-Oeste, o Território do Acre, a região oriental de Santa Catarina, a zona cacauceira da Bahia, o vale do Paraíba, a Baixada Fluminense, bem como outros estudos relativos ao desenvolvimento econômico do Nordeste e às enchentes do Rio Amazonas. Tendo ultimado o Atlas de Colôni-

zação do Estado do Paraná, deu início à execução do Atlas Geral do Brasil que traduzirá, gráficamente, os fenômenos de ordem física, humana, econômica e política, referentes ao Território Nacional.

No setor cartográfico, prosseguem normalmente as atividades do Conselho Nacional de Geografia.

Os serviços estatísticos, cuja execução é objeto de convênio entre a União, os Estados e os Municípios, vêm-se desenvolvendo satisfatoriamente. Os trabalhos cometidos aos órgãos primários de coleta, que se distribuem por todos os Municípios do País, continuam a ser custeados com os recursos pertinentes à arrecadação do «sêlo de estatística», que incide na base de 10% sôbre as entradas pagas em espetáculos de diversão pública.

*C. N.  
Estatística*

A criação indiscriminada de novos Municípios, em obediência a preceitos de leis estaduais, vem onerando, de maneira acentuada, as disponibilidades da Caixa Nacional de Estatística Municipal e dificultando previsões, no que se refere à melhoria da aparelhagem da rede nacional de Agências de Estatística.

No curso de 1953, todos os inquéritos de alçada do sistema estatístico brasileiro processaram-se dentro dos prazos fixados e em perfeita concordância com os critérios técnicos recomendados. Está em andamento normal o Plano Nacional das Campanhas Estatísticas que, desde 1937, vem pesquisando os diversos aspectos da vida nacional. Foram concluídos os estudos pertinentes à reforma dos inquéritos que integram aquêle Plano, estudos aprovados pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em julho do ano findo, e que objetivam atender às necessidades das repartições centrais e regionais de estatística e, especialmente, do Conselho de Segurança Nacional e das Forças Armadas.

No que respeita à divulgação de dados estatísticos e de trabalhos de natureza científica, cabe assinalar algumas ocorrências de porte, entre as quais o lançamento, em 1953, de dois volumes do Anuário Estatístico do Brasil, o que constitui fato inédito na história das atividades técnicas do Conselho Nacional de Estatística. O Anuário de 1953, entregue à circulação em dezembro do ano a que corresponde, além de divulgar matéria da maior importância e grande número de quadros retrospectivos, insere informações numéricas relativas ao próprio ano de referência, revestindo-se, assim, da maior atualidade possível a publicação desses dados.

Censo de  
1950

Os elementos correspondentes ao censo de população do Brasil, de 1.º de julho de 1950, foram ratificados pelo Governo Federal, em outubro do ano passado, sendo de salientar a circunstância de, três anos depois de iniciada a coleta censitária, estarem divulgados os resultados definitivos das principais características da população do País. Com base nestes dados, o Laboratório de Estatística do Conselho procedeu a uma série de pesquisas, difundidas inicialmente em edições mimeografadas, pesquisas que envolveram vários aspectos da população — sexo, idade, alfabetização, cor, nacionalidade, lugar de nascimento, ocupação, distribuição territorial, etc., bem como permitiram a elaboração de estimativas do desenvolvimento da população e de taxas de natalidade, mortalidade e sobrevivência. Ainda neste particular, outros trabalhos, de investigação estatística, foram realizados, contribuindo para aumentar o prestígio que o Brasil desfruta, nesse particular, nos círculos especializados do exterior.

Dois fatos, finalmente, merecem ainda relêvo, pela influência que devem exercer no aprimoramento do sistema estatístico brasileiro. Primeiro, o convite feito pelo Governo do Brasil, ao ensejo da 28.ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, realizada em Roma, para que a próxima reunião, a ser levada a efeito em 1955, tenha como sede o Rio de Janeiro. Segundo, a criação e instalação, sob os auspícios do Conselho, da Escola Brasileira de Estatística.

Na 28.ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, a delegação brasileira apresentou contribuição importante do ponto de vista técnico, tendo sido, ainda, reeleito Vice-Presidente da referida entidade o Sr. M. A. Teixeira de Freitas, antigo Secretário-Geral do IBGE.

A Escola Brasileira de Estatística foi criada em março de 1953, em obediência a resolução da Assembléia Geral do Conselho, do ano anterior, e em sintonia com atribuições conferidas ao IBGE, pelo Governo Federal, em decreto de 6 de julho de 1934. A Escola destina-se a manter cursos de Estatística, de duas categorias — de formação e de especialização, — distribuindo-se o de formação em três níveis — elementar, intermediário e superior. Em 1953, funcionaram regularmente a primeira série do curso superior, e um curso livre, de nível intermediário.

O regime de cooperação intergovernamental, em que se baseia o IBGE, vem demonstrando, com o correr dos anos, virtualidades cujo registro se impõe como exemplo para a execução de outros serviços e empreendimentos de caráter nacional. O esforço conjugado da União, dos Estados e dos Municípios, no campo da Estatística, tem possibilitado o contínuo aprimoramento das estatísticas do País e contribuído para o conhecimento da nossa realidade demográfica, econômica e social, dentro e fora do Brasil.

A União vem destinando, através do seu orçamento, recursos financeiros cada ano mais vultosos às administrações dos Territórios Federais. As dotações orçamentárias, em face das populações em cujo proveito se aplicam, ultrapassam comumente as destinadas aos mesmos fins em quaisquer outras regiões do País. Carece, entretanto, a Administração Federal de órgão específico incumbido de assistir adequadamente os governos territoriais e de acompanhar os resultados dos esforços financeiros que a Nação vem realizando em prol do desenvolvimento das vastas áreas que a União tomou a seu direto cargo.

ADMINIS-  
TRAÇÃO  
DOS TER-  
RITÓRIOS  
FEDERAIS

Não obstante, resultados satisfatórios se vêm obtendo da atuação dos governos dos Territórios, notadamente daqueles que atuam em regiões mais favorecidas, nas quais a iniciativa privada começa a lançar empreendimentos econômicos de maior significação.

É promissora a situação do Território Federal do Guaporé. Novos empreendimentos privados estão ali surgindo, ao mesmo tempo em que se desenvolvem as atividades governamentais.

*Território do  
Guaporé*

Obras de vulto são levadas a efeito, pelo Governo, na região. Foram concluídas oito escolas rurais, de conformidade com o plano e acôrdo firmados com o INEP. Estão em construção o almoxarifado do Território, um armazém de expurgo de cereais e oficina mecânica, um depósito de inflamáveis, uma estação de rádio, o Hospital de Pôrto Velho, a cadeia pública de Guajará-Mirim, cinco postos médicos, uma Escola Normal, um matadouro modelo, uma penitenciária agrícola, a sede do Serviço de Recuperação do Rio Ji-Paraná (SEREJIPA) e um conjunto para Serviços de Raios-X, no Hospital São José, além de mais três outras escolas rurais.

Aos serviços do Território foi incorporada a Fazenda Experimental de Pau d'Óleo, destinada ao solucionamento do problema regional da carne verde.

A produção de cereais registra aumento notável. O cultivo do café, ainda em caráter experimental, revela-se promissor. Receberam auxílio, no ano passado, em sementes, ferramentas e utensílios, 332 agricultores, sendo dispensada assistência técnica a 482.

O Serviço de Navegação do Guaporé está contruindo sede, em Guajará-Mirim, e aumentou sua frota com três pequenas unidades; o Serviço de Navegação do Madeira procura igualmente melhorar seu aparelhamento; finalmente, foram abertos 20,5 quilômetros de estrada de rodagem.

*Território do  
Acre*

O Território do Acre tem estado permanentemente a braços com dificuldades de transporte fluvial, apesar dos esforços dos Serviços de Navegação do Amazonas e Administração do Pôrto do Pará. Em conseqüência, a importação de mercadorias torna-se quase impossível, elevando-se o custo da vida. Esta situação crítica vai sendo, entretanto, paulatinamente vencida, pelo fomento da produção regional e pela melhoria do próprio tráfego, tanto quanto possível.

Para a melhoria dos níveis de saúde do Território muito têm contribuído a Polícia Sanitária e o Corpo de Visitadores Sanitários. No combate à malária, o Governo do Território firmou importante convênio para a dedetização de 20.000 prédios, no Acre, e fornecimento de medicação antimalárica.

No que tange a obras e construções, além de outras, de engenharia sanitária, merecem registro: em Rio Branco, o acabamento do novo Hospital de Clínicas e do pavilhão-presídio da Colônia Penal Agrícola; e em Cruzeiro do Sul, o incremento das obras do novo Leprosário. Concluíram-se várias obras em três Grupos Escolares e iniciou-se a construção de duas escolas. Além disso, criou-se um estabelecimento educacional de novo tipo, denominado Grupo Escolar e Internato Rural.

No setor do fomento da produção, o Governo do Território firmou convênio com o Ministério da Agricultura, unificando o Departamento da Produção e a Seção de Fomento Agrícola Federal, e prestou cuidadosa assistência aos diversos núcleos coloniais e às atividades rurais em geral, inclusive sob a forma de preparo mecanizado dos campos. Uma Estação Experimental trabalha na seleção e aclimação de culturas agrícolas. Graças a essa

ajuda multiforme, espera-se para o ano em curso um considerável aumento da colheita de cereais.

Cuidadosa assistência foi prestada aos diversos núcleos coloniais, mantendo-se em pleno funcionamento os diversos conjuntos mecanizados, para beneficiamento da produção local.

A Estação Experimental, encarregada de proceder aos estudos de aclimação e seleção de culturas, trabalhou, em 1953, cerca de 16 hectares de terras para experimentação.

Prosseguiram as atividades administrativas do Território do Rio Branco, tanto no que concerne às obras públicas quanto no setor de assistência à economia e à população. *Território do Rio Branco*

Concluiu-se no exercício a construção de um jardim de infância, duas pontes, uma usina elétrica em Boa Vista, três escolas rurais, um campo de pouso e cinco postos médicos, e a ampliação da Imprensa Oficial, com a instalação de novas máquinas. Foram encetadas várias obras novas, inclusive dois internatos rurais, duas escolas, o edifício da Divisão de Obras, dez casas residenciais e duas pontes de madeira. Adquiriram-se sete casas pré-fabricadas e a oficina mecânica do Governo restaurou sete veículos, uma draga e dois tratores.

No setor de terras e colonização, iniciou-se a vacinação anti-rábica dos rebanhos, foi assinado convênio de assistência à pecuária com o Ministério da Agricultura e instalado um aviário na Colônia Agrícola Fernando Costa; instituíram-se várias feiras-livres para venda de produtos agrícolas, adquiriram-se dois tratores e conjuntos mecânicos para a lavoura e cinquenta e nove reprodutores bovinos e eqüinos para revenda aos pecuaristas, distribuíram-se sementes e ferramentas a pequenos agricultores e foram colocadas trinta e seis famílias em duas colônias.

No setor de saúde, cabe registrar que entraram em funcionamento no interior novos postos médicos com equipamentos modernos, distribuíram-se trinta ambulâncias e procedeu-se a dez diligências médicas.

No setor de educação, começaram a funcionar dezessete das dezenove escolas que se encontravam fechadas e foi assinado com o Ministério da Educação e Cultura um convênio de ensino supletivo.

O Governo do Território elaborou um plano para a aplicação dos recursos concedidos pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o plano rodoviário do Território.

*Território do  
Amapá*

O balanço das atividades do Governo do Amapá, durante o exercício de 1953, apresenta-se auspicioso.

No campo da saúde pública, por exemplo, são dignas de registro numerosas realizações do Governo. As doenças endêmicas foram erradicadas das principais cidades. Hoje, o Território dispõe de moderno hospital e de um centro de saúde, além de pavilhões para maternidade e doenças transmissíveis, postos de puericultura, postos médicos-padrão e subpostos, em várias localidades.

No campo educacional, além da intensificação dos cursos primários, rurais e secundários, o Governo deu especial atenção ao ensino normal, devendo-se ressaltar a formatura da primeira turma de professores da Escola Normal de Macapá.

Outro campo em que já foram alcançadas vitórias decisivas é o da produção. No setor mineral, por exemplo, neste ano, transformou-se em realidade o projeto do aproveitamento das jazidas de manganês do rio Amapari. Serão recebidas as primeiras parcelas do financiamento de US\$ 67,500,000.00, concedido pelo Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos da América à empresa nacional concessionária da exploração das jazidas. Tais recursos permitirão construir um porto continental e uma estrada de ferro com 195 quilômetros de extensão, bem como oferecer emprego imediatamente a 2.500 trabalhadores.

A União e o Território arrecadarão, de impostos e *royalties*, relativos à exportação do minério, nunca menos de Cr\$ 100 milhões, quantia quase equivalente ao total das verbas orçamentárias distribuídas anualmente pelo Governo da União ao Território.

Prosseguem os estudos das ocorrências de cassiterita do rio Araguari, as quais chegaram a registrar, a partir de 1945, a produção apreciável de 306 toneladas, de que uma parte foi reduzida a estanho, no próprio Território.

Ficaram totalmente determinados, em 1953, os elementos principais do projeto de aproveitamento do potencial hidrelétrico da Cachoeira do Paredão, no rio Araguari, para 25.000 kW. Esta energia servirá a três dos quatro Municípios amapaenses e parte das áreas vizinhas do Estado do Pará, já atraindo para o Território o interesse de muitas indústrias que dependem de energia elétrica abundante e a baixo custo.

Até 30 de outubro de 1953, o Banco do Brasil investiu no Amapá Cr\$ 55.462.664,00 e o Banco de Crédito da Amazônia,

Cr\$ 7.556.567,80. Para retribuição desses créditos, somente a produção de milho, arroz, feijão e mandioca, no ano agrícola de 1953, concorreu com Cr\$ 39.978.000,00.

Quanto à borracha, o Território, já em 1960, deverá produzir, anualmente, cerca de 7 milhões de quilos, segundo estimativas técnicas.

Entre as obras públicas executadas em 1953, merecem relevo a conclusão do edifício do Mercado Central do Amapá, a do abastecimento de água de Mazagão; a do pavilhão de aulas, anexo ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco; a de dez casas para funcionários; a de campo de pouso da cidade de Calçoene e a de duas pistas de emergência, nas localidades de Tartarugal e Cortiçal.

Até fins de 1953, achavam-se em perfeitas condições de tráfego 627 quilômetros de rodovias, sendo 466 do Plano Rodoviário Nacional e 161 de estradas secundárias, construídas com recursos do Governo do Território.

O Governo da União atribuiu ao Amapá, no exercício de 1953, a dotação global de Cr\$ 104.594.120,00.

**SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA.**

## POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

O Estado brasileiro, por força das novas funções que as próprias circunstâncias lhe impuseram e que se vieram somar às antigas, tem acesso a uma parcela crescente da renda e do produto nacionais. Isto se aplica ao Estado em sua acepção mais lata — incluindo as administrações estaduais e municipais e toda a série de órgãos autárquicos e paraestatais, cuja fonte principal de renda tenha cunho predominantemente fiscal — e não apenas à sua cúpula e coroa-mento, que é a Administração federal.

As despesas atendidas com essa receita podem ser distribuídas em três categorias :

a) custeio da máquina administrativa — na parte correspondente às funções tradicionais do Estado; .

b) custeio da intervenção disciplinadora deste, na economia, implicando, em última análise, uma redistribuição da renda nacional, que volta à própria coletividade de onde saiu, deduzida apenas das despesas com a manutenção da máquina administrativa incumbida de efetuar a operação;

c) custeio dos investimentos propriamente ditos do Estado e do aparelho necessário à sua aplicação.

Em cada uma dessas categorias encontramos duas ordens de despesas: as referentes à própria finalidade que visa a atender e as relativas ao custeio do aparelho executivo. Impõe-se, como norma geral e tarefa imediata, comprimir ao estritamente necessário as despesas da segunda ordem, as quais, na Administração brasileira, estão excessivamente pesadas. Sob esse ponto de vista, não há diferença entre as três categorias acima enumeradas, correspondentes às funções básicas do Estado; em todos os níveis impõe-se uma redução considerável no custo da gestão porque, não correspondendo este a atividade produtiva em si mesma, implica o desvio de fatores de produção das atividades diretamente produtivas — inclusive algumas não-rentáveis, mas que concorrem para o efetivo enriquecimento da sociedade.

A ampliação da máquina administrativa brasileira — e, mais uma vez, não apenas no campo federal — não foi acidente nem resultado de capricho dos governantes. Foi parte de um vasto processo de redistribuição da renda, imposto pela luta contra os efeitos da longa depressão mundial que teve início em 1929. Isto, e mais o fato de que o mesmo processo ocorreu em quase todos os países do mundo, explica essa ampliação, se bem que não a justifique aos olhos de muitos, principalmente daqueles pouco inclinados a ponderar as contingências que qualificam sempre o arbítrio do governante.

O fato novo está em que mudaram as dificuldades com as quais temos que lutar e, nas novas condições, é possível e desejável interromper o processo. Por uma feliz circunstância, uma vez que o Estado está sendo investido de novas funções, não se torna obrigatório dissolver parte da máquina pesada e ineficiente que aí está, mas reorganizá-la de modo a torná-la capaz de, sem ulterior expansão, arcar com suas novas obrigações.

As despesas correspondentes à primeira das categorias acima, além de variarem segundo o grau de eficiência do aparelho custeado por elas — como nos demais casos — variam segundo a amplitude e natureza das tarefas impostas ao Estado pelas circunstâncias. A manutenção da ordem interna ou a defesa nacional, num período conturbado como o presente, pejado de surpresas e sobresaltos, tanto no seio da sociedade nacional quanto no da coletividade internacional, são proposições muito diversas das que implicava o desempenho das mesmas funções noutras épocas, menos inquietas que a atual.

As relativas à segunda categoria são, provavelmente, as despesas suscetíveis de maior compressão, pois nem sempre correspondem a uma necessidade permanente da economia. Pelo menos uma importante parcela da tarefa que o Estado teve que aceitar, de redistribuidor da renda, resulta dos abalos causados pelas repentinas flutuações da conjuntura mundial sobre a economia nacional, uma vez que não estávamos aparelhados para neutralizar êsses efeitos de outra maneira menos onerosa para as finanças públicas. Se o Estado se vê forçado a subvencionar as importações — como quando suporta, de diversas maneiras, parte do custo do produto exportado e habilita o exportador a vender suas cambiais por um preço inferior ao que corresponderia ao custo efetivo do produto para a economia nacional — a fim de assegurar a satisfação das ne-

cessidades mínimas de certos setores da produção ou do consumo e depois se vê impellido, com igual força, a subvencionar outras atividades, ameaçadas de exclusão do mercado nacional pelos preços artificialmente baixos do produto estrangeiro, onera duplamente as próprias Finanças Públicas. Mas, uma vez criados os instrumentos adequados a uma direção mais eficiente do comércio externo, como se está fazendo, reduzem-se simultaneamente as necessidades de subvencionar as importações e de subsidiar as indústrias nacionais ameaçadas de estrangulamento.

Cabe notar, porém, que o Estado não pode renunciar inteiramente, e muito menos de pronto, à sua função de redistribuidor da renda e, através desta, da produção nacional. Circunstâncias historicamente determinadas e muito estáveis resultaram, por exemplo, em chocante desnível do desenvolvimento entre as diversas regiões e Estados do País. Mesmo que, com as reformas iniciadas e as em estudo, se extirpem no todo ou em parte as causas desse desnível, não é possível ao Governo Federal renunciar aos seus programas regionais, resultantes do espírito e da letra da Constituição Federal e da política do meu Governo, destinados a reduzir em breve prazo o aludido desnível. Tais programas, como é notório, implicam um processo de redistribuição da renda, inclusive através dos chamados investimentos compensatórios.

Tampouco é intenção do meu Governo reduzir as despesas de caráter social, como as implícitas nos programas de educação, saúde, habitação popular e outros, que se identificam cada vez mais com as funções permanentes do Estado e que também acarretam redistribuição de renda.

A última categoria de despesas consubstancia a mais alta e concentrada forma de intervenção do Estado na economia. Através dela, ele emerge como empreendedor por direito próprio — independentemente ou em associação com produtores privados.

Em regime baseado na iniciativa privada, essa atividade necessariamente deve revestir caráter supletivo, mas a experiência brasileira demonstra que, pelo menos nas condições que têm prevalecido nas últimas décadas, o capital privado abandona setores decisivos da atividade econômica ou nêles se aplica muito insuficientemente. Da ausência ou insuficiência desses setores resulta excessiva dependência das importações, fato que assume aspectos particularmente graves se, como é o caso concreto, os setores faltantes são precisamente as indústrias e serviços de base; em con-

seqüência dos investimentos privados em atividades de superestrutura, aumentam fortemente as necessidades dos produtos daquelas indústrias e daqueles serviços; as condições reinantes no mercado mundial não se mostram propícias nem à expansão de nossas exportações de mercadorias nem às importações de capitais.

Em tais condições, o Estado não se pode furtar aos investimentos necessários a ampliar ou mesmo criar indústrias e serviços de base ou de infra-estrutura. Esses investimentos não perdem seu caráter supletivo, mesmo quando o Estado assume a responsabilidade por uma indústria ou serviço inteiro — como é virtualmente o caso das ferrovias — se encarados não do ponto de vista estreito daquelas indústrias ou serviços, mas do ponto de vista da economia nacional como um todo.

Os setores infra-estruturais cuja responsabilidade o Estado está assumindo, em medida crescente, caracterizam-se, do ponto de vista econômico, por uma produtividade anual baixa por unidade de capital invertido, comparativamente às atividades de superestrutura que, por esse mesmo motivo, são as preferidas pelo capital privado. Não há, conseqüentemente, perigo de que, em futuro previsível, os investimentos públicos nos setores de base conduzam a uma superprodução — contrariamente ao que poderia suceder se recursos em volume comparável fôssem orientados para setores de produtividade bem maior do capital, como as indústrias leves e principalmente a atividade agropastoril.

O volume das necessidades de investimentos públicos nos referidos setores nada tem de arbitrário. Seu teto absoluto são as necessidades criadas pelos investimentos privados nas superestruturas, ou seja, é função do modo como se aplicam os capitais privados. Considerando que os recursos públicos que tem sido possível mobilizar ficam muito aquém daquelas necessidades, o limite é fixado realmente pelos recursos mobilizáveis, resultando que a necessidade de mobilizar novos recursos pode determinar sérias pressões inflacionárias, principalmente quando obriga ao apêlo às emissões.

Uma política de investimentos conducente a evitar esse efeito indesejável, conseqüentemente deve, por um lado, ampliar as disponibilidades públicas para investimentos em infra-estrutura e, por outro, reduzir as disponibilidades privadas para investimento em superestrutura. A primeira ordem de medidas fortalece a ação do Estado no sentido de colocar a infra-estrutura em condição de

atender as necessidades da economia nos bens e serviços respectivos; a segunda limita o crescimento dessas necessidades.

A ampliação dos recursos do Estado aplicáveis àquele objetivo deve ser obtida tanto por uma administração mais econômica quanto pelo aumento de tributação.

Esta última medida, ao mesmo tempo que amplia os recursos orientáveis para os setores retardados da economia, limita os passíveis de aplicação em superestrutura, isto é, contribui duplamente para a obtenção do indispensável equilíbrio intersetorial, cuja ausência está, precisamente, na raiz de quase todos os nossos problemas mais graves. Idêntico efeito pode ser alcançado, entretanto, pela aplicação de parcela mais considerável dos capitais privados nas atividades de base, tornando dispensável a intervenção supletiva do Estado, e meu Governo envida todos os esforços para que esta seja, sempre que possível, a solução adotada para o problema.

O mercado livre revelou-se instrumento inadequado para alcançar os objetivos que induziram à sua criação: não conduziu à expansão das exportações nem ao estímulo à imigração de capitais. O exame dos dados relativos ao período de sua vigência, até a introdução do novo regime cambial, revela que não obstante sua ação fortemente depressiva sobre a taxa de câmbio do cruzeiro, agravou-se continuamente a situação do balanço de pagamentos, graças à acentuação do desequilíbrio de ambas as suas principais subdivisões: o comércio de mercadorias e o de capitais.

NOVO  
REGIME  
CAMBIAL

Patenteava-se assim, à saciedade, que não estávamos em presença de um desajustamento transitório ou superficial, mas de uma profunda crise de estrutura no campo das nossas relações econômicas com o estrangeiro — com graves repercussões sobre a economia interna do País.

A réplica do Governo a êsse desafio teve início com a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Em síntese, a reforma cambial estabelecida em outubro de 1953, conjugando a política cambial com a monetária interna, consistiu em:

- conceder bonificações fixas às cambiais de exportação;
- cobrar, através do leilão das disponibilidades cambiais em bolsa, ágio pelas divisas adquiridas pelos importadores;

- exigir o pagamento imediato desses ágios;
- concentrar no Banco do Brasil tôdas as cambiais de exportação, deixando o mercado livre adstrito às operações decorrentes do movimento de capitais e transferências de rendimentos, da remessa de "royalties", heranças, turismo e outras operações não ligadas ao intercâmbio comercial;
- estimular, com vantagens adequadas, a entrada de capitais sob a forma de máquinas e equipamentos, sem cobertura cambial, e certas importações com financiamento bancário em moeda estrangeira.

Com tais medidas visava o Govêrno, além de simplificar e tornar eficiente o mecanismo controlador do comércio exterior, que se fizera demasiado complicado e inoperante, em virtude da própria natureza das funções que lhe tinham sido paulatinamente impostas, a agir sôbre a conjuntura cambial pelos seguintes meios:

- redução da diferença entre os preços correntes no mercado interno para os produtos suscetíveis de importação e os cobrados aos importadores pelas divisas necessárias ao pagamento dos importados, em moeda nacional;
- elevar os preços, na mesma moeda, dos produtos de exportação;

Os recursos necessários para a consecussão do segundo objetivo são obtidos no próprio campo do comércio exterior, pela aplicação de parte do produto dos ágios e sobretaxas ao pagamento das bonificações aos exportadores. Com parte dos recursos sobrantes serão estimuladas as atividades ganhadoras de divisas, enquanto necessário, e financiadas as operações destinadas a regularizar as obrigações comerciais brasileiras no exterior e o fortalecimento da posição internacional do cruzeiro. Esses resultados são os objetivos imediatos do Govêrno.

Conforme se acha descrito nos capítulos que se seguem, as expectativas estão sendo plenamente confirmadas. O aumento de nossas exportações e a contenção das importações, após a adoção da nova medida cambial, tornaram possível a obtenção de saldo em nossa balança comercial.

Os atrasados comerciais foram praticamente eliminados e as compras do País no exterior realizam-se no setor cambial, dentro do regime de pronto pagamento.

Os efeitos sobre a política de crédito, que no momento começam já a ser sensíveis, são dos mais benéficos. Drenando as disponibilidades dos importadores, as quais consistiam, em sua maioria, em depósitos bancários e em imóveis, para o Banco do Brasil, a medida vem provocando reajustamentos salutarés, com efeitos anti-inflacionários flagrantes.

Tais disponibilidades drenadas estão já em parte sendo canalizadas para as localidades do interior pelo reajustamento dos preços decorrentes das bonificações concedidas aos exportadores. O Governo prepara a regulamentação que regerá em definitivo a aplicação dos recursos oriundos da diferença entre os ágios cobrados aos importadores e as bonificações pagas aos exportadores.

Os efeitos imediatos da reforma efetuada não foram tão alviziéreiros para certos setores da economia. Em primeiro lugar, reduziu-se substancialmente a fonte de enriquecimento fácil representada para muitos importadores pela apropriação da diferença entre os preços em cruzeiros pagos pelos bens importados e os que esses mesmos bens obtinham ao serem revendidos no mercado interno. Em segundo — e este é um efeito que o Governo não admitiu senão com relutância — muitas indústrias necessárias tiveram seu desenvolvimento freado pelo encarecimento dos bens de produção importados, embora esse efeito seja neutralizado em certa medida pela maior regularidade alcançada no suprimento de certos fatores de produção estrangeiros mais críticos, uma vez que o licenciamento se tornou praticamente automático.

A longo prazo, porém, a nova situação criada não pode deixar de repercutir favoravelmente sobre o desenvolvimento industrial, principalmente no que tange aos setores básicos, isto é, os produtores de bens e serviços necessários às outras indústrias e atividades, uma vez que liberta esses setores da competição estrangeira, representada no País pelos bens da mesma natureza, importados a preços artificialmente baixos, que implicavam em verdadeira subvenção, como acima expus.

Acresce que, com a regularização de nossas contas externas podemos esperar o reforçamento do crédito externo do nosso País, condição indispensável para um influxo realmente vantajoso e ponderável de capitais estrangeiros, para aplicação em nossas indústrias.

## PAGAMENTOS INTERNACIONAIS

Nas atuais condições brasileiras, a manutenção do ritmo de aumento do consumo e, sobretudo, dos investimentos, depende, em alto grau, da aquisição de bens e serviços no exterior. Cerca de um terço dos investimentos realizados internamente repercute sobre nosso balanço de pagamentos, pela aquisição de bens de capital no exterior. Assim, somente um elevado nível de importações, que tem sido obtido, graças, sobretudo, à melhoria dos nossos termos de intercâmbio, a qual é decorrente da alta do café e de financiamentos externos a curto prazo, vem permitindo a manutenção da taxa de crescimento econômico dos últimos anos. Sem isso teríamos, por certo, desequilíbrios econômicos dos mais graves, com repercussões sociais.

Os empréstimos externos a curto prazo são, entretanto, de todo inadequados para o financiamento do desenvolvimento econômico, mas têm sido o único recurso pôsto em mãos do Governo para evitar solução de continuidade no processo de elevação do padrão de vida interno e do bem-estar futuro do povo. É que os ingressos líquidos, inclusive os oriundos de financiamentos externos a longo prazo, apropriados para inversões de infraestrutura, têm, como veremos adiante, sido insuficientes, apesar das amplas garantias oferecidas pelo Governo.

Todos os esforços vêm sendo envidados, contudo, no sentido de manter o equilíbrio do balanço de pagamentos, restringindo-se ao mínimo, dentro dos meios de que dispõe o Governo, as importações menos essenciais, tanto as destinadas ao consumo, como aos investimentos, preferindo-se dentre estes últimos os mais prementes e os relativos a atividades básicas.

Assim, durante o ano findo, a política de câmbio executada pelo Governo visou a restabelecer em bases mais estáveis o equilíbrio de nosso balanço de pagamentos e firmar o crédito do País no exterior. Objetivamente, a ação do Governo, durante o ano de 1953, orientou-se, sobretudo, para os seguintes fins:

**SITUAÇÃO  
CAMBIAL**

— reajustar o preço, em cruzeiros, das letras de exportação, procurando, assim, incrementar a receita cambial;

— utilizar o mecanismo dos preços como instrumento auxiliar na seleção das importações;

— regularizar o pagamento das obrigações comerciais em atraso, restabelecendo o regime de pronto pagamento.

Para atingir êsses objetivos, contava o Poder Executivo, ao iniciar-se o ano, com os dispositivos da Lei nº 1.807, de 7 de janeiro de 1953, que permitia fazer «misturas» da taxa oficial com a vigorante no mercado livre, a fim de facilitar o escoamento dos produtos gravosos e elevar os preços das importações; e com o regime de prévio licenciamento das importações e exportações.

#### SUBSÍDIOS ÀS EXPOR- TAÇÕES

O emprego de tais instrumentos deu início ao reajustamento do preço de compra das cambiais de exportação. Conforme indicava o próprio texto de nossa lei cambial, foram selecionados vários produtos de exportação, considerados gravosos, e permitida, no mercado livre, a venda de parte do valor das cambiais em moedas estrangeiras. Inicialmente, a parcela a ser negociada à taxa livre variava de 15 a 50 %, segundo a gravosidade do produto. Mais tarde, a razão da «mistura» cambial foi unificada em 50/50, para todos os produtos, exceto café, algodão e cacau.

Prosseguindo no reajustamento gradativo da receita dos exportadores, estabeleceu-se posteriormente, ainda no sistema de «misturas cambiais», o processo das «pautas mínimas», fixando-se, para cada produto de exportação, inclusive o café, o algodão e o cacau, um preço abaixo da cotação internacional, segundo o qual as cambiais de exportação deveriam ser negociadas à taxa oficial: o valor que excedesse àquela pauta seria negociado através do mercado livre.

Finalmente, em outubro, com o advento do novo regime cambial, êsse sistema foi abandonado, tendo-se arbitrado, então, uma bonificação fixa, de Cr\$ 5,00 por dólar ou o equivalente noutra moeda estrangeira, para as cambiais decorrentes da exportação de café, e de Cr\$ 10,00 para as relativas à venda dos demais produtos. É êste o sistema ainda vigente, que, conforme veremos na parte relativa ao comércio exterior, vem produzindo real e firme estímulo às nossas exportações, tornando-as mais competitivas nos mercados internacionais.

A elevação do custo, para os importadores, da moeda estrangeira, visando a eliminar uma das principais causas da alta propensão que para importar tem a nossa economia, foi o outro ponto abordado pelo Governo, no ano findo. Como primeira tentativa, foram autorizadas, logo após a vigência da Lei número 1.807, de 7 de janeiro de 1953, numerosas operações de importação com cobertura através do mercado livre de câmbio. O mercado oficial foi reservado apenas para aqueles produtos considerados da mais estrita essencialidade para a economia do País.

Tendo em vista, porém, os abalos provocados por essa medida nas cotações do mercado livre, foi o Governo forçado a proibir, novamente, as importações através desse mercado cambial.

Em outubro, adotou-se o sistema de licitação em bolsa, para as cambiais destinadas à maioria das importações privadas.

Atualmente, no regime da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que extinguiu a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, existem três tipos básicos de cobertura cambial para as importações brasileiras, a saber:

- a) taxa oficial, sem sobretaxa;
- b) taxa oficial, acrescida de sobretaxas fixas;
- c) taxa oficial, acrescida de sobretaxas variáveis, segundo os lanços feitos em bolsa.

No primeiro, enquadram-se certas importações especiais, tais com as de trigo, e também a de papel para a imprensa; bem como os pagamentos de diversos serviços, inclusive os governamentais.

Na base da taxa oficial, acrescida de sobretaxa fixa, são fornecidas coberturas para as importações diretas dos Governos federal, estaduais e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, cuja maioria do capital votante pertença ao poder público. As aquisições de petróleo e derivados são igualmente cobertas por essa forma.

Estão sujeitas a licitação tôdas as demais importações, que foram, para êsse fim, grupadas em cinco categorias, segundo a essencialidade de cada produto. Por êste sistema, o Governo limita o total dessas importações, em cada categoria, pelo montante das divisas postas em leilão, deixando que o mecanismo dos preços selecione as mais essenciais.

**REGIME  
DE PRON-  
TO PAGA-  
MENTO**

O restabelecimento do regime de pronto pagamento foi uma das conquistas mais importantes da política de câmbio adotada pelo Governo, em 1953.

Os atrasados comerciais e financeiros, em moedas conversíveis, vinham acusando aumentos sucessivos, desde 1952 até maio de 1953, como conseqüência da política de abastecimento acautelatório, posta em prática pelo Governo, em 1951 e 1952, face à tensão política internacional gerada pela guerra na Coréia; a partir do mês de junho, porém, passaram a decrescer, caindo em dezembro ao equivalente a 76 milhões de dólares, sendo que os atrasados comerciais em relação aos credores americanos foram completamente liquidados. Cabe notar que êstes últimos débitos representavam, em abril, cerca de noventa por cento do total de nossas obrigações comerciais em atraso na área de moedas conversíveis.

Essa situação foi alcançada pela política de austeridade no licenciamento de importações, o que nos permitiu liquidar, com nossos próprios recursos, a parcela dos atrasados em dólares não coberta pelo empréstimo de US\$ 300 milhões obtido do Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos da América.

A posição em moedas compensadas melhorou, também, em 1953. Em geral, houve melhoria em quase tôdas as moedas, tendo sido inteiramente regularizada a situação dos pagamentos em coroas dinamarquesas e coroas suecas. Como resultado dos entendimentos havidos em outubro de 1953, o Brasil está cumprindo um esquema para a liquidação dos atrasados comerciais em libras esterlinas. Os débitos com a Alemanha e a Itália vêm sendo liquidados gradativamente, obedecendo-se aos acordos celebrados com aquêles países.

**FUNDO  
MONE-  
TÁRIO IN-  
TERNACIONAL**

O Brasil vem, desde 1949, utilizando o *pool* de recursos existente no Fundo Monetário Internacional, destinado a atender os países-membros nas suas necessidades temporárias de cambiais, devidas a flutuações nas suas transações externas correntes. Segundo os estatutos daquele organismo internacional, os países-membros poderão adquirir do Fundo, sob certas condições, a moeda de qualquer outro membro, pagando na sua moeda ou em ouro.

Por êsse sistema, em 1949, compramos ao Fundo a importância de 37,5 milhões de dólares; em janeiro de 1951, 10 milhões de libras (28,0 milhões de dólares); e, em fevereiro de 1952, mais 37,5 milhões de dólares, tendo, nesse mês, nossa po-

sição a recomprar, junto ao Fundo Monetário Internacional, ascendido a 103,0 milhões de dólares.

De junho de 1952 a fevereiro de 1953, recomparamos a importância de 84,25 milhões de dólares, tendo aquela posição decrescido para apenas 18,75 milhões de dólares.

O movimento de compras e recompras realizadas no período de março a dezembro de 1953, inclusive a nova compra de 10 milhões de libras para início da liquidação dos atrasados comerciais com a Inglaterra, conduziu-nos à atual posição em que temos a recomprar no Fundo a importância de 65,5 milhões de dólares.

Essa posição deverá ser liquidada de acordo com o seguinte esquema :

	EM US\$ MILHÕES	
	<i>Recompras</i>	<i>Posição a recomprar</i>
1957		
Julho .....	10,00	55,50
Dezembro .....	15,00	40,50
1958		
Julho .....	20,25	20,25
Dezembro .....	20,25	—

O mercado livre de câmbio, inaugurado em 23 de fevereiro de 1953, caracterizou-se por uma constante tendência à desvalorização do cruzeiro. As medidas corretivas adotadas pelo Governo visaram, através de alterações na estrutura das forças da oferta e da procura, atuantes nesse mercado, a corrigir essa tendência.

MERCADO  
LIVRE DE  
CÂMBIO

À evolução, mês a mês, das cotações da taxa de venda do dólar, afixadas pelos bancos particulares, pode ser apreciada no seguinte quadro:

MERCADO LIVRE DE CÂMBIO

	<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>
Fevereiro .....	39,00	39,00
Março .....	41,70	48,00
Abril .....	42,00	49,00
Maior .....	42,00	47,20
Junho .....	44,50	52,00
Julho .....	42,50	44,20
Agosto .....	39,00	42,50
Setembro .....	38,80	39,80
Outubro .....	38,50	47,00
Novembro .....	38,80	53,00
Dezembro .....	38,80	58,50

Pode notar-se, através desses registros, que a ação governamental conseguiu, a partir de junho e até setembro, quando se adotou a política cambial vigente, elevar substancialmente o valor do cruzeiro. O Governo tudo fez para inspirar confiança no mercado livre, visando à estabilidade da taxa, sem o que esse instrumento deixaria de preencher a função para a qual foi criado.

O desequilíbrio entre a saída de capitais estrangeiros e suas rendas e as entradas de novos capitais anulam, contudo, os esforços do Governo. As operações realizadas no mercado livre, em todo o País, acusaram um *deficit* de cerca de 2,3 bilhões de cruzeiros nas operações classificadas como transações correntes, e isto apenas de fevereiro a setembro. No mesmo período, as entradas líquidas de capitais, atingiram 1,4 bilhões de cruzeiros, tendo ficado muito abaixo da saída líquida de rendimentos, que foram além de 2,4 bilhões, cifra que é um recorde, originando um *deficit* superior a 1 bilhão de cruzeiros.

Em face desses resultados, traduzidos numa drenagem rápida de capitais do País, o Governo foi forçado a voltar suas atenções para um sistema cambial capaz de estimular as exportações e restringir importações, sem utilizar o mercado livre, ficando este, exclusivamente, para o movimento de capitais e rendas, turismo e outras transações de menor importância. Nessa base funciona o sistema cambial, em vigor, já descrito anteriormente.

#### COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial brasileira reagiu favoravelmente, em 1953, às medidas governamentais tendentes à restauração do seu equilíbrio. Da política de maior rigor nos licenciamentos, primeiro, e, depois, da de compressão das importações, pela via dos preços, uma e outra conjugadas com estímulos às exportações, num momento em que os preços externos de alguns dos nossos principais produtos de exportação manifestavam certa tendência para a alta, resultou num saldo positivo comercial de cerca de 3 bilhões de cruzeiros.

Os esforços iniciados pelo Governo, em 1951, para reduzir o valor de nossas importações, somente começaram a surtir efeito a partir do segundo semestre de 1952. É que uma redução no total dos licenciamentos somente repercute sobre o nível das importações alguns meses depois, em vista dos prazos de validade das licenças.

## IMPORTAÇÕES EFETIVAS E LICENCIAMENTO

1948/1953

(EM CR\$ BILHÕES)

	Licenciamentos	Importação efetiva
1948 .....	21,0	21,0
1949 .....	19,1	20,6
1950 .....	32,7	20,3
1951 .....	59,7	37,2
1952 .....	25,1	37,2
1953 .....	26,9	25,7 *

Como se infere dos dados apresentados, embora em 1952 o valor total dos licenciamentos tenha sido reduzido em 55%, as importações, à conta das licenças concedidas em 1951, em face da política de estocagem executada pelo Governo, mantiveram-se em nível elevado. Em 1953, os licenciamentos foram superiores aos concedidos no ano anterior, tendo, porém, as importações efetivas declinado de quase 30%.

Os efeitos das medidas de ordem cambial sobre o montante de nossas exportações podem ser apreciados pelo movimento exportador, em dólares, tomado trimestralmente.

## EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

POR TRIMESTRES

(Em US\$ milhões)

	1952	1953	+ ou - em 1953
I .....	405,9	311,7	- 94,2
II .....	295,0	292,8	- 2,2
III .....	351,9	407,8	+ 55,9
IV .....	365,3	527,0	+ 161,7
Total .....	1.418,1	1.539,3	+ 121,2

Os subsídios concedidos aos exportadores de café, algodão e cacau, incentivaram de forma decisiva os totais exportados, tendo a cifra do último trimestre superado, em cerca de 44%, a de igual período de 1952.

A execução dos acordos comerciais vem-se pautando pelas mesmas diretrizes adotadas para o conjunto de nosso intercâmbio. Atualmente, mais de 40% do nosso movimento comercial externo

ACÓRDOS  
COMER-  
CIAIS E  
DE PAGA-  
MENTOS

\* Dados preliminares.

faz-se à base de acordos bilaterais, o que demonstra a importância que meu Governo vem dando a esse tipo de transações.

O movimento comercial do Brasil com os quinze países com os quais mantém acordos comerciais, foi, nos 11 meses de 1953, de 9,1 bilhão de cruzeiros, para as exportações, e 11,4 bilhões, para as importações.

Com a vigência do novo sistema cambial, surgiram, inicialmente algumas dificuldades de ordem prática para a execução dos acordos comerciais. Atento a esse aspecto da questão, o Governo mandou realizar os estudos necessários para resolvê-las, e as próximas listas de mercadorias a serem negociadas terão já, como base, os mesmos critérios adotados para a elaboração das cinco categorias criadas pela Instrução nº 70, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

*Ajustes de pagamentos*

São em número de vinte e um os países com os quais mantemos ajustes de pagamento, a saber: Alemanha, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Islândia, Itália, Iugoslávia, Japão, Noruega, Polônia, Portugal, Suécia, Checoslováquia e Uruguai.

Os convênios com a Bolívia, Finlândia e Islândia foram celebrados em 1953. Os demais são anteriores.

De modo geral, foi satisfatório o funcionamento desses pactos, estabelecidos com o objetivo de assegurar regime tranqüilo para os pagamentos recíprocos entre as partes. As principais ocorrências registradas durante o ano em curso são a seguir sucintamente expostas.

*Alemanha*

Em consequência do desequilíbrio verificado entre nossas exportações e importações, decorrente do atendimento das necessidades do parque industrial brasileiro, foram realizadas negociações com o Governo da Alemanha, no sentido de se fixarem normas destinadas a corrigir a situação. Os resultados das medidas, cuja adoção se fez por troca de notas diplomáticas em 4 de setembro último, já se manifestaram de modo apreciável, pela redução de nossos débitos.

*Argentina*

Substanciais fornecimentos de trigo argentino ao Brasil determinaram a modificação da posição do convênio, o qual chegou a acusar-se favorável à República Argentina. Acham-se em curso entendimentos para a modificação do regime de pagamentos. Nas

novas condições, a partir de 1º de janeiro de 1954, passam as transações entre os dois países a ser escrituradas em dólar-convênio.

Atendendo à proposta recebida, o valor das amortizações e dos juros relativos ao crédito concedido à Finlândia por força do Ajuste Financeiro, concluído em 31 de maio de 1946, foi aplicado no pagamento de importações provenientes da Finlândia, e que se achavam pendentes de cobertura cambial em dólares e libras. Com essa operação, reduziu-se a sete milhões e novecentos mil dólares o saldo devedor daquela nação para conosco.

*Finlândia*

O desequilíbrio que surgira na execução do nosso ajuste com a Itália, pelo excesso de nossas importações, encaminha-se para corrigir-se, graças às condições criadas pelo novo regime cambial, o qual prepara clima favorável a ulterior expansão do nosso intercâmbio com aquela nação amiga.

*Itália*

Também o desequilíbrio de nosso intercâmbio com Portugal marcha para desaparecer, observando-se já um decréscimo cada vez mais acentuado de nossas responsabilidades cambiais junto àquele país, para o que contribui o reativamento de suas compras de produtos brasileiros.

*Portugal*

Nossa legislação cambial vigente é uma das mais favoráveis do mundo às inversões de capital estrangeiro. A Lei nº 1.807, de 7 de janeiro de 1953, faculta, pelo mercado livre de câmbio, completa liberdade à entrada e saída de capitais e à remessa dos lucros auferidos no País.

**CAPITAIS  
ESTRAN-  
GEIROS E  
SUAS  
RENDAS**

É de ressaltar-se, aliás, que, nesse particular, o Brasil deu largo passo no sentido de atenuar as restrições cambiais. Pela referida lei, outorgam-se franquias que vão além das preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional, cuja convenção, em seu artigo VI, seção 3, faculta aos países membros a manutenção dos contrôles que julgarem necessários para regular os movimentos internacionais de capitais.

Assegura-se, ademais, garantia da taxa correspondente ao custo do câmbio, no mercado oficial, para remessas de amortizações e juros até 8% ao ano, em se tratando de capital de empréstimo julgado de indubitável interesse para a economia nacional, e bem assim, para transferência de rendimentos, até 10 %, em se tratando de capitais de participação ou de investimento direto.

quando também considerados de especial interesse para a economia nacional, e, pois, merecedores de prioridade cambial, conforme as disposições do regulamento da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro último que consubstanciou a política oficial referente à matéria.

Não obstante essas vantagens, os dados preliminares relativos a 1953, acusam uma saída líquida de capitais e rendas, da ordem de 1,6 bilhões de cruzeiros. Aliás, nas últimas décadas, a conta capitais e rendas, do nosso balanço de pagamentos tem sido constantemente nossa devedora, isto é, o País perde substância em lugar de ganhá-la por essa via, ou, no sentido lato, comporta-se como exportador de capitais em lugar de importador.

Conforme estudos autorizados, o movimento líquido de capitais e rendas em nosso balanço de pagamentos internacionais, nos últimos quinze anos, foi o seguinte:

## EM CR\$ MILHÕES

	<i>Donativos e Capitais Privados</i>	<i>Renda de Investimentos</i>	<i>Total</i>
1939 .....	— 5	— 211	— 216
1940 .....	— 403	— 483	— 886
1941 .....	— 584	— 619	— 1.203
1942 .....	— 478	— 734	— 1.212
1943 .....	+ 791	— 967	— 176
1944 .....	+ 14	— 1.233	— 1.219
1945 .....	— 202	— 1.125	— 1.327
1946 .....	— 104	— 1.209	— 1.313
1947 .....	+ 486	— 962	— 476
1948 .....	+ 1.303	— 1.906	— 603
1949 .....	+ 468	— 1.806	— 1.338
1950 .....	+ 249	— 1.773	— 1.524
1951 .....	— 254	— 1.575	— 1.829
1952 .....	+ 295	— 668	— 373
1953 (*) .....	+ 304	— 1.927	— 1.623

Verifica-se, assim, que, nos quinze anos estudados, ocorreu uma entrada líquida no País de donativos e capitais privados da ordem de 1,9 bilhões de cruzeiros, e uma saída de rendas da ordem de 17,2 bilhões de cruzeiros. Do confronto dessas cifras conclue-se que, no referido período, o movimento de capitais e rendas acusou uma saída líquida de 15,3 bilhões de cruzeiros, ou sejam, aproximadamente, 800 milhões de dólares.

(\*) Dados preliminares. Fontes: «Inflation in Brazil», por E. M. Bernstein, chefe do Departamento de Pesquisas do Fundo Monetário Internacional, para os dados de 1939 a 1946; e superintendência da Moeda e do Crédito, para os de 1947 a 1953.

Demonstra-se, pois, de forma inequívoca, que o desenvolvimento econômico brasileiro vem sendo, de há muitos anos, financiado inteiramente com recursos nacionais, pois, em última análise, as importações de máquinas e equipamentos são pagas integralmente com o produto das exportações brasileiras; e que, portanto, a verdadeira contribuição estrangeira ao nosso progresso é a representada pela técnica transmitida, inclusive pelo pessoal qualificado que procura o País, seja para prestar seus serviços durante algum tempo, seja para se integrar definitivamente na Nação brasileira.

Como já foi salientado, a falta de financiamentos externos adequados à execução dos programas de desenvolvimento econômico do País, vem provocando sérios desajustamentos de nossas contas internacionais.

**FINANCIAMENTOS EXTERNOS**

O item «financiamento oficial especial» do balanço de pagamentos brasileiro, onde são registradas tôdas as transações de financiamentos e amortização de empréstimos a longo prazo, concedidos a nossas entidades oficiais, ou mediante garantia do Tesouro Nacional, acusou, nos últimos quinze anos (1939 a 1953) uma saída líquida de 4,2 bilhões de cruzeiros. Nesse item, enquadraram-se as amortizações de nossa dívida pública externa e os financiamentos concedidos pelo Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos da América e pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Dessa forma, pelos resultados dos últimos quinze anos, as amortizações feitas pelo Brasil excederam os novos financiamentos concedidos, em cêrca do 280 milhões de dólares.

O total dos empréstimos ao Brasil, concedidos por aqueles dois institutos de crédito, até 30 de junho de 1953, atingiu a cifra de 624,2 milhões de dólares, assim distribuídos:

<i>Atividade Econômica</i>	<i>Financiamento em US\$ milhões</i>
Energia Elétrica .....	148,5
Siderurgia .....	70,0
Transporte Marítimo .....	41,9
Transporte Ferroviário .....	32,3
Mineração .....	20,6
Transporte Rodoviário .....	3,2
Cimento .....	3,1
Outros .....	2,3
Para liquidação de parte dos atrasados comerciais .....	300,0
<b>Total .....</b>	<b>624,2</b>

Dêsse total, porém, até à mesma data, já havíamos amortizado US\$ 64,8 milhões.

Para uma apreciação exata da importância de tais cifras no conjunto de nossas transações internacionais, basta verificar que, no período de 1947 a 1953, se excluirmos o empréstimo a prazo médio destinado à liquidação dos atrasados comerciais, os financiamentos daquelas duas entidades, concedidos ao Brasil, não chegaram a atingir 2 % das receitas em divisas produzidas por nossas exportações, e corresponderam, apenas, a pouco mais de um terço da saída líquida de rendas de investimentos estrangeiros no País.

**"LEND-LEASE"**

Considera-se que a quantia total das contas do «Lend Lease» para auxílio de defesa ao Brasil, segundo as estipulações do Acórdo de Empréstimos e Arrendamentos, de 3 de março de 1942, tenha atingido exatamente a 200 milhões de dólares.

A responsabilidade total de reembolso do Governo do Brasil baseou-se na mesma taxa de pagamento percentual estipulado no Acórdo, isto é, 35 % do valor do auxílio fornecido ao Ministério da Guerra, ou sejam, 70 milhões de dólares. Como o Brasil já havia efetuado o pagamento da importância de 35 milhões de dólares, o saldo devedor foi exatamente de 35 milhões, a ser liquidado em 7 anos, com amortizações anuais de 5 milhões de dólares, a partir de 1.º de julho de 1948.

Posteriormente, foi realizado um suplemento ao Acórdo, incluindo-se no total a pagar a quantia de 2,1 milhões de dólares, correspondentes a dívidas contraídas pelos Ministérios da Marinha e Aeronáutica, nas mesmas condições.

Tal empréstimo, decorrente da participação do Brasil na guerra, vem sendo liquidado pontualmente, faltando, apenas, resgatar a última prestação de 5 milhões de dólares, a vencer-se em julho próximo.

**PERSPECTIVAS DO BALANÇO DE PAGAMENTOS**

Atacado em 1953, pela forma já exposta, o problema do desequilíbrio em nossos pagamentos internacionais, iniciamos já o corrente ano com perspectivas animadoras.

No último ano, com uma conjuntura mundial pouco favorável aos nossos produtos e com uma das maiores saídas líquidas de rendas de investimentos verificada nos últimos quinze anos, o Governo conseguiu registrar saldo em nossas transações internacionais, o que somente foi obtido, depois de instituído o controle de importações, nos anos de 1949, quando se iniciou a alta do

café, e de 1950, quando ocorreu o «boom» internacional das matérias primas, como consequência da guerra coreana.

O saldo obtido em 1953, somado ao empréstimo de 300 milhões de dólares concedido pelo Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos da América e as compras realizadas no Fundo Monetário Internacional, foi utilizado para apressar a liquidação dos atrasados comerciais brasileiros.

Para o ano corrente, segundo as previsões já realizadas, traduzidas no quadro abaixo, deveremos obter um saldo de 4,8 bilhões de cruzeiros nas operações internacionais, que será aplicado, parcialmente, na liquidação das dívidas comerciais remanescentes, indo o restante reforçar nossas reservas internacionais.

#### BALANÇO DE PAGAMENTOS

PREVISÃO PARA 1954

(Em Cr\$ milhões)

	<i>Convertíveis</i>	<i>Inconvertíveis</i>	<i>Total</i>
A. Mercadorias e Serviços ...	6.676	— 3.373	3.303
B. Donativos e Capitais Privados .....	1.134	518	1.652
C. Financiamento Oficial Especial .....	10	— 118	— 108
D. Superavit ou Deficit .....	7.820	— 2.973	4.847
E. Atrasados Comerciais .....	— 866	— 344	— 1.210
F. Financiamento Oficial Compensatório (aumento —) ...	— 6.954	3.317	— 3.637

Através do manejo dos instrumentos de planejamento e controle hoje à disposição do Governo no setor cambial, pode-se assegurar que tais previsões serão atingidas, caso permaneçam constantes as condições da conjuntura mundial. O orçamento de câmbio, instituído em bases permanentes pela Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953, tem sido o principal instrumento administrativo manejado pelo Governo, no sentido de garantir o equilíbrio no setor cambial.

Os pontos essenciais de orientação governamental, no âmbito da política de câmbio, podem ser assim sintetizados:

- a) manter o regime de pronto pagamento dos compromissos internacionais;
- b) garantir o suprimento regular das importações essenciais;
- c) criar condições para o acúmulo de saldos suficientes para possibilitar o acesso aos mercados estrangeiros de crédito, ampliando o afluxo e melhorando as condições e preços do capital.

## FINANÇAS PÚBLICAS

O setor das finanças públicas é, presentemente, aquêle no qual, ao mesmo tempo, se apresentam os problemas que reclamam mais urgentes providências, e no qual mais maduras estão as condições para isso. O caminho está preparado pelo substancial saneamento, já conseguido no campo cambial; mas, por outro lado, uma ação decidida no setor das finanças públicas terá necessariamente que prefaciara as competentes medidas nos domínios da moeda e do crédito.

Segundo dados preliminares, a execução dos orçamentos, federal, estaduais e municipais, durante o ano de 1953, produziu um *deficit* superior a 8 bilhões de cruzeiros. Para o exercício em curso, se as previsões dos orçamentos se realizarem, registrar-se-á resultado equivalente.

A eliminação desses desequilíbrios, por meio de medidas coordenadoras de longo alcance, é a tarefa imediata da União. Cumpra-lhe, com efeito, conforme preceitua o art. 5º, inciso XV, letra *b*, da Constituição Federal, traçar as normas gerais de direito financeiro, de forma que se estruture em bases uniformes e de ação coordenada a ação financeira dos Governos federal, estaduais e municipais.

Essas normas serão consubstanciadas em três projetos básicos — as Leis Orgânicas das Finanças Públicas — já em fase final de estudo pelo Ministério da Fazenda. Espera, assim, o Governo obter do Congresso a Lei Nacional de Orçamento, o Código Tributário Nacional e a Lei Orgânica do Crédito Público.

Com base nessas leis, o Executivo federal procurará, através de entendimentos diretos com os Governos regionais e locais, articular planos conjuntos sobre dívida pública, tributação, gastos sociais e investimentos em setores básicos, objetivando, por essa forma, eliminar a pressão inflacionária que vem sendo gerada pela ação financeira dos três níveis administrativos da Federação.

No setor federal, não fôra a insuficiência dos recursos específicos — aumento do impôsto do sêlo e de consumo sôbre cigarros — votado para fazer face ao pagamento do abono de emergência e de outras vantagens concedidas em 1952 ao funcionalismo civil da União, ter-se-ia obtido, no exercício passado, o terceiro saldo orçamentário consecutivo.

Não obstante, tendo em vista o programa de economia adotado pelo Govêrno na execução do orçamento, o *deficit* registrado foi sensivelmente inferior ao previsto na Mensagem do ano findo. E, apesar dêsse resultado, o saldo líquido obtido no último triênio ainda se eleva a mais de 2,2 bilhões de cruzeiros, contra *deficit* de 7,1 bilhões e 3,2 bilhões, respectivamente, nos triênios 1948/50 e 1945/47.

No setor das finanças públicas os pontos básicos do programa que vem sendo adotado pelo Executivo federal, e para os quais encareço a atenção dos Poderes Legislativo e Judiciário, e dos Governos estaduais e municipais, podem ser assim sintetizados:

- 1) comprimir ao mínimo possível os gastos governamentais de caráter puramente administrativo;
- 2) coordenar os dispêndios que impliquem redistribuição da renda nacional, de forma que se obtenham os efeitos colimados com o mínimo de recursos;
- 3) reduzir até limites razoáveis o ritmo em que se vêm expandindo as obras públicas, restringindo os investimentos estatais apenas àqueles setores básicos cuja expansão ou criação fôr exigida pelo desenvolvimento econômico do País;
- 4) aumentar a arrecadação, sem maior gravame, por meio dadas racionalizadoras do sistema exator, salvo nos casos em que o reajustamento de tributos específicos seja conveniente do ponto de vista econômico.

**EXECUÇÃO  
ORÇAMEN-  
TÁRIA**

Nessas linhas gerais é que o Govêrno executou o orçamento aprovado para 1952, cuja despesa estava orçada em 34,0 bilhões de cruzeiros e a receita estimada em 34,3 bilhões, com um equilíbrio apenas aparente, pois que não estavam previstos os gastos decorrentes das vantagens a serem concedidas ao funcionalismo, já mencionadas.

Sòmente em face das providências adotadas foi possível obter os resultados que se seguem:

	Previstos ou autorizados	Realizados
	(Cr\$ milhões)	
Receita .....	34.295	37.057
Despesa orçamentária, créditos adicionais e outras .....	38.289 *	39.925
Saldo ou deficit .....	— 3.994	— 2.868

Em relação a 1952, a despesa do exercício passado sofreu um acréscimo de 40%, enquanto a receita cresceu de apenas 21%. A comparação das despesas, por verba, entre os dois exercícios fornece-nos o seguinte quadro:

	Cr\$ milhões		
	1952	1953	dif. %
Pessoal .....	9.862	12.398	+ 26
Material .....	2.426	3.017	+ 24
Serviços e encargos .....	11.347	16.930	+ 49
Obras .....	3.299	5.955	+ 81
Dívida Pública .....	1.188	1.324	+ 12
Diversos .....	339	301	— 11
Total .....	28.461	39.925	+ 40

Com relação à receita, porém, os acréscimos não foram tão sensíveis, apesar da majoração dos impostos de selo e de consumo sobre cigarros. É que a redução de nossas importações produziu profundas repercussões na receita pública. Não só foi reduzida a arrecadação dos direitos aduaneiros, mas, também, tal redução atuou no ritmo de crescimento dos impostos de transferência de fundos para o exterior, do selo (verba bancária) e do consumo. Comparando-se os dois exercícios, chega-se aos resultados seguintes:

	Cr\$ milhões		
	1952	1953	dif. %
<i>Renda Ordinária</i>			
I — Rendas tributárias			
Importação .....	2.589	1.385	— 45
Consumo .....	9.124	10.774	+ 18
Renda .....	9.994	11.639	+ 16
Selo .....	3.092	3.822	+ 24
Territórios .....	6	7	+ 17
II — Rendas patrimoniais .....	330	1.350	+309
III — Rendas industriais .....	1.087	1.345	+ 23
IV — Diversas rendas .....	2.991	3.406	+ 14
<i>Renda Extraordinária</i> .....	1.526	3.329	+118
Total .....	30.739	37.057	+ 21

(\*) Exclui a previsão dos gastos com o abono e outras vantagens.

PERSPEC-  
TIVAS  
PARA  
1954

A proposta orçamentária relativa ao exercício em curso, por mim enviada ao Congresso Nacional, em maio de 1953, previa a receita e fixava a despesa em 42,0 bilhões, com um equilíbrio quase perfeito.

O orçamento promulgado pelo Presidente do Senado Federal prevê a receita em 46,0 bilhões e fixa a despesa em 45,1 bilhões, prevendo, pois, um saldo da ordem de 0,9 bilhões de cruzeiros.

O cotejo entre os dados da proposta orçamentária e a Lei de Meios conduz aos seguintes resultados:

	Cr\$ milhões		
	Proposta	Orçamento	Dif.
Receita .....	41.998	46.042	+ 4.044
Despesa			
Pessoal .....	13.653	13.708	+ 55
Material .....	3.515	3.475	- 40
Serviços e encargos .....	16.704	18.403	+ 1.699
Obras .....	6.932	8.271	+ 1.339
Dívida pública .....	1.194	1.195	+ 1
Total .....	41.998	45.052	+ 3.054
Saldo ou <i>deficit</i> .....	—	+ 990	—

Se adicionarmos aos totais acima a importância de 2,5 bilhões de cruzeiros, correspondente aos créditos adicionais transferidos do exercício anterior, chegaremos a um *deficit* previsível de 1,5 bilhões de cruzeiros. Isto sem levar em consideração que dificilmente a receita atingirá, em 1954, o total previsto, que excede em 24% a efetiva arrecadação de 1953, taxa evidentemente otimista em face da atual conjuntura dos negócios.

Por essa forma, o Governo iniciou o ano em curso com a perspectiva pouco animadora de um *deficit* efetivo de, no mínimo, 2,0 bilhões de cruzeiros. Envidarei todos os esforços para eliminá-lo, tendo já adotado providências no sentido da mais rigorosa economia na aplicação das verbas orçamentárias. Trata-se, não obstante, de uma batalha que o Executivo e o Legislativo deverão travar unidos, evitando a abertura de novos créditos ou a aprovação de novos encargos sem que sejam votados novos recursos específicos ou cancelados programas e projetos menos importantes.

POLÍTICA  
TRIBUTÁ-  
RIA

Visando a possibilitar substanciais aumentos na arrecadação dos tributos cobrados pela União, Estados e Municípios, através do estabelecimento de princípios que devem orientar a aplicação

e a interpretação das leis fiscais, e orientando os contribuintes na exata compreensão de seus deveres, vem o Ministério da Fazenda ultimando o projeto do Código Tributário Nacional, que remeterei, próximamente, à apreciação do Congresso Nacional.

E' indubitável a necessidade de tal instituto legal. As normas nêle contidas permitirão melhor elaboração das leis fiscais e maior facilidade da sua aplicação, evitando fraudes e a evasão de rendas e facilitando a tarefa dos próprios agentes do fisco, pelo esclarecimento de conceitos jurídicos básicos e de eliminação de práticas obsoletas ou tãcnicamente falhas. O Código Tributário Nacional é, portanto, peça indispensável ao estabelecimento das bases normativas da ação fiscal, trabalho preliminar para que o sistema de tributos nacional possa constituir um conjunto harmônico, traduzindo política tributária coerente com o sentido da ação estatal em seu conjunto.

No estrito campo tributário da União, o problema de taxaçaõ dos lucros extraordinários, cujo projeto já está em estudo na Câmara dos Deputados, e o do reajustamento das tarifas alfândegárias são os que vêm sendo encarados presentemente pelo Governo Federal.

A Comissão de Revisão Geral das Tarifas Aduaneiras já concluiu a primeira parte de seu trabalho, tendo revisto a nomenclatura tarifária brasileira, modernizando-a e adaptando-a à nomenclatura internacional. O projeto de emergência que estabelece sobretaxas *ad-valorem* na pauta aduaneira atual, o qual vem completar provisoriamente a reforma cambial instituída em outubro último, está praticamente pronto e será dentro em breve encaminhado à consideração do Congresso Nacional.

Continuando na orientação de encarar os problemas das lianças públicas em tãrmos nacionais, o Executivo Federal está elaborando o projeto de Lei Orgânica do Crédito Público, que visa, com base no art. 5º, inciso XV, letra *b*, da Constituição Federal, a traçar as normas gerais reguladoras do crédito público.

**DÍVIDA  
PÚBLICA**

Tem sido preocupação constante do Governo a reabilitação do crédito público interno, de forma a permitir a utilização do mercado de títulos públicos como fonte de recursos para os investimentos estatais. No setor federal, como primeiro passo, foram

*Dívida  
Interna*

tomadas, em 1951, providências no sentido de restabelecer-se a pontualidade no pagamento dos juros, bem como se adotou processo de pagamento mais cômodo aos portadores dos títulos.

Avançando mais uma etapa, em janeiro de 1952 foi enviado ao Congresso Nacional o projeto de regularização do resgate dos títulos federais em circulação.

Tendo em vista não ter ainda sido votado o referido projeto, o Poder Executivo passou à etapa seguinte, enviando ao Congresso Nacional, em novembro último, um novo projeto que visa consolidar a dívida pública interna nacional. Esse projeto, como providência final, encara o problema no conjunto; consolida, a exemplo do que foi realizado em 1934 com a dívida externa, a dívida pública interna da União, dos Estados e dos Municípios, sob a responsabilidade direta do Governo Federal.

No após-guerra, conforme atestam os algarismos abaixo, a dívida interna da União permaneceu praticamente estacionária.

#### DÍVIDA INTERNA FUNDADA

Saldos em circulação

(Em bilhões de cruzeiros)

<i>Categoria</i>	1946	1951	1952	1953
Apólices .....	4.605	4.909	4.909	4.909
Obrigações .....	5.360	5.537	5.541	5.542
Total .....	9.965	10.446	10.450	10.451

#### *Dívida Pública Externa*

Nos últimos dez anos, reduziu o Brasil sua dívida externa consolidada em 109 milhões de libras esterlinas, 167 milhões de dólares, 405 milhões de francos-papel, 209 milhões de francos-ouro e 400 mil florins.

Relativamente a 1952, os saldos em circulação, em 31 de dezembro último, apresentavam os seguintes resultados, em milhões de unidades monetárias :

	1952	1953
Libras . . . . .	40,4	35,9
Dólares . . . . .	131,4	120,8
Francos-papel . . . . .	107,1	104,9
Francos-ouro . . . . .	22,0	20,4
Florins . . . . .	6,0	6,0

Tal redução ocorreu por força dos acordos de liquidação firmados, uma vez que, em face das presentes dificuldades cambiais, não há quaisquer vantagens em realizar amortizações extraordinárias.

Quanto aos adiantamentos que, em nome dos Estados e Municípios, o Governo Federal vem fazendo para manter em dia os compromissos da dívida externa, estão sendo tomadas tôdas as providências para acêrto das parcelas de alguns Governos estaduais e municipais que se acham em atraso.

Terminou no último ano a execução dos Acordos de Resgate assinados entre o nosso e o Governo da França, segundo os quais os compromissos brasileiros em francos-ouro foram reduzidos para 20.372.500, e em francos-papel, para 104.922.855. A liquidação dêstes últimos está em adiantada fase de estudos. O projeto de novo Acôrdo de Resgate, que consubstancia as medidas necessárias à referida liquidação, acha-se no momento em estudo no Itamarati.

O empréstimo em florins de 1921, de emissão do Estado de São Paulo, é o único que não teve retomados os seus serviços, pois estão ainda dependendo de ultimação os estudos a que vem o Governo procedendo.

Quanto aos empréstimos em libras, vem sendo promovido o acêrto com os agentes pagadores e o Governo inglês, no sentido de estabelecer prazos para a apresentação dos títulos a serem resgatados, findos os quais prescreverá a dívida. Essa providência permitirá a recuperação dos saldos em mãos dos banqueiros estrangeiros, até hoje não aplicados.

## MOEDA E CRÉDITO

A profunda reforma que o Govêrno vem realizando no setor cambial, é, tão-sòmente, a primeira etapa de um plano global que deve forçosamente completar-se por um conjunto de medidas no setor das finanças públicas e, posteriormente, no de Moeda e Crédito.

Atacar as causas fundamentais da expansão monetária e estruturar em bases racionais o sistema administrativo, tomando-o capaz de atuar eficientemente no setor da moeda e do crédito, vem sendo a orientação do Govêrno para estabilizar o poder aquisitivo do cruzeiro. Enquanto êsse processo se desenvolve, têm-se utilizado os instrumentos disponíveis no sentido de reorientar o crédito para os setores diretamente produtivos, evitar tanto quanto possível as emissões e limitar o ritmo de expansão do crédito bancário.

No sentido de dar estrutura adequada aos órgãos coordenadores e executivos da política da moeda e do crédito, muito se progrediu no último ano, não obstante encontrar-se ainda em estudo no Congresso o projeto de criação do Banco Central, que deverá imprimir organicidade àquela estrutura.

**BANCO  
CENTRAL**

Ao criar, em fevereiro de 1945, a Superintendência da Moeda e do Crédito, o objetivo do Govêrno foi instituir um melhor sistema de contròle dos problemas monetários e de preparar a organização do Banco Central. A SUMOC foi, desde logo, investida de importantes funções correspondentes a êsses objetivos: vários anos se passaram, todavia, sem que fòsse aparelhada técnica e administrativamente para o desempenho de suas atribuições legais. Sòmente em julho de 1951, deu-se o primeiro passo importante nesse sentido, com a criação da Inspeção Geral de Bancos.

A Lei nº 1.807, de 7 de janeiro de 1953, veio ampliar as funções do Conselho da SUMOC, atribuindo-lhe a supervisão do intercâmbio comercial do País com o exterior, do orçamento cambial

e o estudo e registro de prioridades cambiais e de capitais estrangeiros aplicados em atividades de especial interesse para a economia nacional.

Para atender a suas atribuições, assim ampliadas, o Governo reestruturou os serviços da SUMOC, ampliando-lhe o quadro técnico e criando Departamentos especializados nos seus diversos setores de atividade.

O Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, presidido pelo Ministro da Fazenda, vem desempenhando funções de junta de governadores de um banco central de ampla envergadura, estabelecendo as diretrizes da política monetária, bancária, de comércio externo e de investimentos estrangeiros, orientação que foi cumprida de maneira cabal e harmônica pela Superintendência da Moeda e do Crédito, pelo Banco do Brasil e pela Carteira de Redescontos e Caixa de Mobilização Bancária, setores que, coletivamente, atuam como um banco central.

A SUMOC incumbe-se das funções relativas à inspeção de bancos, ao controle dos encaixes bancários, aos contatos com organismos financeiros internacionais, à supervisão da elaboração e execução do orçamento cambial, à elaboração de estatísticas monetárias; o Banco do Brasil exerce o controle das operações de câmbio e as funções de banqueiro e agente do Governo Federal; e a Carteira de Redescontos e a Caixa de Mobilização Bancária desempenham as tarefas de assistir financeiramente aos Bancos e de regular o meio circulante.

#### MEIOS DE PAGA- MENTO

O aumento dos meios de pagamentos durante o ano de 1953 não atingiu, em números relativos, a taxa de crescimento registrada em 1952. As taxas de crescimento do volume dos meios de pagamentos, calculadas em relação a 31 de dezembro, foram as seguintes, nos últimos quatro anos :

1950 .....	+ 31,3%
1951 .....	+ 19,4%
1952 .....	+ 17,4%
1953 .....	+ 17,1%

Essa ligeira tendência à queda da taxa de expansão dos meios de pagamento, verificada para os doze meses do ano, torna-se mais patente quando se observa a evolução relativa apenas aos segundos semestres dos mesmos anos (dados de 31 de dezembro em con-

fronto com os de 30 de junho), que apresentam os seguintes resultados :

1950 .....	+ 18,5%
1951 .....	+ 10,7%
1952 .....	+ 12,9%
1953 .....	+ 7,3%

A evolução expressa nesses dados, reflexo dos esforços que o Governo Federal vem despendendo no sentido de subjugar as pressões inflacionárias, manifestadas desde a última guerra mundial, tornou-se mais acentuada em 1953 pelas primeiras repercussões da nova política de câmbio sobre o montante da moeda escritural. Nos primeiros meses deste ano, a tendência ao decréscimo se tornará ainda mais acentuada, em face dos resultados que essa política vem apresentando.

O aumento relativo do montante da moeda escritural, no último quatriênio, assim se expressa :

1950 .....	+ 32,0%
1951 .....	+ 22,3%
1952 .....	+ 20,3%
1953 .....	+ 15,9%

O aumento relativo do volume de papel moeda posto em circulação no último ano teve como causa fundamental os desequilíbrios verificados nas finanças públicas, conforme já foi assinalado. Em valores percentuais, o crescimento da moeda em circulação tem apresentado os seguintes valores anuais :

1950 .....	+ 29,8%
1951 .....	+ 13,2%
1952 .....	+ 11,2%
1953 .....	+ 19,7%

Durante o segundo semestre de 1953, a expansão do meio circulante atingiu à taxa de 13,5%, que é praticamente idêntica à observada no mesmo período de 1952.

As autoridades monetárias foram forçadas a aumentar substancialmente a assistência financeira aos bancos, com o intuito de sanar dificuldades momentâneas de caixa desses estabelecimentos ou de atender aos seus desequilíbrios de caráter mais duradouro. Figura como causa principal dessa assistência o aumento das solicitações de recursos aos bancos feitas por Governos estaduais.

ASSISTÊN-  
CIA FINAN-  
CEIRA AOS  
BANCOS

Ao findar o ano de 1953, o nível dessa assistência elevou-se de 3,4 bilhões de cruzeiros, ou seja, mais 41% em relação ao montante registrado em 31 de dezembro de 1952. Para tal expansão contribuíram os empréstimos do Banco do Brasil, com 1,7 bilhões; da Caixa de Mobilização Bancária, com 1,5 bilhões; e da Carteira de Redescontos, com 0,2 bilhões.

Parte desse aumento foi coberta com recursos fornecidos pelo aumento dos depósitos dos próprios bancos junto às autoridades monetárias; o restante atendeu-se com recursos de emissões de papel-moeda.

ASSISTÊN-  
CIA FINAN-  
CEIRA A  
ENTIDA-  
DES PÚBLI-  
CAS

A situação devedora do Tesouro Nacional no Banco do Brasil era, em 31 de dezembro último, de 2,8 bilhões de cruzeiros, assim discriminados: um saldo credor de 4,3 bilhões nas contas cambiais e um débito de 7,1 bilhões nas demais contas. O conjunto das demais entidades oficiais mantinha um saldo credor da ordem de 9,2 bilhões de cruzeiros.

Essa posição das entidades oficiais em conjunto, quando comparada com a existente no fim de 1952, apresentava os seguintes resultados:

BANCO DO BRASIL

Variação nos recursos do Banco  
(Em Cr\$ bilhões)

<i>Tesouro Nacional</i>	1952	1953
Operações de câmbio .....	+ 6,8	— 3,4
Outras operações .....	+ 2,1	— 8,8
	+ 8,9	— 12,2
Outras entidades públicas .....	— 0,5	+ 3,8
Total .....	+ 7,4	— 8,4

Por esse quadro verifica-se que as autoridades monetárias, no caso o Banco do Brasil, sofreram um desembolso líquido de 8,4 bilhões de cruzeiros para assistir às necessidades das entidades públicas. Isto sem contar com a parte para o mesmo fim incluída nos empréstimos realizados a bancos, conforme já mencionado.

ASSISTÊN-  
CIA FINAN-  
CEIRA AO  
COMÉRCIO  
E À PRO-  
DUÇÃO

Os empréstimos do Banco do Brasil à produção e ao comércio elevavam-se, no fim de dezembro último, a 40,4 bilhões de cruzeiros, enquanto que os depósitos do público atingiram a 10,7 bilhões de cruzeiros. Assim, a assistência financeira efetiva prestada pelas autoridades monetárias às atividades econômicas, naquela época,

montava a 29,7 bilhões contra 24,8 bilhões na mesma data de 1952. Tais operações representaram uma drenagem de 4,9 bilhões de cruzeiros nos recursos do Banco do Brasil.

Os empréstimos concedidos pelo Banco oficial acusaram nos três últimos anos aumento total de 25,4 bilhões de cruzeiros.

#### BANCO DO BRASIL

Variação do saldo dos empréstimos em 31 de dezembro  
(Cr\$ bilhões)

Carteiras	1951	1952	1953
Crédito Geral .....	+ 7,2	+ 5,7	+ 3,1
Agrícola e Industrial .....	+ 2,4	+ 3,7	+ 3,1
Exportação e Importação ..	+ 0,2	+ 0,2	- 0,2
Total .....	+ 9,8	+ 9,6	+ 6,0

Pelos algarismos do quadro observa-se que, em relação à expansão verificada em 1952, o ritmo de aumento dos empréstimos do Banco do Brasil à produção e ao comércio em 1953 decresceu de 37%.

Não obstante, e dentro das diretrizes básicas seguidas pelo Governo, o ritmo de aumento que se vinha verificando nos empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial quase não sofreu redução. O saldo geral dos empréstimos em moratória reduziu-se de 70 milhões de cruzeiros.

As operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial apresentaram, no último quatriênio, a seguinte evolução:

#### CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Empréstimos

(Saldo em 31 de dezembro, em Cr\$ milhões)

	1950	1951	1952	1953
Agrícolas .....	1.130	2.535	3.662	4.695
Agro-industriais .....	920	29	30	66
Pecuaríais .....	2.888	3.303	4.158	4.552
Agropecuários .....	21	33	76	154
Industriais .....	1.856	3.260	4.722	6.223
Outros .....	—	32	321	450
Total .....	6.815	9.192	12.969	16.140

Além desses resultados, o Governo prestou assistência financeira às atividades produtivas, através de outros organismos bancários especializados, como o Banco de Crédito da Amazônia, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e a Caixa de Crédito de Pesca.

CRÉDITO  
RURAL

O Banco do Nordeste do Brasil, instalado em janeiro, será outro importante organismo de crédito do Governo especializado para a região das sêcas e o desenvolvimento geral do Nordeste e Leste septentrional.

**BANCO NA-  
CIONAL DE  
CRÉDITO  
COOPERA-  
TIVO**

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo prossegue na política de financiamento às cooperativas do País e, na medida de sua própria recuperação, vem prestando adequada assistência às entidades financiadas.

Continuando na orientação seguida desde 1951, o Banco, na sua ação, vem dando prioridade aos reclamos daquelas entidades que produzem bens de consumo de primeira necessidade.

Em 1953, as operações do Banco com os diversos setores de produção cooperativada totalizaram a importância de 388,3 milhões de cruzeiros, contra 187,7 milhões em 1952 e 115,0 em 1951. Destacando-se os principais ramos, a importância concedida no último ano assim se discrimina :

	<i>Cr\$ milhões</i>
Açúcar .....	53,0
Cereais .....	50,4
Carnes brancas e derivados .....	46,8
Cacau .....	33,9
Aves .....	33,2
Vinhos .....	28,3
Outros .....	142,7

Esses resultados bem demonstram o ritmo de recuperação da instituição oficial de crédito cooperativo que, embora ainda com escassos recursos em face do vulto da missão que lhe está confiada, vem prestando assinalados serviços no setor de sua especialidade.

O Banco do Brasil, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial vem também prestando assistência financeira às cooperativas. Em 31 de dezembro último o total de tais empréstimos, concedidos por aquela Carteira especializada, ascendia a 272,9 milhões de cruzeiros.

## INVESTIMENTOS

Não há indicações de que se tenha interrompido, em 1953, a expansão dos investimentos globais que, de 24,9 bilhões de cruzeiros, em 1947, se elevaram a 53,0 bilhões em 1952, segundo estimativas autorizadas. E é de notar que o crescimento da parcela correspondente às aplicações públicas cresce a um ritmo bastante mais acelerado. De 3,8 bilhões de cruzeiros, representando 15% do total, em 1947, os investimentos públicos chegaram em 1952 a cerca de 11,2 bilhões, correspondentes a 21% do total.

Em 1953, os investimentos autorizados pelos Legislativos federal, estaduais e municipais montavam a cerca de 16 bilhões de cruzeiros, dos quais, segundo estimativas feitas, foram efetivamente aplicados aproximadamente 12,8 bilhões. Para 1954, não incluindo a autorização de crédito para a execução do Plano Nacional de Eletrificação, pendente ainda de exame do Congresso, estão previstas aplicações públicas federais na importância de 19,4 bilhões de cruzeiros, não estando ainda estimadas as consideráveis aplicações previstas pelos Governos estaduais e municipais.

Atualmente, o Poder Público é solicitado a inverter principalmente com dois objetivos básicos:

- a) dotar a economia das áreas mais desenvolvidas de infraestrutura capaz de atender às exigências da superestrutura, a qual se vai expandindo principalmente graças às aplicações privadas;
- b) criar, nas regiões subdesenvolvidas, uma infra-estrutura capaz de reter ou atrair fatores de produção que se orientariam, de outro modo, para as regiões mais dotadas de indústrias e serviços de base.

A razão por que o Poder Público deve intervir dessa maneira na economia, como já indiquei, é o fato de os capitais privados fugirem aos setores básicos, preferindo as aplicações em superestrutura. Não sendo possível o desenvolvimento continuado da economia sem um mínimo de equilíbrio entre seus principais setores, as indústrias e serviços não atrativos para iniciativa privada necessariamente têm que ser criados e desenvolvidos pelo Estado, não obstante

as deficiências da gestão pública, senão em tôdas, pelo menos em várias das atividades em que o Poder Público é chamado a intervir.

Em algumas dessas atividades, a exemplo do que ocorre na geração da energia elétrica em grande escala, a intervenção do Poder Público afigura-se, em nossa época, uma necessidade imperiosa. Mesmo países de mais antiga formação liberal estão evoluindo gradualmente no mesmo sentido. Não obstante, há outras atividades que atualmente não apresentam condições propícias, inclusive de rentabilidade, para a atuação do capital privado, mas que, alterado o clima em que operam, podem tornar-se atrativas para êsse capital.

Uma das causas da baixa ou nula rentabilidade de várias das nossas atividades de base, dedicadas a equipar e suprir as demais, de certos materiais e serviços, vinha sendo a competição dos produtos similares estrangeiros, entrados no País nas condições criadas por uma taxa de câmbio excessivamente favorável. Segue-se, pois, que o novo regime cambial, criando uma proteção não menos eficiente do que a da tarifa aduaneira, atua no sentido de ampliar o âmbito de aplicação dos capitais privados e de restringir, portanto, o campo em que o Poder Público é chamado a intervir.

Há um terceiro grupo de atividades que podem desenvolver-se e prosperar em âmbito privado, desde que intervenham capitais alienígenas capazes de conformar-se com um tipo de remuneração mais baixo do que o exigido pelo capital nacional.

E' indiscutível que a falta de um balanço de pagamentos que ofereça disponibilidades suficientes à remuneração regular e certa do capital estrangeiro, tem prejudicado o influxo dêste, além de contribuir para elevar a taxa de remuneração exigida. Segue-se que, ao tomar as medidas postas em prática no setor cambial, meu Govêrno prepara o caminho para uma ponderável importação de capitais estrangeiros e, portanto, para reduzir mais ainda o âmbito da intervenção governamental direta na economia, tornando essa intervenção gradativamente desnecessária.

BANCO NA-  
CIONAL DO  
DESEN-  
VOLVI-  
MENTO  
ECO-  
NÓMICO

As operações que vêm sendo realizadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico não são numerosas, como é natural, nem atingiram, ainda, elevado montante. O fato de encontrar-se o estabelecimento ainda em início de funcionamento e a circunstância de terem surgido dúvidas quanto à possibilidade de ser obtida a totalidade dos recursos em moeda americana, previstos para a

execução dos programas nacionais de reaparelhamento econômico, são os principais responsáveis pelo retardamento da maioria dos projetos já estudados.

É que a incerteza quanto aos financiamentos externos vem recomendando extrema prudência na disposição dos fundos em cruzeiros, em face, principalmente, da provável necessidade de se substituir, em moeda nacional, certas parcelas dos projetos elaborados pela extinta Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico, estimadas em dólares.

Não obstante tais circunstâncias, foram firmados, em 1953, importantes contratos de financiamento, visando ao desenvolvimento da infra-estrutura de nossa economia.

Foi aberto um crédito a favor da Companhia Nacional de Alcalis, sob garantia hipotecária, na importância de 180 milhões de cruzeiros. O financiamento destina-se à execução do projeto referente à construção de uma fábrica de barrilha e soda cáustica, em Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro. Constitui esse crédito um suplemento ao empréstimo equivalente a 9 milhões de dólares, obtido do "Comptoir Industriel & Agricole de Vente à l'Étranger (CIAVE), da França, após dois anos de negociações infrutíferas com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Outro contrato assinado foi o relativo à concessão, à Superintendências das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, do financiamento de 27 milhões de cruzeiros, destinado à ampliação das instalações da indústria do frio, pela mesma explorada. Executam-se a construção de um grupo de dez novas câmaras frigoríficas e a reforma e reconstrução das instalações existentes.

Em virtude de entendimentos estabelecidos entre o Banco e o Ministério da Agricultura, de um lado, e o Banco de Exportação e Importação, dos Estados Unidos da América, de outro, foi por este último estabelecido um crédito de 18 milhões de dólares a favor daquela Pasta. Essa importância destina-se a facilitar a aquisição, naquele País, de máquinas, equipamentos e acessórios agrícolas, necessários à execução do programa nacional de fomento agrícola.

O Governo avalizou, ainda, títulos de responsabilidade da Companhia Metalúrgica Barbará, S. A., no valor de ..... US\$ 1,860,000,00, destinados a elevar de 10.000 toneladas a produção anual de tubos de ferro centrifugado daquela Companhia.

Foi concedido, ainda, a título de adiantamento de financiamento já solicitado, e que se encontra em estudo no Banco, um crédito de 50 milhões de cruzeiros às Indústrias Reunidas de Ferro e Aço, Ltda. Esses recursos destinam-se ao financiamento da construção e fornecimento de 23 locomotivas disel-hidráulicas, 10 locomotivas disel-elétricas e 2 trens disel-hidráulicos.

Como conseqüência da recomendação formulada pela extinta Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico, em projeto especial, foi obtido, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, um empréstimo de 3 milhões de dólares, destinado a financiar a execução de melhoramentos no sistema rodoviário do Estado do Rio de Janeiro. Nos termos da legislação em vigor e em face de delegação expressa do Governo da União, o Banco, na qualidade de delegado do Tesouro Nacional, obrigou-se a financiar o Departamento de Estradas de Rodagem da referida Unidade da Federação com importância até 3 milhões de dólares, utilizando, para isso, o empréstimo concedido pelo Banco Internacional. Os recursos serão utilizados na aquisição de maquinaria e equipamentos para construção, reparo e conservação de rodovias e de peças sobressalentes.

Ainda no último ano foi assinado contrato que regula a abertura de um crédito, a favor do Estado do Rio Grande do Sul, na importância de Cr\$ 743.650.880,00, para a execução do programa de reaparelhamento da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

A Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco tem em estudos, no Banco, projeto de financiamento destinado ao prosseguimento e à conclusão de obras de captação de energia elétrica, por ela empreendidas. Enquanto não se ultimam os estudos que vêm sendo realizados, foi concedido já, à mesma empresa, um crédito de 120 milhões de cruzeiros.

O Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais já se beneficiou de adiantamentos, por conta de financiamentos recomendados pela extinta Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico, no montante de 60 milhões de cruzeiros. Recebeu, ainda, o mesmo Departamento, para a execução de obras compreendidas no Plano Geral, aprovado pelo Decreto nº 30.334, de 21 de dezembro de 1951, a quantia de 5 milhões de cruzeiros.

Um crédito de Cr\$ 103.276.000,00 foi também aberto à Administração do Porto do Rio de Janeiro.

Está em fase de ultimção o contrato de financiamento, pelo Banco de Exportação e Importação, dos Estados Unidos da América, no valor de 15,9 milhões de dólares, para a execução do Plano de Eletrificação do Estado de Minas Gerais, a cargo das Centrais Elétricas de Minas Gerais, S. A., às quais o BNDE já adiantou, por conta do financiamento, em moeda nacional, a importância de 131,7 milhões de cruzeiros.

O Banco celebrou contrato de empréstimo ao Governo do Estado do Espírito Santo, no valor de 172 milhões de cruzeiros, para financiamento da construção da usina hidrelétrica de Rio Bonito.

Os financiamentos em cruzeiros, a serem fornecidos pelo BNDE, segundo os estudos ultimados e em marcha, elevam-se a Cr\$ 15.397.584.732,00, assim discriminados :

I — *Financiamentos do programa da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico :*

	<i>Milhões de cruzeiros</i>
1 — Energia . . . . .	613,0
2 — Ferrovias . . . . .	6.163,7
3 — Navegação de cabotagem . . . . .	185,0
4 — Navegação fluvial . . . . .	115,0
5 — Portos e dragagem . . . . .	670,0
6 — Diversos . . . . .	626,0

II — *Financiamentos solicitados diretamente ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico :*

1 — Armazenagem . . . . .	27,0
2 — Energia . . . . .	1.991,2
3 — Transportes . . . . .	2.355,6
4 — Indústria . . . . .	1.143,3
5 — Agricultura . . . . .	1.504,2
6 — Diversos . . . . .	3,6

O Banco do Brasil prossegue no seu programa de investimentos em setores especiais, conforme revelam os saldos de empréstimos por ele concedidos, como consta de outro capítulo desta Mensagem. Entre as aplicações realizadas pelo Banco, ressalta a destinada a financiar a Acesita.

BANCO  
DO BRASIL  
S. A.

Encerraram-se no ano passado as atividades da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico. Como é do conhecimento público, até hoje não se confirmaram as expectativas que motivaram a instituição dessa entidade, quanto aos financiamentos em moeda estrangeira, de vários dos projetos

COMISSÃO  
MISTA  
BRASIL-  
EE-UU.

por ela elaborados, a serem obtidos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e do Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos da América.

Ficaram-nos, entretanto, dos trabalhos dessa Comissão, além de alguns financiamentos obtidos, uma valiosa experiência e um precioso acervo de estudos cuja publicação está sendo realizada.

Os projetos elaborados, que equacionam muitos dos problemas específicos da nossa economia, foram confiados ao Banco Nacional do Desenvolvimento Económico, por intermédio do qual o Governo está promovendo sua realização, à medida que se resolvem os problemas relativos à cobertura da parte em moeda estrangeira das aplicações, quer com recursos oriundos do nosso ingresso ordinário de divisas, quer com os obtidos através de operações de crédito no exterior, seja nos Estados Unidos da América seja na Europa.

## PRODUÇÃO

Não obstante as dificuldades com que se defrontam vários setores da economia do País, o conjunto da atividade produtora nacional manteve-se em expansão, conquanto em ritmo mais lento, no ano passado, do que no biênio anterior.

A atividade agropecuária foi perturbada em 1953 por enchentes excepcionais na Amazônia, pelo terceiro ano de seca na região sujeita periodicamente a essa calamidade e por geadas que danificaram gravemente parte da lavoura cafeeira do Paraná e de São Paulo. Malgrado essas perturbações de conseqüências dolorosas para os habitantes de importantes zonas do País, ocorridas em domínios naturais ainda longinquamente controláveis pela ação humana, a produção agropecuária nacional elevou-se a volumes totais anteriormente não alcançados; e o ano agrícola em curso apresenta perspectivas altamente promissoras, como se expõe nos tópicos seguintes deste capítulo. Para isso, contribuíram decisivamente medidas governamentais que vêm sendo postas em prática nos últimos anos, particularmente a garantia de preços mínimos, a ampliação do crédito, a mecanização cada vez mais intensiva, a defesa sanitária, a instalação de silos e armazéns nas zonas produtoras, a melhoria dos transportes. Todo um programa orgânico está em execução, portanto, para eliminar ou reduzir substancialmente as deficiências nacionais no setor das atividades agropecuárias, de que é exemplo o conjunto de medidas pertinentes ao problema do trigo, e para imprimir-lhes, em futuro próximo, novos e consideráveis progressos.

A produção mineral, no que concerne ao suprimento do mercado interno, manteve-se também em ascensão, exceto quanto aos combustíveis sólidos, em que se estabilizou há vários anos. Quanto aos setores voltados para a exportação, cumpre registrar pequeno descenso, resultante de mudanças ocorridas no mercado internacional. Uma parte da produção de origem florestal expandiu-se nos dois setores, o de consumo interno e o de exportação; outra parte, porém, somente se expandiu quando orientada no sentido da satisfação das necessidades do mercado nacional.

A produção industrial reduziu o seu ritmo de desenvolvimento, especialmente por motivo da aguda carência de energia elétrica. Contudo, alguns setores básicos, como a indústria siderúrgica e a do cimento, continuaram a ampliar-se notavelmente; e o ano em curso assinalará novos e importantes progressos em setores vitais para o desenvolvimento do País. A crise de energia elétrica deverá ser aliviada este ano e no próximo, conquanto o suprimento, para ser mantido em escala condizente com a demanda ascensional, exija a adoção, desde logo, de medidas destinadas a assegurar a expansão dos sistemas geradores.

A Nação fortalece e expande, assim, as suas atividades produtoras, e as próprias dificuldades existentes atuam como estímulo para redobrar de esforços no sentido da sua superação.

FOMENTO  
AGROPAS-  
TORIL

O sensível incremento, já assinalado, da produção agropecuária nacional, em alguns de seus mais importantes setores, deve-se em grande parte, indubitavelmente, ao estímulo levado às atividades agrícolas e pastoris pela ação mais ampla e mais intensa dos órgãos federais de fomento, como o demonstram as indicações constantes de parágrafos subseqüentes desta Mensagem. Essas atividades de incremento da produção agropecuária, pela extensão e intensidade que apresentam, se já se traduzem, por um lado, nos resultados positivos acima apontados, hão de expressar-se, decerto, em futuro bem próximo, talvez mesmo desde o ano entrante, em retomada da marcha ascensional da produção, naqueles setores em que, malgrado as providências encaminhadas pelo Governo, se haja mantido em níveis insuficientes para atender à crescente demanda e às necessidades de abastecimento da população do País.

Os trabalhos de proteção e recuperação do solo, através da luta contra os danosos efeitos da erosão; os de vivificação dos terrenos de cultura parcialmente esgotados e de preparo de áreas para novos cultivos, mediante o uso apropriado de fertilizantes, aplicados em escala consideravelmente mais ampla; os de drenagem e irrigação de terrenos; os de preparo mecânico do solo, por meio do uso crescente de tratores e máquinas agrícolas adequadas; a ampliação do uso de sementes e mudas selecionadas, em relação às quais a procura se tem revelado cada vez mais intensa, para não mencionar outros fatores de incremento da produção agrícola, postos em ação pelas agências governamentais de fomento, no domínio das atividades agrárias, a par daquelas outras realizações, não menos importantes, levadas a efeito no domínio das atividades pastoris — tais como as de defesa sanitária dos rebanhos, revenda

de reprodutores, inseminação artificial, melhoramento de pastagens, assistência zootécnica aos criadores —, compõem um conjunto de medidas cuja coordenação, em escala crescente, tende a integrá-las em um verdadeiro plano de atividades. Os resultados destas últimas, se são imediatos em vários casos, não de ser considerados, porém, de modo geral, a longo prazo, tais o seu alcance e a natureza mesma das providências por meio das quais se desenvolvem.

Apesar de poderoso estímulo que essas atividades representam, não podem elas, evidentemente, contrabalançar os efeitos acarretados à produção agrícola por influências de fatores como, por exemplo, as inundações, as secas, as geadas, as pragas — para citar os de maior importância —, fatores que têm contribuído para minorar grandemente, aos olhos da opinião pública, sobretudo nos grandes centros, a ação dos órgãos governamentais de fomento. Não há dúvida de que tal ação deve ser considerada não só sob o aspecto da aceleração do progresso técnico, nos trabalhos da lavoura e da pecuária, mas também sob o aspecto do atenuamento das influências daqueles fatores negativos acima apontados e o da constante redução das áreas alcançadas pelas mesmas.

Tôdas essas atividades de fomento agropastoril associam-se, por outro lado, a uma série de medidas em outras esferas de ação, das quais o meu Governo não tem descurado e que exercem uma influência da maior significação no desenvolvimento de nossa economia agropecuária. Refiro-me, particularmente, às transformações estruturais que o Governo, por intermédio da Comissão Nacional de Política Agrária, vem prudentemente planejando, para serem submetidas à consideração do Congresso, bem assim às medidas que, dependentes da situação econômico-financeira geral do País, em conexão com o mercado externo e as disponibilidades para a concessão de créditos bancários à lavoura e à pecuária, o Governo tem adotado ou recomendado no sentido de amparar ou de estimular a produção, até onde essas medidas podem alcançar.

Em todos esses campos de ação do Governo Federal, o ano de 1953 apresentou resultados animadores, o que evidenciam os tópicos seguintes, nos quais se delineiam, igualmente, para 1954, as mais promissoras perspectivas.

Prosseguiu, em 1953, em ritmo intenso, a introdução de meios mecânicos nos trabalhos da lavoura. Foi acrescida, dessa forma, a possibilidade de incorporar novas áreas no labor agrícola, assim

como a de liberar, para atividades econômicas não-agrícolas, no próprio quadro rural ou no urbano, um número crescente de pessoas que poderão, assim, sem prejuízo do desenvolvimento da economia agropecuária, ocupar-se em outros setores da produção nacional.

O fornecimento de máquinas e aparelhos à lavoura, por parte da indústria nacional, ainda é extremamente escasso. Para dar clara idéia dessa deficiência de nossa indústria, basta mencionar que, segundo os resultados do censo industrial de 1950, operavam, na construção de tais máquinas e aparelhos em todo o País, apenas 58 estabelecimentos industriais, com um capital aplicado de 19 e meio milhões de cruzeiros, empregando ao todo 1.138 operários — estabelecimentos cuja produção, no ano de 1949, foi da ordem de 52 milhões de cruzeiros. Esses números contrastam vivamente com os correspondentes à importação desse material de outros países, aos quais o Brasil necessita ainda recorrer para que se amplie, de maneira satisfatória, a mecanização de nossa agricultura.

As dificuldades cambiais verificadas em 1953 não permitiram, infelizmente, que fôssem aumentadas as importações de máquinas e aparelhos agrícolas, as quais marcaram sensível decréscimo, em relação ao ano anterior. Entraram no País, todavia, em 1953, máquinas, aparelhos e implementos agrícolas no valor total aproximado de 450 milhões de cruzeiros.

O País importou igualmente, no ano passado, de janeiro a novembro, 2.786 tratores, no valor total de 353 milhões de cruzeiros.

Não obstante essas circunstâncias, pôde o Governo, obedientemente ao plano traçado, desenvolver consideravelmente a revenda de maquinaria aos agricultores, à vista e a longo prazo, por intermédio, principalmente, da Comissão Permanente de Revenda de Material do Ministério da Agricultura. Foram revendidos e entregues pela referida Comissão, na sede e no interior, no ano passado, 658 tratores e 258 motobombas de irrigação, sem mencionar outro material.

Deverão alcançar elevados níveis, no ano em curso, as aquisições de maquinaria agrícola no exterior, para revenda aos agricultores, ainda por intermédio da referida Comissão. Assim, por exemplo, estão sendo adquiridos nos Estados Unidos da América e no Canadá, à conta de financiamento concedido pelo Banco de Exportação e Importação, cerca de 5 mil tratores e milhares de

implementos e outras máquinas. Nestas condições, espera o Governo colocar à disposição dos agricultores, no transcurso deste ano, aproximadamente 7 mil tratores e mil combinadas, além de milhares de pequenas máquinas, dos mais diversos tipos. De outra parte, foram adquiridos 424 tratores na Alemanha, os quais estão sendo igualmente aguardados. O Governo encomendou, ainda, a fábricas italianas, tratores de esteira no valor global de 9,8 milhões de dólares.

Também nesse domínio cabe referir ainda as atividades de outros órgãos do Ministério da Agricultura. Assim, por exemplo, o Departamento Nacional da Produção Vegetal, pela repartição competente, adquiriu no ano passado numerosas máquinas agrícolas e material correlato, no valor total de 30 milhões de cruzeiros. O material revendido aos agricultores, pelo mesmo Departamento, alcançou o valor total de 57 milhões de cruzeiros em 1953. Ou seja, mais do dobro da cifra registrada no ano anterior e o quádruplo da de 1951.

Maior extensão será ganha, todavia, pelas atividades dos órgãos governamentais de fomento, no tocante à mecanização dos trabalhos da lavoura, se forem substancialmente acrescidas as dotações orçamentárias destinadas especificamente ao financiamento da aquisição de máquinas e aparelhos agrícolas, por parte dos agricultores.

Conforme tive ocasião de assinalar em minha anterior Mensagem anual ao Congresso, cumpre desenvolver-se, quanto possível, a produção nacional de máquinas agrícolas, para que se atenda cabalmente às necessidades do País, neste particular, e para que o Brasil se emancipe dos fornecimentos estrangeiros desse material, pelo menos no que respeita às máquinas e aparelhos que a indústria nacional pode produzir satisfatoriamente. O desenvolvimento da indústria siderúrgica do País — ponto de partida para todo progresso ulterior nesse domínio — tem sido objeto de especiais cuidados de meu Governo, dos quais se dá conta em outro tópico deste capítulo, restando, assim, que seja seguido por outros grandes estabelecimentos industriais o exemplo dado, nesse sentido, pela Fábrica Nacional de Motores, S.A.

Ao conclamar a indústria nacional a trilhar este caminho, dispenso-me de assinalar, por ser evidente, a importância do desenvolvimento da produção brasileira de máquinas e aparelhos agrícolas para a superação do atraso técnico geral de nossa agricultura.

*Fertilizantes*

A utilização de fertilizantes continuou a registrar sensíveis progressos, em 1953. Sendo escassa a produção brasileira desses elementos, o País tem recorrido à sua importação, que alcançou, no ano passado, no período de janeiro a novembro, os seguintes quantitativos: fosfatos de cálcio naturais, 109 mil toneladas, no valor de 52 milhões de cruzeiros; salitre do Chile, 70 mil toneladas, no valor de 120 milhões de cruzeiros; superfosfatos de cálcio, 67 mil toneladas, no valor de 61 milhões de cruzeiros; cloreto de potássio, 44 mil toneladas, no valor de 51 milhões de cruzeiros; sulfato de amônio, 21 mil toneladas, no valor de 28 milhões de cruzeiros. Somando-se a outros fertilizantes, a importação brasileira, no período citado, compreendeu 327 mil toneladas, no valor global de 342 milhões de cruzeiros.

O sensível acréscimo havido na importação de fertilizantes, em 1953, comparativamente com o ano anterior, revela o crescente interesse de nossos agricultores por sua aplicação, com que será melhorado, decerto, o rendimento médio de nossas terras, muitas das quais de fertilidade reduzida, em virtude de práticas puramente predatórias ou simplesmente errôneas, pela deseducação agrícola dos lavradores. As perspectivas atuais deixam entrever, porém, que, também nesse domínio da economia agrária nacional, os progressos são ainda lentos mas incessantes.

*Sementes e mudas*

A rede de postos agropecuários do Governo Federal, instalados no País, passou a compreender 250 unidades, das quais 60 recentemente criadas e incluídas na lei orçamentária de 1953, que, no entanto, deixou de atribuir-lhes as dotações necessárias à sua instalação. Os recursos foram também insuficientes, por outro lado, para ampliar, na medida das necessidades, as atividades dos postos já em funcionamento.

Os postos agropecuários exerceram sua ação, no que respeita à produção e ao fornecimento de sementes e mudas, concomitantemente com os chamados campos de cooperação e com as fazendas e campos de sementes. Verificou-se, em 1953, em confronto com o ano anterior, sensível acréscimo da produção desses elementos. Assim, por exemplo, a produção de sementes, nos referidos postos e campos, passou de 17 milhões de quilos em 1952 a 18,8 milhões em 1953; a de raízes, tubérculos e outros produtos passou de um milhão de quilos em 1952 a 72,6 milhões em 1953, havendo sido registrado esse notável aumento, quase totalmente, nos campos de cooperação; e, finalmente, a produção

de mudas passou de 5,3 milhões de unidades em 1952 a 6,6 milhões no ano transato. É importante notar que a produção de sementes, em 1953, equivale a mais do dobro da verificada em 1951, tendo ocorrido o mesmo com a produção de mudas.

A rede atual de postos de defesa sanitária vegetal, constante de 31 unidades, em todo o País, é extremamente escassa para atender às nossas reais necessidades, neste particular, e o desenvolvimento de suas atividades não tem podido acompanhar o ritmo do progresso da economia agrária nacional. Essa insuficiência manifesta-se, por exemplo, na fiscalização de vegetais e produtos de origem vegetal importados, os quais entram no País, em escala crescente, que de muito supera a capacidade dos postos existentes, ao mesmo tempo que, graças aos progressos recentes dos transportes, novos entrepostos se abrem à importação e à exportação, sem que a rede de órgãos fiscalizadores os alcance convenientemente. Faz-se necessário, por conseguinte, ampliar a atual rede de postos, de maneira que se estabeleça firme defesa fitossanitária.

*Defesa  
sanitária*

O órgão próprio do Ministério da Agricultura tem estabelecido acordos com os Governos estaduais, para a ampliação, pela cooperação interadministrativa, das atividades que os postos federais não podem por si sós desenvolver, pelo motivo antes indicado. O regime de acordos, neste particular, tem revelado resultados satisfatórios, aconselhando-se, pois, sua extensão a todas as Unidades da Federação, e também o acréscimo do próprio campo coberto pelos referidos pactos convencionais.

Os serviços de combate às pragas e às doenças da lavoura desenvolveram-se de maneira satisfatória. Assim, a campanha contra a broca do café continuou a ser executada com o concurso dos Governos dos Estados cafeeiros, havendo sido polvilhados, somente no Paraná, no último ciclo de produção anual, cerca de 60 milhões de pés de café. A campanha contra outros males da lavoura estendeu-se do mesmo modo, atingindo inclusive algumas pragas novas no País, as quais são felizmente de ação ainda restrita.

O emprêgo de aeronaves nas ações de combate às pragas e doenças vegetais, que tem demonstrado notável eficácia, vem merecendo especiais cuidados do meu Governo. Assim, por exemplo, autorizei a aquisição de mais dois helicópteros, para os serviços de defesa sanitária vegetal. A utilidade desses apa-

relhos, destacada pela sua grande mobilidade, pode ser indicada pelo fato de o helicóptero ora em serviço haver trabalhado no polvilhamento de laranjais da Baixada Fluminense e, a seguir, no dos cafêzais do norte do Paraná.

Foram adquiridos, para uso dos postos federais existentes, no ano último, 577 toneladas de inseticidas e fungicidas, no valor aproximado de 4 milhões de cruzeiros. O Ministério da Agricultura adquiriu ainda, para revenda, 918 toneladas desse mesmo material. No tocante a aparelhos, foram comprados 1.765 unidades para uso dos postos e 1.865 para revenda.

As tarefas executadas em 1953, no domínio da defesa fitossanitária, representam, pois, sem dúvida, esforço apreciável da rede existente, cuja ampliação, não será demais repetir, impõe-se urgentemente.

No campo da defesa sanitária dos rebanhos, ainda que se tenha feito sentir um grande esforço de produção e se alcançassem, sob vários aspectos, realizações bem superiores às dos anos passados, não foi possível, mesmo assim, exercer um controle tão amplo e completo quanto o desejável sobre todas as zoonoses que depreciam a pecuária nacional.

Nos dezesseis laboratórios da Divisão de Defesa Sanitária Animal e no Instituto de Biologia Animal, foram produzidas, no ano próximo findo, cerca de 9 e meio milhões de doses de produtos biológicos diversos, produção que supera em mais de metade a verificada em 1952 e representa quase o triplo da que se registrou em 1950. Foram completadas as instalações do Instituto de Biologia Animal, o que muito contribuiu para esse auspicioso resultado. Basta assinalar, a respeito, que a produção do referido Instituto, no tocante a certas vacinas, simplesmente decuplicou em um ano. Esse mesmo Instituto realizou, no ano passado, 11.433 exames de laboratório para diagnóstico — o dobro do número de exames correspondentes a 1952.

Havia, em 1950, em todo o País, 83 postos de vigilância sanitária animal. O seu número foi acrescido, em 1952, para 191, e afinal, em 1953, para 251 unidades.

O trabalho de campo prosseguiu em ritmo acelerado. Assim, em 1953, foram visitadas, pelos técnicos da defesa sanitária animal, 38.875 propriedades rurais, ou seja, um número de propriedades que constitui quase o dobro do relativo a 1952 e quase o triplo do que corresponde a 1951. Foram vacinados, no ano passado, 2.869.881 animais, quer dizer, o dobro do número referente a 1952.

A revenda de reprodutores selecionados, por parte do Departamento Nacional da Produção Animal, alcançou níveis sem precedentes. Foram adquiridos pelo referido Departamento, para revenda, cerca de 3 mil reprodutores, dos quais 1.120 são animais de alto valor racial, procedentes da Suécia, da Argentina e do Uruguai. Essa operação, em que se aplicaram 32 milhões de cruzeiros, compreende quase tantos reprodutores quanto os revendidos em todo o triênio 1950-1952.

*Revenda de reprodutores*

Houve um aumento substancial de trabalho, também no que concerne à inseminação artificial. Aproveitando material fecundante de reprodutores excepcionais, o serviço competente do Instituto de Zootecnia inseminou, somente no ano passado, 145.730 fêmeas bovinas, eqüinas e ovinas, número que representa um aumento de cerca de metade sobre o registrado no ano findo e que constitui quase o quádruplo do número de 1950.

*Inseminação artificial*

No que tange à inseminação de ovelhas, foi realizado em 1953, no Estado do Rio Grande do Sul, um trabalho cujo vulto o coloca entre os dos maiores do mundo, até hoje, em relação à espécie ovina: 119.414 ovelhas inseminadas no período de janeiro a abril do ano passado. Outrossim, foram recebidos pedidos, ainda no referido Estado, para inseminação de cerca de 250 mil ovelhas. Para corresponder à expectativa dos criadores interessados, o Departamento Nacional da Produção Animal foi autorizado a aplicar um milhão de cruzeiros na aquisição de reprodutores ovinos e a aumentar para 150 o número de postos de inseminação artificial em funcionamento.

A construção de matadouros industriais, em pontos convenientemente escolhidos nas áreas de grande produção pecuária, tem merecido especial atenção do Governo, pelas múltiplas vantagens que oferece, conforme pode acentuar, em mais de uma oportunidade. Quer como estímulo ao desenvolvimento da criação de bons espécimes animais, quer pela possibilidade de completo aproveitamento da matéria obtida nas operações subseqüentes ao abate, quer ainda pela influência na regulação do abastecimento dos centros consumidores — os referidos estabelecimentos estão fadados a uma atuação sumamente benéfica em relação a vários setores da produção nacional, assim como à melhoria das condições de alimentação de largas parcelas da população do País.

*Matadouros industriais*

Apraz-me registrar que dos 13 matadouros industriais previstos pelo Ministério da Agricultura, em diferentes pontos do Território Nacional, dois já se encontram em funcionamento, no Paraná e no Rio Grande do Sul; quatro, encontram-se em adiantada fase de construção, e três já estão sendo projetados. Mostrou-se, pois, plenamente satisfatória a receptividade da iniciativa particular ao empreendimento do Govêrno, que, devidamente autorizado pelo Congresso Nacional, aplicará em tais estabelecimentos, em três exercícios consecutivos, a importância global de 120 milhões de cruzeiros.

*Silos  
armazéns e  
frigoríficos*

É sobejamente conhecido o empenho do meu Govêrno em dotar o País de ampla rêde de silos, armazéns e frigoríficos, que ofereçam aos produtos de origem vegetal e animal a mais eficaz proteção e que, concentrando estoques em pontos de localização adequada, reduzam o custo da armazenagem, possibilitem o transporte escalonado da produção e permitam o abastecimento regular dos centros consumidores. Seria ocioso aduzir aqui outras indicações sôbre as vantagens do sistema, cuja necessidade é plenamente reconhecida.

No tocante aos silos e armazéns destinados principalmente aos cereais e grãos leguminosos, foi concluída, pelo Ministério da Agricultura, a elaboração dos projetos concernentes aos sistemas regionais dos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que compreendem áreas de densa produção agrícola. Para a execução dêsses projetos, à qual se dará início prontamente, está prevista a aplicação de 153 milhões de cruzeiros. Quanto às demais Unidades da Federação, os estudos necessários estão tendo o devido andamento.

Para a produção de trigo, em particular, já havia sido estabelecido um programa de construção de silos e armazéns, nos Estados produtores. A execução dêsse programa teve andamento satisfatório, havendo-se consubstanciado no início da construção de 9 armazéns de diferente capacidade, no Rio Grande do Sul; no prosseguimento da construção de um silo subterrâneo, com a capacidade de 5 mil toneladas, em Videira, e de um silo de elevadores, de igual capacidade, em Joaçaba, em Santa Catarina, bem assim no contrato da construção de 2 armazéns no Paraná. Prosseguiu, outrossim, a revenda de silos metálicos anteriormente adquiridos no exterior, sendo de notar que já foram revendidas 124 das 500 unidades compradas pelo Govêrno para êsse fim.

Mereceu, igualmente, especial atenção do Governo a instalação da rede de armazéns frigoríficos, que, através de suas 33 unidades, cobrirá a parte essencial das áreas cuja produção deverá acolher. Esses 33 armazéns frigoríficos terão capacidade para abrigar, em conjunto, 150 mil toneladas de produtos diversos, principalmente de origem animal. O custo da instalação de tais armazéns especializados está orçado em cerca de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros. Dentre os principais centros consumidores e, ao mesmo tempo, distribuidores de produtos, que serão contemplados com as referidas unidades de aplicação do frio industrial, contam-se as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Porto Alegre, Rio Grande, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Os estudos para a execução desse plano encontram-se em fase final aos cuidados do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Ampliou-se consideravelmente, nos últimos anos, o movimento associativo rural. Em 1953, esse movimento continuou a desenvolver-se auspiciosamente. Assim, o número de associações rurais reconhecidas passou a 921, com 132.598 associados, o que representa um acréscimo de 20 %, aproximadamente, em relação a 1952. É importante assinalar, a respeito, que, em 1950, o número de associados dessas entidades era de apenas 38.288, isto é, menos de um terço do total registrado em 1953.

*Associações  
rurais e  
cooperativas*

O ritmo de desenvolvimento do movimento cooperativista, que havia caído em 1950, voltou a acelerar-se a partir de 1951, sem recuos desde então. Assim, o número de entidades registradas em 1953 superou em mais de metade o número correspondente a 1950.

Estavam registradas, dessa forma, no ano próximo findo, 3.444 sociedades cooperativas, de diferentes tipos. De 2.464 dessas entidades foi possível apurar-se o movimento econômico-financeiro do mesmo ano, havendo sido verificado que estas últimas possuíam, englobadamente, um capital realizado de 779 milhões de cruzeiros e tinham aceitado depósitos no valor de 2 bilhões de cruzeiros. A produção recebida dos associados, pelas referidas cooperativas, no ano passado, foi avaliada em aproximadamente 7 bilhões de cruzeiros.

O movimento cooperativista tem registrado sensível incremento, ultimamente, no domínio da produção de leite e seus derivados, na de erva-mate e na da cana de açúcar.

*Preços  
mínimos*

O meu Governo mantém especial interêsse na elaboração de uma justa política de preços mínimos, sobretudo para a produção agrícola nacional, tão carente, em vários setores, de efetiva defesa econômica. Estabeleceram-se, dessa forma, preços mínimos para o agricultor, no tocante ao algodão, trigo, arroz, café, milho, feijão e amendoim. Felizmente, porém, em face da crescente demanda e de condições particularmente favoráveis no mercado interno, em constante e rápido desenvolvimento, os aludidos produtos alcançaram, para o produtor, cotações que, em diversos casos, atingiram o dôbro dos mínimos fixados.

O Governo julga, todavia, ser conveniente estender-se a política de preços mínimos a outros produtos, a fim de que, assim encorajados, os produtores não desviem suas atividades para outros setores. Dessa forma, poderão oferecer ao País as safras de que carece.

Para proporcionar aos órgãos competentes um ponto de partida realístico no assunto, o Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, empreendeu a realização de uma ampla pesquisa, de âmbito nacional, sôbre o custo da produção agrícola.

*Política  
agrária*

Conforme assinalai em Mensagens anteriores, o meu Governo está vivamente interessado em que se realizem, dentro da maior prudência e com rigorosa observância dos preceitos constitucionais, as mudanças estruturais de que nossa economia agrária necessita, para que seu desenvolvimento atinja os elevados níveis que reclama o ulterior progresso do País.

No tocante à imigração e à colonização, a política governamental entrou agora em nova fase, com a criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, ao qual me refiro, mais detidamente, na seção desta Mensagem intitulada «Progresso social».

Esse assunto foi cuidadosamente estudado pela Comissão Nacional de Política Agrária, que, como órgão oficial incumbido do estudo dos problemas rurais brasileiros, havia elaborado o correspondente projeto de lei. Dando prosseguimento ao desempenho de suas atribuições, a mesma Comissão elaborou, no ano último, além de outros trabalhos, os seguintes projetos de lei: dispondo sôbre a desapropriação das áreas irrigáveis, no Polígono das Sêcas; fixando normas para os arrendamentos rurais; e, finalmente, estabelecendo meios de acesso à propriedade da terra e à sua

exploração, dentro do princípio de desapropriação por interesse social, previsto na Constituição Federal. Essas questões estão sendo examinadas pelo Governo, que resolveu, inclusive, ouvir a respeito o Conselho Nacional de Economia. No momento, a Comissão realiza estudos referentes à defesa dos recursos naturais renováveis, aos contratos rurais, ao ensino agrícola e à organização e defesa da classe rural.

Procurou também a Comissão descentralizar sua atuação, através de Subcomissões Regionais, localizadas nas Capitais dos Estados, sendo já apreciável a cooperação prestada pelos órgãos do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Goiás. Providências serão tomadas para que os demais Estados se entrossem com as atribuições da Comissão Nacional de Política Agrária.

Objetivando o conhecimento exato das condições e peculiaridades da vida rural, a Comissão, cooperando com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizou amplo inquérito a respeito, em todos os Municípios do País. O material desse inquérito está sendo trabalhado pela Secretaria Técnica da Comissão, a qual vai elaborar monografias para cada Unidade da Federação, focalizando, principalmente, a produção agrícola, os padrões de vida, as relações contratuais, os salários, a técnica da produção, as migrações internas, a mão-de-obra e a assistência técnica e financeira. Esses levantamentos, feitos sob rigoroso critério científico, valerão como a mais exata apresentação das nossas condições de vida rural.

Os problemas de reforma agrária mereceram também a melhor atenção, tendo a Comissão Nacional de Política Agrária participado da realização, em Campinas, com a cooperação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, do Seminário Latino-Americano sobre o Problema da Terra, com a presença de 87 técnicos estrangeiros, representando 17 países deste Continente e 9 organizações internacionais.

A produção agrícola brasileira, em 1953, revelou, em conjunto, ligeiro acréscimo em relação a 1952. Cabe assinalar, todavia, que, se forem consideradas distintamente a produção destinada à alimentação e a que tem fins não-alimentares, se verifica que, enquanto no primeiro setor, no ano passado, houve um aumento de 5,4% na quantidade produzida, o segundo setor (produção para fins não alimentares) apresentou o sensível recuo de 18,2%, ou seja, de quase a quinta parte do total produzido. Esse recuo

PRODUÇÃO  
AGRÍCOLA

foi devido, principalmente, ao decréscimo de 24,1 % na produção de algodão, em confronto com 1952.

Compreende-se, perfeitamente, esse decréscimo da produção algodoeira, em face das condições vigorantes no mercado, em 1952, e pode-se dizer que teve efeitos benéficos em mais de um sentido: por um lado, os estoques acumulados na safra anterior puderam ser escoados; por outro, ficaram liberados para a produção de gêneros alimentícios cêrca de meio milhão de hectares de terra agricolamente organizada e, principalmente, mão-de-obra e equipamentos nêles até então aplicados. Com as enérgicas medidas que tomou, espera o Govêrno que se normalize a situação da produção e do mercado algodoeiros, a partir do ano em curso.

No último decênio, a produção agrícola do País acompanhou de perto, superando, embora escassamente, o ritmo de crescimento demográfico: a produção *per capita* excede, hoje, em aproximadamente 5 %, de 1948, o que traduz melhoria de situação. A produção de 1953 manteve êsse ritmo e, no tocante ao setor alimentar, verificou-se uma ascensão um pouco mais rápida do que antes. Êsse fato permitiu que o abastecimento dos mercados mostrasse tendência para a regularização.

No conjunto, ampliou-se a área cultivada do País, embora reduzidamente — apenas 160 mil hectares, para os 43 produtos compreendidos nos levantamentos sistemáticos do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura. Ainda quanto à área cultivada, há a assinalar outras importantes diferenças, à parte a concernente ao algodão. No tocante aos produtos para a alimentação, houve sensíveis acréscimos nas culturas de trigo, arroz, mandioca, banana, milho, cana de açúcar e café; e não houve diminuição digna de nota para qualquer produto.

As perspectivas para 1954 são, pois, bem animadoras. Uma produção agrícola crescente, bastando à demanda atual do mercado interno brasileiro e mesmo superando-a em alguns casos; as condições climáticas, sem serem, na verdade, muito favoráveis, não chegam a prenunciar-se como desalentadoras; os preços alcançados, nos principais mercados consumidores, pelos produtos agrícolas colocam-se bem acima das lisonjeiras expectativas anteriores. Cabe assinalar, finalmente, que o Govêrno se encontra atento e mais bem aparelhado para vencer ou atenuar as dificuldades de ordem conjuntural.

Um fato que merece especial relevo, no que respeita à produção agrícola nacional, em 1953, é o progresso considerável da produção de trigo. A área cultivada com esse cereal — a qual se restringe praticamente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — alcançou 894 mil hectares em 1954, com um acréscimo de 10,4 % sobre o ano anterior. O volume da produção aumentou de 19,1 % sobre a de 1952, elevando-se a 822 mil toneladas, o que constitui a maior colheita já obtida no País. A parcela maior desse esforço corresponde ao Rio Grande do Sul, que concorreu com 73,7 % da produção tritícola nacional.

Assim, a produção brasileira de trigo passou a atender aproximadamente a um terço do consumo total do País. Este fato é sobretudo auspicioso e se reveste de excepcional importância para a economia nacional.

Para isso contribuíram, em grande parte, os esforços do Governo federal e dos Governos estaduais, no sentido de oferecer à nossa lavoura tritícola o mais vivo estímulo, em continuidade com a política traçada desde minha gestão anterior.

A ação dos órgãos governamentais de fomento visou a elevar o grau de racionalização da cultura do trigo, desde o tratamento do solo até as ulteriores operações de beneficiamento, intensificando paralelamente a mecanização. Assim, o solo tem recebido, em larga escala, tratamento mecânico, estimulando-se-lhe, ao mesmo tempo, a adubação. O Governo distribuiu, no ano passado, em sua maior parte gratuitamente, 32.377 toneladas de fertilizantes, tendo sido prevista a aplicação, no ano em curso, da importância de 60 milhões de cruzeiros na aquisição de adubos, para revenda aos tricultores. Além disso, procedeu à distribuição, ainda em 1953, de 5.100 toneladas de sementes seleccionadas, obtidas nos campos de cultura fiscalizada e nos campos de cooperação.

No tocante à mecanização, os órgãos de fomento, sob a orientação do Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura, tem-se voltado preferencialmente para os trabalhos de colheita, agora de necessidade mais premente. Com esse objetivo, o Governo adquiriu, no exercício, para revenda aos produtores, máquinas no valor global de 39 milhões de cruzeiros, entre as quais se contam 88 automotrizes para colheita e 106 conjuntos motorizados (trator, arados e grades). Dos Estados Unidos da América e do Canadá, deverá o Brasil receber, no ano em curso, 165 combinadas para colheita, rebocadas e automotrizes, no valor

aproximado de 18 milhões de cruzeiros. Cumpre destacar, por outro lado, que à indústria nacional, através de estabelecimentos localizados nos próprios Estados tritícolas, o Governo adquiriu, no ano passado, 70 trilhadeiras, no valor de 2.580 mil cruzeiros, o que revela progressivo aparelhamento de nossa indústria, para atender às necessidades do País, no que concerne à maquinaria agrícola.

As atividades oficiais de fomento da produção nacional de trigo visaram, igualmente, à melhoria da habilitação dos triticultores, para o uso das máquinas agrícolas, ao combate a pragas e às pesquisas agronômicas tendentes à obtenção de variedades adaptadas ao meio brasileiro.

Cuidou também o Governo de construir armazéns e silos nos Estados produtores, em prosseguimento a amplo programa, cuja execução foi iniciada em 1952.

Para a safra brasileira de 1953-1954, o Governo garantiu o preço mínimo em Cr\$ 230,00 por hectolitro.

#### *Arroz*

A área cultivada com arroz foi acrescida, no ano último, de 9,6%, elevando-se a 2.052 mil hectares. O volume total da produção foi, em 1953, de 3,16 milhões de toneladas de arroz com casca — mais 230 mil toneladas do que no ano anterior —, no valor de 7 bilhões de cruzeiros (preços para o produtor). Tudo indica que, não ocorrendo em 1954 as adversas condições meteorológicas dos últimos tempos, a produção nacional de arroz superará os níveis de 1950 e 1951. A área cultivada é mais extensa, e os preços alcançados constituem poderoso estímulo ao labor agrícola.

No ano próximo findo, a importação de arroz de fontes estrangeiras constituiu, em volume, apenas 0,3% do total da produção brasileira desse cereal; ao mesmo passo, reduziu-se-lhe a quantidade mínimas a exportação. Aumentou a quantidade desse produto à disposição do mercado nacional em mais de 300 mil toneladas, relativamente ao ano anterior.

#### *Milho e outros cereais*

A área cultivada com milho passou de 4.864, mil hectares, em 1952, a 5.062 mil hectares, em 1953, com um acréscimo, portanto, de quase 200 mil hectares. Foram produzidos, no ano findo, 6,11 milhões de toneladas, contra 5,91 milhões em 1952. Em valor, o milho colocou-se em segundo lugar, no ano passado, dentre os produtos agrícolas brasileiros, depois do café.

O inopinado aumento de produção desse cereal, no norte do Paraná, resultante em parte de semeadura para aproveitamento das terras plantadas primitivamente de jovens cafezais sacrificados pela geada, suscitou difíceis problemas de escoamento, para a solução dos quais o Governo está prestando toda a assistência possível aos produtores.

Ainda em 1953, foram assinalados auspiciosos progressos no cultivo de outros cereais de interesse para a alimentação, tais como o centeio e a aveia.

A produção de legumes, tubérculos e raízes, em 1953, apresentou sensíveis acréscimos, em confronto com a de 1952. A área cultivada expandiu-se quanto à mandioca, ao feijão e à fava, permanecendo praticamente a mesma no que concerne à batata inglesa, à batata doce e à soja. O rendimento médio por hectare sofreu aumento no tocante a todos os produtos acima referidos, exceção feita apenas da batata inglesa.

*Legumes,  
tubérculos e  
raízes*

A produção de mandioca, em 1953, foi de 13,3 milhões de toneladas, registrando-se o apreciável aumento de 488 mil toneladas, em confronto com 1952. O valor global dessa produção (preços do produtor) foi de 4.732 milhões de cruzeiros. Sob o aspecto do valor da produção, a mandioca classificou-se em quinto lugar, dentre os produtos agrícolas brasileiros.

O feijão, colocado em sexto lugar, quanto ao valor da produção — 4.149 milhões de cruzeiros (preços para o produtor), em 1953 — teve sua produção acrescida, desde 1952, mas em grau menor: 1.330 mil toneladas, no ano passado, com um aumento de 15,5%, em relação a 1952.

A produção de batata inglesa, batata doce, fava e soja apresentou, em 1953, acréscimos igualmente apreciáveis.

Destacando a tendência à diversificação da produção agrícola nacional, dedicada ao consumo alimentar, devem-se assinalar os processos realizados, em 1953, pela produção de frutas e hortaliças. Em reduzido número de casos, a área cultivada deixou de expandir-se, no ano findo, e, quase sempre, foram sensíveis os acréscimos de produção. Foi apreciável, por exemplo, o aumento da produção de laranjas, tangerinas, figos e pêssegos. Quanto ao tomate, com aproximadamente a mesma área cultivada, alcançou-se uma produção mais expressiva, com um rendimento médio por hectare maior em 5,2 % do que o registrado em 1952.

*Frutas e  
hortaliças*

**Café**

Mercê das condições favoráveis do mercado externo, assim como do interno, nos quais vem alcançando expressivas cotações, o café coloca-se, muito destacadamente, entre os produtos agrícolas brasileiros, pelo elevado valor de sua produção e pela sua participação no equilíbrio econômico-financeiro do País, seja no tocante a aspectos de economia interna, seja pela parte que a êle corresponde no suprimento nacional de divisas estrangeiras.

A área cultivada com cafeeiros experimentou um acréscimo, em 1953, de 53 mil hectares, em confronto com 1952. Não estão considerados nesses cotejo os cafêzais novos, que ainda não estão produzindo. A área total cultivada, em produção, foi de 2.876 mil hectares, no ano passado.

A produção de café em grão, em 1953, ter-se-ia elevado grandemente, em confronto com 1952, não fôssem as extensas geadas, em São Paulo, e, sobretudo, no Paraná, que reduziram notavelmente as colheitas. Ainda assim, a produção do ano passado foi inferior à de 1952 em 7 mil toneladas, elevando-se a 1.118 mil toneladas.

A nova posição estatística do café, resultante da concomitância do aumento da demanda, tanto no mercado interno quanto no internacional, e do desastre na produção brasileira representado pelas geadas, que causaram a perda de dezenas de milhares de toneladas de grão, suscitou, como era de esperar, certo movimento ascendente dos preços.

Na realidade, o fenômeno a que assistimos cinge-se à precipitação, por uma combinação ocasional de circunstâncias, de uma tendência que se vinha fazendo sentir há anos, junto da ação dos fatores permanentes que governam a economia do café. Os comentários desfavoráveis que se fizeram ouvir no exterior contra o reajustamento dos preços derivam todos da incompreensão do fato de que os preços anteriormente vigentes não guardavam relação adequada com os custos reais de produção do artigo, uma vez que nos tinham sido impostos pela década de profunda depressão econômica que precedeu a guerra mundial, como é do conhecimento de todos, e cujos efeitos se estenderam ao período de após-guerra.

O Governo tomou as providências cabíveis, inclusive através do Instituto Brasileiro do Café, para poupar à economia nacional os efeitos mais catastróficos da geada e, ao mesmo tempo, para esclarecer a opinião estrangeira quanto à verdadeira natureza do fenômeno apontado.

Tomando-se por base os dados referentes ao período de janeiro a dezembro, assinalamos certo declínio nas exportações, comparativamente ao ano anterior. Exportamos 15.562.194 sacas de café — ou seja, aproximadamente, 934 mil toneladas —, contra 15.821.015 sacas em todo o ano anterior, e isto em virtude, notadamente, da reanimação dos embarques a partir de agosto.

Para bem se aquilatar a importância da produção cafeeira na economia nacional, é suficiente ter em vista que, considerado o valor da produção, na base das avaliações efetuadas pelos próprios agricultores, nos respectivos estabelecimentos rurais, o café produzido em 1953, equivale a 18,5 bilhões de cruzeiros, ou seja, 26,8% — mais da quarta parte — do valor total da produção agrícola brasileira no mesmo período. Além disso, como sustentáculo principal de nosso comércio externo, o café concorreu com 76,6% — praticamente, três quartas partes — do valor global das exportações do País no ano próximo findo.

A área cultivada com cacauzeiros estabilizou-se, nos últimos anos, em torno de 284 mil hectares. A produção passou de 114 mil toneladas, em 1952, para 123 mil toneladas, em 1953, com um acréscimo de 8% no rendimento médio por hectare. O valor da produção (preços para o produtor) passou de 896 milhões de cruzeiros, em 1952, para 967 milhões, no ano findo.

Cacau

Com a redução havida na produção africana, aumentou consideravelmente a colocação do produto brasileiro no mercado internacional, mostrando-se particularmente vultosas nossas exportações, sobretudo nos últimos meses do ano. O Governo amparou esse movimento exportador, a princípio admitindo exportação ao câmbio livre e, a partir de outubro, de acordo com a Instrução nº 70, da Superintendência da Moeda e do Crédito, mediante o subsídio de dez cruzeiros por dólar do produto exportado. Em face das circunstâncias acima apontadas, o cacau alcançou cotações elevadas, em moeda nacional.

A exportação de cacau em amêndoas, que havia sido, em 1952, de 58.242 toneladas, no valor de 763 milhões de cruzeiros, quase duplicou, em 1953, quando atingiu 108.690 toneladas, no valor de 1.532 milhões de cruzeiros. A exportação de cacau em pasta apresentou, igualmente, progressos apreciáveis, havendo passado de 927 toneladas, no valor de 9.872 mil cruzeiros, em 1952, para 5.352 toneladas — quase o sêxtuplo —, no valor de 112 milhões de cruzeiros, em 1953. A exportação de cacau com maior beneficiamento não acompanhou, porém, essa expansão,

havendo totalizado, no ano findo, o valor de 614 mil cruzeiros, apenas.

*Cana de  
açúcar*

A cultura canavieira registrou novos progressos, em 1953, sob diferentes aspectos. A área cultivada, que compreendia 920 mil hectares, em 1952, passou a cobrir 945 mil hectares, em 1953. O volume da produção passou de 36.041 mil toneladas, em 1952, para 36.982 mil toneladas, no ano findo, ou seja, quase um milhão de toneladas a mais, sem alteração no rendimento médio por hectares. O valor dessa produção sofreu um acréscimo de 114 milhões de cruzeiros, entre os anos citados, permanecendo inalterados os preços para o produtor; a produção, em 1953, foi avaliada em 4.506 milhões de cruzeiros.

A produção de açúcar passou de 1.785 mil toneladas, em 1952, para 2.002 mil toneladas, em 1953, com um acréscimo, portanto, de 12,2%.

Dando prosseguimento à política do Governo, tendente a assegurar escoamento aos excedentes de açúcar produzido, adquiriu considerável incremento a exportação do produto, dos tipos cristal e Demerara. Assim, a exportação de açúcar cristal, limitada, em 1952, a apenas 178 toneladas, alcançou, no ano findo, 51.854 toneladas, no valor de 99 milhões de cruzeiros. A exportação de açúcar Demerara quintuplicou-se, por sua vez, havendo passado de 43 mil toneladas, no valor de 90 milhões de cruzeiros, em 1952, para 202 mil toneladas, no valor de 354 milhões de cruzeiros, em 1953. Deixou de ser feita, contudo, no ano findo, exportação de açúcar de outra qualidade.

Teve continuidade, igualmente, a política de aproveitamento, na produção de álcool, anidro ou hidratado, dos excedentes da produção de cana de açúcar. A produção de álcool anidro, que se vinha duplicando, ano a ano, desde 1950, alcançando o volume de cerca de 72 milhões de litros, em 1952, teve atenuado esse ritmo de crescimento, em 1953, quando foram produzidos, todavia, 85 milhões de litros. O Governo tem estimulado a produção de álcool anidro, para atender à diversificação da produção industrial, e também às nossas necessidades, quanto ao consumo de carburantes.

A produção de álcool hidratado apresentou ligeiro decréscimo, de 1952 para 1953, tendo-se aproximado, no ano último, de 111 milhões de litros.

Conforme referi anteriormente, a produção algodoeira sofreu considerável recuo em 1953, quer no tocante à área cultivada — menos 512 mil hectares, ou seja, 16,9% do que em 1952 —, quer no concernente ao volume da produção — menos 127 mil toneladas, ou seja, 24,1% do que em 1952, quanto ao algodão em pluma. Dêsse modo, a produção algodoeira, em 1953, fixou-se em 2.523 mil hectares e 388 mil toneladas de algodão em pluma, sendo essa produção no valor de 7.211 milhões de cruzeiros (preços do produtor). A produção de caroço elevou-se a 719 mil toneladas, no valor de 817 milhões de cruzeiros.

O decréscimo havido na produção algodoeira teve por consequência, como foi assinalado, não se formarem estoques de maior vulto, que se somassem aos remanescentes das safras anteriores, desde 1951. Havendo adquirido os excedentes, pôde o Governo oferecê-los aos compradores no País e, a preços de concorrência vantajosa, ao mercado internacional.

As vendas se processaram em ritmo intenso, de tal forma que os estoques do Governo e do Banco do Brasil, em conjunto, se reduzem agora a perto de 10% do total adquirido. Os estoques paulistas encontram-se praticamente liquidados, havendo sido colocados tanto no mercado internacional como no mercado interno, nas proporções aproximadas de 57% e 43%, respectivamente.

Começaram a escoar-se recentemente os estoques nordestinos, de colocação mais difícil, seja pelo mais elevado custo, seja pela classificação menos rigorosa, ou, ainda, por se tratar de produto menos conhecido no exterior. Suas vendas se têm realizado, todavia, satisfatoriamente, inclusive nas praças estrangeiras.

Em conclusão, pode o Governo afirmar que, em virtude de tais fatos e diante das atuais condições do mercado, não haverá, praticamente, excedentes de safra, ao iniciar-se a colheita algodoeira de 1954.

As perspectivas da produção cotonígera nacional, no ano em curso, são, por conseguinte, bem mais favoráveis do que as dos anos anteriores: inexistência de grandes estoques remanescentes; reanimação das exportações, que se intensificaram desde o segundo semestre do ano passado; melhoria recente das cotações, tanto no mercado internacional como no interno.

A área cultivada com amendoim, mamona e tungue sofreu, em 1953, comparativamente com o ano anterior, ligeiros decréscimos. O aumento do rendimento médio por hectare, em rela-

ção a esses produtos, fez, porém, que a produção resultante fôsse, no ano passado, inferior à de 1952, apenas quanto ao amendoim. A produção de amendoim, mamona e tungue alcançou, no ano findo, em conjunto, o valor de 782 milhões de cruzeiros.

No que concerne ao fumo, ao sisal e à juta, registraram-se, em 1953, sensíveis progressos da produção: houve expansão da área cultivada e melhoria do rendimento médio por hectare, tendo ocorrido, todavia, discreta redução dos preços do produtor, em relação a todos os três produtos acima referidos. A produção de fumo, sisal e juta alcançou, em 1953, respectivamente, os valores de 862, de 306 e de 102 milhões de cruzeiros.

#### PRODUÇÃO ANIMAL

Ao iniciar-se o ano de 1953, a população pecuária do País compreendia, segundo as apurações realizadas pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, 55,8 milhões de bovinos, 7,1 milhões de eqüinos, 30,9 milhões de suínos, 16,3 milhões de ovinos, 8,8 milhões de caprinos e 4,8 milhões de asininos e muares.

#### *Pecuária*

A evolução da população pecuária brasileira acompanhou, no último decênio, com aproximadamente o mesmo ritmo, o crescimento da população humana do País, com diferenças a favor da população pecuária, no tocante ao gado vacum e ao ovino, e com diferenças negativas, no que concerne aos rebanhos suínos e eqüinos. Aliás, os rebanhos ovinos têm apresentado notável incremento — da ordem de cinqüenta por cento nos últimos quatorze anos —, enquanto os quantitativos correspondentes ao gado eqüino têm ficado com sua importância relativa sensivelmente diminuída no conjunto. Os números concernentes ao gado vacum e ao suíno apresentam discretas diferenças relativas, comparativamente com o ritmo de crescimento da população humana do País.

Tomando-se como ponto de partida a situação de antes da segunda guerra mundial (1939), deve-se assinalar que o abate de reses, nos matadouros municipais, nos frigoríficos, nas charqueadas e em outros estabelecimentos, havia apresentado, nos treze anos subsequentes, notável progresso, da ordem de 40% no tocante ao gado bovino, de 64% para o gado suíno e de 244% em relação ao gado ovino.

Os frigoríficos, cuja participação, no movimento de abate de reses, havia sido, em 1952, de 21,1%, de 11,6% e de 9,1%, no tocante a bovinos, suínos e ovinos, respectivamente, abateram, no ano passado, 1.267.504 bovinos, 796.046 suínos e 166.432 ovi-

nos, registrando-se escasso aumento no abate de bovinos, em comparação com o ano anterior (1.264.405 reses abatidas). O acréscimo foi mais pronunciado em relação aos suínos e aos ovinos, acréscimo êsse de 12,2% e 16,6%, respectivamente.

A política de meu Govêrno, no domínio da produção pecuária nacional, tem consistido no estímulo ao crescimento de nossos rebanhos, ao seu apuro e à obtenção de espécimes de maior rendimento por unidade. As atividades de fomento, anteriormente indicadas, visam a êsse objetivo.

A fim de elevar os níveis da produção pesqueira do País, autorizei, em caráter excepcional, a celebração de contratos especiais com numerosos barcos modernos de pesca, de variada procedência estrangeira, sob a condição de se nacionalizarem e de se incorporarem definitivamente à frota brasileira, ao término do período dêsses contratos. Assim, 18 dos referidos barcos já se encontram operando em águas nacionais, com uma produção mensal da ordem de 1.800 toneladas de pescado, devendo o número das citadas embarcações elevar-se, êste ano, a cêrca de uma centena. Além disso, com recursos orçamentários de 1953, iniciou-se, no País, a construção de vários e modernos barcos.

Pesca

Das medidas oficiais postas em prática no decorrer do ano findo, especialmente as de natureza cambial, resultou nova expansão das atividades nacionais votadas à exploração das nossas florestas; e não só no que concerne àquelas orientadas no sentido da exportação, mas, também, quanto às que, simultâneamente, visam ao suprimento do mercado interno. Em relação a vários setores dessas atividades, porém, o prolongado desestímulo cambial prevalente até fins de 1953 e a expansão do consumo nacional fizeram com que cessassem praticamente as vendas para o exterior. Em conseqüência, integraram-se no mercado nacional importantes áreas produtoras de artigos de origem florestal.

PRODUÇÃO  
FLORES-  
TAL

Essas mutações recentes, para melhor, do ponto de vista da integração da economia nacional, não implicam, porém, marcha para a solução adequada de problemas estruturais peculiares à produção florestal do País, os quais permanecem e se agravam por motivo do desgaste crescente do precioso patrimônio florístico da Nação. A exploração racional das nossas matas, com o fim de preservá-las e enriquecê-las de espécies de valor econômico, está ainda por se fixar como um dos objetivos da atividade florestal; e a criação de florestas artificiais de alto rendimento, em

material lenhoso ou em outros produtos, mal se inicia em algumas regiões, não obstante as excepcionais possibilidades do País, neste particular.

Um amplo esforço nêsse sentido constituirá, por certo, árdua tarefa a que se dedicará o Poder Público, em programas de execução a longo prazo. Para isso, o próprio Estado terá de aparelhar-se, pois não dispõe dos meios de ação indispensáveis à realização de empreendimentos de vulto, nesse domínio, ou ao fomento adequado da iniciativa privada, nos setores em que esta possa interessar-se por motivo da rentabilidade da aplicação de capital.

#### *Madeiras*

A produção madeireira nacional manteve-se em expansão no ano passado, satisfazendo às solicitações do mercado interno, cada vez mais ampliado, e possibilitando considerável aumento nas exportações de tipos não beneficiados. O pinho serrado, que constitui a principal madeira exportada, participou, por exemplo, com 553 mil t nas vendas nacionais para o exterior, o que merece confronto com as 385 mil t, em 1952. Em conjunto, as madeiras contribuíram, pela primeira vez, com mais de um bilhão de cruzeiros para as exportações do País.

Não obstante, as atividades madeireiras da Amazônia voltadas para os mercados externos não conseguiram retomar a amplitude alcançada em anos anteriores.

O suprimento do mercado nacional processou-se com plena regularidade no ano findo, não só em relação aos produtos primários, mas, também, no que concerne aos tipos beneficiados e elaborados. O crescimento do mercado interno possibilitou, aliás, a consolidação de algumas indústrias, como a de contraplacados, gravemente afetadas pelo retraimento dos mercados externos, para onde se escoou nos anos de após-guerra alta percentagem da sua produção.

#### *Borracha*

Estabilizou-se, praticamente, de 1952 para 1953, a produção nacional de borracha, na quase totalidade oriunda de seringais nativos. A safra, que alcançara 33.330 t em 1952 — a maior verificada desde 1920 —, elevou-se a apenas 33.566 t no ano passado, quebrando-se o acelerado ritmo ascensional que se vinha verificando no triênio anterior. Conquanto haja indício de que os volumes colhidos sejam maiores do que os registrados pelo organismo oficial de controle da produção, estando retida, no fim do ano, em mãos dos produtores, uma parcela considerável da

safra, à espera de melhores preços — o fato parece mostrar que são pequenas as possibilidades reais de ampliação do suprimento nacional de borracha, pelos seringais nativos.

Assim, ao lado da política de fomento da criação de seringais plantados, o Governo tem autorizado a importação das quotas adicionais de borracha indispensáveis ao pleno funcionamento da indústria nacional consumidora dessa matéria-prima.

Cessaram de todo, em 1953, as exportações nacionais de babaçu, tanto em amêndoas, como em óleo. A expansão do mercado interno consumidor desse precioso produto alimentar tornou desinteressante as vendas para o exterior — as únicas realizadas durante muitas e muitas décadas, no passado. No ano findo, verificou-se mesmo acentuada elevação nos preços do produto, que já não está sendo colhido, portanto, nos volumes reclamados pelo País.

*Babaçu*

Conquanto tenham continuado em descenso, de 1952 para 1953, as exprotações nacionais de mate — quase totalmente orientadas para os mercados platinos —, a ascensão do consumo interno e, além disso, as mutações econômicas, verificadas nas zonas de ocorrência dos ervais, não permitiram que a atividade produtora se reduzisse nos últimos anos.

*Mate*

Na realidade, o surgimento de melhores ocupações para o trabalhador rural no sul do País vem fazendo que os ervateiros se desloquem da sua atividade tracional, o que prenuncia a redução das colheitas. No ano passado, parte das compras se processou a preços superiores aos mínimos fixados pela autarquia federal de controle desse produto.

Dessa forma, a economia ervateira parece iniciar novo ciclo, contrário ao da superprodução observada ao se criar tal autarquia.

Verificou-se no ano passado considerável melhoria nas atividades florestais pertinentes a vários produtos, como a castanha do Pará e a essência de pau-rosa, na Amazônia, e as cêras de carnaúba e de ouricuri, no Nordeste e no Leste setentrional — voltadas tôdas principalmente para os mercados exteriores. Essa melhoria decorreu, em parte, da política de câmbio posta em prática no segundo semestre do ano.

*Outros produtos*

No quadro geral da produção de origem mineral, observou-se que os produtos destinados a consumo interno tiveram aumento

**PRODUÇÃO  
MINERAL**

considerável sobre o ano anterior. Destacam-se no confronto os minérios necessários à produção de aço, com 12%, e de cimento, com 33% de acréscimo. Excetua-se o carvão, cuja produção se conservou praticamente estável.

A produção dos minérios destinados à exportação teve aumento insignificante em relação a uns e decresceu quanto a outros. Todavia, o valor total de sua produção teve um pequeno acréscimo.

As possibilidades de expansão da indústria mineira, para suprimento interno, são consideráveis. Basta mencionar que o consumo de cimento, que foi de 2.440.000 t em 1952, excedeu de 3.000.000 t em 1953. A produção, por sua vez, passou de 1.620.000 t, em 1952, a 2.150.000 t, aproximadamente, em 1953. Na siderurgia, a entrada em marcha do novo alto forno de Volta Redonda e o início de produção, em futuro próximo, das usinas da Acesita e da Mannesmann falam por si. Neste campo há também a assinalar a melhoria de nossa situação tecnológica, atestada pela produção de ligas de ferro-cromo, ferro-manganês, ferro-silício e ferro-silício-manganês, com especificações rígidas.

*Pesquisas  
minerais*

Prosseguiram, de modo alentador, durante o ano, os trabalhos referentes às pesquisas minerais, sob a iniciativa privada, governamental, e, ainda, em sistema de cooperação entre as duas. Houve 483 pedidos de pesquisa, tendo sido expedidos 349 decretos de autorização. No que toca à lavra, subiu a 80 o número de decretos de autorização.

O Departamento Nacional da Produção Mineral, através de sua Divisão de Fomento, conduziu trabalhos de pesquisa no Meio-Norte, no Nordeste, no Espírito Santo, em Minas Gerais e nos três Estados do extremo Sul.

No Meio-Norte, isto é, na bacia sedimentar Maranhão-Piauí, foram executadas quatorze perfurações visando ao mesmo tempo à produção de água e informações sobre a existência de carvão mineral. Assim, enquanto se acumulam informações, que poderão eventualmente conduzir à descoberta de jazidas de carvão, regiões carentes de água vêem demonstrada a possibilidade de suprimento de origem subterrânea.

No Nordeste, os estudos feitos tiveram em mira fosfato, calcário para cimento e minério de tungstênio, bem como minérios de metais raros e materiais estratégicos. As pesquisas para fosfato e calcário, nos seus traços amplos, visam aos dois materiais, especializando-se para um ou outro, de acordo com as indi-

cações locais encontradas. Estes trabalhos têm interessado a faixa litorânea dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Os resultados obtidos em Forno da Cal, nas proximidades de Olinda, em cooperação com a Companhia Novas Indústrias Olinda S.A., são de moldê a assegurar o suprimento das necessidades brasileiras de fosfatos, logo que as indispensáveis instalações industriais estejam concluídas. No tocante a calcários, verificou-se na faixa litorânea dos dois Estados referidos a existência de jazidas com volume apreciável, mas não é possível ainda ajuizar definitivamente sobre seu aproveitamento, por causa dos complexos fatores econômicos que devem ser tomados em consideração. Na verificação das reservas de tungstênio, prosseguiu o estudo da jazida da Quixaba. Na região pegmatítica do Rio Grande do Norte e da Paraíba, prosseguiram os trabalhos de mineração experimental, único meio de verificar o valor das jazidas em aprêço. Embora os resultados sejam pouco animadores em relação à explorabilidade com os preços atuais, ficam determinados os pegmatitos que contêm berilo, tantalita, etc. Em um caso, pelo menos, pode-se mencionar a existência de betafito, que é um nióbio-titanato de urânio.

No Espírito Santo, o objetivo foi o tombamento dos depósitos de areia monazítica, visando os estudos, além das praias atuais, a determinar a existência de depósitos de valor comercial nas barreiras terciárias que margeiam, com interrupções, o litoral, neste Estado.

Em Minas Gerais, o programa do Departamento Nacional da Produção Mineral compreendeu pesquisa de jazidas, investigações geofísicas, com o fim de estudar depósitos minerais radioativos, levantamentos geológicos com finalidade econômica, objetivando principalmente ferro e manganês, além da procura de água. Em Poços de Caldas, com a colaboração do Serviço Geológico Americano e do Instituto Industrial de Tecnologia do Estado de Minas Gerais, foram realizados estudos de radioatividade e sondagens, para determinação do volume de minério de urânio. Na região de São João del-Rei, continuaram os estudos das jazidas primárias, pegmatíticas, e secundárias, aluviões, na procura de minério de urânio, tântalo e lítio. A turma de geólogos organizada em cooperação, segundo o Acôrdo Administrativo firmado em 1948, custeada pelo Govêrno brasileiro e americano, continuou seus trabalhos nas regiões de Ouro Preto, Caeté, Nova Lima, Rio Acima, Lagoa Grande, Itabirito e Gandarela. Realizaram-se, tam-

bém, trabalhos, em cooperação com o Conselho Nacional de Pesquisa, na região de Araxá.

No Estado do Paraná, foram executadas 55 sondagens para carvão e estudos visando a determinar a significação da água salgada obtida em uma perfuração na zona de Barra Grande.

Em Santa Catarina, nos arredores de Criciúma, continuaram os trabalhos de sondagem e de geologia econômica, para aperfeiçoamento dos conhecimentos sobre reservas de carvão.

No Rio Grande do Sul, em Gravataí, prosseguiram as sondagens para determinação do valor de jazidas de carvão. Os dados atuais permitem prever cerca de 8.000.000 de t na camada superior. Nestes trabalhos fez-se também uso do magnetômetro para determinação de zonas com intrusão de diabásio.

*Exportação  
de minérios*

No período de janeiro a novembro de 1953, as exportações nacionais de minérios alcançaram 1.522.000 t, no valor de Cr\$ 666.000.000,00. Estima-se que, ao findar o ano, os volumes exportados tenham apresentado um decréscimo de 4%, em confronto com os de 1952, enquanto o valor acusou uma elevação de 6%.

*Cia. Vale do  
Rio Doce*

Continuou a Cia. Vale do Rio Doce, em 1953, o seu programa destinado a regularizar a exportação anual de 1.500.000 t de minério de ferro, preparando-se para ampliar as suas atividades. Como resultado de modificação ocorrida na situação internacional, verificou-se queda de cerca de 8% no volume de minério exportado, em relação ao ano de 1952, mas apesar disto a receita em dólares foi ainda ligeiramente maior do que a do ano anterior.

A Companhia manteve em dia os pagamentos de juros e amortização dos empréstimos que contraiu, quer internos, quer externos. Melhoraram consideravelmente as condições de tração na Estrada de Ferro Vitória-Minas, mediante conclusão do empedramento da linha e entrada em tráfego de 9 locomotivas diesel-elétricas de 1.125 H.P. e 2 locomotivas francesas, a vapor. Foram postos também em tráfego 13 carros metálicos para passageiros, de fabricação nacional, e 20 gaiolas para transporte de gado.

A melhoria da linha permitiu o tráfego de trens com 1.500 t de minério, em 30 carros de 50 t. O empedramento, além disso, reduziu consideravelmente o número de acidentes, que caiu de 2.074, em 1952, para 868, em 1953.

A Estrada de Ferro Vitória-Minas transportou, em 1953, 1.140.538 passageiros, 72.952 cabeças de gado e 1.936.354 t de mercadorias, assim distribuídas: 114.542 t de madeira, 62.184 t de carvão, 40.051 t de produtos siderúrgicos, 29.744 t de café, 18.703 t de cimento, 17.911 t de cereais, 84.780 t de mercadorias diversas e 1.568.439 t de minério de ferro.

A obra de assistência aos empregados consistiu, durante o ano, em concessão de gratificações, licenças-prêmio, seguro coletivo e outros benefícios compatíveis com a situação da Companhia. Construiu esta, ainda, 95 casas, sendo 50 para o pessoal da estrada e 45 para o pessoal das minas.

As atividades salineiras, assistidas por uma autarquia econômica federal, desenvolvem-se normalmente, à base do suprimento do mercado interno. Entretanto, deverão iniciar-se, este ano, exportações desse produto para o Uruguai, conforme previsto no acordo comercial recém-celebrado entre o Brasil e aquele país. As vendas tornam-se possíveis em face da conveniência do aproveitamento dos fretes de retorno cobrados pelos navios que transportam farinha de trigo do Rio da Prata para os portos nordestinos.

*Produção  
de sal*

Ultimaram-se os estudos, mencionados na Mensagem anual anterior, sobre a construção do porto salineiro de Areia Branca, RN. Aberta a concorrência para a execução da obra, estão sendo examinadas as propostas apresentadas.

Articula-se o Instituto Nacional do Sal com o Ministério da Saúde para cumprimento da Lei n.º 1.944, de 14 de agosto de 1953, que dispõe sobre a iodetização do sal destinado às regiões do País afetadas pelo bócio endêmico.

A produção nacional de bens de produção será provavelmente um dos setores mais beneficiados pela nova orientação imprimida pelo meu Governo à política cambial. Deu-se um passo de transcendental importância no sentido de retirar essas atividades do rol das indústrias que não podem viver e crescer senão à sombra de justificável, mas onerosa, ajuda oficial, direta ou não, e assim se preparou o terreno para uma participação, maior do que a verificada até agora, da iniciativa privada no desenvolvimento desse setor econômico fundamental.

**INDÚ-  
STRIAS DE  
BASE**

Colocando a importação de bens de produção em bases cambiais mais realistas, a nova política adotada pelo Governo terá,

entre outros, o efeito de induzir, pelo uso adequado do mecanismo do preço, o industrial nacional consumidor de bens de produção a buscar, por sua própria iniciativa, suprir-se daqueles bens na indústria nacional. Esta terá assim, em primeiro lugar, preços mais remuneradores — e, conseqüentemente, mais sólida posição financeira em cruzeiros — e, em segundo, mercado mais amplo e estável, o que implica estímulo para o seu desenvolvimento. Além disso, o Governo promoveu medidas para o efeito de reservar sistematicamente a maior parcela possível de recursos cambiais para o suprimento e equipamento dos setores de base, a uma taxa de câmbio estimuladora. Não duvido, pois, de que as atividades produtoras de bens de produção do País estejam entrando em nova era.

#### *Siderurgia*

Em 1930, o Brasil dispunha apenas de 11 pequenos fornos a carvão, produzindo 36.000 t de gusa e menos de 500 t de aço por ano. Em 1954, só Volta Redonda está equipada para produzir 564.700 t de gusa e 730.000 t de aço em lingotes, em conseqüência do cumprimento do 1.º programa de expansão. Os economistas da Cia. Siderúrgica Nacional calculam que a produção brasileira de aço, em conseqüência da conclusão dos empreendimentos em execução e em projeto, alcançará, a curto prazo, cerca de 2,5 milhões t métricas anuais — produção "per capita" equivalente à média mundial, excetuados os Estados Unidos da América.

Ao lado dessa preparação para um substancial avanço quantitativo, a siderurgia brasileira fez consideráveis progressos que assentam as bases para seu ulterior desenvolvimento, pela solução dos problemas formulados pela geografia, geologia e economia nacionais, habilitando-se a crescer, não como apêndice de indústrias estrangeiras, mas como unidade cada vez mais autônoma, suprimindo-se no próprio mercado nacional, de parcela crescente dos materiais que consome e também de parte dos equipamentos que utiliza.

Em 1953 a siderurgia atacou o problema chave — falta de combustíveis sólidos — por tôdas as frentes: 1.º) Volta Redonda aumentou de 28 % em 1952, para 39,7 % a proporção de carvão nacional para coqueria; 2.º) Monlevade generalizou o emprêgo do processo de sinterização, que resulta em poupança de carvão vegetal, e outras usinas, como as de Gorceix, Esperança e Gagé montam instalações para o mesmo efeito; 3.º) esboça-se a tendência para o emprêgo em larga escala de eletrosiderurgia, que reduz

a um terço o consumo de carvão, estando em processo de montagem dois fornos elétricos com capacidade global para 150.000 t anuais, em Mogi das Cruzes e Nova Iguaçu.

Simultaneamente, estudam-se programas tendentes a assegurar suprimento regular de estanho e zinco, cuja falta impediu à Volta Redonda a execução integral dos programas de fabricação de chapas galvanizadas e fôlhas de flandres; e de óleo de dendê, de largo uso na indústria siderúrgica, que se planejam plantios no Recôncavo baiano, etc. A execução do Plano Nacional de Eletrificação repercutirá poderosamente sobre toda a metalurgia: 1.º) permitindo a generalização da eletrosiderurgia; 2.º) oferecendo solução econômica ao problema de colocação do carvão-vapor catarinense; 3.º) permitindo a plena utilização e a ampliação do equipamento elaborador de metais.

Finalmente, a primitiva indústria de 1930, que quase não produzia senão gusa, hoje entrega, sob a forma de laminados e produtos finais, quase todo o aço que é possível obter dos altos fornos e da sucata, e a lista de produtos torna-se cada vez mais extensa e complexa. Ainda este ano, a Acesita, equipada para a produção de 125.000 t de aços especiais, dará sua primeira corrida; Barbará, ampliada para 25.000 t de tubos de ferro por ano, brevemente estará operando as suas novas instalações; Mannesman, para 100.000 t de tubos de aço sem costura por ano — afora o número crescente de peças, partes e máquinas que a indústria mecânica nacional está suprimindo, a partir de metais nacionais.

No exercício transcurso, a Cia. Siderúrgica Nacional produziu 332.038 t de coque metalúrgico, 370.259 t de gusa, 482.376 t de aço em lingotes — dos quais 14.668 provenientes do forno elétrico e 375.467 t de laminados, isto é, 10,6 %, 3,1 % e 4,1 % mais do que em 1952, respectivamente. Em meados do ano foi modificado o programa de fabricação de modo que se reduzissem as metas quantitativas para trilhos e acessórios e se elevassem as de outros produtos de laminação ou mais valiosos ou mais necessários à economia nacional. Com as ressalvas já feitas, correspondentes a chapas galvanizadas e fôlhas de flandres, limitadas pela falta de zinco e estanho importados, o programa foi cumprido. Quanto aos subprodutos de coqueria aumentados paralelamente, encontraram colocação no mercado nacional, como toda a produção da usina.

*Cia. Siderúrgica Nacional S. A.*

As vendas da Companhia montaram a Cr\$ 1.858 milhões, isto é, 11,7 % a mais que no exercício anterior, o que atesta que essa empresa, seguindo a política do Governo, seu principal acionista, resistiu firmemente à tentação de aproveitar a escassez reinante dos produtos de sua linha no mercado nacional. O preço do kg de laminado, que representa mais de 90 % do total das vendas, apenas passou de cerca de Cr\$ 4,30 a Cr\$ 4,70 — f.o.b. usina.

A expansão do volume físico das vendas e a redução relativa do custo de produção, expressa na elevação nominal deste, a ritmo mais lento ainda que o reajustamento dos preços nominais de venda, proporcionaram à empresa um lucro líquido de Cr\$ .... 343.920.807,40 — superior em 42,8 % ao do ano anterior. Dêsse total, Cr\$ 112.872.673,00 foram distribuídos como dividendos, nos termos da Lei n.º 1.380, de 7 de junho de 1951, a saber: 6 % às ações preferenciais, 7,5 % às ações ordinárias pertencentes ao Tesouro Nacional e 10 % às ações ordinárias pertencentes a particulares. Aproximadamente 4/5 dêsses dividendos tocaram ao capital já integralizado e 1/5 ao aumento subscrito, ainda em integralização. Além disso, a título de participação nos lucros, tocou aos empregados a importância de Cr\$ 76.358.580,20, proporcional à reserva constituída no ano. As imobilizações experimentaram um aumento de Cr\$ 627.278.430,10, em números absolutos, e de 19,4 %, em relativos. A Companhia continuou a prestar assistência habitual aos seus empregados, e desconhece os conflitos trabalhistas que se fizeram sentir noutros setores da economia nacional.

1.ª expansão  
da usina

Com a inauguração do 2º alto forno e instalações complementares, cumpriu-se o primeiro programa de expansão da usina, cuja capacidade se eleva agora a 750.000 t de gusa, 710.000 t de aço em lingotes e 460.000 t de laminados, proporcionando a economia de US\$ 26 milhões por ano, além dos US\$ 30 milhões anuais já economizados pelas instalações primitivas, em laminados. O custo da primeira expansão foi de US\$ 25 milhões em equipamento importado e Cr\$ 500 milhões em bens e serviços nacionais.

2.ª expansão  
da usina

O Governo aguarda o pronunciamento do Congresso Nacional sobre o Projeto de Lei encaminhado com a Mensagem nº 279, de 21 de julho de 1953, para que a Companhia possa empreender

seu segundo programa de expansão, chamado Plano do Milhão, que tem por meta elevar a capacidade da usina a 922.000 t de gusa, 1.000.000 t de aço em lingotes e 740.000 t de laminados por ano. Está orçado em US\$ 30,6 milhões e Cr\$ 500 milhões, devendo assegurar uma economia adicional em divisas de US\$ 54 milhões por ano.

No ano em curso, a produção programada da usina não alcançará sua capacidade atual, uma vez que o 1.º alto forno suspenderá suas atividades durante alguns meses, para reparos. Espera-se, assim, alcançar os seguintes níveis: coque, 491.000 t; gusa, 564.700 t; aço em lingotes, 732.000 t; laminados, 450.000 t, que, aos preços que vigoraram em 1953, corresponderão à venda de Cr\$ 2.474,9 milhões, cerca de 1/3 maior que a do ano que transcorreu.

*Programa  
para 1954*

A Fábrica Nacional de Motores, em 1953, deu grande impulso ao seu programa do caminhão pesado, pondo em circulação mais de mil dêsses veículos em todos os recantos do território nacional. Foi vencida, assim, com pleno êxito, a primeira etapa de nacionalização do caminhão *FNM-Alfa Romeo D-9.500*, na qual a produção nacional figurou com cerca de 38% em peso e 31% em valor. Por outro lado, os estudos feitos em colaboração com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, visando a obtenção do capital para os investimentos adicionais exigidos pelos novos programas, já chegaram a resultados positivos, na parte relacionada com as segunda e terceira etapas do plano de nacionalização do caminhão. Dêsse modo, com o financiamento do ferramental, boa parte do qual já se encontra pronto na Itália, poderá a Fábrica Nacional de Motores acelerar o ritmo dos trabalhos e melhorar consideravelmente a rentabilidade dos seus programas.

*Fábrica  
Nacional de  
Motores  
S. A.*

Os estudos para a fabricação do trator Fiat 25-R acham-se concluídos e tiveram que considerar a disponibilidade de máquinas resultante da linha do caminhão, de forma que não se prejudicassem a independência e a eficiência dos dois programas.

Os diversos ramos de atividades da Fábrica propiciaram, em 1953, um faturamento líquido de Cr\$ 206.855.088,60, o duplo do maior anteriormente obtido, desde a constituição da Fábrica.

As principais rubricas foram:

	Cr\$
a) caminhões . . . . .	142.231.854,50
b) sobressalentes . . . . .	14.095.975,90
c) fabricação de peças sob encomenda de técnicos . . . . .	6.982.452,70
d) ônibus SICAR para a CMTIC . . . . .	34.847.943,20
e) revisão de motores de aviação . . . . .	7.970.812,90
f) outras receitas . . . . .	726.049,40
Total . . . . .	206.855.088,60

*Cia. Nacional  
de Alcalis,  
S. A.*

O Governo acredita ver em plena produção o importante núcleo industrial que está sendo levantado em Arraial do Cabo, nas proximidades do Cabo Frio, dentro do prazo enunciado na passada Mensagem anual, isto é, em 1956. Antes disso, porém, em princípios de 1955, a fábrica deverá começar a entregar seus produtos aos centros de consumo nacionais, à razão de 300 t diárias. Para esse efeito, foi colocada na França, no ano que passou a primeira encomenda de equipamentos, no valor de US\$ 4 milhões, enquanto no local da futura usina prosseguiram vigorosamente as obras.

A fabricação do equipamento encomendado teve início a 5 de dezembro último e as primeiras remessas são esperadas no Brasil em abril próximo. Seguir-se-á nova encomenda no valor de US\$ 7 milhões.

Em Cabo Frio trabalha-se na construção da salina para 200.000 t de sal por ano, construindo-se 2.500.000 m<sup>2</sup> de marméis, a estação elevatória para 100.000.000 l d'água por dia, canais de alimentação, coleta e drenagem; no grande canal de transporte de calcáreo, drenagem e esgoto — tendo-se concluído 5 dos seus 8,5 km — e na eclusa que unirá seus trechos inferior e superior; na construção dos edifícios das oficinas, administração, central elétrica, fábrica de cal, etc.

O capital da Companhia foi elevado a Cr\$ 200 milhões e ultimam-se as providências para o início de utilização de um empréstimo de Cr\$ 180 milhões no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. A cobertura, em moeda estrangeira, da importação dos equipamentos da Fábrica não produzidos no País, está assegurada mediante contrato de financiamento celebrado com o

"Comptoir Industriel & Agricole de Vente à l'Étranger" (CIAVE), da França, em 6 de março do ano passado, após dois anos de negociações infrutíferas com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

A economia de divisas esperadas, em consequência da realização desse empreendimento, é da ordem de US\$ 15 milhões por ano.

## DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

## PESQUISA

O desenvolvimento econômico do País depende obviamente, em grande parte, do seu progresso nas pesquisas científicas e tecnológicas e da criação de um ambiente propício à utilização, pela atividade produtiva nacional, das conquistas alcançadas e dos resultados obtidos.

Ao Governo afigura-se do maior interesse, no momento, a intensa formação de quadros nacionais para a pesquisa científica e a investigação tecnológica, não se descurando de promover as medidas ao seu alcance para a consecução de tal objetivo. Aumentando, dessa forma, o patrimônio cultural da Nação, sabe o Executivo que defende o futuro da própria nacionalidade, pois os países que se retardam na assimilação das descobertas da ciência e das técnicas modernas ficam sob a ameaça de indefinido subdesenvolvimento. Em tôdas as iniciativas governamentais destinadas a promover a expansão das atividades produtivas nacionais, principalmente as referentes à energia, essa preocupação ditou medidas objetivas para a formação de quadros técnicos voltados para setores específicos da atividade industrial.

A carência desses quadros, em face de nossas crescentes necessidades, mostra que a solução de tal problema não pode ser alcançada em curto prazo. Novel instituição, cujo prestígio se firma de ano para ano, o Conselho Nacional de Pesquisas tem, aí, uma das suas mais importantes tarefas, e a ela se está dedicando de forma a permitir augurar que, conjugando-se os seus esforços aos das demais entidades públicas e privadas carentes de quadros técnicos de alto nível, venha o Brasil a ampliar, dentro em breve, quantitativa e qualitativamente, esses quadros necessários às pesquisas científicas e à investigação tecnológica de seus problemas.

Consolidam-se e expandem-se os serviços do Conselho, cujo programa de trabalho, de tanta significação para o nosso País, começou a despertar interesse no exterior. Diversos cientistas do

CONSELHO  
NACIONAL  
DE PES-  
QUISAS

mais alto renome internacional visitaram o País, a convite do Conselho, e seus contatos com as nossas Universidades e demais instituições de cultura e pesquisa foram dos mais profícuos.

De par com o contrato de professores de renome para efetuarem cursos em diversos dos principais centros de cultura do País, tem o Conselho enviado pesquisadores brasileiros às mais famosas instituições de estudo e pesquisa dos Estados Unidos da América, da França, da Alemanha, da Inglaterra, da Itália. Algumas centenas de bolsistas brasileiros aprimoram seus conhecimentos em escolas e centros de estudo nacionais, enquanto cerca de uma centena têm estado em atividade no exterior, em cursos de alta especialização.

Afora seu programa de formação de pesquisadores, ou como meio de cumprir esse programa, o Conselho tem tomado várias iniciativas, entre elas: a criação e regulamentação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, velha aspiração dos nossos matemáticos, destinada a prover tantos cientistas de um instrumento indispensável para investigações cada vez mais amplas e profundas; a participação nos trabalhos de diversos congressos científicos, internacionais e nacionais; a publicação de monografias científicas; o estudo, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas, da organização do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, do maior interesse como fonte de informação científica e técnica; a aquisição de isótopos radioativos, para fins medicinais, de pesquisa e industriais; pesquisas várias, entre as quais as referentes a esquistossomose, câncer vegetal, aproveitamento do babaçu, biologia marinha, microbiologia do petróleo, propriedade das lamas de sondagem, semicondutores de urânio. Com a contribuição do Conselho, foram realizadas investigações para o aproveitamento integral da hulha, sendo estudadas na Holanda amostras desse combustível, procedentes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Encontram-se em adiantada fase de constituição ou funcionamento os Centros de Pesquisas Físicas de Pernambuco e do Rio Grande do Sul e o Instituto de Pesquisas Radioativas de Minas Gerais, fundados sob o patrocínio do Conselho. Importante tarefa, integrante do programa do Conselho, está a cargo do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, recém-instalado no morro de São João Batista, em Niterói, em área doada pelo Estado do Rio de Janeiro.

Por iniciativa do Conselho, foi criado o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, cujo funcionamento não pôde iniciar-se no ano passado pela carência de recursos financeiros. Foram, porém, adotadas as providências necessárias para que essa instituição entre em atividade no menor prazo possível, em articulação íntima com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

*Instituto  
de Pesquisas  
da Amazônia*

Seguindo a política geral da energia atômica, cuja orientação a Lei atribui ao Presidente da República, o Conselho tem pôsto em prática as medidas ao seu alcance no sentido de formar equipes de técnicos especializados e de ampliar as nossas disponibilidades das matérias-primas necessárias à consecução dos objetivos a que visamos. São dignos de nota os esforços já realizados neste campo e que têm por propósito básico o aproveitamento industrial da energia nuclear.

*Energia  
atômica*

Os nossos cientistas contam, agora, com equipamento para as suas pesquisas no campo da física nuclear. Dentre os aparelhos adquiridos, merece especial menção o sincrocicloton de 21 polegadas, construído na Universidade de Chicago e já entregue à equipe que trabalha no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, em Niterói. No seu tipo, é o único ora em serviço na América Latina e brevemente estará à disposição dos cidadãos das repúblicas irmãs do continente que desejarem trabalhar conosco.

A prospecção de minerais atômicos prossegue em ritmo seguro e eficiente, graças à perfeita cooperação entre o Departamento Nacional da Produção Mineral e o Conselho, e os resultados obtidos são tranquilizadores quanto à existência de jazidas. No que toca ao aproveitamento de nosso potencial atômico, representará grande passo a construção, prestes a iniciar-se, das nossas primeiras usinas destinadas ao tratamento dos minérios uraníferos brasileiros.

A necessidade da retenção dos preciosos materiais radioativos oriundos do tratamento das areias monazíticas certamente inspirará ao Congresso Nacional a adoção das medidas que o interesse nacional aconselha com a concessão dos recursos necessários à sua aquisição para nosso próprio uso.

Quanto ao urânio, em grau de pureza que permita seu emprego nos reatores atômicos, em breve estará em andamento a montagem da usina que não-lo há de fornecer, pondo em prática a delicada tecnologia exigida por essa operação.

## TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Não obstante os esforços que a Nação vem envidando durante várias gerações e os resultados consideráveis até agora obtidos, os sistemas nacionais de transportes, pelas suas deficiências, continuam, na realidade, a constituir um dos pontos de estrangulamento das atividades produtivas do País. Para que este se desenvolva conforme suas possibilidades atuais, torna-se imperioso redobrar esforços, para modernizar os sistemas internos de circulação de mercadorias e passageiros e ampliar as linhas nacionais de navegação marítima voltadas para o exterior; mais ainda, há que organizar a exploração dos meios de transporte, especialmente os oficiais, para que dêem o máximo de rendimento econômico, eliminando-se ou, pelo menos, reduzindo-se substancialmente os progressivos *deficits* de custeio.

Trata-se, portanto, de tarefa gigantesca, mas que cumpre executar, como os interesses nacionais impõem. Em meio às dificuldades decorrentes dos encargos nacionais no balanço de pagamentos — encargos que tendem inexoravelmente a crescer por efeito do dinamismo econômico interno, sem relação estrita com as exportações, fonte quase exclusiva das divisas estrangeiras — o Governo vem enfrentando o problema dos transportes à base de programa orgânico que abrange todos os seus setores. Dada a íntima relação existente entre esse problema e o da energia, os programas peculiares ao carvão nacional, ao petróleo e à eletricidade integram-se, de fato, no dos transportes, inclusive porque representam mais um passo no sentido de aliviar os encargos nacionais do balanço de pagamentos, aumentando as possibilidades de aquisição, no exterior, dos bens que o País não produza e sejam indispensáveis aos sistemas de transporte.

A presente Mensagem, como as dos dois anos anteriores, demonstra os esforços envidados pelo Governo no sentido de expandir, e, principalmente, reaparelhar os meios de transporte nacionais. A experiência já evidenciou, porém, que a solução desse problema não consiste só na expansão e na melhoria das redes rodoviária e ferroviária e no reaparelhamento das estradas de ferro,

dos portos e das empresas de navegação. Os investimentos com essa finalidade tornar-se-ão sempre improdutivo, se a grave questão da operação adequada dos sistemas não for igualmente resolvida, conseguindo-se o máximo de rendimento econômico dos serviços, de forma que se elimine ou, pelo menos, em casos especiais, se reduza substancialmente o *deficit* ascensional das empresas de transporte pertencentes ao Estado.

A baixa rentabilidade da moderna Frota Nacional de Petroleiros mostra como o problema da operação dos meios de transporte, principalmente na concorrência internacional, ultrapassa a questão da eficiência do equipamento. No caso, como em outros semelhantes, o interesse nacional é decisivo no que concerne à segurança do abastecimento de produtos importados e à poupança de divisas em frete e seguro marítimos. Noutros, porém, — como o da exploração de ramais de estradas de ferro grandemente deficitários, cujo serviço possa ser realizado pelo transporte rodoviário — a questão da rentabilidade é fundamental para que a vida das empresas não se torne insustentável. E essa questão depende, em alta escala, para ser resolvida adequadamente, dos métodos de gestão do patrimônio confiado às entidades, ou seja, da sua organização como empresas industriais.

A iniciativa principal do Governo, no sentido de dar às empresas de transportes a estrutura administrativa que lhe parece conveniente, acha-se consubstanciada no projeto de lei destinado a criar a Rede Ferroviária Nacional, S.A., enviado ao Congresso em 1952. A reestruturação administrativa das estradas de ferro, num sistema de empresas industriais, afigura-se ao Executivo cada dia mais premente; de tal forma que, se ao Congresso não parece adequada essa solução, outra deve ser buscada sem demora, para evitar o agravamento dos males que acabo de apontar. A análise da situação das nossas estradas de ferro, mais uma vez feita nesta Mensagem, evidencia a necessidade do pronunciamento do Congresso sobre tão palpitante questão.

Embora com sua ação dificultada pela legislação vigente, o Governo vem, aliás, cuidando de resolver alguns dos problemas administrativos das entidades oficiais de transportes.

Conquanto se tenha retardado a efetivação dos compromissos decorrentes dos atos institucionais da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico, parece ao Executivo possível e urgente redobrar esforços e levar avante os programas de reaparelhamento dos sistemas nacionais de transporte, nos prazos em que as possibilidades nacionais o permitirem.

inclusive quanto a financiamentos externos. Nesta emergência, visando a reduzir consideravelmente o dispêndio de divisas, já determinei se recorra ao parque industrial do País, que será gradativamente ampliado para êsse fim precípua.

A experiência vai demonstrando, cada dia, que a solução dos problemas fundamentais da Nação tem de ser buscada basicamente na mobilização de nossas forças produtivas internas. Por outro lado, as circunstâncias irão evidenciando aos nossos tradicionais fornecedores estrangeiros quanto lhes convém empreender a produção, no Brasil, daquilo que não podemos importar, à falta de divisas, na escala reclamada pelo mercado interno. Tudo indica que a criação de uma importante indústria de auto-veículos, no País, constituirá em breve significativo exemplo dessa tendência. Concretizada tal perspectiva e ampliada a indústria nacional do petróleo, à base do programa oficial, o Brasil terá dado um passo decisivo para a expansão dos seus transportes rodoviários.

A indústria nacional de material ferroviário já está lançada e tende a consolidar-se com o suprimento regular dos sistemas a serem reaparelhados. Resta efetuar esforço idêntico em relação à indústria da construção naval.

Enfim, o problema dos transportes, no Brasil, apresenta-se ainda altamente condicionado pelas naturais injunções dos países de larga extensão territorial e imaturidade industrial. Com as iniciativas que o Governo vem buscando acertar é de esperar, todavia, que, ultrapassando tôdas as dificuldades, consigamos vencer mais êste grave problema nacional.

As ferrovias de propriedade da União atingem, atualmente, a 28.960 km, ou seja, cêrca de 78% da rêde ferroviária nacional, que é de 37.276 km, acervo que representa uma das maiores parcelas do patrimônio da União. Além disso, as estradas de ferro desempenham e desempenharão ainda por tempo imprevisível importantíssimo papel na economia nacional.

Daí o grande esforço de investimento que o Governo está fazendo nesse setor e que visa, sobretudo, ao reaparelhamento e articulação dos diversos sistemas ferroviários.

Não obstante o aumento contínuo e acelerado, nos últimos anos, da extensão das rodovias de classe do País, concorrendo para maior expansão do tráfego de automóveis e caminhões, as estradas de ferro ainda carregam mais de 80% dos transportes terrestres extra-urbanos exigidos pela coletividade brasileira, expressos em

TRANS-  
PORTE  
FERRO-  
VIÁRIO

toneladas-quilômetro, predominando cada vez mais, nesses transportes, a condução de matérias-primas para a indústria e gêneros alimentícios.

Malgrado essa crescente competição rodoviária, desde a última guerra mundial, e o desaparecimento das estradas de ferro, o tráfego de viajantes no interior e o de mercadorias acusam crescimento vegetativo médio de 3,6% e 4%, respectivamente, em passageiros-quilômetro e toneladas-quilômetro, índices, sem dúvida, animadores.

Pôsto que ao reaparelhamento e reorganização administrativa das ferrovias existentes caiba a primazia na política de transportes, o Poder Executivo, respeitando disposições do Congresso, tem prosseguido na construção de linhas férreas, tanto as destinadas a dilatar a fronteira econômica do País, e abrir novas glebas à agricultura e à pecuária, quanto as que objetivam articular as redes existentes, a facilitar a fusão de linhas isoladas em grandes sistemas regionais — fusão de indiscutível alcance não só para a economia própria dos transportes sobre trilhos, mas, também, para as zonas servidas, visto possibilitar o regime de tarifas regionais uniformes e diferenciais, a par de propiciar o melhor aproveitamento do material rodante e das instalações de manutenção, coibindo duplicidades dispendiosas e ineficazes e, concomitantemente, a diminuição das despesas de administração.

A construção de certos ramais novos nem sempre, porém, justifica-se economicamente e deverá ser ponderada, tendo em vista a capacidade crescente dos transportes rodoviários, máxime em territórios de fraca densidade demográfica e de produção esparsa e escassa, em que o caminhão, por sua intrínseca flexibilidade, é o mais indicado para recolher a produção e distribuí-la diretamente aos centros consumidores. Ainda que o crescimento da população e a prosperidade futura da região venham a justificar, mais tarde, a construção de uma estrada de ferro, os investimentos implícitos seriam prematuros. Acresce, ainda, que a solicitação excessiva de dormentes e trilhos para as novas construções, de certo modo, dificulta a obtenção desses materiais para a remodelação indispensável das linhas em tráfego.

O fato é que a substituição, em larga escala, de trilhos para reabilitação das vias em tráfego é já agora imprescindível à circulação de comboios pesados de carga, sem o que as empresas ferroviárias não poderão realizar sua função específica — o transporte econômico de grandes massas a grandes distâncias. As ne-

cessidades inadiáveis de trilho para as linhas em tráfego e em construção são estimadas em cerca de 150.000 t. anuais, que terão de ser importadas, já que a Companhia Siderúrgica Nacional dará preferência à produção de outros laminados de maior valor, para satisfazer a imperativos do mercado de divisas.

Esse e outros problemas serão naturalmente considerados pelo Congresso, principalmente quando da elaboração do Orçamento e ao ultimarem o Plano Geral de Viação, de modo a evitar o lançamento da via férrea onde a rodovia mais se recomenda, e vice-versa, levando cada um desses meios de transporte a operar, com pleno rendimento, em campo próprio e adequado.

Ainda que não estejam encerrados os balanços financeiros de 1953, prevê-se que, computados os recentes encargos decorrentes da concessão de abono provisório, adicionais de tempo de serviço e das novas bases do salário-família, o *deficit* de operação das estradas de ferro federais deverá exceder a Cr\$ 3.000.000.000,00, não obstante a melhoria de receita observada em muitas delas.

Para o pagamento do abono, salário-família e gratificação adicional ao pessoal das ferrovias federais, bem como ao da Administração do Porto do Rio de Janeiro, foi o Ministério da Fazenda autorizado a colocar à disposição dessas entidades, em parcelas mensais, a soma de Cr\$ 714.609.899,00, mediante antecipação à conta de crédito especial, tendo em vista a inexistência ou insuficiência de dotações, para esse fim, no vigente Orçamento da União.

O *deficit* da E. F. Central do Brasil agravou-se consideravelmente no ano passado, em consequência do acréscimo das despesas de pessoal, obrigando o Governo a conceder substanciais auxílios financeiros, a partir sobretudo do segundo semestre desse ano, no total de Cr\$ 1.331.875.862,10, embora o volume de transporte houvesse aumentado nesse último ano e, com ele, a receita da Estrada. A E. F. Leopoldina encontra-se igualmente em situação deficitária, exigindo, também, do Governo auxílio no montante de Cr\$ 447.400.000,00 e, doravante, no de ..... Cr\$ 20.000.000,00, por mês, até que ela possa bastar-se como entidade autárquica.

Essa tendência ao desequilíbrio financeiro vem-se acentuando recentemente: enquanto a despesa das estradas de ferro do País aumentou de 63% no período de 1948/52, a receita não se elevou senão de 43%.

*Situação  
financeira*

*Reajustamento de  
tarifas*

Os vultosos *deficits* das ferrovias têm sido, assim, cobertos com auxílios e suplementações orçamentárias, porém como medida de emergência, inevitável em face da premência e gravidade do problema, mas que não remove as causas estruturais desses *deficits* e, se generalizada e continuada, poderá contribuir para o desequilíbrio do próprio Orçamento da União, com os malefícios daí decorrentes. A reorganização e o reequipamento da rede ferroviária nacional, na forma do programa em curso, elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico, e de projetos de lei encaminhados pelo Executivo ao Congresso, deverão contribuir para reduzir substancialmente os *deficits* de operação, senão mesmo eliminá-los completa e definitivamente.

Para que o próprio reequipamento ferroviário se torne financeiramente exequível faz-se necessário rever as tarifas de há muito desajustadas. Esse, um dos motivos por que as seguintes ferrovias já adotaram a medida: Cia. Paulista de Estradas de Ferro, E. F. Araraquara, E. F. Sorocabana e E. F. Central do Brasil, sendo que, no caso desta última, o aumento não atingiu os gêneros alimentícios.

O reajustamento de tarifas constitui, porém, medida que não pode nem deve ser adotada senão depois de acurados estudos em que sejam ponderados todos os seus prováveis efeitos e repercussões. Há, não obstante, técnicos e especialistas que, dentro e fora da Administração, sustentam a tese de que o reajustamento das tarifas, em caráter geral, não só é imprescindível como será de efeito nulo ou imperceptível sobre o custo de vida: exercerá menor pressão sobre os preços do que uma possível emissão para cobrir desequilíbrio orçamentário gerado pela cobertura dos *deficits* das ferrovias, uma vez que os fretes ferroviários raramente excedem a 5% da cotação das utilidades no comércio a retalho.

Rêde  
Ferroviária  
Nacional  
S. A.

Ao autorizar o Ministério da Fazenda, em caráter excepcional, a conceder o referido auxílio suplementar às ferrovias, determinei, no entanto, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico que, em colaboração com aquêle Ministério e o da Viação e Obras Públicas, estudasse e apresentasse, no prazo máximo de seis meses, um programa de reorganização dos serviços dessas entidades, considerando a urgência de uma solução para o problema dos *deficits* de tais serviços públicos.

O problema da reorganização das estradas de ferro federais, essencial para o próprio sucesso do plano de reequipamento do parque ferroviário, de há muito preocupa o Governo. Cabe lembrar, a propósito, que, atendendo às recomendações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico quanto à reforma das organizações ferroviárias oficiais, para lhes dar estrito cunho de empresas industriais, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 1952, projeto de lei criando a Rede Ferroviária Nacional, S.A., com personalidade jurídica própria, projeto ainda pendente de decisão do Congresso.

No entanto, as modificações dos atuais regimes de administração das ferrovias federais, com a incorporação das pequenas estradas às grandes redes para formação de sistemas regionais, colimando transformá-las em organizações de feição estritamente industrial, isentas de injunções estranhas e perturbadoras da sua eficiência, impõem-se como complemento natural do reaparelhamento ferroviário. Sem administração eficiente e econômica, de caráter industrial, os recursos investidos nesse reaparelhamento correm risco de malbaratar-se, com incalculáveis prejuízos para a coletividade, sobrecarregada com os ônus de novos empréstimos, sem o correspondente benefício para a sua economia.

Acha-se em curso a gigantesca obra de reequipamento da rede ferroviária do País.

*Reequipamento da rede ferroviária.*

Na execução desse vasto empreendimento empenha-se o Governo, consciente de que, em meio aos óbices e dificuldades que se lhe deparam, o desenvolvimento econômico do País torna inadiável esse esforço maciço, para melhorar e ampliar, em curto prazo, a capacidade de transporte das estradas de ferro, para proporcionar transporte abundante e barato à produção nacional, ao mesmo tempo que deverá robustecer a debilitada economia das próprias empresas ferroviárias, pela redução dos custos, maior eficiência dos serviços e ampliação da receita.

Ao ter encerradas as suas atividades, em fins do ano passado, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico havia preparado ou examinado vinte e quatro projetos, propondo e justificando, do ponto de vista técnico e econômico, melhoramentos diversos em vinte e uma ferrovias, no montante, aproximadamente, de US\$ 137.000.000,00, para o

material a importar, e de Cr\$ 7.000.000.000,00, para as despesas em moeda nacional, assim discriminados :

Nº 1 — *Estrada de Ferro Santos-Jundiaí* — Modernização de engates e freios em 115 locomotivas e 2.883 vagões, e aquisição de 1.100 vagões de carga — US\$ 8.600.000,00 e ..... Cr\$ 85.345.000,00;

Nº 2 — *Cia. Paulista de Estradas de Ferro* — Modernização de engates e freios em 303 locomotivas, 404 carros de passageiros, e 9.706 vagões de carga, e compra de 605 vagões de carga — US\$ 7.000,00 e Cr\$ 51.641.000,00 ;

Nº 3 — *Estrada de Ferro Central do Brasil* — Prolongamento de 23.223m de desvios entre Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete; remodelação das linhas principais de carga e passageiros entre Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, com a renovação de 389.000 dormentes, aplicação de 890.890 dormentes em novo espaçamento, substituição de 644 km de trilhos, lastreamento e relastreamento de 1.000 km de linha; construção, em Barra do Piraí, de oficina de reparo de tôdas as locomotivas disel-elétricas em operação nas linhas de bitola larga; construção de um pátio de carga, junto ao Pôrto do Rio de Janeiro, com capacidade para atender ao tráfego de minérios e derivados de petróleo; compra de 2.265 vagões de aço para carga pesada e com maior capacidade unitária para atender ao tráfego atual e ao aumento resultante, inclusive, da ampliação da usina siderúrgica de Volta Redonda — US\$ 12.500.000,00 e Cr\$ 1.181.000.000,00;

Nº 4 — *Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina* — Reassentamento de 1.980 km de trilhos, aquisição de 24.060 t de material de fixação e selas de linha, 215 t de aparelhos de mudança de via, relastreamento de 2.312 km de linha, dormentação de 2.312 km, aquisição de 1.200 vagões de carga, 20 locomotivas disel-elétricas, equipamento para conservação de trilhos e leito — US\$ 16.886,092,00 e Cr\$ 531.159.490,00;

Nº 20 — *Rêde Mineira de Viação* — Remodelação da via permanente com assentamento de 1.590.000 dormentes e relastreamento de 2.469 km de linha, reassentamento de 1.624 km de trilhos, reforço de 102 pontes, elevação da altura do túnel da Serra da Mantiqueira de 4 para 5,50m numa extensão de 1.038 m de comprimento, aquisição de equipamento para conservação da linha e do leito, de 950 vagões de carga, 12 locomotivas d'isel-elétricas, instalação de 2 subestações de energia elé-

trica completas de 500 kW, reequipamento de oficinas, etc. — US\$ 6.171.113,00 e Cr\$ 648.144.922,00;

Nº 21 — *Estrada de Ferro Noroeste do Brasil* — Construção de 175 km de ramais e variantes, reassentamento de 1.136 km de trilhos, assentamento de 82.115 dormentes, lastreamento de linha com 1.446.000 m<sup>3</sup> de pedra britada, recolocação de 129 km da linha-tronco Lins-Araçatuba, aquisição de 543 vagões de carga, 16 locomotivas diesel-elétricas, equipamento de manutenção de linha, remodelação e reequipamento das oficinas de reparos em Bauru, Três Lagoas e Aquidauana — US\$ 6.354.000,00 e Cr\$ 424.855.000,00;

Nº 23 — *Estrada de Ferro Central do Brasil* (trens de subúrbio) — Aquisição de 300 carros para as linhas dos subúrbios, inclusive unidades motoras, melhoria dos pátios de manobras, linhas de transmissão de energia e reforma da via permanente, compreendendo a colocação de trilhos de 50 kg por metro em 109 km de linhas — US\$ 12.500.000,00 e Cr\$ 229.400.000,00;

Nº 28 — *Estrada de Ferro Leopoldina* — Recolocação de 2,7 km de linha e assentamento de uma segunda linha entre Itaboraí e Pôrto das Caixas, RJ (1,25 km), construção de uma ligação entre as suas linhas de bitola estreita e as da Estrada de Ferro Central do Brasil, aquisição de 606 km de trilhos, substituição e colocação de mais dormentes e lastreamento e relastreamento em cerca de 2.000 km de linha, reassentamento de trilhos em 104 km de linha, aquisição de 770 vagões de carga e 100 carros de passageiros, todos de aço, para o tráfego suburbano, aquisição de equipamento de pedreira e equipamento de manutenção, remodelação das oficinas de reparos, substituição de pontes, instalação de equipamento de sinalização, e equipamento de locomotivas e de material rodante com freios de ar e engates automáticos — US\$ 5.334.000,00 e Cr\$ 706.322.000,00;

Nº 30 — *Estradas de Ferro do Nordeste e do Leste* — (E. F. São Luís-Teresina, Central do Piauí, Rêde de Viação Cearense, Mossoró-Sousa, Leste Brasileiro e Nazaré) — Remodelação e coordenação dessas ferrovias, racionalização dos seus sistemas administrativos, aquisição e assentamento de 463.000 dormentes, 1.068 km de trilhos, reforço de linha, aquisição de 27 locomotivas diesel-elétricas, 298 vagões de carga, 27 carros de passageiros, equipamento para conservação da via permanente e

reparo do material rodante — US\$ 4.341.700,00 e .....  
Cr\$ 354.258.450,00;

Nº 32 — *Estrada de Ferro de Goiás* — Aquisição de 483 vagões de carga, sendo 33 frigoríficos, de 11 carros de passageiros e 25 locomotivas, remodelação da via permanente, inclusive reassentamento e relastreamento de 170 km de linha, construção de duas variantes com 11 e 14 km, remodelação da oficina de reparos e construção de novo depósito de locomotivas — .....  
US\$ 1.159.000,00 e Cr\$ 249.888.000,00;

Nº 33 — *Viação Férrea do Rio Grande do Sul* — Aquisição de 483 vagões de carga, 25 locomotivas diesel-elétricas, construção de 177 km do prolongamento Cai-Passo Fundo, assentamento de 502,3 km de trilhos, de 236.356 dormentes, lastreamento de 1.835 km de linha, aquisição de equipamento mecânico de conservação e reequipamento de oficinas — US\$ 11.322.000,00 e  
Cr\$ 646.407.000,00;

Nº 34 — *Rêde Ferroviária do Nordeste e Estrada de Ferro Sampaio Correia* — Remodelação e melhoramento de via permanente, inclusive substituição de 313 km de trilhos e recolocação de 55,5 km de linhas, aquisição de 502 vagões de carga e 22 locomotivas diesel-elétricas, instalação de freios a vácuo e de engates automáticos, construção e equipamento de oficinas .....  
US\$ 8.777.000,00 e Cr\$ 407.503.000,00;

Nº 36 — *Cia. Paulista de Estradas de Ferro* — Remodelação do traçado e duplicação de 130 km de linha entre Campinas e Itirapina, aquisição de 7 locomotivas diesel-elétricas, de 520 km de trilhos e acessórios para duplicação da via e reforço da linha  
US\$ 7.619.000,00 e Cr\$ 511.040.000,00;

Nº 38 — *E. F. Sorocabana* — Aquisição de 25 locomotivas diesel-elétricas, 1.900 vagões metálicos de carga, 20 trens de 3 unidades para o serviço suburbano, 700 km de trilhos e 150 aparelhos de mudança de via para completar o programa de remodelação da via permanente, instalação de sinalização automática na linha dupla — US\$ 14.904.000,00 e Cr\$ 452.511.000,00;

Nº 39 — *Cia. Mogiana de Estradas de Ferro* — Renovação de 420 km de linha com trilhos de 37 kg por metro, substituição de dormentes em 2.090 km de linha, reforço do lastro de pedra em 539 km de linha, conclusão do trecho de 16,4 km da variante Lagoa Branca-Tambaú, aquisição de 18 locomotivas diesel-elétricas com sobressalentes e de 1.076 vagões de carga, instalação de

engates automáticos e freios de ar no material rodante em bom estado, compra de pedreiras, de instalações de britagem, de material de conservação de linha, lubrificadores de trilhos, vagões-guindastes de socorro, equipamento para oficina disel-elétrica, construção de depósitos de combustível, prolongamento de desvios e de seções de bloqueio, instalação de sinalização elétrica nas estações de bloqueio e de telefone seletivo e teletipo em certos trechos — US\$ 8,393,777.00 e Cr\$ 514.740.000,00;

Nº 40 — *E. F. Araraquara* — Alargamento da bitola entre Araraquara e Mirassol, numa extensão de 250 km, aquisição de 100 aparelhos de mudança de via, 300.000 grampos de mola e acessórios, 235 vagões de carga, 20 carros de aço para passageiros, 14 locomotivas disel-elétricas, adaptação de 471 vagões de carga para bitola larga, instalação de uma oficina completa para reparos de locomotivas disel-elétricas — US\$ 8,838,000.00 e ..... Cr\$ 19.538.000,00;

Nº 41 — *E. F. Central do Brasil* (linhas de bitola estreita de Minas Gerais) — Alargamento da bitola ao longo de 127 km de linha entre Joaquim Murtinho e Belo Horizonte e substituição de trilhos em 153 km de linha de bitola estreita, entre Esperança e Sete Lagoas, desempenho, soldagem e reemprêgo de trilhos e aquisição de 70 aparelhos de mudança de via, colocação de 303.000 dormentes novos, a fim de elevar para 1.700 por km o número de dormentes, reforço do lastro de pedra em 419,7 km de linha e colocação de novo lastro em 351,8 km de linha, aquisição de 880 vagões de carga, de 83 carros de passageiros, de equipamento para quatro pedreiras, e de material para conservação de linha, de máquinas operatrizes para oficina disel — US\$ 1,763,000.00 e Cr\$ 588.413.000,00;

S/nº — *E. F. Vitória a Minas* — Aquisição de 9 locomotivas disel-elétricas — US\$ 1,800,000.00.

Tais projetos, todos aprovados pelo Govêrno, visam, precipuamente, à remodelação das linhas para o tráfego pesado e o uso de tração disel, não só mais eficiente do que a tração a vapor, mas que permite, ainda, poupar as reservas florestais do País, devastadas pelo consumo ferroviário de 11 milhões de m<sup>3</sup> de lenha anualmente, e destinar o carvão nacional de preferência à alimentação das usinas termoelétricas locais ou situadas em cidades costeiras quando nelas haja deficiência de energia hidrelétrica. Do uso de trens pesados, da conservação mecanizada das linhas, da

tração diesel, do material de transporte preconizado nesses projetos, deverão resultar consideráveis reduções de mão-de-obra e de combustíveis, como, também, ampla melhoria no padrão do serviço oferecido ao público.

Apesar de ter sido o financiamento estrangeiro, até agora, concedido somente para os projetos relativos à Santos-Jundiaí (nº 1), à Cia. Paulista de Estradas de Ferro (nº 2) e à Estrada de Ferro Vitória a Minas, pelo Banco de Exportação e Importação, e para a Central do Brasil (ns. 3 e 23), pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, é propósito do Governo levar avante o programa de reequipamento ferroviário com os nossos próprios recursos financeiros, sem esperar indefinidamente pelo prometido auxílio do exterior.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico já concedeu empréstimo à Central do Brasil (Projeto nº 3) e à Viação Férrea do Rio Grande do Sul para a execução integral dos seus programas de obras e reequipamento. Para a consecução do projeto relativo à melhoria e ampliação das linhas suburbanas da Central do Brasil (23), será incluída na proposta orçamentária deste ano uma dotação de Cr\$ 150.000.000,00, suplementada por um empréstimo do BNDE, autorizado pelo Governo e em fase de negociações.

O Governo autorizou ainda o Banco a emprestar Cr\$ 645.159.400,00 à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e Cr\$ 249.888.000,00 à Estrada de Ferro de Goiás, para cobrirem as despesas, em moeda nacional, necessárias à execução também completa dos seus projetos de melhoria (ns. 4 e 32), bem como a adiantar, por conta de futuros empréstimos, e em caráter de emergência, recursos suficientes para a fabricação imediata, no País, de vagões de carga para a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e E. F. Noroeste do Brasil, de modo que essas quatro últimas ferrovias, que servem zonas altamente produtoras, como o Triângulo Mineiro, a Alta Mogiana e o Norte do Paraná, tenham a sua capacidade de transporte aumentada de mais 700 vagões, a tempo de escoar a próxima safra, que se anuncia extraordinariamente abundante. Estão em fase de negociação com o referido Banco os empréstimos para custeio, em moeda nacional, dos melhoramentos previstos para a E. F. Santos-Jundiaí, Cia. Paulista de Estradas de Ferro e Rede de Viação do Nordeste.

Além das obras e aquisições programadas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico, diversos outros melhoramentos, relacionados a seguir, estão sendo

realizados com dotações orçamentárias, inclusive as verbas previstas no Plano SALTE, e com recursos dos Fundos de Renovação Patrimonial e de Melhoramentos, compreendendo aquisição de trilhos e material rodante, lastreamento e reforço de eletrificação, variantes de traçado, edifícios e equipamentos em geral.

A Estrada de Ferro Central do Brasil recebe, no momento, na forma dos contratos, 120 locomotivas diesel-elétricas, que praticamente eliminarão, em futuro próximo, a tração a vapor em suas linhas, a exemplo do que já acontece na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, que apenas nas manobras de trens e nas máquinas fixas dos planos inclinados da Serra do Cubatão utiliza o carvão. Locomotivas diesel-hidráulicas, de procedência alemã, foram experimentadas com êxito nas Estradas de Ferro Leopoldina, Noroeste do Brasil e Viação Férrea do Rio Grande do Sul e algumas dezenas delas em breve entrarão em tráfego, liberando máquinas a vapor obsoletas.

A Rêde Ferroviária do Nordeste começa a receber parceladamente 13 locomotivas diesel-elétricas encomendadas, e a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro deve encetar, dentro em pouco, a tração elétrica na região do Recôncavo baiano, havendo desembarcado, em Salvador, as 10 locomotivas cuja fabricação foi cometida à indústria nacional.

Está sendo, assim, executado, com sacrifício e dificuldades, é certo, mas com determinação inquebrantável, o vasto plano de reequipamento da rêde ferroviária nacional. Trata-se inquestionavelmente de um gigantesco esforço de recuperação econômica — reconstruir e ampliar em cinco anos o que se fez em meio século.

O Congresso Nacional não faltará, certamente, com a sua compreensão e apoio e contribuirá para a pronta e perfeita consecução dos objetivos visados pelo programa de reequipamento ferroviário, imprimindo rápida tramitação aos necessários instrumentos legais, principalmente dois projetos de lei encaminhados pelo Executivo há mais de dois anos — um, já antes referido, propondo a criação da Rêde Ferroviária Nacional, S. A., e outro, fundindo em três sistemas as ferrovias do Norte e do Nordeste — essenciais ambos, segundo o parecer da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento, à racionalização da rêde ferroviária nacional.

Abriam-se, em janeiro dêste ano, ao tráfego público 112 km de linhas novas, dos quais 49 na Rêde Ferroviária do Nordeste, entre Afogados da Ingazeira e Flores, em Pernambuco, e 63 na

*Obras  
realizadas  
e em curso*

Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, de Apucarana a Maringá, no Paraná. Os trilhos da E. F. Noroeste do Brasil atingiram, no ano passado, Ponta Porã, na fronteira do Paraguai, e os da ferrovia internacional de ligação do Brasil à Bolívia, via Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, atingiram esta última cidade.

Dentro de poucos meses estarão concluídos, também, os trechos em construção de Itajaí a Blumenau, na Estrada de Ferro Santa Catarina, com 48 km, e de Cai a Nova Montenegro, com 29 km, na Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Há, ainda, cerca de 300 km de plataforma pronta para receber trilhos, cogitando o Governo da aquisição deste material. Além dessas realizações, acham-se em curso, em ritmo normal, numerosas construções ferroviárias, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

No Pará está sendo remodelada a via permanente da Estrada de Ferro Bragança, cujo material de transporte foi reforçado com novas unidades. Constrói-se o ramal de Castanhal a Curuçá e estuda-se a ligação futura dessa ferrovia com a E. F. São Luís-Teresina. Na E. F. Tocantins, executam-se melhoramentos apreciáveis, sobretudo na linha, cujos trilhos são substituídos.

Prossegue, no Maranhão, o reaparelhamento da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, com aumento de unidades de transporte e execução de obras de consolidação da via permanente e constrói-se o ramal Coroatá a Pedreiras, com 83 km de extensão.

A par de obras nas linhas e refôrço do parque de vagões e de locomotivas da E. F. Central do Piauí, continua-se, nesse Estado, a construção das ferrovias Piripiri-Teresina, com 172 úm, Teresina a Paulistana com 550 úm e Oiticica a Campo Maior, com 155 km.

No Ceará, variantes para melhoria do traçado, lastreamento com pedras britadas e substituição de trilhos são efetuados na Rêde de Viação Cearense, juntamente com a construção das novas habitações para ferroviários em Fortaleza e de novos veículos de transporte para passageiros; constrói-se a ligação Piquet Carneiro a Crateús, com 188 km.

No Rio Grande do Norte, além dos melhoramentos substanciais na E. F. Sampaio Correia, cujo material de transporte também foi aumentado, prosseguem ativamente os prolongamentos de Oscar Néson a Jucurutu, com 57 km, e de Afonso Bezerra a Macau, com 55 km.

Na Paraíba intensifica-se a construção do ramal Bananeiras a Picuí, com 103 km, e aceleram-se os pesados trabalhos da ligação Campina Grande a Patos, com 187 km, que articulará a Rêde Ferroviária do Nordeste com a E. F. Mossoró e com a Rêde de Viação Cearense, a qual se deverá concluir em 1956.

Em Pernambuco e Alagoas, como na Paraíba, a Rêde Ferroviária do Nordeste prossegue no aparelhamento sistemático de suas linhas, inclusive variantes e duplicação, de suas oficinas e do parque de tração e outros.

Prosseguem a construção da linha do centro, de Flores para Salgueiro, com 187 km, as obras complementares da estação de Colégio, o abastecimento de água de Arapiraca, os estudos da linha Palmeira dos Índios-Deleiro e Paulo Afonso, a remodelação das estações de Caruaru e Maceió e demais cometimentos programados.

Em Sergipe e na Bahia a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro aparelha as suas instalações e equipamentos de tração, ultimando a eletrificação das linhas próximas ao litoral, robustece a via permanente com lastro adequado, melhora o traçado das linhas em tráfego. Executa-se a ligação indicada no Plano Geral de Viação Nacional, de Feira de Santana a Alagoinhas, e concomitantemente a variante de Água Fria, ao todo 101 km; prosseguem as construções de Cruz das Almas a Santo Antônio de Jesus, com 61 km, de Ubaitaba a Jequié, com 130 km, e de Salgado-Lagarto-Paulo Afonso, com 318 km; estuda-se a ligação Peiri-Ubaitaba à baía de Maraú, achando-se já contratada a ponte rodo-ferroviária sôbre o rio de Contas; concluiu-se a ponte rodo-ferroviária, em concreto protendido, com 800 m de vão, sôbre o rio São Francisco, entre Juazeiro e Petrolina, cujas obras complementares serão em breve começadas, e a E. F. de Ilhéus, pôsto que não constitua ainda propriedade federal, recebeu trilhos, equipamento de oficinas e material rodante.

A E. F. de Goiás, que tem efetuado muitos melhoramentos e aquisições por conta de verbas orçamentárias, inclusive a extensão do sistema de telefone seletivo por tôdas as suas linhas, com alto rendimento para o tráfego, terá o seu parque de material rodante altamente reforçado para a próxima safra de cereais que se antevê vultosa. Ultimam-se o edifício da estação e o depósito de locomotivas de Goiânia e bem assim a consolidação do trecho Leopoldo Bulhões à capital; prossegue a construção, em via dupla, da linha férrea até os subúrbios da capital do Estado de Goiás,

e já se efetivam os primeiros melhoramentos preconizados nos programas aprovados de reaparelhamento integral da Estrada.

Em Minas Gerais, transferiu-se, em 4 de agosto de 1953, a operação da Rêde Mineira de Viação, com 3.990 km, para o Governo Federal, aliviando-se, destarte, o Tesouro de Minas Gerais de elevados encargos; constroem-se as ligações Lima Duarte a Bom Jardim, com 71 km, de D. Silvério a Nova Era, com 72 km, de Belo Horizonte a Itabira, com 121 km, e os ramais de Catiara a Patos de Minas, com 81 km, e de Pirapora a Formosa, com 380 km.

No Paraná e em parte de São Paulo desenvolvem-se as construções de Apucarana a Guaíra, com 333 km, e de Alfredo Nunes, na E. F. Sorocabana, a Engenheiro Bley, na Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, com 288 km.

Em Santa Catarina, a E. F. Santa Catarina, propriedade federal arrendada ao Governo do Estado, amplia o seu aparelhamento com verbas federais; constroem-se, ademais, as linhas de Itajaí a Blumenau e a Brusque, com 75 km ao todo, e o prolongamento de Barra de Trombudo ao Alto do Planalto, parte, aliás, com o traçado definitivo em estudo.

No Rio Grande do Sul, a Viação Férrea, propriedade federal arrendada ao Governo do Estado, obteve, como ficou dito, empréstimo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para a efetivação do programa recomendado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos; porém, independentemente dêste auxílio financeiro, já vem a ferrovia melhorando as suas linhas e instalações, bem como o seu parque de tração, com locomotivas diésel-hidráulicas importadas, lançando mão, para tanto, de renda do Fundo de Melhoramentos e das subvenções federais. A par disso, a União constrói, com dotações orçamentárias do Plano SALTE, as linhas Cai-Barra do Jacaré-Passo Fundo, com 288 km de extensão, e as variantes de Pedras Altas e de João Rodrigues, respectivamente, com 104 e 74 km de extensão. Breve será iniciada a construção da usina termoeétrica de Candiota, já contratada mediante concorrência pública, da ferrovia Dilermando Aguiar a Canguçu, e de outros pequenos prolongamentos.

Para a execução das obras a seu cargo, acima enumeradas, o Departamento Nacional de Estradas de Ferro teve as seguintes dotações e despesas em 1953 :

	Verbas Cr\$	Despesas Cr\$	Saldos Cr\$
Orçamento da União .....	389.000.000,00	358.538.259,00	30.461.741,00
Plano SALTE .....	420.000.000,00	267.387.514,00	152.612.486,00
Crédito de assistência às vi- timas das sêcas do Nor- deste .....	30.000.000,00	20.197.790,00	9.802.210,00
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	839.000.000,00	646.123.563,00	192.876.437,00

A rede rodoviária nacional é, atualmente, de cerca de 300.000 km. Compõem-na estradas de diversas classes, sendo 14.000 km de rodovias federais, 51.400 estaduais e 236.500 municipais. A rede federal está crescendo, em média, à razão de 600 km por ano.

TRANSPORTE  
RODOVIÁRIO

As estradas federais conservadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estendem-se por 7.955 km, tendo nelas sido gastos, em 1953, Cr\$ 163.811.000,00, o que dá, portanto, para custo médio, por quilômetro-ano de estrada conservada, o valor de, aproximadamente, Cr\$ 20.000,00.

As restantes rodovias federais têm a sua conservação sob a responsabilidade dos órgãos rodoviários estaduais.

O total das estradas pavimentadas em todo o País é de 1.728 km, dos quais cerca de 950 km de estradas federais, a que se acrescentarão 250 km em pavimentação.

Aproximadamente 200.000 km de estradas das diversas classes localizam-se em cinco Estados: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dêsse cômputo, 7.800 km são de estradas federais, 32.000 km, de estaduais, e o restante, de estradas municipais. A terça parte do sistema rodoviário federal localiza-se no Nordeste, o que bem demonstra o interesse do Governo Federal por essa região.

*Departamento Nacional de Estradas de Rodagem*

A rede rodoviária nacional foi inicialmente concebida na base de 46.000 km distribuídos por cinco rodovias radiais principais, seis conexões meridianas, 18 conexões segundo os paralelos e 16 ligações secundárias. A execução foi subordinada a uma escala de prioridades. A primeira etapa do programa previa a construção de 6.800 km, no período 1946-1950, dos quais, em realidade, apenas 5.000 foram construídos. O plano original foi revisto em 1952 e a sua extensão aumentada para 61.000 km. Na revisão,

deu-se prioridade à pavimentação de 2.000 km de rodovias principais.

Todos os Estados possuem Departamento de Estradas de Rodagem, distinguindo-se os de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, que executam obras de maior vulto, por delegação do DNER e com recursos federais. Também o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército muito têm contribuído para a expansão da rede rodoviária — o primeiro construindo estradas no Nordeste, e o segundo, no Centro-Oeste e Sul do País.

Até certa época, a política do órgão rodoviário federal, assim como a dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem, foi a de ampliar a rede rodoviária, tão depressa quanto possível, deixando em plano secundário a manutenção das estradas existentes. Dessa orientação, justificável pela necessidade de abrir estradas pioneiras em muitas zonas novas, poderiam, se levada ao extremo, redundar naturalmente o abandono e ruína da imensa e valiosa rede existente. Desde a instituição do Fundo Rodoviário Nacional, porém, foi ela alterada e o DNER passou a dar crescente atenção ao problema da conservação das estradas construídas e à pavimentação daquelas cuja densidade de tráfego justifica essa melhoria.

Em 1951, o DNER despendeu em pavimentação Cr\$ . . . . . 13.000.000,00; no ano passado, Cr\$ 256.000.000,00, e no corrente ano despenderá perto de Cr\$ 400.000.000,00. Está projetada a pavimentação, este ano, com prioridade, das rodovias Pôrto Alegre-Vacaria (BR-2), Rio-Belo Horizonte (BR-3), Rio-Bahia até Muriaé (BR-4), Barra Mansa-Três Rios (BR-57) e Salvador-Feira de Santana (BR-28), dentre outras.

Com a ampliação e intensificação dessas atividades, adquiriram os técnicos desse Departamento grande conhecimento e experiência do problema, tendo mesmo apresentado, para a sua solução, contribuições das mais valiosas. Vêm eles conseguindo amplos e surpreendentes progressos com a rotina do contróle de laboratório de campo ou distrital, quer para a estabilização das bases, quer para a determinação das suas capacidades suportes, quer das misturas asfálticas.

O que parece retardar a ampliação da rede pavimentada não é a falta de compreensão de sua necessidade nem, de certo modo, de recursos, mas, principalmente, as dificuldades de importação do asfalto. Determinei, por isso, a preparação de um estudo sobre

o problema econômico do asfaltamento de estradas e as possibilidades de financiamento estrangeiro para aquisição de asfalto.

Seria de desejar que a preocupação por esse problema se generalizasse pelos Estados, não só em suas administrações, quanto em suas representações parlamentares, e que uma parte substancial dos recursos consignados no Orçamento da União fôsse empregada na melhoria e na conservação das estradas existentes, assim como em sua pavimentação.

O frete rodoviário é, entre nós, um elemento importante na composição do custo dos gêneros. Por outro lado, o custo do transporte rodoviário compõe-se, em grande parte, como se sabe, das despesas com a depreciação dos veículos e sua manutenção, despesas diretamente ligadas ao estado da chapa de rodagem, e que se reduzem de 50% com a pavimentação.

Justamente com o objetivo de proporcionar às administrações estaduais meios de ação para enfrentar o problema, determinou o Governo a elaboração de projetos técnico-econômicos e financeiros para compra de equipamentos de conservação de estradas. Dois desses projetos, preparados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico — um, para o DER do Estado do Rio de Janeiro, no montante de US\$ 3.000.000,00, já emprestados pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, e outro para o DER do Paraná, no valor de ..... US\$ 3.361.000,00 — foram aprovados pelo Governo, que está disposto a facilitar e incentivar a preparação de outros projetos semelhantes e a considerá-los favoravelmente.

O principal empreendimento em curso é a construção da ligação São Paulo-Belo Horizonte (BR-55), com 586 km, que integrara, com as rodovias Rio-São Paulo (BR-2) e Belo Horizonte-Rio (BR-3), a mais importante rede rodoviária do País. A esse conjunto deverá articular-se, também, a estrada Barra Mansa-Três Rios (BR-57), que servirá não só para economizar na operação de transporte, evitando a Serra do Mar, como será um elo na ligação mais conveniente São Paulo-Nordeste, através da Rio-Bahia (BR-4).

*Obras  
realizadas  
e em curso*

O trecho paulista da BR-55, com aproximadamente 100 km e 70 já concluído, está a cargo do DER de São Paulo, e o trecho mineiro, com cerca de 486 km, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que, para isso, conta

com Cr\$ 75.000.000,00 provenientes do Fundo Rodoviário Nacional, tendo já concluído 200 km.

Outra obra em marcha, também da maior importância, é a modernização da ligação Rio de Janeiro a Belo Horizonte (BR-3) — o terceiro lado dessa interligação triangular.

Essa rede, cuja conclusão é prevista ainda para o corrente ano, servirá a uma área de mais de 200 Municípios, no próprio cerne econômico da Nação, com aproximadamente 10,7 milhões de habitantes, ou seja, cerca de 1/5 da população do País.

Dentre as construções em curso no momento, por conta do Fundo Rodoviário Nacional, e que pertencem ao denominado programa de primeira urgência, cabe ainda salientar, além das ligações Rio-Belo Horizonte e São Paulo-Belo Horizonte, as estradas Salvador-Feira, Curitiba-Lajes, Pôrto Alegre-Jaguarão e Pôrto Alegre-Uruguaiana. Prosseguem por conta de dotações do Orçamento da União inúmeras outras obras ao longo de todo o território nacional, destacando-se a Transbrasiliana (BR-14), com vários trechos atacados em Goiás, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul; a ligação Curitiba-Florianópolis-Pôrto Alegre, (BR-59) e a estrada que irá de João Pessoa a Palmeira dos Índios, via Recife e Maceió (BR-11 e BR-23). Finalmente, por conta da denominada "verba de emergências das secas" foram despendidos, em 1953, na construção de estradas no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, cerca de Cr\$ 122.000.000,00, afora as obras realizadas nesses Estados à conta de outros recursos.

Deverá ser aberta ao tráfego, a qualquer momento, a ponte de 640 m, em Pôrto Cemitério (Colúmbia), na divisa de Minas Gerais e São Paulo, que ligará vasta região mineira e goiana ao grande mercado paulista.

#### *Recursos financeiros*

O total de recursos financeiros atribuídos ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no ano findo, para o desenvolvimento das atividades de construção e conservação de rodovias, inclusive sob a forma de auxílio aos Estados e Municípios, foi de Cr\$ 4.401.883.810,20.

A quota de 60% do Fundo Rodoviário Nacional, destinada aos Estados e Municípios, atingiu a Cr\$ 1.837.628.232,30, excedendo em mais de Cr\$ 500.000.000,00 a obtida em 1952. Receberam ainda os órgãos estaduais, em 1953, para obras rodoviárias delegadas pelo DNER, Cr\$ 665.044.110,60.

O cálculo para distribuição da quota pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios vinha sendo feito, até fins de 1953, na forma da legislação então vigente, observando-se o seguinte critério :

I — duas décimas partes do montante, proporcionalmente às superfícies;

II — duas décimas partes, proporcionalmente à população;

III — seis décimas partes, proporcionalmente ao consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos.

A partir, porém, do corrente ano, o critério será outro, por força da lei que criou a Petrobras e alterou não só as proporções como distinguiu entre os produtos importados e os resultantes de matéria-prima nacional.

O transporte coletivo rodoviário continua crescendo aceleradamente. Estima-se o movimento de passageiros em estradas federais, no ano passado, em 24.000.000, quando em 1952 foi de 20.000.000, aproximadamente.

O número de linhas de transporte coletivo em tráfego nas estradas federais cresceu de 8, em 1946, para 218, em 1953. Na rodovia Rio-São Paulo (BR-2), o movimento de passageiros, que foi 3.600.000, em 1951, passou, em 1953, a 7.230.000; na Rio-Belo Horizonte (BR-3), cresceu, no mesmo período, de 5.000.000 para 15.000.000 aproximadamente; na Rio-Bahia (BR-4), de 300.800 para 980.000.

A situação dos portos nacionais é, no momento, satisfatória, se se têm em vista os graves congestionamentos ocorridos de 1951 a meados de 1952. O tráfego está praticamente normalizado e se encontra em execução o vasto programa de dragagem e reequipamento dos portos, aprovado pelo Decreto n.º 30.334, de 21 de dezembro de 1951.

PORTOS

Esse programa, já analisado nas anteriores Mensagens, possibilitará, a partir de 1955, ao sistema portuário do País movimentar anualmente mais de 50 milhões de toneladas, ou seja, o dobro do volume atual.

Dos empreendimentos nêle previstos, destaca-se a dragagem das barras, canais de acesso e ancoradouro dos portos, obstruídos por mais de 20 milhões de metros cúbicos de vaza e areia, que quase os fechavam ao comércio e à navegação. Já

foram dragados mais de 8 milhões de metros cúbicos, devendo ser acelerado o ritmo desses serviços, a fim de que fiquem terminados até fins do ano em curso.

Na execução desses trabalhos, orçados em 500 milhões de cruzeiros, estão sendo empregadas 12 dragas modernas e grande número de embarcações auxiliares, além de importantes instalações terrestres de apoio, como depósitos de combustível, oficinas e almoxarifados.

Está concluída a desobstrução dos portos de Mucuripe, Natal e Niterói, e prossegue, com intensidade, a dragagem dos portos de Belém, Cabedelo, Recife, Ilhéus, Vitória, Paranaguá, São Francisco, Florianópolis, Rio Grande e Porto Alegre, bem como a dos canais interiores da Lagoa dos Patos. Ainda no corrente ano, será iniciada a dragagem, já contratada, dos portos de Camocim, Maceió, Aracaju, Angra dos Reis, Santos, Itajaí, Imbituba e Laguna.

Não só se encontra em curso a dragagem de nossas terminais marítimas, mas também outros serviços de grande vulto, como a construção, em vários portos, de 9 mil metros de novos trechos de cais e 115 mil metros quadrados de área coberta de novos armazéns, que estarão concluídos até fins do próximo ano.

Empreendimento digno de referência é, ainda, a execução, já iniciada, da barragem ponte-eclusa do Fandango, sobre o rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, orçada em 80 milhões de cruzeiros, que permitirá a navegação fluvial estender-se por mais 65 quilômetros, até acima da confluência do Vacacaí.

O porto salineiro de Areia Branca constitui, também, outra iniciativa de considerável importância econômica. Sua construção, em que serão despendidos 100 milhões de cruzeiros, não só proporcionará grandes facilidades ao embarque do sal por meio de instalações mecanizadas de alto rendimento, mas fará também que as despesas com a movimentação do produto baixem consideravelmente. O plano consiste na execução de um sistema teleférico, com 8 quilômetros de extensão, que parte da orla marítima e avança para o mar até atingir a profundidade natural de 8 metros.

Paralelamente a esses empreendimentos, está o Governo tratando também da renovação e ampliação da frota de dragagem, não só por meio da imediata construção de unidades em estaleiros nacionais, mas principalmente, de compra, num futuro

próximo, de dragas no estrangeiro, de modo que se mantenham as bacias e canais nas profundidades necessárias, e se evite, doravante, a ocorrência do volumoso assoreamento que quase chegou a fechar os nossos portos.

Concluiu-se, em estaleiro nacional, a construção da draga "Camocim", bem como a de 6 batelões de fundo falso, com a capacidade de 300 metros cúbicos cada um, e de 2 rebocadores. Ainda em estaleiro nacional, está sendo ultimada a construção de mais 2 batelões de fundo falso, auto-propulsores, com capacidade para 500 metros cúbicos cada um. Foram inteiramente reconstruídas três dragas. Com a execução deste programa despenderam-se Cr\$ 45.918.000,00.

Esse ingente esforço de reaparelhamento do sistema portuário nacional não se está fazendo, no entanto, sem dificuldades e obstáculos, oriundos, principalmente, da própria vastidão do problema e da carência de recursos financeiros para atender, pronta e cabalmente, às imensas e variadas necessidades de reequipamento econômico do País.

Não se materializou, até agora, o prometido financiamento estrangeiro para os projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico e aprovados pelo Governo brasileiro para dragagem e reaparelhamento dos portos e que são os referentes ao porto de Santos (n. 18), orçado em cerca de US\$ 3,675,000.00; ao porto do Rio de Janeiro (n.º 19), no montante de US\$ 2,112,000.00; aos portos de Manaus, Belém, Natal, Cabedelo, Recife, Maceió, Salvador, Angra dos Reis, Paranaguá, Itajai, Laguna, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre (n.º 25), avaliado em US\$ 5,216,000.00; e, finalmente, à compra de uma frota de dragas (n.º 17), no montante, aproximadamente, de US\$ 26,810,000.00.

Por outro lado, o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, ao qual deveriam ter sido entregues, em 1953, 300 milhões de cruzeiros para prosseguimento do plano de reaparelhamento dos portos, principalmente do programa de dragagem, só pôde obter, no entanto, 60 milhões de cruzeiros, o que não só lhe causou grandes embaraços, mas até ameaçou a continuidade dos serviços. Em face dessa situação, determinei ao Ministro da Fazenda que, com a maior urgência, providenciasse a entrega, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, dos recursos de que carece o Departamento Nacional de Portos, Rios e

Canais para regularizar os débitos contraídos em razão dos serviços que vêm sendo executados, garantida a continuidade dos mesmos. Determinei, outrossim, àquele Ministério que examinasse a possibilidade de se abrirem, desde logo, as concorrências para a aquisição de uma frota de dragagem e equipamento para operação de transbordo, assegurados os recursos necessários a essas aquisições.

Além do prosseguimento do programa de dragagem e reequipamento dos portos, recomendei, ainda, àquele Banco que, em colaboração com os Ministérios da Fazenda e da Viação, estude e apresente, no prazo máximo de seis meses, um programa de reorganização da Administração do Porto do Rio de Janeiro, tendo em vista a urgência de uma solução para o problema dos *deficits* desses serviços, agravado, recentemente, com o pagamento de vantagens adicionais ao pessoal. Essa reorganização deverá atingir, como já se disse, as estradas de ferro da União.

TRANS-  
PORTE  
MARÍTIMO

Atingiu a 4.861.000 t o volume de carga transportada na cabotagem, em 1953, excedendo de 104.000 t o movimento registrado no ano anterior, enquanto a receita líquida de frete alcançou Cr\$ 1.523.000.000,00, ou seja, Cr\$ 200.000.000,00 a mais do que em 1952. Nas linhas internacionais, a carga do Lóide Brasileiro, nossos navios transportaram, no ano passado, 929.576 t de carga, ao frete de Cr\$ 402.389.532,00, quando, em 1952, com um volume de somente 552.710 t, foi obtida uma receita de Cr\$ 455.014.872,00. A menor receita para um volume maior resultou do fato de que nas linhas da Europa teve o Lóide Brasileiro que enfrentar os efeitos de uma "guerra de fretes" entre concorrentes europeus; nas linhas para os Estados Unidos da América, as restrições de importação; e, finalmente, na linha do Rio da Prata, a necessidade de reduzir o frete para não encarecer o trigo que importamos.

A retração do volume de carga, que atingiu o ponto máximo nos primeiros meses do ano passado, quando as empresas de navegação mais sofreram a conseqüente crise de excesso de praça, foi, em grande parte, superada, readquirindo o comércio, tanto de cabotagem quanto de longo curso, o seu ritmo ascensional, ainda que moderado, para revelar, por fim, em 1953, índices superiores aos do ano anterior.

Para o transporte de 1.500.000 t de trigo da Argentina, nos termos do Convênio celebrado com aquela República irmã.

foi necessário fretarmos três navios europeus, os quais, juntamente com unidades brasileiras, transportaram em 1953, a partir de abril, 375.122 t, auferindo um frete de Cr\$ 70.417.180,10.

A insuficiência de navios nacionais, para o transporte, na cabotagem, de cargas frigorificadas, determinou, ainda, a permissão pelo Governo, no ano passado, do auxílio de navios estrangeiros para o abastecimento dos diversos portos consumidores, notadamente Santos e Rio de Janeiro. A quantidade transportada pelos navios estrangeiros foi de 19.000 toneladas. Excepcionalmente, também, algumas outras autorizações foram dadas para certos e determinados casos, com o objetivo de abreviar os embarques de gêneros alimentícios, em benefício não só das zonas produtoras, mas do próprio povo consumidor. De modo geral, porém, continua reservada aos navios nacionais a navegação de cabotagem.

A precária situação econômico-financeira das principais empresas de navegação — Lóide Brasileiro e Companhia Nacional de Navegação Costeira — e, de modo geral, da grande maioria das empresas que integram a frota mercante do Brasil, foi bastante agravada pela recente concessão de vantagens adicionais ao pessoal marítimo, numa extensão que bem pode ser avaliada pelo vulto crescente das subvenções e dos auxílios adicionais que o Governo tem sido compelido a lhes proporcionar.

Foram concedidos a empresas de navegação, em 1953, a título de subvenção orçamentária, Cr\$ 134.000.000,00. Como auxílio suplementar foi ainda necessário adiantar ao Lóide Brasileiro, aos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), ao Serviço de Navegação da Baía do Prata (SNBP) e à Companhia Nacional de Navegação Costeira, cerca de Cr\$ 613.500.000,00. Enquanto, em 1952, as subvenções e auxílios não excederam a Cr\$ 99.466.000,00, no corrente exercício essas despesas deverão montar a cerca de Cr\$ 788.000.000,00, sendo Cr\$ 150.703.000,00 de subvenções orçamentárias e Cr\$ 637.261.000,00 de auxílios suplementares, a serem concedidos a título de adiantamento, afora Cr\$ ..... 403.700.000,00, por conta do Plano de Valorização da Amazônia, para a renovação da frota e equipamento dos SNAPP.

A concessão desses vultosos auxílios suplementares decorre do fato de que o aumento de 25% nas tarifas e de 10% no preço das passagens marítimas, autorizado pela Comissão de Marinha Mercante, a partir de 1º de agosto de 1953, representa

menos de 1/3 do montante necessário para fazer face às consequências financeiras do Acôrdo firmado no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em junho dêsse ano, por ocasião da greve dos marítimos, em virtude da qual lhes foi assegurada a percepção, retroativa, de abono provisório, adicionais por tempo de serviço, salário-família, gratificação por quinquênio e outras vantagens.

*Reaparelhamento da Marinha Mercante*

O Govêrno está examinando, sob o aspecto financeiro e administrativo, principalmente, projetos e estudos cuja elaboração havia determinado, visando ao reaparelhamento geral da Marinha Mercante pela modernização da frota de cabotagem, ampliação da frota de longo curso e reativação da indústria de construção naval.

Para a remodelação da frota oficial de cabotagem, projeto preparado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico (nº 26), ao custo estimado de ..... US\$ 20,900,000.00 e Cr\$ 215.000.000,00, prevê a compra de oito cargueiros do tipo "Rio", de 5.000 dwt (usados pelo Lóide e Costeira), da frota de reserva dos Estados Unidos da América; a construção, no estrangeiro, de nove cargueiros de 2.000 dwt, para a pequena cabotagem, e de três navios para passageiros, bem como a construção, nos estaleiros da Ilha do Viana, da Cia. Costeira, de cinco cargueiros, de 5.000dwt, e a modernização nesses mesmos estaleiros, de seis navios mistos da Cia. Costeira e um do Lóide, além da compra de sobressalentes para os doze cargueiros tipo "Rio" já existentes no Brasil e os oito a serem adquiridos. Após essa renovação, que é um primeiro esforço na série programada de iniciativas e empreendimentos destinados ao reaparelhamento da navegação mercante do País, a frota oficial de cabotagem estará aparelhada a transportar eficiente e economicamente 50% do volume de comércio de cabotagem previsto para o próximo ano, reservada aos armadores particulares a outra metade do volume a transportar. A consecução do projeto proporcionará a operação técnica e economicamente rentável da frota governamental e o atendimento da crescente demanda de praça marítima na costa brasileira, e concorrerá para baratear o custo unitário do serviço e economizar divisas, possibilitando à navegação marítima recuperar parte do transporte de longo percurso que naturalmente lhe pode e deve caber, e que hoje está artificialmente desviada

para outros meios de transporte cujos serviços por tonelada-quilômetro são em geral mais onerosos, tanto em moeda nacional quanto, principalmente, em termos de divisas.

Uma parte substancial desse projeto, a relativa à aquisição de oito navios da frota de reserva do governo dos Estados Unidos da América, está na dependência de autorização legislativa em curso no Congresso norte-americano.

Ainda dentro do programa de reaparelhamento da frota de cabotagem nacional, preparou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico, outro projeto (nº 37), orçado em US\$ 1,800,000.00, também em exame pelos órgãos competentes do Governo, relativo à compra de quatro cargueiros tipo "Rio" para a Cia. Comércio e Navegação, a maior empresa particular de cabotagem. Até o encerramento das atividades dessa Comissão, nos fins do ano passado, somente aquela empresa, dentre os diversos armadores que se interessaram pela possibilidade de empréstimo, satisfaz aos critérios seletivos estipulados pelas possíveis agências financiadoras do exterior.

Paralelamente, cogita também o Governo, com o maior empenho, de expandir a nossa frota de longo curso, para aliviar, com a redução das despesas de frete, o nosso onerado orçamento de câmbio. Já existe, a respeito, um estudo preliminar que estima serem necessários mais vinte e três navios, de cerca de 9.000 dwt, além dos vinte existentes, ao custo aproximado de 1,04 bilhões de cruzeiros, para que possamos atender a 1/3 de nosso comércio exterior. Para elevarmos essa participação a 50% seriam precisos quarenta e nove navios, ao custo estimado de 2,1 bilhões de cruzeiros.

Finalmente, está o Governo considerando, com a mais alta prioridade, projeto da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico (nº 31) de reaparelhamento do estaleiro naval da Ilha do Viana, pertencente à Cia. Costeira, para capacitá-lo, mediante obras e equipamentos no montante de . . . . US\$ 4,311,000.00 e Cr\$ 116.700.000,00, a construir navios de 7.000 dwt (com possibilidade de expansão até 20.000 dwt), à razão de, pelo menos, 10.000 dwt por ano, e reparar navios até 25.000 dwt, o que lhe permitirá contribuir substancialmente para o programa de renovação da frota de cabotagem e docar os grandes navios-tanques da Frota Nacional de Petroleiros, com economia de divisas para o País e impulso à indústria nacional. Os técnicos

nacionais e estrangeiros calcaram a elaboração desse projeto num estudo prévio das possibilidades econômicas da construção naval imediata em diferentes pontos da costa, concluindo que era possível e altamente aconselhável reativar a indústria de construção naval no Brasil, começando pelo reaparelhamento da Ilha do Viana.

A fim de facilitar o exame conjunto desses planos e projetos, dentro de certa medida básica de concepção, instrui, há pouco, o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para que organizasse uma comissão que, dentro de 120 dias, apresente um relatório geral a respeito dos seguintes pontos:

- a) proposta de reorganização da estrutura administrativa dos serviços oficiais de navegação de cabotagem e de longo curso;
- b) programa de reequipamento da frota mercante;
- c) plano de construção naval, no País e no estrangeiro;
- d) possibilidades de fretamento de navios;
- e) esquema de financiamento em moeda nacional e em divisas para execução dos programas que sugerir.

A comissão deverá contar com representantes da Comissão de Marinha Mercante, do Ministério da Viação e Obras Públicas e de companhias particulares de navegação.

*Lóide  
Brasileiro,  
P. N.*

O volume de carga transportada pelo Lóide Brasileiro no ano findo — 2.212.072 t — foi o maior até hoje alcançado pela nossa principal empresa de navegação marítima, ainda que a receita bruta do frete — Cr\$ 988.311.562,00 — tivesse sido inferior em cerca de Cr\$ 19.600.000,00 à do ano anterior, o que se explica pela predominância acentuada, nesse ano, das cargas do frete relativamente baixo e que o Lóide teve que transportar por interesse nacional, tais como cereais do Rio Grande do Sul, trigo argentino, carvão e enxôfre, além das causas de ordem internacional, já antes mencionadas, e, por fim, a exploração de navios obsoletos e anti-econômicos.

Afora aquela receita industrial, contou o Lóide Brasileiro, extraordinariamente, no ano passado, com Cr\$ 427.721.625,90 de indenizações por danos sofridos pela sua frota durante a última guerra, sendo Cr\$ 262.621.231,40 pagos pelo Governo dos Estados Unidos da América e Cr\$ 165.100.394,50, pela Comissão de Reparações de Guerra. Recebeu, além disso, Cr\$ .....

40.000.000,00 de subvenção do Governo. E como tais recursos lóssem ainda insuficientes para fazer face às vultosas despesas de pessoal, enormemente acrescidas com a concessão, com efeito retroativo, de vantagens adicionais aos marítimos, em meados de 1953, teve o Governo que cobrir com Cr\$ 319.011.780,00 o *deficit* resultante, o que fêz como auxílio suplementar, a título de adiantamento por conta de créditos orçamentários. No corrente exercício, o Lóide deverá receber a subvenção orçamentária de Cr\$ 74.000.000,00, dos quais Cr\$ 4.000.000,00 se destinam, especificamente, à construção de um navio para serviço na Lagoa dos Patos, e mais Cr\$ 373.656.000,00 de auxílio para pagamento de vantagens ao pessoal, em suprimentos mensais de Cr\$ ..... 31.138.000,00.

A frota do Lóide, cujas unidades obsoletas e anti-econômicas são uma das causas da crônica situação deficitária da empresa, não passou por nenhuma modificação de monta no ano passado, mas espera o Governo poder, em breve, modernizá-la e ampliá-la, conforme os estudos e projetos de reequipamento da Marinha Mercante, antes referidos.

Esta outra companhia de navegação oficial, a segunda principal componente de nossa Marinha Mercante e tradicional empresa de cabotagem, vem realizando, também, um admirável esforço de aproveitamento de uma frota insuficiente e obsoleta em sua quase totalidade.

*Cia. Nacional  
Navegação  
Costeira*

A frota da Companhia Nacional de Navegação Costeira, hoje reduzida a 24 navios — dos quais 17 em tráfego e 7 nos estaleiros — e que já possuiu o dôbro dessas unidades, transporta, anualmente, em mercadorias, mais de dez vezes a capacidade de carga de seus navios. Não obstante, o volume de carga transportada em 1953 — 451.144 t — foi inferior em 38.178 t ao verificado no ano anterior, o que se explica pela redução da capacidade de carga dos navios em tráfego, que passou de 44.455 t, em 1952, para 43.268 t, em 1953, resultante, por sua vez, do fato de os navios em reparos nos estaleiros representarem, êsse ano, maior capacidade de transporte imobilizado. Pelo mesmo motivo, o número de passageiros declinou de 35.631 para 31.141. A receita de fretes, porém, atingiu a um total de Cr\$ ..... 226.517.724,30, superior em Cr\$ 16.601.391,40 à de 1952, ac passo que as passagens renderam apenas Cr\$ 21.178.439,20, ou seja, Cr\$ 2.804.723,30 a menos do que no ano anterior.

A situação econômico-financeira da Cia. Costeira, tal como a do Lóide Brasileiro e, também, a da grande maioria das empresas nacionais de navegação, agravou-se consideravelmente com os novos ônus resultantes do acôrdo que pôs termo à greve dos marítimos de junho de 1953. A receita, adicionada à subvenção, que passou de Cr\$ 15.000.000,00, em 1952, para Cr\$ ..... 24.000.000,00, em 1953, foi insuficiente para fazer face ao acréscimo de despesa, obrigando o Govêrno a conceder mais Cr\$ 213.551.708,60 para, a título de auxílio suplementar, cobrir o *deficit*. No corrente exercício, a empresa deverá receber Cr\$ 35.000.000,00 de subvenção, além de um suprimento mensal de Cr\$ 16.271.750,00, de auxílio suplementar.

Com a renovação e ampliação de sua frota, simultaneamente com o reequipamento de seu estaleiro para reparos e construção naval, conforme os projetos sob exame do Govêrno, a Companhia Costeira deverá entrar, em breve, tal como o Lóide Brasileiro, num período de franca recuperação e desenvolvimento.

No capítulo atinente ao petróleo, dar-se-á noticia circunstanciada sôbre as atividades da Frota Nacional de Petroleiros, uma vez que tal problema interessa mais de perto à economia petrolífera em geral.

TRANS-  
PORTE  
FLUVIAL  
S. N. A. P. P.

Os Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará — S. N. A. P. P. — cujas linhas, além das fluviais, se estendem pela costa até ao Nordeste, encontram-se em plena realização de amplo programa de renovação e ampliação de sua frota, bem como de reequipamento de suas instalações portuárias.

O programa de reaparelhamento da frota, que se deverá concluir no próximo ano, compreende a construção, na Holanda, das seguintes unidades, projetadas especialmente para atender às necessidades peculiares do comércio e da navegação amazônicas: quatro navios mistos de 1.500 t, para o transporte de passageiros e carga no Amazonas, Madeira e Solimões; um navio de passageiros de 1.300 t para a linha Belém-Mosqueiro e Soure; e sete embarcações de roda à popa de 250 t, para os trechos superiores dos rios Negro, Branco e Maués.

Ainda no corrente ano deverão ser entregues pelos estaleiros três dos navios mistos e uma das embarcações mencionadas por último, e o restante até março do próximo ano.

O custo total da construção desses navios, inclusive despesas acessórias, deverá ser de Cr\$ 188.500.000,00 aproximadamente. Foram pagos, até agora, Cr\$ 137.042.756,00, e o restante o será, parceladamente, à medida que progredir a construção, até à entrega das últimas unidades encomendadas, em março de 1955.

Em prosseguimento à série de obras e aquisições destinadas a melhorar e ampliar as instalações portuárias dos S.N.A.P.P. em Belém, foram concluídos, no ano passado, três tanques metálicos para armazenamento, a granel, de inflamáveis líquidos, com todos os acessórios para movimentação dessa mercadoria, além de obras diversas no cais e no edifício-sede da Administração. Estão programadas a construção de um frigorífico, um depósito para explosivos, um prédio para a usina elétrica do cais, uma ponte de atracação de alvarengas em Miramar, estação de passageiros para Mosqueiro e Soure, uma carreira para a oficina de pequenos reparos de rebocadores, e a aquisição de uma câbrea para 100 t, guindastes, motores elétricos para o cais, além de máquinas e equipamentos para as oficinas.

Em consequência da cessão feita, em 1950, ao Ministério da Marinha, de grande área em Val-de-Cães, com uma série de instalações e construções complementares e acessórios dos serviços dos S.N.A.P.P., com o material e equipamento nelas existentes, essa entidade viu-se na contingência de construir e equipar todo um novo conjunto em substituição ao que cedeu àquele Ministério, compreendendo, entre outras obras e instalações, uma vila operária, oficinas, almoxarifado, restaurante, posto médico, cooperativa, etc.

A situação financeira dos S.N.A.P.P., que já era deficitária em 1952, foi ainda uma vez agravada, no ano passado, por novos ônus advindos do pagamento de vantagens adicionais ao pessoal marítimo. A administração portuária acusou um *deficit* estimado em 7,8 milhões de cruzeiros, quando o do ano anterior foi de cerca da metade dessa importância. Para fazer face a tal situação, o Ministério da Viação autorizou, em dezembro de 1953, novas tarifas portuárias, com o que se espera eliminar o *deficit* do corrente ano.

E' de crer que os S.N.A.P.P. superarão, em breve, a sua crise econômica e financeira, uma vez completado o seu programa de modernização e ampliação da frota e das instalações portuárias, e entrosadas as suas operações com as diretrizes e objetivos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, agora

em pleno desenvolvimento, com a atuação da sua Superintendência.

*Bacia do Prata*

O Serviço de Navegação da Bacia do Prata teve, em 1953, duplicada a sua frota, que passou de 11 para 22 embarcações, embora ainda não esteja concluído o programa de reaparelhamento.

Dentre as novas unidades que entraram em tráfego, contam-se um rebocador de 458 t e 1.000 HP, construído no País, nos estaleiros da Ilha do Viana, da Cia. Costeira; seis chatas também construídas nesses estaleiros, sendo duas com capacidade de 230 t de carga, e quatro com 90 t., estas para nova linha regular entre Corumbá e Cuiabá, iniciada em outubro passado; além do vapor "Rio Paraná" e de outras unidades reparadas ou reconstruídas na própria região e que foram entregues ao tráfego no decorrer do ano passado.

Em dezembro de 1953, o S.N.B.P. tinha, em suma, trafegando um navio motor misto, um rebocador de 1.000 HP, dois tânderes de 1.000 t, três chatas de 400 t, dois navios motores de passageiros, um navio misto a vapor, duas chatas petroleiras, três rebocadores, quatro chatas de 90 t, duas chatas de 230 t e uma chata de 180 t, além de um navio motor em reparo e outro que aguardava início de obras.

Reconhecendo a importância, não só política, mas também econômica, que o desenvolvimento do Serviço de Navegação da Bacia do Prata tem para toda uma vasta região extremamente carente de transporte, o Governo determinou a elaboração de um projeto técnico-econômico pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (nº 35), o que acarretará um aumento de 400% à capacidade de transporte na região do rio Paraguai, e de 300% à do Alto Paraná. Ao aprovar, recentemente, o referido projeto, cujo custo é estimado em US\$ 1.535.250,00 e Cr\$ 114.625.000,00, o que prevê a construção, em grande parte em estaleiro nacional, de nove rebocadores, vinte e oito chatas de aço e dois pequenos barcos de passageiros, recomendou o Governo ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico que não só examinasse a questão do financiamento para a construção, mas, também, estudasse com os Ministérios da Viação e da Marinha a possibilidade da obtenção de recursos orçamentários ou de fundos especiais a fim de atender às sugestões do S.N.B.P. quanto à recuperação dos

navios existentes, instruindo-o, ainda, a estudar, em cooperação com os mesmos Ministérios, o problema de construção e reparos navais na região.

Os Governos dos Estados de Minas Gerais e Bahia já se habilitaram legalmente a constituir, com a União, uma empresa de capital misto destinada a explorar o tráfego fluvial no Rio São Francisco. Pelo Decreto nº 33.687, de 27 de agosto de 1953, foram considerados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os acervos das empresas privadas de navegação que operam naquele rio e seus afluentes, já tendo a Comissão do Vale do São Francisco procedido à desapropriação da Cia. Indústria e Viação de Pirapora e iniciado o processo relativo à desapropriação da Empresa Fluvial, Ltda. Examina o Governo as questões peculiares à constituição da nova empresa que deverá ter a seu cargo os serviços.

São  
Francisco

A aviação comercial continua a expandir-se graças, em grande parte, ao decidido apoio que lhe dá o Governo, ampliando e aperfeiçoando a rede de instalações fixas, disciplinando as suas atividades comerciais para evitar a concorrência destrutiva, subvencionando-lhe os serviços e cooperando na preparação técnica dos seus quadros.

TRANS-  
PORTE  
AÉREO

As aeronaves das companhias voaram, no decorrer do ano passado, 368.000 horas, num percurso de 89.800.000 km, tendo transportado 2.400.000 passageiros e 77.610.000 kg de carga, bagagem e correio, movimento superior, de modo geral, ao verificado no ano anterior. A correspondência aérea cresceu de 702 t., em 1952, para 768  $\frac{1}{2}$ , em 1953. Abriam-se ao tráfego, em 1953, 167 aeroportos, número que indica também uma crescente procura de transporte aéreo por parte de nossas populações e a amplitude de nossas linhas domésticas. O número de aeroportos em condições de funcionamento atinge, atualmente, a 536.

Relativamente a construções e instalações que beneficiam tanto a aviação civil quanto a militar, foram vultosos, de fato, os trabalhos realizados. São de notar as melhorias nas instalações aeroportuárias do Rio de Janeiro, Manaus, Belém, Recife, Aracaju, Ilhéus, Santa Cruz, Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Pôrto Alegre, Caravelas, Campina Grande, Barra, Três Co-

rações, Cambuquira, Itaperuna e Londrina. A ação do Governo estendeu-se ainda a numerosas cidades do País, com o fim de impulsionar a construção de campos de pouso e a abertura de pistas em todo o território nacional.

Para execução, em cooperação com os Governos municipais, de obras e instalações em campos de pouso, em 199 Municípios nacionais, foram assinados 115 convênios com Prefeituras, tendo sido iniciados imediatamente os trabalhos correspondentes às dotações da Verba 3 da Lei Orçamentária, consignadas ao Ministério da Aeronáutica.

O Governo investiu, em 1953, Cr\$ 671.800.000,00 na ampliação e melhoria da infraestrutura do sistema aeroviário e, no corrente ano, pretende aplicar 463,7 milhões, dos quais 36,6 milhões na valorização econômica da Amazônia. Além disso, os auxílios e subvenções às empresas nacionais elevaram-se, no exercício findo, a Cr\$ 83.753.548,00 e, em 1954, deverão ser de Cr\$ 99.400.000,00, sendo Cr\$ 31.200.000,00 para as linhas internas, pioneiras, e Cr\$ 68.200.000,00, para as linhas internacionais.

A frota comercial brasileira, adquirida em boa parte de equipamento excedente de guerra, carece, naturalmente, de renovação, tanto de peças e acessórios quanto de aeronaves. A solução do problema, a que se dedicou o Governo, era, e é ainda, dificultada principalmente pela necessidade de restringir as importações aos estritos limites de nossas possibilidades cambiais. Entretanto, foi possível distribuir entre as empresas de transporte aéreo quotas de câmbio, de acordo com as suas necessidades, num total de US\$ 5.000.000,00, destinadas à aquisição de sobressalentes e acessórios do equipamento de voo, indispensáveis à manutenção de nossa frota aérea comercial.

Iniciou-se, também, um programa de aquisição de aeronaves, dotadas dos últimos aperfeiçoamentos técnicos, de que já se beneficiaram várias empresas brasileiras, que se tornam, desta forma, capazes de competir com as empresas estrangeiras. Esse equipamento deverá ser utilizado ainda no corrente ano.

Especial atenção tem sido dada, também, ao preparo de pilotos e mecânicos para os quadros das empresas de transporte. No ano findo foram organizadas três escolas, subvencionadas anualmente com Cr\$ 6.000.000,00, tendo sido escolhidas, dentre

as mais tradicionais companhias de transporte, aquelas em condições de aceitar a incumbência desse preparo. Já concluiu o curso a primeira turma, sendo de esperar a formação de 60 pilotos e 60 mecânicos por ano.

Para resolver complexos problemas ligados ao controle econômico das empresas aeroviárias, foram elaboradas e adotadas Normas de Padronização de Contabilidade das Empresas Aeroviárias, medida básica por meio da qual poderão ser analisados convenientemente os balanços financeiros das companhias e feitos os estudos necessários à fixação de níveis de tarifas, concessão de novas linhas e regulamentação do transporte postal aéreo.

No decorrer do ano findo, as companhias de aviação foram submetidas, em sua situação econômico-financeira, a certos reajustamentos, impostos não só pela concorrência delas próprias como pelo incremento do transporte rodoviário na linha Rio-São Paulo, com repercussões na estrutura das tarifas. A competição ruinosa, que se vinha manifestando entre empresas de transporte aéreo, já apresenta sintomas de declínio, em virtude de providências tomadas pelo Governo. Essas providências se impunham, não só para evitar o desgaste econômico das próprias empresas, como o do equipamento, além do desperdício de combustível. Pela Portaria nº 77, de 19 de dezembro de 1953, do Ministério da Aeronáutica, foram alteradas as condições para o estabelecimento de novas linhas, assim como o mecanismo de aumento de frequências.

A medida, estudada em cooperação com o Sindicato das empresas de transporte aéreo, teve por escopo principal evitar o excesso de oferta, do qual resulta a contingência de buscarem as empresas passageiros e cargas a qualquer preço, no afã de melhorar sua receita. Restringiu aquêle ato as possibilidades de estabelecimento de novas linhas para evitar não só as iniciativas sem comprovado fundamento mas, também, a competição ruinosa nas linhas existentes.

Pelo fato de as empresas que operam serviços internacionais terem pedido elevação geral de tarifas, em consequência das alterações de câmbio e face à discordância entre os transportadores, foi necessária a assistência do Governo no sentido de serem utilizados critérios uniformes por tôdas as empresas que operam li-

nhas internacionais, evitando-se assim práticas menos recomendáveis na competição pelos referidos mercados.

Foi adotado o critério de níveis uniformes em uma mesma etapa para as empresas nacionais que operam as linhas internas, tendo sido estudados e resolvidos os casos que se apresentaram. Verificou-se um aumento geral de tarifas de 15% nas linhas internas, com o fim de atender à elevação de salários de aeronautas e aeroviários, segundo tabela fixada por acôrdo entre empregados e empregadores, celebrado com a assistência dos Ministérios do Trabalho e da Aeronáutica.

O serviço de exame e aprovação de novas tarifas foi relativamente reduzido, por isso que o número das vigorantes já é elevado e envolve praticamente tôdas as utilidades suscetíveis de transporte por via aérea. Para os casos de tarifas especiais houve estudos e exames individuais, uma vez que constituem problemas distintos dos que habitualmente se apresentam no transporte aéreo.

#### COMUNICAÇÕES

Correios e  
Telégrafos

A Lei nº 498, de 1948, que aprovou a atual tarifa postal-telegráfica do Departamento de Correios e Telégrafos, estabeleceu que, a partir de 1949, seria o Orçamento da União dotado da importância de 110 milhões de cruzeiros anuais, durante dezesseis anos, para o financiamento de um Plano Postal-Telegráfico. Embora disponha, para o custeio de seus serviços, de outras dotações orçamentárias mais vultosas, em total superior a 2 bilhões de cruzeiros, é, principalmente, com aquela dotação de 110 milhões que o Departamento conta para aperfeiçoar e expandir racionalmente os seus serviços, conforme os planos e programas estabelecidos pela Comissão Executiva do referido Plano Postal-Telegráfico, uma vez que os gastos com pessoal absorvem mais de 1,5 bilhões do orçamento. Acontece, porém, que o Congresso, por ocasião da elaboração do Orçamento, tem discriminado a aplicação da maior parte daquela dotação, destinando-a, principalmente, à construção de prédios de agências, contrariamente às necessidades de maior prioridade do D. C. T., expressas nos planos e programas da Comissão Executiva do Plano, e que dizem respeito, fundamentalmente, ao reaparelhamento dos serviços telegráficos e à mecanização dos correios.

Seria desejável que o Congresso reconsiderasse, se possível, a continuidade dessa prática que tanto tem prejudicado a racionalização e o aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos.

Outro obstáculo, que o Governo espera poder remover o mais breve possível, advém da dificuldade, que é geral, no País, de importar o material imprescindível ao reaparelhamento e mecanização dos serviços.

A rede de agências e postos dos Correios e Telégrafos foi acrescida, no decorrer do ano passado, de 125 agências postais-telegráficas, além de 35 postos de correio e um de correio e telégrafo, atingindo, presentemente, o total de 5.500 unidades. Foram, além disso, construídos 44 prédios, destinados à instalação de agências em diversos pontos do território nacional e à sede da Diretoria Regional de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, estando 31 outros em construção e aberta concorrência para edificação de mais 181.

Não obstante, o volume de correspondência ordinária encaminhada, em 1953, por via de superfície, sofreu uma redução aproximada de 3,7% em comparação com o ano anterior. Em compensação, a correspondência registrada cresceu de 20% e a aérea, 9,5%. O serviço de reembolso expediu, nesse exercício, mais de um milhão de volumes, no valor de 300 milhões de cruzeiros, tendo o serviço de vales postais movimentado igual importância.

A rede telegráfica nacional foram incorporados 1.026 km de linhas, com o desenvolvimento de 2.457 km, tendo sido, ademais, reconstruídos 4.393 km de linhas telegráficas, iniciada a construção de 1.566 km de linhas, prosseguida a construção e reconstrução de 485 km e construídos 67 km, com o desenvolvimento de 74 km.

Concluiu-se a construção de 59,5 km da linha aérea Tronco Sul, que perfaz, assim, 391,5 km da linha de 420 km de extensão e 3,5 km dos ramais de entrada às estações intermediárias. Prossegue a construção das linhas aéreas Tronco Norte e Oeste.

Finalmente, cabe ainda mencionar, dentre os principais melhoramentos introduzidos no sistema postal-telegráfico, no decorrer do exercício, a conclusão de 21 km de linha de ductos subterrâneos, o estabelecimento, em caráter experimental, de um circuito

teleimpressor entre o Rio de Janeiro e o Recife e a criação de 107 linhas de condução de malas postais.

O Departamento dos Correios e Telégrafos despendeu, em 1953, Cr\$ 2.009.526.444,80, ao passo que a receita foi de Cr\$ 788.420.877,60, não compreendido nesta o valor patrimonial, donde um *deficit* de Cr\$ 1.221.105.567,20, para o qual muito contribuiu o acréscimo de despesa com pessoal, em consequência do pagamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 1.765-52. Enquanto em 1952 os créditos orçamentários foram de ..... Cr\$ 1.353.658.139,00, no corrente exercício serão de ..... Cr\$ 2.046.181.086,00.

*Radiocomu-  
nicações e  
televisão*

Enquanto o serviço postal constitui, como se sabe, monopólio da União, o serviço de radiocomunicações, assim como o de telégrafos e telefones, pode ser, e é também, explorado por particulares, mediante autorização ou concessão, conforme dispositivo constitucional.

As empresas particulares que exploram o serviço de comunicações telegráficas e radiotelegráficas, não têm, em geral, programa de expansão e melhoria, provavelmente pelo fato de que, já dispondo de serviços nos maiores centros do País, não se interessam pela inversão de capitais vultosos para servir centros de menor importância.

Não quer isto dizer que não careçam tais serviços de melhoria. Mesmo a "Western Telegraph Co.", que prestava bom serviço até há cerca de 15 anos, hoje deixa bastante a desejar por ter praticamente atingido o máximo de capacidade de tráfego que seus cabos permitem escoar, não lhe interessando, pelo vultoso dispêndio, o lançamento de novos cabos. No entanto, a parte que atinge mais diretamente a reputação do grupo a que está ela ligada ("Cables & Wireless"), e que é o serviço internacional, ainda tem folga suficiente porque o volume de tráfego internacional é muito menor que o do interior, restando ainda a possibilidade, como válvula de segurança, da baldeação do tráfego para as companhias de rádio.

Dessas companhias, a única que tem programa de expansão e melhoramento, oriundo da concessão que lhe foi outorgada em 1944, é a Cia. Rádio Internacional do Brasil. Está obrigada a estender os seus serviços radiotelefônicos interiores a todas as capitais de Estados e Territórios. Já estão ligadas as seguintes

idades: Pôrto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Salvador, Macaíó, Aracaju, Teresina, Recife, João Pessoa, Natal, Fortaleza, São Luís, Belém, Manaus, Macapá, Pôrto Velho, Cuiabá, Boa Vista, São Paulo, Belo Horizonte e Vitória, faltando apenas Goiânia e Rio Branco para que se satisfaça a exigência contratual.

E' de supor que, após a execução do programa de modernização e desenvolvimento do D. C. T., conforme o Plano Postal-Telegráfico, os serviços das empresas particulares sejam forçados a melhorar, por força da concorrência que lhes poderá fazer aquêle Departamento.

A Comissão Técnica de Rádio, à qual incumbe orientar e fiscalizar a execução dos serviços de radiocomunicações em geral, está organizando o cadastro de todos os permissionários e concessionários dos serviços de radiocomunicações.

Oportunamente será submetida ao Legislativo a reforma desse órgão, com o fim de lhe serem conferidas atribuições que, no País, permitam orientar efetivamente a política de telecomunicações.

Torna-se também imprescindível a reforma da legislação relativa à radiodifusão para evitar que, por sua obsolescência e omissão, venha o embrionário serviço de televisão a sofrer os mesmos percalços e deformações por que passou a radiodifusão, dando margem a número excessivo de solicitações de novas permissões, de aumento desordenado de potência das estações e dilação de horário de funcionamento.

Acham-se presentemente instaladas, ou em vias de instalação, no País, as seguintes estações radiodifusoras: 398 de ondas médias, 37 de ondas curtas e 16 de frequência modulada. Estão em funcionamento 4 estações de televisão, sendo três em S. Paulo e uma no Rio de Janeiro, e, ao todo, foram concedidos, em 1953, 15 canais de televisão.

Os serviços telefônicos constituem, presentemente, um dos elos mais fracos de rede de comunicações do País.

*Telefones*

Sua generalizada deficiência quantitativa e qualitativa, que abrange tanto as zonas rurais quanto os centros urbanos e incide, principalmente, sobre a Capital da República e as grandes cidades, continua, como é notório, a prejudicar a conveniência e os interesses da população e os do próprio País, cujo desenvolvimento de há muito esses serviços não antecipam nem sequer acompanham.

A demanda não atendida de telefones cresce de ano a ano. Em 1953 havia, acumulados, cerca de 235.000 pedidos de novas instalações para executar, sendo 92.000 no Distrito Federal, 111.000 em São Paulo (dos quais 74.000 na Capital e 37.000 no interior do Estado) e 12.000 em Belo Horizonte. A inversão necessária para atender completamente, nos próximos cinco anos, tal demanda, é orçada em mais de 179 milhões de dólares e cerca de 2 bilhões de cruzeiros, ao passo que os investimentos no Brasil da principal concessionária é da ordem de 152 milhões de dólares.

Em face dessa situação, cuja seriedade, assinalada em anteriores Mensagens ao Congresso, vem constituindo motivo de crescente preocupação para o Governo, a principal concessionária desses serviços — a Companhia Telefônica Brasileira — está criando uma série de empresas nacionais subsidiárias para financiar, com recursos obtidos no País, a necessária expansão e aperfeiçoamento dos seus serviços. Assim é que já incorporou a Companhia Telefônica do Espírito Santo, com o capital de 30 milhões de cruzeiros, tendo-se a C. T. B. reservado 53,5% das ações; está incorporando a Companhia Telefônica de Minas Gerais, com o capital de 215 milhões de cruzeiros, e está planejando a organização, para breve, da Companhia Telefônica do Estado de S. Paulo e de outra similar no Distrito Federal.

## ENERGIA

Tem constituído um dos objetivos primordiais do programa que o Governo vem executando, desde 1951, a organização do suprimento de energia ao País, em moldes compatíveis com o atual estágio de desenvolvimento da sua economia e à base do racional aproveitamento dos recursos disponíveis. Além de um conjunto de medidas tendentes a reduzir o *deficit* de suprimento e a atenuar a pressão crescente no sentido do aumento das importações de combustíveis — o Governo vem lançando, em meio a dificuldades que, embora antevistas, não puderam ser evitadas, uma política de produção de energia, cujos efeitos, a longo prazo, hão de ser de transcendente importância para o desenvolvimento nacional.

Empreendimentos públicos e privados de interesse regional e mesmo local, nesse setor de atividade, foram encorajados e assistidos pelo Governo Federal, principalmente através do crédito. Nenhuma iniciativa de interesse público, em andamento ao findar o ano de 1950, com o objetivo de melhorar o suprimento nacional de energia, deixou de prosseguir à falta de ajuda federal, dentro dos recursos mobilizáveis. E inúmeras foram lançadas desde então, várias das quais de vulto considerável.

Ao Governo tornou-se patente, porém, que, por meio de empreendimentos isolados, a solução do problema energético nacional não pode ser alcançada, na escala que o desenvolvimento do País reclama, e em moldes condizentes com os interesses da Nação — valorizando os nossos próprios recursos naturais e preservando o balanço de pagamentos. Um esforço sistemático, continuado através de vários períodos governamentais, precisa ser feito, nesse setor vital, iniciando-se quanto antes e prosseguindo sem desfalecimento, para que as forças produtivas da Nação se apliquem e se desenvolvam com segurança.

As iniciativas governamentais destinadas a dar organicidade e vigor à ação oficial, no que concerne ao carvão mineral e ao petróleo, já em fase de realização prática, seguem-se, agora, as referentes à energia elétrica que, se concretizadas, como é de

esperar, nos diplomas legais a obter do Congresso, serão completadas com exploração racional dos recursos nacionais em combustíveis vegetais, naturais ou cultivados. Largos programas oficiais, relativos à utilização intensiva das principais fontes de energia de que a Nação dispõe, estão, dessa forma, iniciados ou em vias de lançamento, para eliminação de um dos pontos de estrangulamento da economia nacional. São programas que, obviamente, não se concluem num só período governamental, exigindo, portanto, continuidade de ação administrativa, em parte, aliás, assegurada pela vinculação de recursos financeiros específicos para o seu custeio.

Os acontecimentos vão confirmando, através do aumento acelerado da demanda interna e da limitação persistente da capacidade nacional de importar, que estavam certos os fundamentos da política de energia, lançada pelo Governo, em 1951, e que outra diretriz não se vislumbra, para a solução do problema energético, senão a preconizada pelo Executivo: a de se enviarem esforços no sentido de enfrentá-lo com o máximo de recursos nacionais mobilizáveis. A cooperação externa, privada ou governamental, não é de descurar; mas, só em parte pode ser obtida de forma a atender aos interesses nacionais, em face das atuais circunstâncias, que se caracterizam por uma escassez aguda de disponibilidades cambiais para a remuneração e o retorno de investimentos estrangeiros. Não obstante, uma mudança acaso verificada nessa situação, da qual resulte melhoria considerável do balanço de pagamentos, acelerará a execução da política energética oficial, através das empresas privadas e dos organismos governamentais que têm a seu cargo a realização dos empreendimentos programados.

#### ELETRI- CIDADE

Ao crescimento acelerado da demanda de energia elétrica, em todo o País, especialmente nas regiões de mais intensa expansão industrial, não tem infelizmente correspondido um aumento da capacidade geradora, quer pela ampliação das usinas em funcionamento, quer pela instalação de novas. Um aumento substancial da capacidade geradora não pode ser obtido, aliás, sem a adoção de medidas que exigem de três a cinco anos, e mais até, para produzirem efeito prático.

Dai a situação crítica que o País vem atravessando, exigindo providências restritivas do consumo, que tiveram de ser mantidas em 1953, para reduzir os males inevitáveis da carência. Tais

providências, entretanto, provocam natural mal-estar nas populações por elas atingidas e influem decisivamente para diminuir o ritmo de aumento da produção industrial, agravando a conjuntura econômica.

No período de 1950 a 1953, a taxa média do crescimento anual da potência instalada das usinas geradoras de energia elétrica, no Brasil, foi de 6%, o que, conquanto tenham melhorado simultaneamente os índices de utilização das instalações, muito pouco representa em face do crescimento da demanda, mesmo se consideradas as obras em fases de execução. O *deficit* atual da potência instalada, segundo estimativa do órgão competente do Ministério da Agricultura, é da ordem de 1.500.000 kW. Há estimativa, também, de que o consumo nacional de energia elétrica crescerá em 10 % de ano para ano, se as instalações geradoras fôsem capazes de atendê-lo, e mais, ainda, nas condições de um programa que busque, onde quer que tecnológica e economicamente seja propício, substituir pela eletricidade, cujo custo em divisas pode ser mínimo, os combustíveis importados.

Dessa forma, o problema do suprimento público de energia elétrica, no Brasil, para ser resolvido, exige a expansão do parque gerador para a cobertura do *deficit* da potência instalada, para acompanhar o aumento do consumo e, mais, para restabelecer os padrões de qualidade do serviço, inclusive pela criação de uma reserva de capacidade para atender a solicitações adicionais, não previsíveis. O exame da questão, assim posta, evidencia que as necessidades nacionais de suprimento regular de energia elétrica reclamam o crescimento do parque gerador de forma a obter-se uma potência total instalada da ordem de 8.500.000 kW em 1965, quando o País deverá contar com uma população de cerca de 73 milhões de habitantes.

Para a solução de problema de tal magnitude, de vez que a potência instalada em 31 de dezembro do ano findo era da ordem de 2.200.000 kW, torna-se evidentemente indispensável amplo esforço articulado, dos Poderes Públicos e da iniciativa privada, não só no sentido de ampliar, em tal escala, o parque gerador, mas também com o objetivo de coordenar os grandes sistemas existentes e a criar, e operá-los de maneira a obter o máximo rendimento técnica e economicamente possível das instalações. A aplicação de recursos financeiros para consecução desse objetivo guarda, obviamente, relação estreita com os empreendimentos a

realizar; e, como a sua mobilização deve processar-se em prazo hábil, afigura-se de todo inconveniente esperar que o problema seja resolvido à base do investimento de lucros e do apêlo aos mercados de capitais, interno e exteriores, pelas empresas concessionárias. Demais, a iniciativa privada volta-se naturalmente para as zonas cujo suprimento se mostra mais rentável e a difusão da energia elétrica, mesmo nas regiões menos desenvolvidas do País, é questão que não pode ser descurada pelo Poder Público, em face dos extraordinários efeitos promocionais desse elemento de trabalho e de conforto para os habitantes de tais regiões.

Por todos esses motivos, impõe-se ao Governo a instituição da nova política da energia elétrica, já enunciada em Mensagens anteriores ao Congresso. Sem descurar as medidas que a iniciativa privada reclama, para tomar parte, substancialmente, na expansão do parque elétrico nacional, o Governo vem lançando as bases de um vigoroso programa de produção da energia elétrica, pelo Poder Público, no que segue, aliás, o exemplo de tôdas as grandes nações modernas e, mesmo, das mais progressistas Unidades da Federação. No corrente ano, essa nova política oficial da energia elétrica deverá consolidar-se, se o Congresso Nacional houver por bem aprovar as proposições que o Executivo já lhe encaminhou e as que lhe submeterá em breve, em tórno do assunto.

*Imposto  
único sobre  
energia  
elétrica*

Em Mensagem de 25 de maio do ano passado, promoveu o Governo a instituição do imposto único sobre energia elétrica, previsto no art. 15, item III, da Constituição. Os fundamentos do projeto de lei encaminhado ao Congresso evidenciam o alcance da medida, antevisto pelo legislador constituinte. Com as alterações que a Câmara dos Deputados julgou conveniente introduzir no projeto, foi este enviado ao Senado onde recebeu novas emendas, ao encerrar-se a sessão legislativa, não sendo sancionada a lei, portanto, em prazo hábil para figurar o novo tributo no orçamento da receita para o corrente exercício financeiro. Dessa forma, não poderão dispor os Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em 1954, das parcelas desse imposto, que lhes deve caber em virtude da sua lei institucional, a ser votada ainda este ano, como é de esperar.

Após detidos estudos sobre o delicado problema da distribuição das quotas do imposto único sobre energia elétrica pertencentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios, encaminhou o Governo ao Congresso, em 21 de agosto, Mensagem destinada a

regular essa matéria, intimamente ligada à instituição do tributo mas sem dúvida merecedora de exame particular, em face das questões de natureza constitucional levantadas em ambas as Casas do Legislativo, ao ser examinado problema idêntico, pertinente ao imposto único sobre os combustíveis e lubrificantes líquidos de origem mineral.

Ao Governo se afigura que, em face dos dispositivos constitucionais referentes a essa tributação, cumpre não só regular a cobrança do imposto, mas, também, a sua aplicação, da maneira e naquilo que a lei federal fixar como o conveniente à consecução do objetivo a alcançar por esse meio. Em consequência, respeitada a autonomia das Unidades da Federação e dos Municípios, e resguardados os seus interesses financeiros quanto às aplicações rentáveis da receita tributária a criar, a lei federal deverá fixar nitidamente quais os campos de atividade do Poder Público a serem atendidos pelo imposto único sobre energia elétrica e qual a maneira de atendê-los.

Como à União cabem apenas 40 % do imposto único e os encargos que ela deve assumir, no encaminhamento do problema da energia elétrica para uma solução adequada, reclamam investimentos de vulto superior à receita estimada desse tributo — ao Governo pareceu indispensável, para o êxito da nova política oficial de eletricidade, fossem vinculadas à execução do programa, que preconiza, outras fontes da receita federal, conforme o exposto na referida Mensagem de 25 de maio. O reajustamento do imposto de consumo sobre artigos não essenciais e a vinculação de parte da receita acrescida, dele resultante, ao programa de energia elétrica, foram, entretanto, considerados pelo Congresso como medidas inconvenientes, optando por outra solução para o problema assim formulado.

*Fundo  
Federal de  
Eletrificação*

A criação do Fundo Federal de Eletrificação, com receita a ser aplicada segundo legislação especial, afigura-se, não só compatível com o princípio da unidade orçamentária, mas, também, imprescindível para o adequado cumprimento, por parte da União, das obrigações que obviamente tem de assumir em relação aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, como contrapartida dos encargos a lhes serem fixados quanto à aplicação do imposto único sobre energia elétrica.

Em seqüência dessas medidas e com fundamento nos estudos que os serviços públicos vêm realizando acêrca do problema da energia elétrica, elaborou o Governo um Plano Nacional de Eletrificação, destinado a promover e disciplinar a expansão do parque gerador do País e a sua exploração coordenada. Nesse Plano, a ser em breve encaminhado ao Congresso, prevê-se que a União deverá assumir próximamente vultosos encargos no que concerne à geração e à transmissão de energia elétrica, à unificação da frequência e à padronização de equipamentos, bem como à criação, no País, da indústria pesada do material elétrico indispensável ao suprimento de parte substancial do mercado.

O custeio dêsses empreendimentos deverá processar-se principalmente com os recursos do Fundo Federal de Eletrificação, prevendo-se a coordenação dos esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a aplicação dos recursos oriundos do impôsto único sôbre energia elétrica, conforme o espirito e a letra dos dispositivos constitucionais pertinentes à matéria; e, mais, a articulação dos esforços oficiais com a iniciativa privada, onde quer que se apresente essa possibilidade. Desta forma, o Plano cobre todo o território nacional, conquanto encare, realisticamente, de maneira diversa, os problemas peculiares às regiões já desenvolvidas e que reclamam grandes centrais elétricas e linhas de transmissão de alta capacidade e os concernentes às regiões em que o suprimento de energia elétrica tem de processar-se através de sistemas isolados e serviços locais. Não foram descuradas, inclusive, as possibilidades de eletrificação rural, conquanto o problema mais premente consista na cobertura do atual *deficit* de suprimento das zonas já dotadas de energia.

Está o Governo convencido de que pôs o problema da energia elétrica nos devidos têrmos, em face das contingências, das necessidades e das possibilidades do País. A mobilização de recursos financeiros em moeda nacional, já solicitada ao Congresso, constitui a garantia essencial para a efetivação do Plano. Quanto às limitações decorrentes da carência de divisas, previram-se, de um lado, a redução substancial na importação de máquinas e equipamentos, que deverão ser produzidos pela indústria pesada do material elétrico, a ser criada no País; e, do outro, as reais possibilidades de obtenção de financiamentos no exterior, além do reaproveitamento dos bens já usados pelo parque elétrico nacional e cujo

deslocamento, de uma região para outra do nosso território, será uma das conseqüências naturais da execução do Plano.

Dada a transcendental significação dêsse empreendimento para a economia brasileira, quero deixar aqui expresso o empenho do Govêrno em obter do Congresso, no menor prazo possível e sem prejuízo do estudo da matéria, a lei que lhe deverá ser solicitada com tal finalidade. O Executivo prossegue no exame de questões complementares daquelas acima expostas, no concernente à energia elétrica, e pretende apresentar ao Congrso outros projetos de lei que se lhe afiguram necessários, especialmente acêrca do incentivo à iniciativa privada e à reorganização dos serviços públicos responsáveis pela elaboração e pelo cumprimento da política oficial relativa a êsse setor de atividade.

O Govêrno julga conveniente e mesmo indispensável constituir, para a execução das obras federais previstas no Plano Nacional de Eletrificação e para outros empreendimentos da mesma natureza, a cargo da União, uma grande empresa estatal que se incumbirá, também, da operação de usinas e rêdes de transmissão de energia elétrica, em bases industriais e comerciais. A instituição dessa empresa, sob a denominação de Centrais Elétricas Brasileiras, S. A. — Eletrobrás, será brevemente proposta ao Congresso, cujo pronunciamento a respeito aguardo com o máximo interêsse.

*Eletrobrás*

De fato, independentemente das grandes obras previstas no Plano Nacional de Eletrificação, já se vinha fazendo sentir a necessidade da criação de uma entidade como a proposta, para incumbir-se da execução de empreendimentos vários no setor da energia elétrica, os quais excedem as possibilidades normais dos serviços públicos existentes. A conveniência de o Estado empreender a produção de energia elétrica e, conseqüentemente, operar as usinas construídas, vem sendo reconhecida pelo Congresso ao consignar vultosos recursos financeiros com essa finalidade nos Orçamentos dos últimos exercícos. O Executivo carece, porém, dos instrumentos de ação indispensáveis ao cumprimento dêsses encargos.

A promoção das medidas legislativas em que se consubstancia o programa oficial de energia elétrica, iniciada no ano passado, ou seja, após conhecido o ponto de vista dominante no Congresso acêrca da questão do petróleo, deverá ultimar-se, portanto, na atual sessão legislativa, esperando o Govêrno poder, ainda, constituir os organismos do Estado que terão a responsabilidade direta

da efetivação de tais medidas. Conquanto se tenha retardado, dessa forma, a instituição do corpo de leis definidoras da nova política oficial de eletricidade, o Executivo, apoiado na legislação vigente, em especial nos dispositivos que estabelecem as atribuições do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, vem dando considerável impulso aos empreendimentos públicos e privados em marcha, no setor da energia elétrica.

*Financiamentos*

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico, ao ter encerradas as suas atividades em fins de 1953, havia elaborado os seguintes projetos de desenvolvimento da produção de energia elétrica, ao custo estimado de ..... US\$ 128,177,000.00 e Cr\$ 335.488.000,00:

Nº 5 — *Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul* (a cargo da Comissão Estadual de Energia Elétrica) — construção de oito usinas com um total de 137.000 kW, segunda etapa do plano regional — US\$ 2,000,000.00;

Nº 6 — *Usina de Salto Grande* (Usinas Elétricas do Parapanema, S.A. — São Paulo) — usina com 60.000 kW, quatro unidades geradoras — US\$ 10,000,000.00 ;

Nº 9 — *Empresas Elétricas Brasileiras* («American and Foreign Electric Power Co. Ltd.») — aumento de 17.000kW em sete companhias subsidiárias — US\$ 41,571,000.00;

Nº 11 — *Usina de Itutinga* (Cia. de Eletricidade do Alto Rio Grande — CEARG — Minas Gerais) — realização da primeira etapa do projeto, com a construção de duas unidades geradoras de 12.000 kW cada uma — US\$ 5,300,000.00;

Nº 12 — *Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, S. A.* — conclusão da primeira etapa de construção do sistema de Paulo Afonso, com duas unidades geradoras de 60.000 kW cada uma e expansão com a terceira unidade de 60.000 kW — US\$ ..... 8,500,000.00 e Cr\$ 115.448.000,00;

Nº 14 — *Usina de Avanhandava* (Cia. Nacional de Energia Elétrica — São Paulo) — duas novas unidades de 4.800 kW cada uma — US\$ 1,470,000.00 e Cr\$ 5.000.000,00;

Nº 22 — *Cia. Matrogrossense de Eletricidade* — aumento de 11.500 kW na capacidade geradora — US\$ 1,630,000.00 e Cr\$ 15.000.000,00;

Nº 24 — *Usina termoeétrica de Piratininga* (Cia. Fôrça e Luz de São Paulo) — usina com dois turbo-geradores de 80.000 kW cada um — US\$ 18,790,000.00;

Nº 29 — *Usina do Salto Grande do Santo Antônio* (Cia. de Eletricidade do Alto Rio Doce — CEARD — Minas Gerais) — construção de quatro unidades com o total de 100.000 kW — US\$ 15,916,000.00 e Cr\$ 200.000.000,00;

O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento já concedeu empréstimo de US\$ 25,000,000.00 para execuãc da segunda etapa do Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul (projeto nº 5); US\$ 10,000,000.00 para construção da usina de Salto Grande (nº 6); US\$ 7,300,000.00 para a usina de Itutinga; e US\$ 18,790,000.00 para a usina de Piratininga (nº 24); ao passo que o Banco de Exportação e Importação, dos Estados Unidos da América, emprestou US\$ 41,140,000.00 às Empresas Elétricas Brasileiras (nº 9).

Por outro lado, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico adiantou à Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco S. A., Cr\$ 120.000.000,00, e à Cia. de Eletricidade do Alto Rio Doce, Cr\$ 131.700.000,00 por conta de empréstimos a ultimar-se; contratou empréstimo de Cr\$ 172.000.000,00 ao Governo do Estado do Espírito Santo, para a construção da usina de Rio Bonito; e está estudando pedidos de financiamento no montante aproximado de Cr\$ 3.800.000.000,00, o que, evidentemente, ultrapassa as atuais possibilidades financeiras do Banco.

Aproximam-se do seu término as obras de aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, a cargo da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, S. A. As duas primeiras unidades geradoras de 60.000 kW deverão começar a operar no segundo semestre deste ano, iniciando-se o fornecimento de eletricidade às capitais de Pernambuco e da Bahia, seguindo-se as de Sergipe e Alagoas e as demais cidades incluídas na primeira etapa do programa da Companhia.

Paulo  
Afonso

Em 31 de dezembro do ano passado, os volumes de escavação e de concreto, nos vários setores abrangidos pela obra, alcançaram, respectivamente, 310.000 m<sup>3</sup> e 267.000 m<sup>3</sup>, o que corresponde a 98% e 96% dos totais previstos.

A construção da barragem móvel do braço principal do rio São Francisco tem constituído a parte mais árdua e trabalhosa

do projeto, sendo, na opinião dos técnicos, uma das operações, na sua natureza, mais difíceis já praticadas em todo o mundo. Em 1953, ficou concluído, entretanto, o seu primeiro trecho, junto à margem esquerda, inclusive a colocação das comportas planas. Tal estrutura foi executada no interior de uma enseadeira celular, cuja construção terminara em fins de 1952.

Essê primeiro trecho da barragem móvel é considerado, aliás, o de construção mais penosa, visto como está localizado na parte mais profunda do rio, cujo leito, no interior da enseadeira, se apresentou extremamente irregular, com crateras que desciam até 11 m de profundidade, a partir do fundo do rio. O trabalho realizado exigiu, assim, dos seus executores, alto grau de capacidade técnica, tenacidade e esforço. Em face das dificuldades encontradas no primeiro trecho e que lhe atrasaram a execução, a segunda parte da operação de fechamento do rio foi transferida para o início da próxima estação das águas baixas, a começar em maio. Tôdas as medidas preparatórias já foram adotadas para que tal operação se realize com o máximo de segurança possível. Logo que completada a construção de três células no local da barragem móvel na margem direita, o nível das águas do São Francisco poderá ser elevado o bastante para permitir o funcionamento das duas primeiras unidades geradoras; e os novos pilares da barragem poderão ser construídos mesmo com a usina em operação. O restante das obras de construção civil consistê apenas em completar as barragens, nos portos deixados abertos para facilitar o escoamento das cheias, e em arremates na própria usina.

A primeira unidade geradora está com a montagem completa; a segunda, bem adiantada; e a terceira, iniciada. A montagem da subestação elevadora, da aparelhagem de comando e contrôle, dos equipamentos auxiliares e acessórios, processa-se normalmente, de modo que lhe permita a entrada em serviço, logo que concluído o fechamento do braço principal do São Francisco.

As linhas de transmissão de 220 kW de Paulo Afonso ao Recife e de Paulo Afonso a Salvador, numa extensão total de 861 km, ficaram concluídas, respectivamente, em janeiro e julho de 1953. A construção das subestações abaixadoras do Recife e de Salvador vai aditada, e foi iniciada a das subestações de Angelim, PE, e de Itabaiana, SE, de onde partirão várias linhas subsidiárias. Todo o material destinado às linhas de 66 kW, de Angelim a Maceió e de Itabaiana a Aracaju, foi adquirido em

1953, iniciando-se-lhe agora a instalação. Já foram recebidas as subestações terminais respectivas, bem como as de outras localidades a serem supridas na primeira etapa.

Até 31 de dezembro do ano findo, haviam sido aplicados nas obras da Companhia Cr\$ 1.047.194.359,80, sendo Cr\$ ..... 809.380.729,10 por conta dos recursos em moeda nacional e o equivalente a Cr\$ 237.813.630,70 por conta do empréstimo de US\$ 15.000.000,00 levantado no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. O Governo aprovou a concessão, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, de um empréstimo de Cr\$ 300 milhões à Companhia, para fazer face ao aumento do orçamento da primeira etapa do empreendimento, resultante dos acréscimos nos custos dos materiais, equipamentos e mão-de-obra, verificados desde a instalação da empresa em 1948. Foram-lhe entregues até agora Cr\$ 120 milhões por conta desse empréstimo.

Estuda o Governo uma sugestão da Companhia no sentido de serem adquiridas pelo Tesouro Nacional 800 mil partes beneficiárias por ela emitidas, para atender, como se faz necessário, aos programas de expansão dos seus serviços, a começar pela instalação da terceira unidade geradora de 60.000 kW em Paulo Afonso, a ampliação de capacidade das subestações primárias, a montagem de uma nova subestação na zona de Catu, BA e linhas subsidiárias ue liguem à rede o sistema industrial do petróleo e os de várias cidade do interior baiano, e ainda a construção da segunda casa de máquinas subterrânea, que possibilitará aumentar progressivamente a capacidade geradora da usina de mais 360.000 kW, conforme a solicitação do mercado consumidor.

A ampliação desse mercado já se anuncia altamente promissora. Com efeito, os dois primeiros grupos geradores estarão esgotados muito antes do que se podia esperar com segurança ao se iniciar o empreendimento. Novas atividades econômicas, especialmente industriais, estão sendo atraídas para a região, em escala crescente. Bem avisado andou o Governo, portanto, autorizando a Companhia, em 1951, a encomendar para a usina a terceira unidade de 60.000 kW.

Com a execução do Plano Regional do São Francisco, que a Companhia está elaborando em virtude de convênio celebrado com a Comissão do Vale do São Francisco, e que deverá estar concluído em maio próximo, a difusão da energia de Paulo Afonso alcançará novas áreas. Compreende esse Plano um sistema regional de transmissão e redes locais de distribuição a

serem executados progressivamente à conta dos recursos destinados ao Vale do São Francisco em virtude do dispositivo constitucional pertinente. Já estão adquiridos os materiais e equipamentos para a linha de transmissão de 44 kW de Paulo Afonso a Delmiro, Água Branca e Mata Grande, bem como para as subestações abaixadoras respectivas.

O sistema regional do São Francisco está sendo planejado em harmonia com o sistema do Cariri, que deverá beneficiar várias localidades do sul do Ceará e do oeste da Paraíba e Pernambuco, podendo ser iniciado este ano com recursos consignados no orçamento federal.

A Companhia vem prestando importantes serviços assistenciais em Paulo Afonso, não só aos seus empregados, mas também a quantos na região àquêles serviços recorrem. Interessando-lhe manter o hospital e a maternidade, o centro de puericultura, as escolas primárias, o grupo escolar, a escola profissional e o ginásio, mesmo quando, ultimadas as obras, a Companhia tiver de reduzir o seu pessoal — caberá ao Governo custear êsses serviços, através dos órgãos competentes ou mediante subvenção à empresa, para êsse fim específico.

*Cia. de  
Eletricidade  
de Manaus*

A solução definitiva do problema de energia elétrica de Manaus já se encontra em sua fase executória. De acôrdo com a Lei nº 1.654, de 1952, o Estado do Amazonas fêz estudar e projetar a completa remodelação do sistema elétrico e do serviço de carris urbanos da sua Capital, bem como providenciou a elaboração dos Estatutos da Companhia de Eletricidade de Manaus. Tanto os projetos, quanto os Estatutos, foram apresentados à Comissão Federal prevista naquela lei e mereceram a sua aprovação. Estão sendo tomadas, agora, as medidas para a fundação da Companhia, que receberá o serviço das mãos do Estado e se encarregará da construção do novo sistema.

Quero assinalar a boa orientação que está sendo seguida na execução daquela lei. O projeto elaborado é talvez o mais completo já feito para uma cidade brasileira do porte da Capital amazonense. Partindo do estudo do mercado consumidor, o sistema foi projetado para o mesmo mercado, compreendendo usina geradora, rede de distribuição, oficinas, organização da entidade que o vai gerir e financiamento das obras. Empenhado como se encontra o meu Governo, na parte que lhe compete, em proporcionar a Manaus elemento indispensável ao seu desenvolvimento

industrial e bem-estar, é de esperar que, com a cooperação do Estado e do Município, dentro de prazo relativamente breve, seja esse empreendimento levado à conclusão.

A par dos dois empreendimentos de Paulo Afonso e de Manaus, acham-se em marcha, no setor da energia elétrica, outras iniciativas federais de grande significação para as populações a que visam atender. Enumeram-se, a seguir, algumas dessas iniciativas, de maior relêvo.

*Outros  
empreen-  
dimentos*

Com fundamento na legislação específica da Comissão do Vale do São Francisco, está em fase de constituição a Cia. Hidro-Elétrica do Médio São Francisco, destinada a operar as usinas que a Comissão vem construindo naquela região, conforme relato constante de outro capítulo desta Mensagem.

O Ministério da Viação e Obras Públicas celebrou contrato para a construção da usina térmica de Candiota, que utilizará o carvão mineral da região de Bagé, RS, e fornecerá energia à Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Iniciam-se os trabalhos de aproveitamento da cachoeira Dourada, no rio Paranaíba, a cargo da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Os estudos a que vinha procedendo a Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, em tórno da regularização do rio Paraíba e da utilização integral das suas águas, sem prejuízo do aproveitamento Paraíba-Lajes, executado pela Cia. Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, permitiram concluir pela possibilidade da derivação Alto Paraíba-Caraguatatuba, com potencial de cêrca de 500.000 CV, e pela prioridade de aproveitamento da Cachoeira do Salto, com cêrca de 200.000 CV. Esses estudos estão sendo conduzidos de modo que permitam a elaboração, a curto prazo, de um plano de aproveitamento racional e integral da bacia.

*Potencial  
hidráulico*

Na Bacia do Paraná, ultimaram-se estudos de campo que vieram confirmar as possibilidades de derivação dos rios Negro e Negrinho, com um aproveitamento de 120.000 CV numa queda criada de 500 m; e de transposição do rio Canoas para o vale do Itajaí, com um aproveitamento da ordem de 100.000 CV. Na zona do Estreito do rio Uruguai foram igualmente terminados

os trabalhos de campo que fundamentaram uma concepção de aproveitamento destinada a possibilitar a obtenção de potência instalada, final, da ordem de 100.000 kW.

No alto São Francisco, os estudos finais referentes à regularização da descarga do rio confirmaram a possibilidade de aproveitamento simultâneo de até 600.000 CV em Borrachudo, além de substancial elevação do potencial em Paulo Afonso, quando a usina tiver esgotado os recursos hidráulicos independentes de regularização.

#### PETRÓLEO

Não obstante as dificuldades com que se defronta a Nação, quanto à obtenção das divisas necessárias ao custeio das suas importações, continua o suprimento nacional dos derivados do petróleo a processar-se regularmente, enquanto o Poder Público se aparelha para reduzir os encargos cambiais, nesse setor básico da atividade econômica. As previsões feitas em meados de 1951, para fundamento do programa oficial do petróleo, confirmaram-se nos anos de 1952 e 1953, inclusive quanto à queda do ritmo de crescimento do consumo, resultante da impossibilidade de ser mantida a importação de máquinas acionadas por combustíveis líquidos minerais, na escala que se vinha observando, e que contribuía largamente para elevar a taxa média anual de aumento do consumo dos derivados do petróleo, no Brasil, a mais de 20% no após-guerra. Entretanto, mesmo com a queda do ritmo das importações, observada no ano findo, os encargos nacionais em divisas para manter suprido o mercado nacional consumidor dos derivados do petróleo constituem um dos mais graves problemas a serem resolvidos nos anos próximos.

Em setembro do ano passado o Congresso ultimou os seus estudos em torno da constituição da grande empresa estatal que terá a seu cargo, de agora em diante, a expansão da nascente indústria nacional do petróleo, e o organismo governamental que vem preenchendo essa função, desde 1938, ampliou consideravelmente o seu trabalho, em confronto com o do ano anterior. Menos celeremente do que seria de desejar, o Poder Público vai, portanto, enfrentando esse problema vital, cuja solução, no entender do Governo, deve ser buscada na mobilização dos recursos nacionais, como o decidiu o Congresso ao votar as proposições do Executivo pertinentes ao assunto.

Estão sendo delimitadas as esferas de ação do Conselho Nacional do Petróleo e da Petróleo Brasileiro, S. A., em observância à Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953. A partir deste ano, o Conselho concentrará os seus esforços na elaboração e no cumprimento da política oficial de abastecimento nacional de derivados do petróleo, quer de origem externa, quer de produção interna, enquanto a Petrobrás executará os empreendimentos do Estado nos setores de pesquisa, lavra, transporte e industrialização do petróleo.

Continuando a execução do programa de pesquisas para a descoberta de reservas de petróleo, fora do Estado da Bahia, onde se localizam os campos produtores até agora conhecidos no Brasil, o Conselho Nacional do Petróleo prosseguiu na perfuração de poços pioneiros nas bacias sedimentares da Amazônia, do Maranhão e do Paraná. Dêstes, o de Nova Olinda, à margem do rio Madeira, confirmou a ocorrência de petróleo na bacia sedimentar, verificada anteriormente pelo antigo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, na região do Tapajós. Foi um acontecimento auspicioso, por haver ampliado consideravelmente a área onde há indícios da existência de petróleo explorável industrialmente. Continuam em execução na região amazônica trabalhos metódicos de geologia e geofísica, visando a determinar localizações apropriadas ao teste pela sonda.

*Conselho  
Nacional do  
Petróleo*

Na Bahia, além do incremento das perfurações nos campos já em exploração, assinalou o Conselho, em 1953, a descoberta de outro horizonte produtor de óleo, a menos de 300 metros de profundidade, no campo de Água Grande, na região de Catu, e nova área produtora em Pojuca; o início da industrialização do gás natural do campo de Aratu, com o fornecimento regular dêsse combustível a uma fábrica de cimento e a uma usina termelétrica, e o começo da produção de gás liquefeito pela Refinaria de Mataripe.

No tocante à industrialização do petróleo, através de vários empreendimentos, seja na refinação, seja no transporte, seja na implantação da indústria petroquímica no País, prosseguiu-se na execução do plano de trabalho traçado para o ano que findou.

Ainda atendeu o Conselho ao problema do xisto betuminoso do vale do rio Paraíba, no Estado de São Paulo, tendo assinado contrato, por intermédio da Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso, para ultimação dos estudos técnicos, montagem

de uma instalação experimental e eventualmente instalação industrial na região de Tremembé, dependendo cada estágio dos resultados obtidos naquele que o preceder.

Pesquisas e  
perfurações

Os estudos geológicos e geofísicos, que o Conselho executou com o objetivo de determinar as zonas que apresentem características favoráveis à acumulação de petróleo, abrangeram, em 1953, área de oito Unidades da Federação, ou seja, os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Essas investigações permitiram determinar, tanto no norte como no sul do País, algumas áreas promissoras, que serão testadas oportunamente para verificação das suas reais possibilidades oleíferas.

No que se refere a perfurações, foram intensivos os trabalhos do Conselho no ano de 1953, quer no desenvolvimento dos campos já em exploração, quer na abertura de poços pioneiros em áreas selecionadas pelos estudos geológicos e geofísicos. Concluíram-se nesse período 68 poços, dos quais 52 se revelaram produtores de óleo e 4 de gás. Em 1952, o número de poços fôra de 64, com 44 produtores de óleo e 2 de gás. Com êsses resultados, o total de poços abertos pelo Conselho, desde o início das suas atividades até 31 de dezembro último, elevou-se a 379, sendo que, dêstes, 232 produziram petróleo; 28, gás, e 94 foram secos. Os 25 restantes foram poços stratigráficos; 360 localizam-se no Estado da Bahia, 7 em Alagoas, 4 em Sergipe, 3 no Pará, 2 no Território do Acre, 2 no Maranhão e 1 em São Paulo. No momento, acham-se em andamento 5 poços pioneiros, sendo 2 na Bahia, 1 no Amazonas, 1 no Maranhão e 1 no Paraná.

A metragem perfurada que, em 1952, fôra de 40.933, ascendeu, em 1953, a 50.363, apresentando o Conselho, no último dia do ano, o total acumulado de 308.772 metros.

Em 1953, foi iniciada e terminada a perfuração do terceiro poço pioneiro da região amazônica, o qual, localizado em Badajós, às margens do rio Capim, atingiu a profundidade de 2.186 metros, nada produzindo. Foi, então, a perfuratriz transportada para Nova Olinda, à margem do rio Madeira e a 125 km da cidade de Manaus, onde teve início, a 4 de novembro, a perfuração do pioneiro n.º 1-Az. Após alcançar a profundidade de 955 metros, encontrou a sonda uma camada de calcário oleífero, com a espessura de 35 centímetros. A perfuração prossegue, atravessando, atualmente, um corpo de diabásio.

Ainda no setor de exploração, dois outros fatos significativos ocorreram em 1953. O primeiro foi a descoberta de novos horizontes produtores de óleo no campo de Água Grande, no Município de Catu, Estado da Bahia. A produção inicial obtida, superior a 2.000 barris de óleo por dia, e as elevadas pressões de surgência que foram registradas revelaram ser o arenito Sergi, em Água Grande, uma rocha reservatório de alta produtividade. Nesse campo, os horizontes A, C, E e F são zonas de óleo. Há, além desses, o horizonte "Barnes" — assim denominado em homenagem ao geólogo que o localizou e identificou — situado a apenas 220 m de profundidade e com arenito produtor de mais de 20 m de espessura, nos poços AGB1, AGB2 e AGB3. Seria prematuro ajuizar da influência dessa descoberta sobre a procura de óleo no Recôncavo, mas, se houver concordância entre o horizonte "Barnes" e os níveis inferiores que se revelaram produtores, sua significação será considerável. O Sergi é, também, produtor importante na zona de Mata de São João.

O segundo fato assinalável foi o resultado obtido no poço pioneiro de Pojuca, em que o horizonte A se revelou grande produtor de óleo à profundidade de 1.400 metros.

Na bacia sedimentar do Paraná, foi concluída a perfuração do poço pioneiro de Angatuba, no Estado de São Paulo, que se revelou improdutivo, tendo sido iniciado, em julho, o poço de Jacarêzinho, no Estado do Paraná, ora interrompido por acidente,

Os campos petrolíferos no Estado da Bahia produziram nos onze primeiros meses do ano findo 851.182 barris de óleo bruto, ou seja 135.377 m<sup>3</sup>. Comparada à de igual período de 1952, essa produção acusa o aumento de 170.245 barris.

Produção de  
petróleo

Destinando-se o óleo bruto do Recôncavo ao abastecimento da Refinaria de Mataripe, que vinha sendo suprida apenas pelos campos de Candeias e Itaparica, adotou o Conselho providências no sentido de pôr os outros campos em condições de concorrerem também para esse abastecimento, levando em conta as diversas fases de expansão programadas para a citada refinaria. Assim é que, nos últimos dias de janeiro de 1953, foi inaugurado um oleoduto entre D. João e Candeias, o que permitiu a Mataripe a utilização do óleo do primeiro desses campos. O campo de D. João não se comportou, porém, de acordo com as previsões, ao entrar em regime de produção, pois a pressão do óleo no

arenito reservatório baixou anormalmente. Os trabalhos iniciados, com o fim de restabelecer as condições anteriores, estão, entretanto, adiantados e produzindo os efeitos a que visam.

Outro oleoduto, de cerca de 80 km de extensão, deverá ser construído para o transporte de óleo dos campos de Água Grande e Mata de São João até a refinaria.

**Gás de Aratu** O gás natural produzido no campo de Aratu, cuja reserva é avaliada em 800.000.000 de m<sup>3</sup> aproximadamente, começou a ser utilizado industrialmente em 1953, tendo o Conselho iniciado o fornecimento normal desse combustível, num total de 58.000 m<sup>3</sup> por dia, a uma fábrica de cimento e a uma usina termoeletrica.

Releva assinalar que o funcionamento dessa usina, de propriedade da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e que se acha ligada ao sistema de energia elétrica da cidade do Salvador, permitiu à capital baiana reforçar com 7.000 kW o referido sistema, seriamente prejudicado pela crise de energia em que se debate o Estado, em consequência da prolongada estiagem que o vem assolando.

**Xisto betuminoso** Após três anos de estudos, foi assinado, em 7 de outubro de 1953, pelo Conselho Nacional do Petróleo, por intermédio da Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso, o contrato com a firma norte-americana "Foster Wheeler Corporation" para a realização de estudos, construção de instalações semi-industriais e, eventualmente, conforme os resultados obtidos, para a instalação de um conjunto destinado à mineração, destilação e refinação de 10.000 barris diários de óleo de xisto do vale do Paraíba, no Estado de São Paulo. O contrato prevê a íntima participação de funcionários brasileiros na organização e execução do projeto, comprometendo-se, ainda, a firma a treinar o pessoal técnico necessário à operação.

Simultaneamente com a execução desse contrato, prosseguiu a Comissão nos estudos complementares que vem realizando no vale do rio Paraíba, na área selecionada para abastecimento de xisto, e, bem assim, nas experiências, a que está submetendo, nos Estados Unidos da América e na Europa, vários tipos de retortas adaptadas para o tratamento do xisto de Tremembé.

Ainda em 1953, foram ultimados acordos com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul para a prestação de assistên-

cia técnica, por parte do Conselho Nacional do Petróleo, para a solução do problema do aproveitamento do esquisto da série do Irati, nas regiões de São Mateus e São Gabriel, respectivamente.

O Setor de Supervisão do Aperfeiçoamento Técnico, criado pelo Conselho Nacional do Petróleo com o objetivo de orientar e incentivar o preparo, não só do seu pessoal técnico, como de elementos estranhos aos seus quadros, diplomou, em 1953, a primeira turma de técnicos em refinação de petróleo, dando, assim, cumprimento ao acôrdo celebrado com a Universidade do Brasil para a formação de especialistas. Os novos técnicos foram encaminhados às refinarias de Mataripe, já operando, e de Cubatão, ora sendo construída, onde se encontram estagiando.

Formação  
de técnicos

No segundo semestre do ano, foi iniciado o novo Curso de Refinação de Petróleo, destinado a químicos, engenheiros e químicos-industriais, o qual se encontra em pleno funcionamento.

Durante o ano de 1953 concluíram-se as obras de ampliação da capacidade da refinaria de Mataripe para 5.000 barris diários de óleo bruto, tendo entrado em operação nos primeiros dias de fevereiro, a unidade de polimerização catalítica, integrante dessa ampliação.

Refinação

Em 28 de fevereiro de 1953, foi iniciada, pela primeira vez no Brasil, a produção de gás liquefeito, com a média de 7 t diárias, produção que deverá atingir perto de 13 t, quando entrarem em operação as novas unidades recém-instaladas.

Procedeu o Conselho aos estudos preliminares para uma segunda expansão de Mataripe, compreendendo a elevação da capacidade do refino para 15.000 barris diários e a produção de 3.000 barris por dia de óleos lubrificantes. Torna-se necessário, entretanto, o cotejo econômico dessa ampliação com a construção de nova refinaria, para lubrificantes, localizada noutro ponto, para preparo posterior do projeto e sua execução. A efetivação do programa de utilização do petróleo do Recôncavo na produção de lubrificantes permitirá o aproveitamento adequado das suas características, com grande economia de divisas para o País.

A Refinaria de Mataripe produziu no ano findo 57.267 m<sup>3</sup> de gasolina, 644 m<sup>3</sup> de querosene, 2.317 t de óleo diesel, 32.068 t de óleo combustível, 465 m<sup>3</sup> de solventes e 4.132 t de gás liquefeito. A receita verificada no ano em apêço ascendeu a .....

Cr\$ 128.113.292,80, sendo 75.398.691,90 correspondentes à venda dos produtos e Cr\$ 52.714.600,90 ao imposto de consumo.

A produção de petróleo do Recôncavo, através da Refinaria de Mataripe, permitiu uma economia de divisas de quase ..... US\$ 3,600,000.00, no ano passado.

Prosseguiram, em 1953, em ritmo normal, as obras de construção da refinaria de 45.000 barris diários, em Cubatão, São Paulo, sendo provável que ainda este ano entre em operação a unidade de *topping* (destilação direta) com capacidade de processamento de 20.000 a 25.000 barris por dia.

Indústrias  
petro-  
químicas

Em janeiro de 1953 foi criada pelo Conselho Nacional do Petróleo a Comissão Especial de Indústrias Petroquímicas com a finalidade, não só de encarregar-se da montagem e início da operação da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados, que utilizará os gases residuais da Refinaria de Cubatão, como também de promover o estabelecimento de indústrias petroquímicas no País.

No decorrer do ano, foram assinados com a empresa norte-americana "Foster Wheeler Corporation" e o grupo francês "Batignolles-Chatillon" e "Banque de Paris et des Pays Bas" os contratos adicionais referentes ao projeto e entrega de equipamento para a unidade de produção de amônia. Os contratos para as unidades de fertilizantes já haviam sido assinados em 1952 com a empresa norte-americana "The M. W. Kellogg" e a firma alemã "Friedrich Uhde G.m.b.H."

Nas proximidades da Refinaria de Cubatão foi adquirida uma área de 124.596 m<sup>2</sup> para a instalação da fábrica de fertilizantes, estando em fase final de execução os serviços de preparo dessa área. Essa fábrica, que consumirá 100.000 m<sup>3</sup> diários de gases residuais da Refinaria de Cubatão, deverá produzir, por dia de operação, 100 t de amônia anidra, 200 t de fertilizantes e 30 m<sup>3</sup> de hidrogênio, representando, sem dúvida, um empreendimento de notáveis repercussões na economia agrícola do País.

Frota  
Nacional de  
Petroleiros

As atividades da Frota Nacional de Petroleiros desenvolveram-se normalmente em 1953, tendo sido transportadas ..... 2.508.755 t de produtos, das quais 127.786 em cabotagem, .... 1.414.487 do exterior para o Brasil e 966.482 entre portos estrangeiros.

O transporte acima proporcionou fretes brutos de ..... Cr\$ 153.195.537,00, £ 2.060.634.0-0 e US\$ 2.297.207,00. Os fretes líquidos importaram em Cr\$ 358.352.185,00 e as despesas totais com administração, operação e manutenção dos petroleiros em Cr\$ 264.150.000,00, resultando, pois, o saldo operacional de Cr\$ 94.202.185,00.

Contribuiu a Frota para a economia de divisas com o equivalente a US\$ 7.960,578, entregues ao Banco do Brasil, tendo ainda recebido em cruzeiros fretes de importação no montante correspondente a US\$ 6.100,000, sendo, pois, de cerca de US\$ 14.000,000 a economia de divisas proporcionada pela operação dos petroleiros da Frota.

Da despesa total, no valor de Cr\$ 264.150.000,00, foram despendidos: na operação dos navios — 89%; na administração — 11%. As despesas de pessoal foram assim distribuídas, com relação à despesa total: tripulantes — 27,3%; pessoal de escritório — 2,9%. As despesas não classificadas figuram, em 1953, com 0,7% do total.

Sancionada, em 3 de outubro de 1953, a Lei que tomou o nº 2.004, e que autoriza a União a constituir a empresa de capital misto Petróleo Brasileiro, S. A. — Petrobrás, conforme proposição do Executivo ao Congresso, de fins de 1951, designei o representante da União nos atos constitutivos da sociedade, com as atribuições decorrentes dos dispositivos da mencionada Lei. Petrobrás

A constituição da empresa está prestes a ultimar-se. O projeto de seus estatutos, elaborado sob a responsabilidade do representante da União nos atos constitutivos da sociedade, já foi publicado nos termos da Lei. Concluiu-se o plano de organização dos serviços básicos da empresa, destinado a possibilitar o seu funcionamento logo após o provimento dos cargos de direção. A avaliação dos bens com que a União integralizará parte do capital inicial da empresa foi realizada em curto prazo, não obstante o seu vulto, e está submetida ao pronunciamento do Conselho Nacional do Petróleo, conforme determina a Lei número 2.004.

Venho acompanhando com o maior interesse os trabalhos preparatórios da instituição da Petrobrás. Da organização adequada da empresa, aliás sujeita à aprovação, por decreto, do Executivo, depende em grande parte o seu êxito futuro. Guardo a convicção, porém, de que, com esse instrumento de ação e com

os recursos financeiros mobilizados para serem por ele investidos, o Poder Público marchará seguramente para a solução do problema do petróleo no Brasil.

#### CARVÃO MINERAL

O aproveitamento do carvão mineral do País, como fonte de energia, é objeto agora de um conjunto de medidas orgânicamente em execução. Conquanto o consumo do combustível sólido mineral produzido no Sul esteja sendo deslocado em proveito dos derivados do petróleo, na tração ferroviária e em algumas instalações fixas, a geração de energia elétrica começa a firmar-se como o campo de utilização dos tipos baixos do carvão beneficiado. A indústria carvoeira nacional tende, portanto, a consolidar-se e expandir as suas atividades, suprimindo parte do mercado nacional consumidor de carvão metalúrgico e ampliando o fornecimento do carvão-vapor a usinas termoeletricas. O entrosamento dessas questões processa-se adequadamente no Plano Nacional de Eletrificação e no Plano do Carvão Nacional, em que os problemas de mecanização da lavra, da melhoria do beneficiamento e da racionalização do transporte são tratados com o fim de reduzir os custos e assegurar o fluxo da produção para os mercados consumidores.

#### *Plano do Carvão Nacional*

Sancionada, em 11 de junho de 1953, a Lei nº 1.886, que aprovou o Plano do Carvão Nacional, objeto de Mensagem do Executivo, de agosto de 1951, e após a aceitação, pelo Congresso, de vetos parciais que lhe opus, foram providos os cargos da Comissão Executiva do Plano, responsável direta pelo seu cumprimento. A Comissão iniciou os seus trabalhos atualizando estudos e observações que fundamentaram o Plano e que se achavam defasados de cerca de três anos.

No setor da produção, compreendendo a mineração e o beneficiamento do carvão bruto, a Comissão examinou o resultado dos processos que vêm sendo praticados, ainda em caráter experimental, nas minas do CADEM, da Cia. Siderúrgica Nacional e da Mineração Geral do Brasil, Ltda. Embora ainda não concluído, em face da diversidade das camadas das jazidas, esses estudos já permitem confirmar a praticabilidade da mecanização em ampla escala, bem como prever melhores resultados no que concerne à produtividade e, conseqüentemente, ao custo — tal como previsto no Plano.

Cabe aqui assinalar que a adaptação do nosso operariado às novas técnicas de extração deverá processar-se sem maiores difi-

cuidades, pois a experiência ora colhida demonstra ajustar-se rapidamente o mineiro nacional ao novo tipo de trabalho a realizar. Fato semelhante tem sido verificado, aliás, em outros setores industriais onde o nosso operário vem revelando qualidades de inteligência que lhe permitem perfeita integração no manejo e na manutenção dos complexos mecanismos utilizados pela técnica moderna.

No que respeita ao beneficiamento do carvão nacional, grande esforço vem sendo empregado em estudos e experiências com vistas ao aproveitamento máximo do produto minerado, pelo seu desdobramento racional em tipos economicamente utilizáveis, de forma que se obtenha carvão de aceitação fácil nos mercados consumidores, reservando-se os tipos secundários para utilização *in loco*.

Assim, quanto ao Rio Grande do Sul, tem-se em vista a obtenção de um tipo de carvão beneficiado, com melhores características do que o "graúdo" atual, para consumo na rede ferroviária regional. Os carvões de qualidade inferior, decorrentes do beneficiamento, serão absorvidos, na própria zona carbonífera, pelas usinas termoeletricas de São Jerônimo e Charqueadas. Dentro em breve terá início a construção do ramal ferroviário Charqueadas-São Jerônimo, previsto no Plano do Carvão e com projeto e orçamento já aprovados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas. Quanto ao carvão da jazida de Candiota, será utilizado na usina termoeletrica que aí está construindo o referido Ministério.

Atenção especial está sendo dedicada aos problemas relacionados com o carvão de Santa Catarina, único atualmente aproveitável na fabricação de coque metalúrgico. A ampliação já realizada de Volta Redonda, a expansão projetada para a produção de um milhão de toneladas de lingotes de aço naquela usina, a instalação da usina siderúrgica de Santa Catarina, prevista no Plano do Carvão, bem como novas iniciativas da indústria privada no campo da siderurgia, deverão elevar a mais de um milhão de toneladas anuais o consumo do carvão metalúrgico de origem nacional.

Assumem, pois, particular importância as questões relacionadas não só com a mineração, mas também com o beneficiamento do produto dessa origem. Durante todo o mês de dezembro do ano passado, realizaram-se, no lavador de Capivari, experiências destinadas a comprovar a possibilidade da obtenção de maior proporção de carvão metalúrgico no tratamento do "carvão

lavador". Nessas experiências cooperaram a Cia. Siderúrgica Nacional, o Departamento Nacional da Produção Mineral e a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, sob orientação de especialista do "U. S. Bureau of Mines" que sugerira alteração no circuito do lavador, para aumento da recuperação de carvão metalúrgico. Como resultado, a usina de beneficiamento passou a adotar o novo esquema proposto, verificando-se um aumento substancial na recuperação daquele tipo de carvão; e realizam-se, ainda, estudos com vistas ao possível aproveitamento dos carvões "finos" nessa recuperação.

O aumento da produção de carvão metalúrgico, mesmo com sua maior recuperação no processo de beneficiamento, provocará considerável quantidade adicional de produtos intermediários, para os quais tem sido difícil, até agora, obter mercado. A solução desse problema consistirá na construção de uma grande central termoeétrica prevista no Plano Nacional de Eletrificação e na eventual fabricação de produtos químicos derivados do carvão. A Comissão Executiva vem coordenando os estudos referentes à instalação da usina siderúrgica de Santa Catarina, acima referida, bem como de uma fábrica de enxôfre que, aproveitando os resíduos perigosos do beneficiamento do carvão, deverá suprir o mercado nacional dessa matéria prima indispensável ao desenvolvimento econômico do País.

A efetivação dos programas acima apontados, para Santa Catarina, exigirá definição precisa do problema do pôrto industrial desse Estado, consentânea com o vulto dos empreendimentos. A Comissão Executiva do Plano realiza, em articulação com as entidades e serviços públicos interessados, estudos capazes de fornecer os elementos indispensáveis à solução correta desse problema.

No que concerne ao carvão paranaense, dadas as reservas conhecidas e a circunstância de não se prestar êle à produção de coque metalúrgico, será promovido o incremento da sua produção, conforme previsto no Plano, com vistas ao maior consumo nas ferrovias regionais e à utilização na usina termoeétrica de Figueira, projetada pelo Governo do Paraná.

A melhoria do sistema ferroviário que atende à região carbonífera, bem como a ligação de Lisímaco Costa a Barni Prêto, contribuirão apreciavelmente para a expansão do consumo, dando à indústria carvoeira do Paraná a estabilidade de que carece.

Não obstante o crescimento acelerado do consumo nacional de energia elétrica e de petróleo, a contribuição dos combustíveis de origem vegetal, no balanço energético do País, deve manter-se, ainda, em torno de 80% do total. O consumo de material lenhoso como combustível aproxima-se de 2 m<sup>3</sup> *per capita*, o que implica antever solicitação correspondente a cerca de 150.000.000 de metros cúbicos para atender às necessidades nacionais de lenha e carvão vegetal em 1965.

Verdade é que alguns setores do consumo de lenha vão sendo eliminados ou reduzidos de importância. Tal o caso dos trechos ferroviários de tráfego mais denso, que se eletrificam, e das estradas de ferro que substituem a tração a vapor pela tração a diesel. O gás liquefeito e outros derivados do petróleo, bem como a energia elétrica, vão substituindo os combustíveis vegetais nos usos domésticos, pelo menos nos maiores centros urbanos do País.

Não obstante, grandes massas populacionais brasileiras e mesmo atividades econômicas fundamentais continuam totalmente na dependência dessa fonte primária de energia. A exploração das matas nativas, para a obtenção de combustível, compromete gravemente o equilíbrio do meio natural, alterando o regime dos cursos d'água, provocando a erosão, tornando sáfaras terras anteriormente produtivas.

A magnitude desse problema não deve constituir, porém, motivo para que tenha descurada a sua solução. Os empreendimentos esparsos, relativos à criação racional de fontes supridoras de combustíveis vegetais, devem ser encorajados, sistematizando-se, com tal finalidade, os esforços nacionais. Existe aí uma tarefa enorme a cumprir, e a ela o Estado brasileiro não deverá ficar alheio.

## PROGRAMAS REGIONAIS

A Constituição Federal estatui que as regiões do País que se hajam retardado em seu desenvolvimento econômico receberão do Governo assistência especial, orientada para, tanto quanto possível, acelerar a valorização de seus próprios recursos naturais e elevar os padrões de produtividade de sua gente ao nível geral das outras regiões, não apenas para reduzir o desnível existente — e que se estava acentuando — entre as condições de vida de populações da mesma Pátria, mas também para integrá-las melhor na produção e no mercado nacionais.

Esses programas, além do inequívoco significado social e político que têm, na medida em que contribuem para maior integração e solidariedade das diversas partes constitutivas da Nação brasileira, revestindo, portanto, interesse geral, aproveitam igualmente às outras regiões, àquelas que, em parte, os custeiam. Tais programas importam, de fato, em ampliar o mercado nacional, permitindo, pois, maior divisão do trabalho e conseqüente aumento da produtividade; em assegurar escoamento para os excedentes de sua produção; em garantir suprimento de materiais para suas indústrias e artigos para seu consumo; em ganhar divisas estrangeiras, das quais normalmente há uma parcela que não é usada pelas regiões produtoras, mas pelos centros mais industrializados; e, além de outros efeitos, ainda em permitir a economia de divisas, pelo suprimento, às regiões mais avançadas, de bens, sobretudo primários, substitutivos de importações.

A referida orientação de nossa Carta Magna, explícita nos dispositivos referentes à valorização econômica da Amazônia, ao combate às conseqüências das secas do Nordeste e do Leste Sertentrional e ao desenvolvimento do Vale do São Francisco, tem sido seguida fielmente pelo meu Governo, não só na letra quanto no espírito — pela extensão, no último caso, a regiões que apresentam problemas análogos aos enumerados, como acontece com a do babaçu.

A necessidade de um órgão central incumbido de traçar diretrizes para a política federal de investimentos nas zonas eco-

nômicas menos desenvolvidas do País e de zelar pela observância dessa política — manifesta-se cada dia e não deve ser retardada a sua criação. Os organismos de âmbito regional, dadas as suas funções complexas, não cabem na esfera dos Ministérios existentes e, por isso, vão sendo subordinados à Presidência da República. Nesse ponto, como noutros, a reforma administrativa propugnada pelo Governo indica solução adequada para habilitar o Executivo ao desempenho dos encargos que a legislação lhe outorga.

No decurso do ano passado, dois novos organismos regionais do Estado foram criados: a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Banco do Nordeste do Brasil. A criação do Instituto Nacional do Babaçu, também concebido como organismo regional, acha-se em estudo no Congresso.

O órgão federal de combate aos efeitos das sêcas carece, ainda, de reaparelhar-se para o adequado desempenho de sua função.

#### AMAZÔNIA

##### *Plano de Valorização*

Com a instalação, em 21 de setembro do ano findo, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, entraram em nova fase, de mais positiva integração, os trabalhos empreendidos pelo Governo da União para a recuperação econômica e social do grande vale. Tornou-se possível, assim, e através da elaboração do programa de emergência previsto na Lei n.º 1.806, integrar as atividades até então iniciadas em um conjunto coordenado e desenvolver outras, segundo escala de prioridade, determinada a partir do exame dos problemas básicos da região e dos objetivos a alcançar. Ao elaborar, com a assistência de sua Comissão de Planejamento, o programa acima referido, a Superintendência teve em vista, basicamente, os fundamentos constitucionais e legais da valorização econômica da Amazônia, bem assim o fato de que esta se realizará com recursos propiciados pelo próprio País e visando à integração da região na unidade nacional. O plano de valorização, assentado ainda sob forma preliminar, parte do pressuposto de que a economia amazônica deve desenvolver-se em consonância com a economia nacional e assinala os seguintes objetivos:

- a) criar na Amazônia uma produção de alimentos pelo menos equivalente às suas necessidades de consumo;
- b) completar a economia brasileira, produzindo na Amazônia, no limite de suas possibilidades, matérias-primas e produtos alimentares importados pelo País;

- c) promover a exploração das riquezas energéticas e minerais da região;
- d) desenvolver a exportação de matérias-primas regionais;
- e) converter gradualmente a economia extrativista, praticada na floresta, e a comercial, praticada nas cidades, em economia agrícola e industrial;
- f) estimular a criação da riqueza e a sua movimentação, através de sistemas de crédito e de transporte adequados;
- g) elevar o nível de vida e de cultura, técnica e política, de suas populações.

O plano se resume, por conseguinte, em promover transformações básicas na economia, mediante a mudança gradual da atividade extrativista primitiva, predatória e anárquica, em cultura racional e quanto possível concentrada em núcleos; na expansão da produção agrícola; no desenvolvimento da pecuária e na modernização dos métodos aplicados na produção extrativa animal — no tocante às atividades tradicionais da região —, bem assim em inserir na economia do grande vale elementos novos de seu progresso, através da industrialização dos produtos locais. Mediante um trabalho de colonização, perfeitamente controlado, atingir-se-á o incremento da produção agrícola e pecuária e, ao mesmo tempo, a realização, sob forma racional, da extração de produtos de origem vegetal e animal. Por outro lado, a instalação de energia elétrica nos centros urbanos permitirá o desenvolvimento de novas indústrias, ainda que de pequeno vulto, do que, associado a outros fatores de melhoria das condições de vida das populações, resultará a criação e ampliação de outras atividades, econômicas e não econômicas, complementares ao arcabouço assim estabelecido. O plano prevê, além disso, trabalhos de saneamento e de assistência educacional e sanitária em ampla escala. Merecem especial cuidado da Superintendência, evidentemente, os problemas de navegação e do estabelecimento, através de um sistema eficiente de transporte e comunicações, de uma interligação mais estreita entre os núcleos populacionais dispersos ao longo dos extensos rios e, não raro, isolados de todo contato vivificador.

Nos poucos meses de que dispôs até agora, não pôde a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia elaborar, após o rigoroso equacionamento de cada problema regional, os projetos pormenorizados cuja execução levará à consecução dos objetivos atrás delineados. Os estudos correspondentes encontram-se, aliás, em andamento e se realizam com a colabo-

ração de diferentes órgãos da Administração, interessados em que a recuperação econômica e social da região se concretize plenamente no mais breve prazo.

O Governo espera firmemente que o ano de 1954 assinale um marco decisivo no encaminhamento das providências para a concretização do plano em causa, embora as dotações orçamentárias da Superintendência estejam consideravelmente reduzidas na lei de meios em vigor.

*Programa de  
Emergência*

A fim de não retardar realizações de necessidade imediata e que, de maneira evidente, teriam de ser incluídas no plano definitivo de valorização, a Superintendência elaborou, de acordo com o art. 19 da Lei nº 1.806, um Programa de Emergência, cujos principais pontos são expostos a seguir.

Em obediência às diretrizes adotadas, estabeleceu esse Programa a aplicação de Cr\$ 65.820.000,00 no desenvolvimento agropecuário da Amazônia. Foram previstos convênios com o Instituto Agrônomo do Norte, para a manutenção de um centro de treinamento de tratoristas e para o prosseguimento dos trabalhos de colmatagem na Estação Experimental de Maicuru. Nêle foi também incluída uma dotação para o transporte, com destino à Amazônia, do gado leiteiro de raça Red Sind, trazido da Índia e atualmente retido na ilha de Fernando de Noronha. Serviços de levantamento pedológico, bem como o levantamento demográfico e econômico das colônias agrícolas, para o esclarecimento dos fatores sociais e de outra natureza, que influem no êxito do processo colonizador, são atividades para as quais foram concedidos recursos. Constituiu ainda o Programa de Emergência um fundo de mecanização de 20 milhões de cruzeiros, para o equipamento das colônias agrícolas. Em benefício dos agricultores não colonizados, foi organizado um projeto para a aquisição e revenda de máquinas agrícolas, através de convênios com as repartições de fomento agrícola federais e estaduais. Da mesma forma, concederam-se recursos para aquisição de inseticidas e fungicidas e para construção de instalações de secagem e expurgo de cereais. Na parte relativa à pecuária, ao lado do problema fundamental da formação de pastagens, foram reservados recursos para aquisição de reprodutores e arame para cercas, bem como para obtenção de vacinas, montagem de laboratórios, vacinação do gado vacum e erradicação da doença de New Castle, que vem dizimando os aviários do Pará.

Já constando do Orçamento Federal uma dotação para a nova frota dos SNAPP, e devendo a navegação fluvial ter o necessário atendimento no Plano Quinquenal, atendeu-se, no setor de transportes, nessa oportunidade, à recuperação da Estrada de Ferro Tocantins e das rodovias que são complementares do sistema de navegação do rio dêsse nome, bem como da que se destina a quebrar o isolamento da capital do Território do Acre, sem comunicações fluviais, por força da vazante do rio, durante sete meses do ano. Também foram reservadas verbas substanciais para a construção de silos para cereais no pôrto de Belém e para prosseguimento da construção do de Macapá.

No setor de energia, além de contribuição para a Fôrça e Luz do Pará, S. A., que está remodelando o sistema elétrico de Belém, foram previstos recursos para os projetos de ampliação dos serviços elétricos de Cuiabá, Macapá e Boa Vista, bem como para o estudo das cachoeiras do Paredão e do Samuel, no Amapá e no Guaporé.

Os serviços de saúde, constantes do Programa de Emergência, visam principalmente à criação de condições básicas indispensáveis ao desenvolvimento dos programas de saneamento dos próximos anos. Por isso mesmo, o programa de saúde baseia-se na necessidade de formar pessoal especializado e de equipar laboratórios de pesquisa, de interêsse médico-sanitário, e um centro preparador de vacinas BCG. O segundo objetivo do Programa, neste particular, compreende os serviços básicos de saneamento nos centros urbanos mais importantes, iniciando-se pelos estudos de construção ou de complementação das rêdes de esgôto de tôdas as capitais dos Estados e Territórios. Embora a execução dêesses serviços deva ser feita no decorrer do Plano Quinquenal, já êste ano se iniciará a reparação do dique que defende as baixadas de Belém contra a infiltração das marés. Êsses serviços se completarão pela ampliação dos serviços de água em Manaus, Belém, São Luís, Macapá, Cuiabá e Boa Vista, conclusão do de Pôrto Velho e estudo do programa de água domiciliar em Rio Branco. Nas zonas rurais, o programa se executará através da distribuição de treze mil pisos prefabricados, para uso em fossas sêcas. Ainda no tocante à assistência médico-sanitária e médico-social, está prevista a criação de uma rêde de hospitais e postos de saúde, a qual será precedida da realização de um inquérito sanitário municipal, objetivando determinar as reais necessidades de assistência da população do interior, e de um inquérito sanitário preliminar, nas áreas amazônicas dos Estados

do Maranhão, Goiás e Mato Grosso, como providência inicial para estender àqueles Estados a ação sanitária do SESP. O combate às doenças transmissíveis será feito em 1954, dando-se especial atenção ao desenvolvimento dos serviços dos dispensários de lepra, moléstia que registra na Amazônia as mais altas taxas de incidência no Brasil. Na parte relativa à nutrição, o Programa de Emergência compreende a realização de estudos e pesquisas sobre o estado nutritivo, hábitos e recursos alimentares das populações amazônicas, bem como a execução de um programa alimentar de emergência.

No que respeita à educação, foram tomadas medidas para a elaboração de um programa de ensino mínimo para toda a região e para a impressão de livros didáticos, destinados a ministrar à criança ensinamentos realmente úteis nas circunstâncias em que vive. Deu-se especial ênfase ao treinamento de pessoal para o desenvolvimento dessas tarefas educativas e foram subvencionadas instituições que realizam o ensino profissional na região. Programou-se a criação de 19 centros de iniciação profissional, artesanal e agrícola, destinando-se também dotações para missões rurais de educação.

Os recursos naturais da Amazônia, contidos na floresta, no subsolo e nas águas, são potencialmente enormes, mas carecem todos de investigação sistemática.

Quanto à produção florestal, que constitui o recurso de mais rápida mobilização na Amazônia, só a constituição de exploração em grande escala, com técnica e equipamento apropriados e organização industrial, poderá torná-la produtiva. Por isso mesmo, previu-se a organização de um programa de estudos a ser realizado por um serviço de pesquisas florestais, que será localizado em Manaus, centro da floresta amazônica, e que, com o concurso dos especialistas necessários, ficará incumbido de formular respostas específicas a determinados problemas da floresta. Providenciou-se a formação de especialistas fora do País, nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, e organizou-se um sistema de projetos que visam, com a solução de determinados problemas técnicos, a levar a produção à fase industrial. Foram concedidas as dotações necessárias à cobertura das responsabilidades brasileiras no acordo celebrado com a FAO, para a manutenção de uma missão florestal na Amazônia, cujo trabalho é de fundamental importância para o desenvolvimento dos recursos florestais da região.

No aproveitamento dos recursos minerais, o Programa prevê o estabelecimento de um serviço de pesquisas minerais, com sede

em Belém, o qual procederá a estudos geológicos e mineralógicos na área amazônica. Entre esses estudos estão programados os referentes à bauxita fosforosa de Trauíra, como fonte de fosfatos para a agricultura; às jazidas de calcário do Tapajós, de Monte Alegre e do rio Maués, como fonte de cal para a calagem das terras geralmente ácidas da Amazônia e para a fabricação de cimento; e às áreas carboníferas do Xingu e do Baixo Amazonas. Ao Território do Amapá serão proporcionados recursos para o levantamento aéreo de indícios de jazidas metálicas, em zona já programada, bem assim para equipar o seu laboratório de análises minerais.

Para o desenvolvimento da pesca, o Programa prevê o financiamento de barcos pesqueiros, de frigoríficos e de materiais de pesca, bem como o estudo de formas adequadas de conservação do pescado. Prevêem-se, igualmente, estudos de ictiologia e limnologia, como base para o desenvolvimento dessas atividades, em período quinquenal.

Já no corrente ano, caberá à Superintendência controlar, não somente a execução dessas atividades, constantes do Programa de Emergência, mas ainda a aplicação das dotações já especificadas no Orçamento Geral da República. Os recursos com que contará são os que constituem o Fundo de Valorização da Amazônia, isto é, 3% da renda tributária da União e dos Estados e Municípios da região. De parte da União, já recomendei ao Ministério da Fazenda providenciasse o recolhimento de sua contribuição, mês a mês, como está previsto no art. 2.º do Decreto n.º 34.132, de 9 de outubro de 1953; é de esperar não falem os Estados e Municípios, para os quais é de vital interesse a boa marcha dos trabalhos da Valorização, ao cumprimento pontual dessa obrigação constitucional.

Não bastava, porém, dotar o órgão executivo do Plano com os recursos indispensáveis às suas atividades; fazia-se necessário, também, disciplinar o seu emprêgo, de sorte que revertam os mesmos, realmente, em benefício das populações da Amazônia. Para isso, baixei o Decreto n.º 35.142, de 4 de março em curso, que estabelece exigências mínimas para a aplicação eficiente e moralizada dos recursos com que o povo brasileiro contribui para o desenvolvimento da Região Norte do País.

Para que as condições dêsse trabalho sejam progressivamente melhores, a Superintendência já iniciou o estudo da organização

definitiva dos órgãos a ela subordinados, tendo, para isso, obtido a colaboração da Fundação Getúlio Vargas e dos elementos que constituirão o futuro Centro de Assistência Técnica em Administração. Já partiu para Belém o primeiro grupo organizado por aquela Fundação, estando o Governo vivamente empenhado em que surja dêsse esforço comum um órgão que abra novos horizontes, no Brasil, aos trabalhos de planejamento regional e a um sistema flexível e eficaz de aplicação, em regime de cooperação, dos recursos vinculados ao desenvolvimento das nossas regiões menos evoluídas. No momento, a Comissão de Planejamento e a Superintendência dedicam-se ao estudo do primeiro Plano Quinquenal, sendo de interesse recordar, a propósito, o que declarei na Mensagem anual de 1951:

«A evolução da técnica moderna de planejamentos regionais nos aponta diretrizes essenciais do método de trabalho a ser empregado: a definição clara dos temas centrais de planejamento, a eleição de objetivos básicos, em torno dos quais venham a girar outros aspectos da vida regional, a coordenação de esforços, a cooperação dos vários níveis de atividades governamentais e a indispensável participação do povo, na persecução desses objetivos. Os planos que não se apoiem em amplas investigações científicas e técnicas serão falhos, sem fundamentos convincentes, sem poder de persuasão, sem continuidade no tempo».

E só pela elaboração de Planos que obedecem a esses princípios conseguir-se-á libertar a aplicação do fundo constitucional, como acentuei na Mensagem de 1953, do «regime que vem da legislatura passada, de rateio e pulverização de verbas, segundo o entrechoque de influências locais, com grande perda de sua produtividade global».

*Banco de  
Crédito da  
Amazônia  
S. A.*

Apresentou sensível acréscimo, no ano findo, em relação a 1952, o número de operações realizadas pelo Banco de Crédito da Amazônia S. A. Essas operações totalizaram, em 1953, o valor de 909 milhões de cruzeiros, que constitui mais do quántuplo do movimento correspondente, uma década atrás. À parte o capital de 150 milhões, as reservas do Banco elevaram-se, no ano último, a 648 milhões de cruzeiros.

As atividades do Banco refletiram-se, inegavelmente, no incremento da produção de borracha, que alcançou níveis inéditos

em 1953, bem assim nos progressos realizados pela produção de juta, a qual atingiu, ainda no ano findo, o volume suficiente para as necessidades atuais do País, em relação a esse produto. Estendendo continuamente a outros setores de atividade econômica — agricultura, indústria e comércio — os seus empréstimos, pôde o Banco estimular grandemente, sob várias formas, o progresso da região.

Dentre importantes inovações realizadas pelo Banco, em suas atividades do ano passado, cumpre destacar a da constituição de novos seringais em pequenas propriedades, sob orientação técnica moderna e controle efetivo da aplicação de recursos; e a da criação de agências volantes — instituição original no País e que atende às peculiaridades locais —, que, indo ao encontro do produtor, já realizaram empréstimos no valor global de 10 milhões de cruzeiros. Cabe referir, igualmente, os investimentos no setor industrial, dentre os quais os realizados na produção de energia elétrica (no montante de 8 milhões de cruzeiros) e na produção têxtil, esta última em Santarém.

O Banco cogita da constituição de sua carteira de pecuária, que realizará empréstimos a juros de 4% — como no tocante à produção de borracha —, com os recursos da dotação orçamentária de 50 milhões de cruzeiros, destacada na Lei de Meios para 1954, dentre os destinados à valorização econômica da Amazônia. Aliás, as atividades de fomento pecuário realizadas pelo Banco serão entrosadas com as do Ministério da Agricultura, segundo entendimentos já estabelecidos.

O Instituto Nacional do Babaçu, cuja criação propus pelo projeto de lei nº 121, submetido ao exame do Congresso, é instrumento indispensável para que o Governo se aparelhe para a plena implementação da política relativa às áreas mais retardadas, consagrada pela Constituição Federal. Inserida entre o Nordeste semi-árido e a Amazônia excessivamente úmida, a região dos cocais, ou Nordeste Ocidental, apresenta problemas que, embora similares aos das primeiras, pelo fato de serem também problemas de subdesenvolvimento, deles discrepam consideravelmente pelas soluções tecnológicas e econômicas que exigem.

REGIÃO  
DOS  
COCAIS

Em 1953, meu Governo viu coroados os esforços para dotar a Amazônia e o Nordeste dos instrumentos hábeis para enfrentar e resolver seus problemas mais graves. Encareço, pois, a importância de fazer-se o mesmo para com o Nordeste Ocidental, pois

é de temer que a circunstância de a área de transição entre as duas regiões permanecer fora do âmbito da política assistencial traçada venha contribuir, por um lado, para lhe acentuar o retardamento econômico e, por outro, para perturbar o desenvolvimento das áreas vizinhas.

O babaçu, produto em tórno do qual propus se estruturasse o programa de assistência ao desenvolvimento do Nordeste Ocidental, não obstante ter sido virtualmente excluído da pauta de nossas exportações, experimentou sensível melhoria em seus preços, graças à expansão da demanda nos grandes centros consumidores sulistas. Tal fenômeno, todavia, embora represente desafogo parcial da economia desse produto, não justifica o abandono da política de estender àquela extensa área as vantagens e benefícios esperados da execução dos planos regionais de desenvolvimento.

#### POLÍGONO DAS SÊCAS

O ano de 1953 transcorreu, ainda, no Nordeste brasileiro, sob o signo da sêca. Pelo terceiro ano consecutivo, o flagelo castigou as populações da área do Polígono, exaurindo seus recursos materiais e atingindo-as, mesmo, em seu vigor físico. A situação não chegou, todavia, a assumir proporções de completa catástrofe e aniquilamento, graças ao programa de obras públicas que, há décadas, se executa na região e às providências excepcionais adotadas pelo Governo, desde 1951, para atender às presentes condições relacionadas com essa anormalidade climática, assim como em virtude de a sêca se haver atenuado em algumas áreas da região, o que possibilitou se operasse, nestas últimas, certa recuperação.

As perspectivas para 1954 entremostam, porém, a superação da crise, indicada pela ocorrência de chuvas, com alguma antecipação, aliás. As populações deslocadas começam a retornar às zonas de origem, prontas a retomar as atividades abandonadas e a encetar, com firmeza, a obra de reconstrução.

Estas perspectivas não modificam, todavia, o ânimo e o empenho do Governo de continuar propiciando aos elementos deslocados a assistência de que carecem, nem o demovem do propósito de acelerar o encaminhamento de providências tendentes a oferecer à região das sêcas um arcabouço econômico e social que permita às populações locais uma resistência mais vigorosa e duradoura a novas ocorrências do flagelo, senão mesmo que lhes dê a possibilidade de vencerem a crise sem a perda da parte mais substancial de seus haveres e sem o recurso às retiradas.

Na anterior Mensagem anual ao Congresso, tive oportunidade de assinalar a insuficiência do atual aparelhamento do Estado para uma atuação eficaz que não se restrinja ao combate apenas aos efeitos da seca, minorando aqui e ali os sofrimentos dos retirantes e evitando, pela ocupação da mão de obra tornada disponível no deslocamento das populações, que os mesmos caiam em maior desamparo e se distanciem mais ainda dos locais de origem. Indiquei, outrossim, que, como é evidente, a política do Governo em relação ao assunto não deve continuar consistindo em tais medidas meramente paliativas e que não alcançam a matriz mesma do fenômeno, e que, além disso, a ação governamental deverá ser precedida de uma articulação rigorosa de todo o trabalho realizado nas áreas compreendidas pelo Polígono, para, a seguir, apoiar-se na integração desse trabalho em um plano geral, sob direção unificada, plano esse a ser estabelecido após um reexame completo da questão, em bases estritamente científicas e que tenha em vista a multiplicidade de aspectos que a mesma apresenta.

As iniciativas postas em marcha pelo Governo, através das realizações, já palpáveis, da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco e da Comissão do Vale do São Francisco, às quais se veio associar, agora, a ação de fomento agropecuário e industrial do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — iniciativas essas que vieram somar-se ao trabalho realizado, desde muito, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e por outras dependências do Governo Federal —, correspondem já a essa nova concepção do problema. Fôrça é convir, no entanto, que essas novas iniciativas, ao lado das realizações dos órgãos governamentais pre-existentes, não compreendem todo o campo no qual se deve exercer a ação do Poder Público. Impõe-se, por conseguinte, que se promova o reexame da questão, na forma acima indicada, a fim de que se estabeleça, desde logo, o plano geral de ação do Governo, tendo em vista a aplicação das dotações que, de acordo com o dispositivo constitucional, são destinadas à região. A instituição do comando unificado da ação governamental justifica-se, ainda, pela conveniência de conjurar os desencontros da atividade dos órgãos em funcionamento, os quais ocorrem, de fato, por resultarem de programas parciais ainda não articulados em face de objetivos que devem ser alcançados de forma harmônica.

Os órgãos permanentes do Governo, dedicados ao combate aos efeitos das secas, desenvolveram normalmente suas atividades,

em 1953, ao mesmo tempo que prosseguiram em andamento as providências encaminhadas por outros órgãos do Poder Público, no sentido de introduzir na economia nordestina fatores novos de progresso, capazes de exercer ação eficaz nas condições daquela região, sem embargo de outras iniciativas, cada vez de maior amplitude, que visam mesmo a modificar tais condições. No primeiro caso, encontram-se as atividades específicas do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, às quais se associam medidas promovidas pela Comissão do Vale do São Francisco, cujo campo de ação se estende profundamente no Polígono das Sêcas. No segundo caso, cabe mencionar os trabalhos executados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, que visam à melhoria das condições de transporte na região; as realizações da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, que permitirão um desenvolvimento ponderável das indústrias locais, e, finalmente, uma série de iniciativas tomadas pela Comissão do Vale do São Francisco, as quais se destinam a atuar a longo prazo e cujas repercussões, na economia regional, terão crescente alcance.

Um importante papel no desenvolvimento da economia nordestina, em geral, e, particularmente, na execução dos programas de recuperação e valorização das áreas compreendidas pelo Polígono das Sêcas está reservado ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., cuja política de investimentos se subordina aos objetivos da expansão ulterior da economia regional.

Estão assinaladas a seguir as principais realizações do Governo, em 1953, no tocante à açudagem e à irrigação, bem assim à construção de rodovias e campos de pouso. Transcrevem-se, subseqüentemente, informações sobre os princípios em que se fundamentará a ação do Banco do Nordeste do Brasil S.A., bem assim sobre as atividades por ele desenvolvidas, na fase inicial de sua existência. Estão descritos em outros pontos desta Mensagem, sob os títulos próprios, os trabalhos executados por outros órgãos do Governo, cuja ação também se exerce no Polígono das Sêcas.

*Açudagem  
e irrigação*

Para o primeiro semestre de 1954, o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas — a que estão afetos os principais problemas da região — organizou um programa de trabalho custeado com verbas de emergência, cujo montante se elevou a Cr\$ 212.150.000,00. Para o segundo semestre, foram convocados os chefes dos serviços localizados na área da sêca, que

procederam à revisão do programa do primeiro semestre e elaboraram novo programa, que contemplou os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas e cujos recursos foram estimados em Cr\$ 156.550.000,00.

Dentre as principais obras realizadas no exercício de 1953, deve destacar-se a intensificação dos trabalhos de construção de quarenta e seis açudes públicos, com a capacidade total de Cr\$ 5.952.677.770 metros cúbicos, alguns dos quais já estão sendo utilizados.

Foram concluídos, também no exercício, treze açudes em cooperação, prosseguindo os trabalhos de construção de outros setenta e cinco, requeridos pelos Estados, Municípios e particulares, para uma acumulação prevista de 158.695.800 metros cúbicos.

Também deve destacar-se o extraordinário desenvolvimento, no decorrer de 1953, dos trabalhos de irrigação no Polígono das Sêcas, o qual corresponde ao empenho do Govêrno em aproveitar a água já armazenada. Assim é que a construção de canais primários e secundários, a jusante do açude Aires de Sousa, no Ceará, alcançou a extensão de 9.010 metros, dos quais 3.960 no primeiro e 5.050 no segundo semestre. Ficaram ainda concluídos os canais projetados à margem esquerda do rio Curu, na rede de irrigação do açude General Sampaio, no Ceará, que domina uma área de 700 hectares, parte da qual já irrigada. Foram abertos os canais do rio Açú-Lagoa do Piató e rio Açú-Lagoa da Ponte Grande, no Rio Grande do Norte, restando apenas concluir as obras de consolidação.

Executaram-se serviços de reparos, drenos e desobstrução, na rede de irrigação dos açudes Condado, Piranhas e São Gonçalo, na Paraíba, sendo de notar que, neste último, foram construídos ou reconstruídos 47.971 metros de canais.

Podem ser enumeradas como principais obras realizadas no Polígono das Sêcas, em 1953, os postos e açudes de General Sampaio, Choró, Sobral, Santo Antônio de Russas, Joaquim Távora, Nova Floresta, Forquilha, Aires de Sousa, Riacho do Sangue, Lima Campos e Cedro, no Estado do Ceará; Itans e Cruzeta, no Rio Grande do Norte; e Piranhas, Pilões, Engenheiro Arcoverde e São Gonçalo, na Paraíba.

Para corresponder às novas condições, o Govêrno estuda, no momento, a reorganização do D.N.O.C.S., a fim de proporcionar-lhe maior flexibilidade e eficiência. Para tanto, cogita da criação de novas divisões especializadas, bem como da instituição

de seções permanentes de geologia e hidrologia e da constituição de serviços de estudos e observações meteorológicas, a fim de coordenar os elementos necessários à previsão a longo prazo. Além disso, serão contratados alguns técnicos de renome, para orientação dos novos estudos e pesquisas, que deverão levar a uma melhor definição do problema das sêcas, em seu conjunto, e em suas características locais, bem como a novas medidas que, em consequência, o Govêrno deverá adotar.

Já em 1953 foram dispensados cuidados especiais ao estudo de obras novas, a fim de elaborar-se uma série de projetos particulares, prontos a ser atacados. Foi recomendada a multiplicação das turmas de topógrafos e operadores de campo, em geral, tendo sido animador o índice verificado com o exame de 45 açudes públicos, 107 açudes em cooperação e 204 já autorizados para estudos.

Releva frisar, também, que a Lei nº 1.918, de 24 de julho de 1953, veio facultar mais rápido desenvolvimento às obras em cooperação, elevando prêmios e facultando outras vantagens aos cooperadores. Vencidas as dificuldades iniciais, surgidas com a aplicação do texto legal, a expectativa atual é a de maior amplitude às construções dessa ordem. Ainda nesse sentido, o inflexível sistema cronológico, adotado no deferimento dos pedidos, será substituído por uma hierarquização de zonas, com prioridades preestabelecidas, evitando-se as situações de exceção ou privilégio.

O Govêrno elaborou, por intermédio dos órgãos competentes, além dos programas de emergência e dos quesitos discriminados na lei orçamentária, um plano de financiamento, com a duração de cinco anos, para um conjunto de obras, que compreenderá inicialmente a construção de açudes com a capacidade de acumulação de 9.610 milhões de metros cúbicos, a instalação de 60.000 HP e a irrigação de 122.000 hectares. Por êsse plano, visou-se a atender, simultaneamente, às exigências dos Estados integrantes do Polígono das Sêcas e ao prosseguimento, em ritmo acelerado, de outros empreendimentos não compreendidos nos programas correntes.

Previu-se o financiamento das seguintes obras :

— no Piauí : açudes Vereda Grande e Curral Velho, e canalização, para irrigação, de terras marginais do Parnaíba;

— no Ceará : açudes Orós e Banabuiú, e irrigação da área do Araras e do Pentecoste ;

— na Paraíba : açudes Boqueirão de Cabaceiras, Curimatá e Acauã, e obras complementares de elevação e adução dos açudes Curema e Mãe d'Água, para transposição do divisor Piancó-Piranhas, bem como a regularização do regime do rio do Peixe e construção de canais, drenos, etc. para irrigação das várzeas de Sousa e área do supracitado rio;

— em Pernambuco : açudes Serrinha, Saco e Poço da Cruz, bem como obras de irrigação nos terrenos marginais do São Francisco;

— em Alagoas: açude Santana do Ipanema;

— na Bahia : açude Cocorobó e Adustina, e rêdes de irrigação para os açudes Jacurici, Serrote e do Araci;

— em Minas Gerais : açude Bico da Pedra.

Tal plano prevê, para obras de açudagem, irrigação e produção de energia, recursos totais no montante de Cr\$ ..... 4.682.500.000,00.

Desenvolveram-se intensamente, no ano próximo findo, as atividades do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, no tocante, igualmente, à construção ou reforma de rodovias, com as obras de arte correspondentes, e à abertura e instalação de campos de pouso de aeronaves, que atendam simultaneamente às necessidades de trabalho dos órgãos governamentais que atuam no Polígono e às solicitações da própria rede de tráfego aéreo comercial, em contínua expansão. Em qualquer desses setores, as obras se realizaram com observância da orientação do Governo, no sentido de que apresentem valor econômico permanente, à parte o caráter assistencial que as informa.

*Rodovias  
e campos  
de pouso*

Foi iniciada, em 1953, pelo referido Departamento, a construção das rodovias de Vereda Grande a Canto do Burití e de Picos a Jaicós, no Estado do Piauí; de três estradas de acesso ao açude de Banabuiú e da rodovia Sobral-Meruoca-Massapê, no Ceará; das estradas de São Tomé a Cerro Corá, do Cotelé do Rocha a Alexandria, de Parelhas a Santa Luzia, de contorno do açude General Dutra e de acesso ao açude Oiticica, no Rio Grande do Norte; da rodovia de Estaca Zero a Taperoá, na Paraíba; das de Pesqueira a Poção e de Serra Talhada ao açude Serrinha e a de acesso ao açude Saco, em Pernambuco; e da estrada de Cansanção ao açude Jacurici, na Bahia.

No mesmo período, foram concluídas, ainda pelo D.N.O.C.S., as três rodovias de acesso ao açude Araras, no Ceará, e a de Jequié ao açude Pedras, na Bahia. Ficaram praticamente concluídas as rodovias de Mossoró a Luís Gomes, no Rio Grande do Norte; de Canudos a Juazeiro e de Euclides da Cunha a Queimadas, na Bahia. Além disso, foram reformadas a estrada de São Gonçalo-Curema-São Bento, na Paraíba, e a de Frei Paulo, em Sergipe, a Jeremoabo, na Bahia. Dentre as principais obras de arte ultimadas pelo D.N.O.C.S., em diferentes rodovias, podem-se citar as seguintes pontes: sobre o rio Poti, na estrada de Teresina a Fortaleza; sobre o rio Piranhas, na estrada de Catolé do Rocha, na Paraíba, a Caicó, no Rio Grande do Norte; sobre o rio Itapicuru, na estrada de Euclides da Cunha a Queimadas, na qual se encontra em construção a ponte sobre o rio Jacurici.

Ainda em 1953, tiveram prosseguimento as obras de construção das rodovias de Barão de Grajaú a Carolina, no Maranhão; de Teresina a Picos, da Central do Piauí (trêcho entre Oeiras e Floriano) e da de Floriano a Vereda Grande, no Piauí; das estradas Crateús-Independência-Pedras Brancas e Pedras Brancas-Senador Pompeu-Solonópole, no Ceará; de Macau a Açú e de Natal a Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte; de Patos a Piancó, de Barra de Santa Rosa a Picuí, de Santa Luzia a Patos, de Campina Grande a Boa Vista, de Curema a Piancó, de Catolé do Rocha a Patu e de Queimadas a Boqueirão de Cabaceiras, na Paraíba; de Araripina a Crato (no Ceará) e de Buique a Arcoverde, em Pernambuco, e de Aracaju a Frei Paulo, em Sergipe.

Além dessas rodovias, a cargo do D.N.O.C.S., há a considerar as construídas pela Comissão do Vale do São Francisco, em áreas compreendidas no Polígono, conforme enumeração constante da parte desta Mensagem, referente à aludida Comissão.

No tocante a campos de pouso de aeronaves, cabe assinalar o início da construção do de Icó, no Município de Petrolândia, em Pernambuco; a conclusão dos de Araras e Pentecoste, no Ceará, e de Curema, na Paraíba; a quase ultimação da construção dos campos de Oiticica e Acaru, no Rio Grande do Norte; a ampliação do campo de Arcoverde, em Pernambuco; as obras de reparação do de Sousa, na Paraíba. Ao mesmo tempo, tiveram prosseguimento os trabalhos de abertura e construção dos campos de Picos, Jaicós e Oeiras, no Piauí.

Já dei conta, na Mensagem anterior, das providências legislativas iniciadas pelo Governo para a criação do Banco do Nordeste do Brasil. Efetivou-se, no último exercício, a execução dessa medida de decisivo alcance para o futuro de uma vasta região no País.

Por decreto de 29 de abril, foi constituída a Comissão Incorporadora do B.N.B., a qual desempenhou três tarefas principais: a elaboração dos Estatutos, a subscrição pública do capital não subscrito pela União e o estudo e realização de outras medidas de organização, nas quais se previa um entrosamento com os dois grandes organismos nacionais de financiamento — o Banco do Brasil S.A. e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. O Governo pôs logo à disposição do Banco do Nordeste do Brasil a importância de Cr\$ 70.000.000,00, como integralização de sua quota de capital.

Os Estatutos, consubstanciando normas que visam a uma adequada administração, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952, e fixando uma política de aplicação dos recursos com o duplo objetivo de atender às finalidades promocionais e assegurar a estabilidade ao novo Instituto, foram aprovados pelo Decreto n. 33.644, de 24 de abril do ano findo. Ao mesmo tempo, fixei pelo Decreto nº 33.643 as normas regulamentares para aplicação de vários dispositivos da Lei nº 1.649.

A campanha de subscrição pública de capital realizou-se com o prazo de noventa dias, iniciado a 1º de setembro. Essa campanha demonstrou confiança e até entusiasmo do público por essa iniciativa do meu Governo, em benefício do Nordeste e do desenvolvimento mais equilibrado da economia brasileira.

As promessas e subscrição se elevaram a importância muito superior ao capital destinado ao público. Apesar de não ter sido possível nem conveniente atender aos pedidos de adiamento do prazo de subscrição, verificou-se nesta um excesso de 4.809 ações, o qual, de acordo com a Lei, teve que ser devolvido aos subscritores. Como resultado final, as 30.000 ações de ..... Cr\$ 1.000,00, destinadas à subscrição pública, foram adquiridas, praticamente em sua totalidade, na própria região interessada, por 2.508 acionistas, o que traduz nitidamente o clima de simpatia e colaboração que cercou essa iniciativa.

Antes do prazo preestabelecido, foi realizada a assembléia geral de constituição do Banco do Nordeste do Brasil, no dia 18 de janeiro de 1954.

A Diretoria está presentemente tomando as medidas de instalação do Banco, não só na sua sede, em Fortaleza, mas nas filiais de Teresina, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador e Montes Claros, devendo ainda promover no corrente exercício, quando menos, a instalação das agências de Campina Grande e Parnaíba.

Para a constituição de seus quadros, o B.N.B. vem contando com a colaboração do Banco do Brasil, já havendo processado a realização de um concurso para recrutamento de pessoal, no qual se inscreveram cerca de três mil candidatos.

Dentro de algumas semanas o B.N.B. estará efetivamente operando com o capital inicial de 100 milhões de cruzeiros e mais os depósitos federais previstos na Lei nº 1.649 e no Decreto nº 33.643, os quais atingirão soma considerável, em pouco tempo, além de outros recursos que poderá mobilizar.

Visando ao desenvolvimento, penetração e supervisão do crédito rural, promoveu o B.N.B., com a colaboração do Banco do Brasil e de outras instituições, a criação da Associação Nordeste de Crédito e Assistência Rural — ANCAR — como uma organização de educação rural associada ao crédito. O programa da ANCAR mereceu o apoio dos Ministérios interessados nessa obras, notadamente o da Agricultura e o da Educação e Cultura. Trata-se de novo empreendimento de educação rural e de supervisão do crédito agrícola, levando a assistência e o crédito à casa do proprietário, parceiro ou arrendatário rural, de acôrdo com a orientação do meu Governo, no sentido da expansão e democratização do crédito ao homem do campo.

Um outro setor importante para as atividades do B.N.B. e para toda a economia nordestina é a elaboração dos estudos técnicos visando ao planejamento mínimo da expansão e organização da economia do Nordeste brasileiro. Esses estudos vêm sendo realizados há bastante tempo, por ordem minha, mas têm sido sacrificados pela escassez de elementos técnicos na Administração brasileira. O B.N.B. tomou o encargo de levá-los a

um termo útil com a colaboração, entre outros, do Ministério da Viação e Obras Públicas, do Ministério da Agricultura, do Conselho Nacional de Geografia e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Prevê-se uma colaboração entre este último e o B.N.B., no sentido de um programa comum de investimentos básicos no Nordeste, visando a estimular a produção agrícola, a assegurar maiores garantias aos produtores, a ampliar a produção de divisas derivadas da exportação de produtos regionais, a dar maior estabilidade à economia da região e, finalmente, a estabelecer e orientar o processo de industrialização na área a ser servida pelas linhas de transmissão de Paulo Afonso.

Tiveram andamento satisfatório, no transcurso do ano passado, os trabalhos afetos à Comissão do Vale do São Francisco. Esses trabalhos obedeceram ao plano já elaborado, o qual se fundamenta, essencialmente, no objetivo de realizar o domínio da água, para, através d'êla, operar a valorização econômica prevista, o que se processa, aliás, sem prejuízo de outras medidas, tomadas simultaneamente e que alcançam diferentes setores de atividade das populações da região.

VALE DO  
SÃO FRAN-  
CISCO

Além da série de estudos, inquéritos e levantamentos feitos na região, quando da elaboração do plano geral, a Comissão deu prosseguimento às pesquisas indispensáveis aos projetos detalhados das obras e serviços previstos no referido plano, avultando, entre os mesmos, os levantamentos aéreo, pedológico, geológico, batimétrico, hidrológico, geográfico, social e econômico da bacia do São Francisco.

*Estudos*

Quanto ao levantamento aéreo, foi executado, no exercício de 1953, o recobrimento de 50.000 quilômetros quadrados, com que se alcança o total de 400.000 quilômetros quadrados já recobertos, dos 630.000 que formam a bacia. Foram igualmente realizados trabalhos de restituição aerofotogramétrica e de desenho, bem assim de triangulação e serviços terrestres complementares, no São Francisco superior e nas bacias dos rios Corrente, Grande e das Velhas.

O levantamento da carta de solos, destinado a proporcionar o conhecimento exato das qualidades das terras em cada zona do Vale, para seu aproveitamento agrícola, teve prosseguimento

regular no exercício de 1953, perfazendo o trabalho executado, até o momento, uma área de 480.000 quilômetros quadrados.

Relativamente ao levantamento geológico da região, foram estudadas, com pormenores, várias jazidas, e projetadas algumas indústrias, a serem instaladas nos próximos exercícios.

O levantamento batimétrico do rio, iniciado no pôrto de Juazeiro, alcançou, em 1953, o pôrto de Xique-Xique, tendo sido levantados, no referido exercício, cêrca de 150 quilômetros, além da conclusão do desenho dos perfis da lâmina d'água e batimétrico do canal navegável do médio São Francisco, entre os portos de Juazeiro e Pirapora, numa extensão de 1.370 quilômetros.

No tocante ao levantamento hidrológico, foram instalados, no exercício findo, 5 novos postos fluviométricos e realizadas inúmeras medições de descarga do rio principal e de seus afluentes.

Também no exercício passado foram concluídos os estudos relativos ao levantamento geográfico da região, compreendendo trabalhos de documentação, interpretação, cartografia e investigação.

Tiveram prosseguimento, do mesmo modo, os estudos de sociologia regional e de ecologia humana, realizados com a colaboração da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

*Regime  
fluvial*

A análise objetiva dos problemas do São Francisco e o estudo da experiência de outros povos, no trato de questões semelhantes, conduziram a Comissão a definir, como problema fundamental do plano, o da regularização do regime fluvial.

O São Francisco, ao qual se acresce grande número de bacias afluentes, grandes e pequenas, perenes e não perenes, com uma descarga total anual de 120 bilhões de metros cúbicos, constitui uma das grandes bacias hidrográficas do mundo e, convenientemente regularizado e aproveitado, trará contribuição decisiva para a valorização econômica do Vale e, conseqüentemente, do País em conjunto.

O plano de regularização fluvial, a ser cumprido parceladamente, prevê, como primeira etapa, a construção progressiva de repêras, que, além de evitar os transbordamentos excessivos do rio, durante a época de maior vazão, permitirão aproveitamento racional para múltiplas finalidades.

Tais reservatórios de acumulação serão construídos, inicialmente, no São Francisco superior, da cachoeira de Pirapora para montante, e nas bacias dos principais afluentes; mais tarde, quando completamente esgotadas suas possibilidades de retenção, e sendo necessário, passar-se-ia à construção de barragens de acumulação no próprio leito principal do São Francisco, em seu trecho médio.

Considerando que cerca de 75% da descarga total da bacia do São Francisco é contribuição da região mineira do Vale, a Comissão programou as seguintes obras: grande represa no São Francisco superior, entre as barras de seus afluentes Indaiá e Abaeté; barragem de acumulação no Fecho do Funil, no rio Paraopeba; reservatório estacional em Carmo do Cajuru, no rio Pará; represa no Florestal; e conjunto de três barragens no rio das Velhas. Esta primeira série de reservatórios proporcionará um volume superior a 7 bilhões de metros cúbicos d'água, estimado como retenção necessária à fase preliminar da regularização do grande rio.

A grande represa do São Francisco superior, que terá cerca de 60 metros de altura e volume d'água estimado em 22 bilhões e 820 milhões de metros cúbicos, terá potência instalada da ordem de 520.000 kW e produção anual de energia da ordem de 2.273 kWh. A regularização a ser obtida com essa represa permitirá um aumento do tirante de estiagem de cerca de metro e meio em Pirapora e de meio metro em Juazeiro.

Em maio de 1953, foram iniciados os estudos para o aproveitamento do rio das Velhas, tendo por objetivo a regularização de sua descarga, a produção de energia elétrica e o melhoramento da navegação, a fim de torná-lo francamente navegável, desde sua foz até as proximidades de Belo Horizonte.

Ficou concluída, ao encerrar-se o exercício de 1953, a construção do reservatório estacional do Cajuru, que comportará volume d'água útil de 100 milhões de metros cúbicos. Graças a esse reservatório, ficará assegurada a plena utilização dos 18.600 HP instalados na central elétrica do Gafanhoto.

No que se refere ao melhoramento das condições de navegabilidade do São Francisco, a Comissão deu prosseguimento, no exercício de 1953, aos trabalhos de construção da barragem, munida de eclusa, no Braço do Sobradinho, e às obras complementares nos canais de montante e jusante do referido braço.

Na parte relativa ao tráfego fluvial, julgou-se de interesse fundamental a execução imediata de serviços destinados ao au-

mento de capacidade de transporte, carga, descarga e armazenamento, compreendendo a reorganização da frota fluvial e das instalações terrestres respectivas.

Os Governos dos Estados de Minas Gerais e da Bahia, cientificados dos propósitos do Governo Federal, e considerando que fôra prevista a participação dos mesmos como acionistas da sociedade de economia mista, que deverá reunir as empresas de navegação existentes, sancionaram, respectivamente, em 22 e 31 de dezembro de 1953, as Leis ns. 1.044 e 621, que autorizam os referidos Estados a participar da nova sociedade, mediante a incorporação dos acervos da Navegação Mineira do São Francisco e da Viação Baiana do São Francisco. Além disso, e com a mesma finalidade, a Comissão procedeu à desapropriação da Companhia Indústria e Viação de Pirapora e iniciou o processo relativo à desapropriação da Empresa Fluvial Ltda.

*Sistemas  
elétricos*

No que diz respeito ao plano de aproveitamento das fontes de energia da região, foi prevista a ampliação da concessão outorgada à Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, abrangendo todo o trecho de jusante do rio principal, a partir das corredeiras de Sobradinho, e construção de linhas de transmissão para as regiões da bacia, incluídas no raio de ação da grande central de Paulo Afonso; a organização de uma sociedade de economia mista destinada ao aproveitamento progressivo das fontes de energia do alto São Francisco, e a construção de centrais elétricas e linhas de transmissão, na região do médio São Francisco.

A Comissão adquiriu todo o material elétrico necessário à construção da nova linha de transmissão, que deverá ligar a usina de Samburá à cidade de Bambuí, e contratou os trabalhos para a instalação de mais uma unidade de 400 kW na referida usina, bem como os para a instalação de 75 CV na usina de Abaeté.

Por outro lado, vêm sendo executados com regularidade os planos relativos aos sistemas elétricos do médio São Francisco, encontrando-se já em pleno regime de execução as centrais elétricas de Pirapora, Pandeiros e Correntina.

Simultaneamente com a execução do programa de aproveitamento das fontes de energia da região, cujos efeitos integrais somente se farão sentir nos próximos anos, a Comissão vem procurando, em caráter de emergência, aliviar a situação dos Municípios mais carentes de energia, cedendo-lhes conjuntos de geradores.

Considerando que o estabelecimento de sistemas de irrigação, grandes e pequenos, constitui o ponto de partida para a colonização efetiva da região, a Comissão concluiu pela necessidade não apenas dos pequenos sistemas de irrigação, instalados em cooperação com os agricultores ribeirinhos, mas principalmente da implantação direta de grandes sistemas de irrigação, mediante a desapropriação das áreas indispensáveis, redistribuição das terras irrigadas e organização de núcleos onde possam ser incrementadas a imigração e a colonização. Para tanto, foram destacadas algumas áreas, inicialmente nos vales dos rios Corrente e Grande, cabendo notar que somente a área a ser irrigada no vale do rio Grande ultrapassa 150.000 hectares.

*Irrigação e  
colonização*

Com o fim de assistir a fixação dos agricultores da região nos vales úmidos da bacia, foram instalados, no exercício de 1953, postos de colonização nos vales dos rios Pontal, Brigida, Gravata e Moxotó.

Nos termos dos convênios firmados com os Governos dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, a Comissão vem intensificando as obras nas seguintes rodovias de acesso e ligação ao vale do São Francisco: Pirapora a Patos, Coração de Jesus a Sítio da Abadia, e Januária a Bocaiuva, no Estado de Minas Gerais; Ilhéus a Barreiras, Ipirá a Ibipetuba, Jacobina a São Raimundo Nonato e Petrolina a Remanso, no Estado da Bahia; Petrolina a Crato e Petrolândia a Petrolina, no Estado de Pernambuco; Santana do Ipanema a Piranhas e Arapiraca a Pôrto Real do Colégio, no Estado de Alagoas; Pôrto da Fôlha a Tamanduá e Japoatã a Neópolis, no Estado de Sergipe. Foram trabalhados nessas rodovias, no exercício passado, nada menos de 600 quilômetros, havendo sido executadas obras de arte e serviços de terraplenagem.

*Rodovias e  
aerportos*

Quanto às facilidades para o transporte aéreo, a Comissão providenciou, no exercício de 1953, a construção dos aeroportos de Pirapora e Januária e o melhoramento das pistas dos campos de pouso de Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Barra, Remanso, Petrolina e Penedo.

A Comissão programou a elaboração de planos de urbanização e construção dos respectivos sistemas de saneamento, devendo tais serviços ser inteiramente financiados pela União, para

*Saneamento  
urbano e  
rural*

as cidades de Pirapora, Juazeiro, Petrolina, Propriá e Penedo, e parcialmente financiados, para as demais localidades, de acordo com os convênios que, para tanto, forem firmados com as Prefeituras interessadas. Com a colaboração do Serviço Especial de Saúde Pública, foram concluídos, no exercício passado, os sistemas de abastecimento d'água das cidades de Juazeiro e Petrolina, encontrando-se em andamento os trabalhos relativos às outras três cidades, acima referidas. Além disso, firmaram-se convênios com 20 Municípios, para a realização de trabalhos análogos, na forma indicada.

Relativamente aos trabalhos destinados ao saneamento rural e à drenagem, levou-se na devida conta o valor econômico das várzeas do baixo São Francisco, muito favoráveis ao cultivo intensivo de cereais, principalmente o arroz. Eis por que se deu precedência aos serviços de drenagem e controle das águas dos afluentes desse trecho do rio, destacando-se, inicialmente, as bacias de Itiúba, Boacica e Marituba, em Alagoas, e as de Betume, Propriá e Cotinguiba, em Sergipe, cujas várzeas, convenientemente aproveitadas, permitirão a recuperação imediata de nada menos de 20.000 hectares de terras de primeira qualidade.

*Saúde e assistência*

No que tange à saúde pública e assistência, o plano geral prevê não apenas a realização de trabalhos destinados à educação e ao ensino profissional, mediante a instalação de fazendas-escola, organização de missões rurais itinerantes e estabelecimento de cursos de adestramento, mas, ainda, a execução de serviços gerais de assistência, mediante a construção e manutenção de unidades hospitalares e a execução de medidas de profilaxia da malária, em todas as zonas urbanas e rurais da bacia.

No exercício de 1953, mediante convênio firmado entre o Ministério da Saúde e a Comissão do Vale do São Francisco, iniciaram suas atividades mais 17 unidades hospitalares, elevando-se, desse modo, para 28 o total das unidades em funcionamento, das 45 previstas para a rede hospitalar do São Francisco.

*Fomento da produção*

No que se refere ao fomento da produção regional, tendo em vista o plano progressivo para o aproveitamento do Vale, foram programados: a organização de patrulhas motorizadas destinadas à mecanização da lavoura; a construção de armazéns, silos e usinas para o beneficiamento de produtos; o estabelecimento de uma carteira de revenda de utensílios agrícolas; a instalação de postos

de pesca; a construção de matadouros industriais; e a instalação de laboratório para fabricação de vacinas contra a aftose.

No exercício de 1953, foram iniciados os trabalhos de mecanização da lavoura, na região, tendo sido criados, para esse fim, postos agrícolas em Januária, Baixio de Guanambi, Baixio de Irecê e Baixo São Francisco, sendo bastante auspiciosos os primeiros resultados obtidos, notadamente com a mecanização da cultura do arroz, nas várzeas e lagoas do baixo São Francisco.

Em Pernambuco, os trabalhos visaram principalmente ao atêrro dos alagados do Recife, nos baixos de Imbiribeira e Cabanga e na região do canal Tacaruna, cujas margens estão sendo revestidas com muros de alvenaria, e sôbre os quais estão sendo construídas novas pontes.

Em Alagoas, prosseguiram as dragagens dos canais Coruripe e Boacica, intensificando-se os serviços de limpeza de rios e abertura de valas de drenagem.

Em Sergipe, estão sendo ultimadas as dragagens dos rios Poxim-Açu e seus afluentes, e Propriá, que vêm sendo endicados para defesa de suas margens, onde existe importante lavoura de arroz.

No Estado da Bahia, os trabalhos compreenderam : dragagem, em tórno de Salvador, das bacias dos rios Jaguaripe e Camagoripe ; abertura do canal das Táboas, na cidade de Itajuipe ; atêrro, na cidade de Jacobina, do cais construído, completando-se a obra da margem esquerda. Em 1954, deverá ser iniciada a grande barragem de Pedras, projetada no rio de Contas.

No Estado do Espírito Santo, vale ressaltar as obras de dragagem e endicamento do rio Jucu, em Vila Velha, e as dragagens dos rios Santa Maria, Timbui Novo e Muqui; foram realizadas, também, sondagens no leito do rio Santa Maria, para a construção da barragem de Suíça, que faz parte do plano de eletrificação do Estado, e que permitirá a construção de uma usina de 70.000 HP.

Na Baixada Fluminense, onde se realiza o maior trabalho de saneamento do País, foram dragados mais de 6.000.000 de metros cúbicos em vários canais, onde operaram 75 *drag-lines* e uma draga flutuante. Foram construídas várias pontes sôbre os canais dragados, assim como tomadas d'água para irrigação. Nos canais endicados, tributários da baía de Guanabara, foram instaladas comportas automáticas para exaguamento dos novos "Polders", assim formados. A construção do cais da Lapa, na cidade de Campos, prosseguiu normalmente, estando prevista sua conclusão para 1955.

No Estado de Minas Gerais, prosseguiram normalmente as obras finais de canalização do rio Paraibuna, em Juiz de Fora, as quais abrangem a construção de duas pontes, derrocamento, reforço de prédios, prolongamento do emissário de esgôto e dragagem, a montante da cidade, na várzea do Benfica.

Ainda nesse Estado foram realizadas ainda as seguintes obras : drenagem nas cidades de Ubá, Volta Grande, Rio Novo;

derrocamento do fundo dos rios que banham Muriaé e Rio Novo; escavação da barragem de Bortolan, em Poços de Caldas, e aplicação de injeções de cimento para consolidação da fundação. Acham-se em fase de estudo as obras de defesa das cidades de Pitanguí, Itabira, Lagoa Santa, São Lourenço e Tocantins.

Em São Paulo, tiveram andamento as seguintes obras: recuperação de terras, em Santos e arredores; dragagem do rio Sorocaba e limpeza de cursos d'água e afluentes do rio Paraná, na Alta Paulista; e início da dragagem do Ribeirão Preto, junto à cidade do mesmo nome.

No Paraná, insistiu-se na dragagem dos rios do litoral, assim como no revestimento do rio Chumbo, em Paranaguá. No planalto, acha-se em execução a dragagem do rio Iguacu, em Curitiba.

Em Santa Catarina, continuaram as dragagens dos rios Uruçanga e Pirai e as obras acessórias nos «Polders» já estabelecidos.

No Rio Grande do Sul, é de salientar as obras de defesa da cidade de Porto Alegre, constantes da construção do cais Marcílio Dias, do dique Avenida, do atêrro da faixa conquistada ao Guaíba, do atêrro do Cristal e do revestimento do Riacho, com a construção de novas pontes.

Nas cidades de Santa Maria, Ijuí, Taquara e Novo Hamburgo, prosseguiram os serviços de revestimento dos rios que as atravessam.

As obras de dragagem alcançam hoje as regiões do Taim, Camaquã e Pelotas. Estão em execução as seguintes barragens, visando a obras de eletrificação: Ernestina, José Maia Filho, Canastra e Blang. A barragem Ernestina, em final de construção, deverá ser concluída em meados de 1954.

Finalmente, em Mato Grosso, foi concluído o revestimento do córrego da Prainha, em Cuiabá, e perfurados dois poços profundos para abastecimento d'água aos bairros de Areão e Baú, da mesma cidade.

**PROGRESSO SOCIAL**

## POPULAÇÃO

De acôrdo com os resultados definitivos do censo de 1º de julho de 1950, publicados em 1953, a população presente no Brasil, naquela data, ascendia a 51.976.000 habitantes, número que excede em 10.723.000 o verificado pelo censo anterior, de 1º de setembro de 1940.

Supondo-se que o crescimento demográfico tenha continuado segundo a mesma taxa média geométrica anual de quase 24 por 1.000 habitantes, observada entre 1940 e 1950, pode-se estimar em 56.431.000 habitantes a população do Brasil, em 1º de janeiro, e em 57.100.000, em 1º de julho de 1954.

Cumprir advertir que êsse processo de estimativa só pode dar resultados de larga aproximação; entretanto, é o único aplicável para o nosso País, em vista das falhas irreparáveis da estatística do registro civil; e a curta distância da época do censo permite que sejam obtidos resultados ainda suficientemente satisfatórios.

Não há motivo para se supor que o crescimento demográfico tenha sofrido retardamento, após o censo de 1950. Apesar do elevado índice de mortalidade — estimada a proporção anual dos óbitos, em cerca de 19 por 1.000 habitantes —, o crescimento natural da população é muito rápido, em virtude do índice excepcionalmente elevado da natalidade — avaliada a proporção anual dos nascimentos em aproximadamente 43 por 1.000 habitantes. E o crescimento migratório, que se tornara quase nulo no período entre 1940 e 1950, aumentou sensivelmente nos últimos anos.

A publicação dos resultados definitivos do censo de 1950 tornou possíveis várias pesquisas importantes sobre o desenvolvimento e a composição da população nacional.

Foi calculada uma tábua de sobrevivência para o conjunto da população natural do Brasil, baseada na mortalidade do período de 1940-50, segundo a qual a duração média da vida pode ser estimada em 42 a 43 anos. Essa duração média é a que se verifi-

**SOBREVI-  
VÊNCIA**

## MIGRAÇÕES INTERNAS

O ano de 1953 assinala uma mudança substancial no fluxo das migrações internas da população brasileira, verificado no último triênio.

Um ligeiro retrospecto dos acontecimentos, nesse setor da vida nacional, permite esclarecer a natureza da mudança ocorrida. Duas são as fontes de dados pelos quais a intensidade das principais correntes migratórias internas pode ser inferida: o movimento da Hospedaria de Imigrantes do Estado de São Paulo e o movimento de passageiros na rodovia Rio-Bahia. Do primeiro, estão sendo apurados elementos estatísticos desde há muitos anos; do segundo, a série estatística teve início em data recente, mas é expressiva. Registra-se que, pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, passaram, em 1951, 208.515 trabalhadores nacionais; em 1952, 253.169; e, em 1953, 113.723. Quanto à estrada Rio-Bahia, procedentes dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo, passaram por ela, rumo ao Sul do País, 62.073 trabalhadores, no segundo semestre de 1952; e 33.061, no mesmo período do ano passado.

Esses números, que revelam a profunda modificação verificada num fenômeno que tanto vinha alarmando certos setores mais esclarecidos da Nação, constituem, de fato, sintoma de ocorrências não identificadas cabalmente, em virtude mesmo da sua complexidade. É sabido, contudo, que as condições de vida na área de emigração não foram tão difíceis no ano passado, o terceiro de seca nas regiões sujeitas a essa calamidade; e que, a par dessa modificação, para melhor, da economia dos Estados emigrantistas, uma outra alteração tinha ocorrido, nos setores de atividade dos Estados do Sul que vinham absorvendo a mão-de-obra nacional assim deslocada. E esta alteração representada pela queda do ritmo de expansão das atividades produtivas que vinham solicitando contingentes cada vez maiores de mão-de-obra, traduziria, de fato, fenômeno merecedor de especial atenção.

caria numa população onde a mortalidade, em cada ano de idade, ficasse constante no nível observado na população natural do Brasil durante o período acima referido. Ela deve ser considerada baixa, no quadro internacional, onde já se encontram, nos países mais adiantados, durações médias da vida superiores a 65 anos. No próprio Brasil, os estudos em andamento mostram haver zonas em condições nitidamente melhores, como o Estado do Rio Grande do Sul, onde a vida média atinge 55 anos; mas, em outras zonas, as condições são piores e a vida média não chega a 40 anos. O nível atual da mortalidade, entretanto, já é sensivelmente inferior ao do período 1940-50, começando a se acelerar também no Brasil a diminuição da mortalidade, decorrente da melhoria das condições gerais de vida, fenômeno que se verificou na maior parte dos países de civilização ocidental, no curso dos últimos lustros do século XIX e da primeira metade do século XX. Esta tendência fica confirmada pelos estudos realizados sobre a mortalidade no Distrito Federal e em algumas Capitais estaduais, que mostram ter-se verificado, nos últimos anos, notáveis diminuições na frequência dos óbitos, especialmente dos causados por doenças infecciosas ou parasitárias.

#### NATALI- DADE

Quanto à natalidade, as pesquisas baseadas no censo de 1950 atestam que seu nível se mantém muito elevado, em quase todas as Unidades da Federação. Entre os Estados, apenas nos de São Paulo e do Rio Grande do Sul encontram-se indícios de redução da natalidade. Essa redução manifesta-se mais intensamente nas populações das Capitais, análogamente ao que se observa na população, quase totalmente urbana, do Distrito Federal. Uma pesquisa especial, estendida a todas as Unidades da Federação, revelou ser constantemente muito menor a fecundidade feminina, e, logo, a natalidade, nas populações dos quadros administrativos urbanos do que nas dos quadros rurais. Outra pesquisa, referente aos diversos grupos de cor, confirmando os resultados de estudos anteriores, mostrou ser máxima a fecundidade feminina entre os pardos, um pouco menor entre os brancos e ainda menor entre os pretos; muito elevada, entretanto, em todos esses grupos.

#### COMPO- SIÇÃO

A composição por sexo da população do Brasil modificou-se um pouco, entre 1940 e 1950. Tendo quase cessado a imigração estrangeira, acentuou-se a leve inferioridade numérica do sexo masculino, que já se verificara na primeira dessas datas. Embora

este sexo prevaleça constantemente nos nascimentos, seus contingentes ficam reduzidos pela mortalidade, que é maior do que no sexo feminino. Apenas a maior participação dos homens na imigração determinara a sua superioridade numérica, no século passado e nos primeiros decênios do século atual.

Na composição por idade, houve escassas variações, persistindo como características da população do Brasil a proporção muito elevada das idades infantis e adolescentes e a proporção muito baixa das idades senis, determinadas pelos altos níveis da natalidade e da mortalidade, em combinação com o rápido crescimento natural e com o escasso crescimento migratório.

No que diz respeito ao estado conjugal, o último censo discriminou, entre as uniões matrimoniais, as consagradas apenas pelo rito religioso, que ascendem a cerca de um quarto do total.

No tocante à nacionalidade, verificou-se, em 1950, uma diminuição do número dos estrangeiros, cuja proporção, no conjunto da população, desceu para 2%, em comparação com 3%, em 1940.

A apuração da instrução primária mostrou ter aumentado de 43%, em 1940, para 48%, em 1950, a proporção dos que sabem ler e escrever, entre os habitantes em idades de 10 anos e mais. Este progresso foi bem lento e deve ser julgado pouco satisfatório, também em vista das desigualdades que se verificam entre as diversas Unidades da Federação e — em cada uma delas — entre os diversos Municípios, como foi pôsto em relêvo, nos estudos minuciosos realizados com base nos dados do censo. Um resultado importante dessa apuração e destes estudos é a verificação de uma grande diferença nas proporções dos que sabem ler e escrever na população de 10 anos e mais dos quadros urbanos (79%) e na dos quadros rurais (32%).

INSTRU-  
ÇÃO

A elaboração dos resultados do censo de 1950, em que foram apuradas simultaneamente a unidade de nascimento e a unidade de presença de cada recenseado, trouxe amplas informações sobre os movimentos de migração interior. Os maiores números de imigrados de outras Unidades da Federação encontram-se no Estado de São Paulo, no Distrito Federal e no Paraná; contingentes menores, mas ainda notáveis, acham-se nos Estados do Rio de Janeiro e de Goiás. O maior contingente de emigrados para outras Unidades da Federação é dado pelo Estado de Minas

MIGRA-  
ÇÕES

Gerais; seguem-se, com números muito fortes, os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro e, com notáveis contingentes ainda, os da Bahia, de Pernambuco e do Ceará. Os maiores saldos ativos das correntes de migração interior (diferenças entre imigrados e emigrados) correspondem ao Distrito Federal (788.000) e aos Estados do Paraná (590.000) e de São Paulo (557.000); o maior saldo passivo corresponde ao Estado de Minas Gerais (1.156.000). Tanto o excedente de imigrados no Paraná e no Distrito Federal como o excedente de emigrados de Minas Gerais aumentaram fortemente, de 1940 a 1950.

#### URBANI- ZAÇÃO

A análise comparativa dos dois últimos censos e as pesquisas efetuadas sobre a natalidade e a mortalidade tornaram possível estimar as componentes do crescimento demográfico das populações dos diversos quadros administrativos, entre 1940 e 1950. Verificou-se que os quadros urbanos e suburbanos, além do seu próprio excedente de nascimentos sobre os óbitos, que ascendeu a 3.150.000 habitantes, foram avantajados por um excedente de imigrações de 2.795.000, na maior parte (2.743.000) verificado nos movimentos de migração interior, de modo que seu crescimento demográfico atingiu 5.945.000 habitantes. Os quadros rurais, com um excedente de nascimentos muito maior (7.600.000), tiveram um crescimento demográfico de apenas 4.917.000 habitantes, tendo sido compensada somente em pequeníssima parte (60.000) pelo excedente de imigrações do exterior a sua perda de 2.743.000 habitantes, devida ao excedente das emigrações interiores.

Atestam estes dados a amplitude e a rapidez com que se vem desenvolvendo, e, no Brasil, o fenômeno da concentração da população nas áreas urbanas. Esta concentração, entretanto, está ainda longe das dimensões verificadas em outros países. Discriminando-se as aglomerações demográficas que contam mais de 2.000 habitantes, no conjunto do quadro urbano e suburbano, verifica-se que elas compreendem apenas 31% da população total, enquanto os habitantes das aglomerações menores e as pessoas que vivem em habitações esparsas — que em conjunto integram a população não urbana, no sentido sociológico — constituem 69% da população total. E mesmo levando-se em conta os movimentos migratórios do período pós-censitário, a proporção atual

das áreas não urbanas, na população total, pode ser estimada em cerca de dois terços.

Com as indispensáveis reservas cabíveis em tais casos, o parecer dos técnicos em demografia coincide em que, à base dos dados dos censos anteriores, se pode esperar, para 1960, uma população de 66 milhões de habitantes.

PREVISÃO  
DEMO-  
GRÁFICA

## MIGRAÇÕES INTERNAS

O ano de 1953 assinala uma mudança substancial no fluxo das migrações internas da população brasileira, verificado no último triênio.

Um ligeiro retrospecto dos acontecimentos, nesse setor da vida nacional, permite esclarecer a natureza da mudança ocorrida. Duas são as fontes de dados pelos quais a intensidade das principais correntes migratórias internas pode ser inferida: o movimento da Hospedaria de Imigrantes do Estado de São Paulo e o movimento de passageiros na rodovia Rio-Bahia. Do primeiro, estão sendo apurados elementos estatísticos desde há muitos anos; do segundo, a série estatística teve início em data recente, mas é expressiva. Registra-se que, pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, passaram, em 1951, 208.515 trabalhadores nacionais; em 1952, 253.169; e, em 1953, 113.723. Quanto à estrada Rio-Bahia, procedentes dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo, passaram por ela, rumo ao Sul do País, 62.073 trabalhadores, no segundo semestre de 1952; e 33.061, no mesmo período do ano passado.

Esses números, que revelam a profunda modificação verificada num fenômeno que tanto vinha alarmando certos setores mais esclarecidos da Nação, constituem, de fato, sintoma de ocorrências não identificadas cabalmente, em virtude mesmo da sua complexidade. É sabido, contudo, que as condições de vida na área de emigração não foram tão difíceis no ano passado, o terceiro de seca nas regiões sujeitas a essa calamidade; e que, a par dessa modificação, para melhor, da economia dos Estados emigrantistas, uma outra alteração tinha ocorrido, nos setores de atividade dos Estados do Sul que vinham absorvendo a mão-de-obra nacional assim deslocada. E esta alteração representada pela queda do ritmo de expansão das atividades produtivas que vinham solicitando contingentes cada vez maiores de mão-de-obra, traduziria, de fato, fenômeno merecedor de especial atenção.

Seriam responsáveis por essa queda do ritmo de desenvolvimento econômico, no Sul, a carência de energia elétrica, as dificuldades de importação e o abalo sofrido por algumas regiões agrícolas, como o verificado no chamado Norte do Paraná, por motivo das geadas.

A situação acima exposta concerne propriamente aos aspectos quantitativos do problema das migrações internas. Não se deve, porém, esquecer que os Estados do Sul estão atravessando uma fase de modificações estruturais na sua atividade econômica. Tais alterações qualitativas, resultantes da maior utilização de elementos mecânicos, não só na indústria, mas também na agricultura, devem ter motivado diminuição relativa no emprêgo da mão-de-obra tradicional. É possível que a indústria e a agricultura dos Estados do Sul se estejam desenvolvendo à base de aplicações em equipamentos que reduzem o ritmo de solicitação de mão-de-obra adicional.

Embora essa verificação seja auspiciosa para o desenvolvimento econômico nacional, não há dúvida de que suscita um problema novo para as massas demográficas dos Estados nordestinos, que assim vêem reduzir-se o principal campo de aplicação do seu trabalho. Mas a Nação brasileira vai forjando, em meio a grandes dificuldades, os instrumentos de ação necessários à solução desse problema, e de outros.

Simultaneamente com o grande esforço nacional no sentido de assegurar o desenvolvimento do Sul, mediante programas corajosos de produção de energia, modernização dos transportes e criação de indústrias de base, o que implica em expandir largamente o seu mercado de mão-de-obra — no extremo norte, novos centros de atração das massas nordestinas serão criados, à medida que se forem concretizando os empreendimentos compreendidos no Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Além disso, as próprias condições de vida das populações da área das secas deverão modificar-se para melhor, graças a emprêsas como a Cia. Hidro Elétrica do Brasil, do São Francisco e do Banco do Nordeste, reduzindo-se em conseqüência a pressão demográfica regional no sentido da emigração.

Com o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso e outros empreendimentos da mesma natureza, a cargo da Comissão do Vale do São Francisco, o Poder Público colocará à disposição da iniciativa privada um elemento indispensável à atividade produtiva; energia elétrica barata. Através do Banco do Nordeste, a economia regional passará a dispor de outro fator relevante:

crédito orientado no sentido do desenvolvimento daquela área, seja quanto às condições para a sua obtenção, seja no concernente à sua aplicação. Os investimentos dos recursos públicos destinados ao combate às secas podem, ademais, adquirir maior eficácia, quando disciplinados mediante planejamento racional.

Para bem ajuizar do vulto das aplicações que se podem realizar no Polígono das Secas, basta considerar algumas das dotações consignadas no orçamento de despesa da União, para o corrente exercício financeiro, naquela área :

	Cr\$
Comissão do Vale do São Francisco .....	327.591.000
Conselho Nacional do Petróleo .....	250.000.000
Ministério da Aeronáutica .....	17.615.000
Ministério da Agricultura .....	211.297.000
Ministério da Viação e Obras Públicas .....	1.614.018.000
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem .....	427.650.000
Plano SALTE .....	411.100.000
Soma .....	3.259.271.000

Cumpra esclarecer que, nesse total, não se incluem dotações várias, como as destinadas ao custeio de serviços federais pertinentes à educação, saúde, proteção à maternidade e à infância, e outras. Os investimentos públicos na principal área emigracionista do País já adquiriram vulto considerável, portanto, e aí se encontrará sem dúvida explicação para a menor gravidade dos efeitos das últimas secas, em confronto com os de calamidades passadas.

Todavia, está ainda por organizar-se um programa de assistência ao trabalhador nacional que se desloca dentro do nosso território. Esse programa e a sua execução deverão ser um dos objetivos do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, recém-criado, o qual porá fim ao contraste com que, desde o início da colonização estrangeira assistida, vêm sendo tratados os trabalhadores nacionais e alienígenas que buscam melhores condições de vida.

## IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Um dos fatos mais auspiciosos ocorridos ultimamente no setor de imigração e colonização é a medida consubstanciada na Lei nº 2.163, de 5 de janeiro do ano em curso. Pelo referido ato, foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, que passa a desempenhar doravante as funções cometidas anteriormente ao Conselho de Imigração e Colonização, ao Departamento Nacional de Imigração e à Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, serviços extintos, em face daquele diploma legal.

O novo órgão gozará da mais completa flexibilidade, de forma a controlar tôdas as fases do processo imigratório e colonizador e a disciplinar as migrações internas, podendo firmar contratos ou acordos com Estados da União, Municípios e entidades públicas ou particulares, para execução de serviços, bem como contrair empréstimos para o mesmo fim, com a garantia do Tesouro Nacional.

No ano transato, o Governo ultimou um Plano Nacional de Colonização, destinado a constituir fator dos mais importantes no desenvolvimento econômico do País.

PLANO  
NACIONAL  
DE COLO-  
NIZAÇÃO

A elaboração e, agora, a execução daquele Plano fundamentam-se em razões ponderáveis, de ordem econômica e social. Assim é que o Governo vem tentando incrementar a colonização com camponeses da Europa, em bases amplas. Existem, porém, grandes obstáculos a vencer, pois esta imigração colonizadora deve ser levada a cabo com as melhores técnicas e compreender também os próprios elementos rurais brasileiros.

Daí o motivo de a Delegação do Brasil à 4ª Sessão do Comité Intergovernamental para as Migrações Europeias, reunida em Genebra, em outubro de 1952, haver solicitado, com base na Resolução nº 36, então aprovada, a colaboração técnica do aludido organismo internacional, no planejamento de tal colonização. As idéias básicas a respeito de um programa dêsse gênero já estavam, aliás, praticamente cristalizadas na consciência dos

órgãos interessados no assunto. E, assim, deliberou-se a feitura do referido Plano.

Em conseqüência da discussão conjunta e pormenorizada, no âmbito daquele Comitê, decidiu-se que o plano geral deveria compreender 7.200 famílias, das quais 30% brasileiras, de acôrdo com a legislação que rege a matéria, e 70% européias. Também ficou assentado que o plano conjunto de imigração colonizadora brasileira consideraria dois tipos de colônias, a seguir descritos :

a) um tipo denominado de «Colonização Interior», com grupos de cêrca de 400 famílias em cada núcleo (em Estados mais distantes ou menos desenvolvidos, apenas 100 a 300 famílias), distribuídos em diversos Estados do Brasil, tendo como objetivo incrementar decisivamente a produção agrícola do País, e, por êste meio, reduzir a importação de muitos produtos, como, por exemplo, o trigo, e aumentar a exportação de arroz, de milho e de outros produtos rurais industrializados; e

b) uma colonização do tipo denominado de «Cinturão Verde», com o objetivo de assegurar o abastecimento das grandes cidades, especialmente com produtos como hortaliças, frutas e laticínios.

No decorrer do trabalho, foram organizados dois grupos de investigação, um destinado aos Estados do Norte e outro aos Estados do Sul. A missão dêsses grupos era localizar, naqueles Estados, regiões adequadas para a colonização proposta. Até agora, foram encontradas tais regiões nos Estados do Ceará, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dentro dessa ordem de idéias, e de pleno acôrdo com a direção do Comitê, procedeu-se à imediata elaboração detalhada dos seguintes planos concretos, que devem ser considerados como a etapa inicial do plano geral : três Núcleos de «Colonização Interior» (dois no Paraná e um em Alagoas), e dois projetos de «Cinturão Verde», um dos quais nas imediações do Rio de Janeiro (Baixada Fluminense) e outro no Estado de São Paulo. Afora êsses núcleos, há que mencionar um anteprojeto elaborado pela Campal S.A., com o pleno apoio do Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul, para a imigração colonizadora de 2.000 famílias européias destinadas àquele Estado.

Além disto, foi planejada a instalação, às margens do rio Guamá, nos arredores de Belém do Pará de uma Colônia-Pilôto para 300 famílias japonesas e brasileiras.

OUTROS  
PROGRA-  
MAS DE  
COLONI-  
ZAÇÃO

Também prosseguiu, em 1953, o crescimento normal da Colônia mantida pela Companhia Brasileira de Colonização Italiana, no Município de Assis, em São Paulo (Fazenda Pedrinha). Para essa colônia foram encaminhadas, no ano passado, 100 famílias de agricultores italianos, num total de 951 pessoas. A pouco e pouco vai a Colônia firmando-se como unidade produtora de grande valor, evidenciando os excelentes resultados da moderna colonização com elementos europeus e nacionais.

A Companhia Brasileira de Colonização Italiana iniciou a instalação de duas outras fazendas-colônia: a de Pirabiraba, em Santa Catarina, e a de São Geraldo, em Goiás. Para essas duas fazendas foram encaminhadas, no ano findo, 85 pessoas, que executam, presentemente, trabalhos preparatórios que permitirão a recepção, no corrente ano, de apreciável número de colonos.

Por iniciativa do Conselho de Imigração e Colonização, vieram ao Brasil dois técnicos italianos, que estudaram, durante alguns meses, providências para o estabelecimento de novas colônias italianas no País.

Prosseguiu, também, em 1953, a expansão das diversas colônias de agricultores holandeses. No ano findo, chegaram ao País 90 famílias, com um total de 328 pessoas, destinadas às colônias de Ribeirão (São Paulo), Castro (Paraná), Monte Alegre (Paraná) e Não-Me-Toque (Rio Grande do Sul). Esses colonos trouxeram, como tôdas as levas anteriores de agricultores dessa nacionalidade, numerosas cabeças de gado de «pedigree» e apreciável quantidade de equipamento agrícola de toda espécie.

Intensificou-se, em 1953, o trabalho de consolidação da Colônia de Guarapuava, no Estado do Paraná, integrada por colonos de origem alemã («Volksdeutsche») e por elementos brasileiros.

No que tange à imigração japonesa, cabe assinalar que, em 1953, chegaram ao Brasil 195 famílias de agricultores, num total de 1.264 pessoas. Tais imigrantes são, em sua totalidade, agricultores e aqui passaram a dedicar-se, com sua habitual proficiência, ao plantio de legumes e hortaliças, além de serem responsáveis, em grande parte, pela extraordinária expansão das culturas de juta e pimenteira do reino, na Região Amazônica.

DIVISÃO  
DE TER-  
RAS E CO-  
LONIZA-  
ÇÃO

A Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, que foi extinta em virtude da Lei n.º 2.163, já citada, levou a efeito, no ano passado, vários trabalhos ligados à política de povoamento e ao incentivo às atividades agrícolas. Um plano, aprovado ao iniciar-se o ano de 1953, e que incluía obras em tôdas as Colônias Agrícolas Nacionais e Núcleos Coloniais do País, foi concretizado quase totalmente.

A braços com deficiências de material e de pessoal, a Divisão de Terras e Colonização não tem conseguido coletar todos os dados ilustrativos do apreciável labor que se registra em seus serviços esparsos pelo interior do País. Nestas condições, cumpre ressaltar que os informes expostos a seguir se referem apenas à metade do número das unidades de colonização.

A entidade supervisionou as atividades de 15.071 colonos, sem incluir, neste número, os intrusos ou antigos posseiros de terras adquiridas, cuja situação ainda não pôde ser regularizada. Nos diversos campos, foi cultivada uma área de 4.622 hectares. A produção colhida atingiu o valor de Cr\$ 291.003.719,20.

Foram construídos mais 450.930 quilômetros de rodovia, para circulação interna, nos diversos estabelecimentos; 41 edifícios para a instalação de serviços administrativos e industriais; 102 casas provisórias e sete definitivas, para residência de colonos e funcionários; 12 pontes, 65 bueiros, 480 silos e 13 reservatórios d'água. Neste plano de construções incluem-se, ainda, sete campos de aviação.

Os colonos receberam 3.090.147 mudas de várias espécies vegetais, 26.526 quilogramas de sementes, 4.773 enxertos e 1.468 ferramentas diversas.

Os trabalhos da Divisão estenderam-se por todo o território nacional, merecendo especial registro o esforço feito na solução de alguns problemas da Baixada Fluminense e das difíceis questões do Polígono das Sêcas, onde aquêlê órgão aplicou importância superior a 65 milhões de cruzeiros, durante o ano de 1953.

IMIGRA-  
ÇÃO DE  
TÉCNICOS

É fato por todos reconhecido que a industrialização, no Brasil, se processa em ritmo acelerado. Paralelamente à instalação de novas fábricas, ampliam-se constantemente as existentes, num esforço para satisfazer à demanda de um mercado consumidor sempre crescente e que encontra dificuldades cada vez maiores para adquirir as manufaturas de origem estrangeira. Todavia,

para assegurar seu desenvolvimento, necessita a indústria nacional, cada ano, de um número considerável de operários de diversos graus de preparação.

Não descurando o problema, tem o Governo, desde algum tempo, estimulado a criação e o funcionamento de escolas de formação profissional, como as mantidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. São essas escolas, porém, em número relativamente pequeno, de forma que não tem sido possível suprir completamente o mercado nacional de mão-de-obra de operários especializados.

Para fazer frente a essa situação, decidiu-se buscar, entre os excedentes populacionais europeus, operários de alto nível, que pudessem, sem competir em condições de favoritismo com o trabalhador nacional, assegurar à nossa indústria o suprimento de suas necessidades de mão-de-obra.

São grandes as vantagens do procedimento indicado. Assim é que, se calcularmos o custo da formação de um bom operário industrial, desde os primeiros dias de sua infância até a sua especialização, verificaremos que o operário imigrante, que é imediatamente incorporado às nossas forças produtivas, representa um capital de alto valor. Por outro lado, o operário imigrante traz consigo o conhecimento e a experiência de técnicas e métodos mais avançados, que irão ser transmitidos, por um processo natural de assimilação, ao trabalhador brasileiro, contribuindo para a elevação geral de seu nível técnico e de seu padrão de vida e abrindo-lhe a possibilidade de uma ascensão mais rápida, na escala profissional e salarial.

Dedicou o Governo, por êsses motivos, atenção especial à imigração de operários industriais, durante o ano transato.

Após entendimentos com o Comissariado de Emigração da Holanda, foi instituído, naquele país, com a colaboração de elementos brasileiros, um curso especial para a formação de operários destinados à indústria nacional. Nesse curso são ministrados conhecimentos básicos de língua portuguesa (especialmente terminologia técnica), bem como fornecidas informações mais ou menos pormenorizadas sobre geografia, história, costumes e organização administrativa do Brasil, além de ensinamentos sobre as peculiaridades do trabalho industrial em nosso País. Dessa forma, assegura-se mais rápida integração do imigrante em nosso meio, evitam-se, ao máximo, os desajustamentos de ordem psicológica e

torna-se o trabalho altamente eficiente, desde o início das atividades. Certo número de operários holandeses, que freqüentaram esse curso, chegaram ao Brasil, em 1953, e foram imediatamente empregados, com geral satisfação dos industriais que os acolheram.

Também na Itália realizou-se, com a participação dos Governos brasileiro e italiano, do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias e da Repartição Internacional do Trabalho, um curso especial para o preparo de operários especializados em construção civil (carpinteiros, pedreiros e armadores em concreto). Os operários aprovados nesse curso, em número superior a 200, foram encaminhados ao Brasil e, com resultados satisfatórios, colocados em diferentes Estados. Está em fase final de estudos, no momento, a instalação de outro curso, na Itália, desta feita para o preparo de operários industriais, como torneiros-mecânicos, ajustadores, ferramenteiros, etc.

Ainda no decurso do ano findo, foram iniciados o recrutamento e a seleção de operários austriacos, justamente tidos como dos mais hábeis e disciplinados da Europa. Cerca de 350 foram examinados e aprovados, na primeira fase dos trabalhos da Comissão de Seleção de Imigrantes, naquele país, tendo o grupo inicial chegado ao Brasil no mês de janeiro.

Por fim, o Govêrno empenhou-se na tarefa de encaminhar os operários imigrantes para empregos onde pudessem ser mais úteis, criando, para tanto, uma Comissão de Colocação de Mão-de-Obra.

## ALIMENTAÇÃO

O Governo vem dando especial atenção ao problema alimentar do País.

Todavia, as conquistas sociais, e, acima de tudo, a gradativa transformação da economia nacional criaram exigências novas, propulsionadoras de nosso progresso, mas de fundas repercussões em nosso consumo de gêneros alimentícios, caracterizadas pelo considerável aumento da demanda. Este fenômeno modificou a estrutura de nosso mercado interno, criando necessidades que só gradualmente poderão ser satisfeitas, dentro das possibilidades do arcabouço de nossa economia, ainda subdesenvolvida.

Numerosas têm sido as críticas ao Governo, referentes a um suposto desamparo de nossa produção agrícola, e algumas vezes tem-se proclamado que a produção de gêneros alimentícios, no País, está crescendo em escala menor do que a nossa população. Os fatos, no entanto, demonstram cabalmente a inconsistência de tais pronunciamentos. O volume da produção agropecuária aumentou, de fato, em ritmo superior, embora por escassa margem, ao do crescimento da nossa população, no último decênio; e, no que concerne aos produtos de alimentação, o aumento "per capita" é mais acentuado, ainda. Excluída dos produtos de alimentação a parte destinada à exportação, revelam os dados estatísticos disponíveis que, ainda no último decênio, os volumes desses produtos postos à disposição do mercado consumidor nacional vêm crescendo em ritmo bem mais acentuado do que a população total, não obstante as secas que nos três últimos anos assolaram vastas regiões do País. Ainda no tocante ao consumo de gêneros alimentícios, nestes últimos anos, é fácil constatar que as disponibilidades calóricas por unidade de consumo, de que dispõe hoje a população brasileira, estão rapidamente chegando ao limite do razoável. Não será exagero, pois, afirmar que o problema se aproxima de solução, no que diz respeito à quantidade, muito embora o mesmo não se possa ainda afirmar no que se refere à qualidade, pois predominam na dieta do povo brasileiro os tubér-

culos e os cereais, que são os fornecedores das chamadas calorias pobres. É importante o exame da questão sob esse aspecto, uma vez que o consumo calórico apresenta pouca elasticidade, e suas médias, conseqüentemente, não são sensivelmente influenciadas pelos valores extremos.

S. A. P. S. Neste ponto, vale ressaltar as atividades do Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Em 1953, o SAPS teve movimento de vendas, em Postos de Subsistência, que se elevou a Cr\$ 78.759.030,00; apresentou movimento de compradores da ordem 2.738.376; forneceu 82.816 desjejuns escolares; e, em sua granja do Km 47 da Rodovia Rio-São Paulo, produziu mercadorias no valor de Cr\$ ..... 4.592.670,00.

Contemplado com as novas verbas determinadas pela Lei n.º 2.158, de 2 de janeiro do corrente ano, o Serviço de Alimentação da Previdência Social desenvolverá suas atividades, no corrente ano, buscando alcançar todos os principais centros do País, em seu âmbito de ação. Dêste programa de desenvolvimento constam 4 frigoríficos, 20 novos restaurantes, 1 matadouro industrial e vários postos de abastecimento e armazéns de estocagem e distribuição.

Os frigoríficos serão construídos no Recife, em São Paulo, em Pôrto Alegre e no Distrito Federal; o primeiro, com capacidade para 1.000 toneladas, e os demais, para 2.000.

Os novos restaurantes, somados aos antigos, perfazem 50. Serão dotados de alto-falantes, bibliotecas e discotecas, e beneficiarão cidades de 10 Estados, afora o Distrito Federal.

O Matadouro Industrial será construído na capital cearense, em cooperação com a Prefeitura Municipal, para atender às necessidades do Estado.

Está prevista a criação de 106 postos de abastecimento, em 19 diferentes unidades da Federação.

O plano de expansão inclui ainda a construção de um conjunto industrial composto de fábrica de doces, fábrica de sabão (com aproveitamento da gordura da carne dos restaurantes, não consumida), fábrica de massa de tomate, fábrica de conservas, padarias e lavandarias.

Este programa industrial está ligado a outro, de instalação de uma rede de granjas hortícolas e de criação, junto aos principais

centros consumidores. A produção de tais estabelecimentos agrícolas será aproveitada, em parte, pelas fábricas citadas, com extraordinária redução de despesa, nos postos e restaurantes. Somente no que diz respeito a doces, atingirá tal redução a mais de Cr\$ 900.000,00 por ano. Pretende o Governo, ainda, através do SAPS, estimular os pequenos produtores agrícolas, fornecendo-lhes tratores e outros materiais, pelo preço de custo e a serem pagos com a produção de gêneros.

Está ainda nas cogitações daquele Serviço a realização, em nosso País, do I Congresso Brasileiro de Nutrologia e da I Exposição Internacional de Produtos Alimentícios, além da publicação de trabalhos científicos, educativos e de divulgação.

No tocante ao abastecimento, vem a Comissão Federal de Abastecimento e Preços empregando o melhor de seus esforços para manter em equilíbrio o suprimento de gêneros e mercadorias à população dos grandes centros urbanos. Os órgãos auxiliares da COFAP, dentro de suas jurisdições, procedem do mesmo modo.

COFAP

O abastecimento é feito tanto direta, como indiretamente. Assim é que, valendo-se do crédito que lhe é concedido para esse fim, a COFAP compra, distribui e vende produtos alimentícios em quase todo o território nacional. Tais atividades vêm sendo coroadas de êxito, pois que, distribuindo produtos de boa qualidade aos preços mais baixos, a entidade concorre para melhorar, quantitativa e qualitativamente, o consumo de produtos essenciais, como a carne, arroz, feijão e banha, por exemplo. Tem contribuído grandemente, além disso, para eliminar, por esse meio, as especulações, da parte de negociantes menos escrupulosos.

Por outro lado, sempre que se registra carência ou dificuldade de obtenção de qualquer produto de grande procura, toma a COFAP as medidas necessárias para bem servir ao público. Lembre-se, por exemplo, que de longa data vem esse órgão controlando, em cooperação estreita com o Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura, e com a Comissão Consultiva do Trigo, do Ministério das Relações Exteriores, a distribuição de toda a farinha de trigo importada, bem como da produzida no País, mantendo os preços quase sem flutuações. Complementarmente, distribui, de forma equitativa e por preço tão baixo que equivale a uma subvenção do Governo, todo

o residuo de trigo consumido na alimentação animal, nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Fornecendo aos criadores tortas e farelos ou facilitando-lhes a aquisição dos mesmos, a COFAP tem concorrido para a melhoria de nossa produção pecuária, principalmente nos períodos difíceis das entre-safras.

## HABITAÇÃO

Desenvolvem-se amplamente, em todo o País, as atividades governamentais relacionadas com a construção de moradias para o povo. O problema continua, no entanto, a desafiar o esforço do Poder Público, em seus dois aspectos fundamentais, isto é, no que diz respeito à superpopulação habitacional e no que se refere à precariedade dos materiais de construção utilizados, especialmente nas zonas rurais.

Durante o ano de 1953, através da Subcomissão de Habitação e Favelas, prosseguiu a Comissão Nacional de Bem-Estar Social seus estudos sobre o assunto. Farta documentação foi coligida, no Brasil e em países estrangeiros, cujos elementos serviram de base à elaboração de um projeto de decreto executivo, visando a estabelecer regime de mais ampla colaboração técnica e financeira entre as instituições de Previdência Social, as Caixas Econômicas Federais e os órgãos locais cujas atividades estão relacionadas com a construção de habitações, principalmente populares.

A execução do Decreto nº 33.427, de 30 de julho de 1953, em que se converteu o projeto anteriormente referido, virá atender à necessidade imperiosa de ser instituída uma autoridade coordenadora da política nacional de habitação, à qual, entre outras funções, será atribuída a de promover, entre as entidades financiadoras e os órgãos locais interessados, os necessários entendimentos para o estabelecimento de planos de trabalho em cooperação.

Reconhecendo-se a importância da standardização dos materiais empregados na construção de habitações populares, da modulação dos projetos em função da standardização estabelecida, da racionalização dos métodos e processos de construção, foram, a respeito, realizados estudos diversos, pela Subcomissão de Habitação e Favelas, os quais, integrados num programa de amplo planejamento, estão tendo continuidade.

A Fundação da Casa Popular realizou, no exercício de 1953, obra considerável, que merece registro.

Assim, em 35 cidades de 13 Estados, pertencentes a diferentes regiões fisiográficas do País, e no Distrito Federal, a

FUNDA-  
ÇÃO DA  
CASA  
POPULAR

referida instituição construiu 5.025 casas, dotadas de requisitos higiênicos e capacidade necessária para abrigar famílias constituídas de cinco a sete membros. Tais moradias exigiram a inversão de recursos financeiros no montante de Cr\$ 277.332.500,00.

As casas são vendidas aos trabalhadores, por seu custo real, em prestações mensais de Cr\$ 232,00, no Norte; de Cr\$ 352,00, no Centro, e de Cr\$ 265,00, no sul, no prazo de 20 anos. Nessas prestações estão incluídos os juros de 3% ao ano, tôdas as taxas e impostos municipais e os prêmios dos seguros contra fogo e de vida.

Nesta Capital, está em pleno andamento a construção do grande núcleo residencial de Deodoro, constituído de 1.314 apartamentos, um dos maiores conjuntos de casas populares da América do Sul, em estilo arquitetural moderno, formando, com o núcleo de Marechal Hermes, uma pequena cidade-satélite, que será dotada de vastas áreas verdes, campos de recreio, escolas e mercados.

Atendendo ao baixo padrão de vida das populações obreiras do Norte e do Nordeste, a Fundação celebrou acôrdo com o Serviço Especial de Saúde Pública, para a construção, pelo sistema da ajuda própria dirigida, de moradias econômicas, em Belém do Pará, a título experimental. Se os resultados alcançados forem satisfatórios, êsse método de cooperação será estendido às outras cidades e ao interior daquelas regiões do País.

No que concerne aos recursos postos à disposição da Fundação da Casa Popular, cabe mencionar a contribuição de 200 milhões de cruzeiros, prevista na Lei 1.473, de 24 de novembro de 1951, referente ao exercício de 1952, mas que sòmente em janeiro de 1953 foi entregue à entidade subvencionada, a qual, somada a outros recursos oriundos de aplicações anteriores, elevaram as suas disponibilidades a Cr\$ 283.500.000,00, totalmente aplicadas no decorrer do exercício de 1953.

A segunda contribuição, de 180 milhões de cruzeiros, correspondente ao ano transato, e a terceira quota, relativa a 1954, na importância de 160 milhões de cruzeiros, deverão, em breve, ser entregues à Fundação da Casa Popular, que, somando-as ao saldo financeiro do último exercício, poderá dispor, assim, de 345 milhões de cruzeiros, para aplicação em obras populares, na conformidade do plano já aprovado pelo Conselho Central da mencionada entidade.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes I. A. P. C. prosseguiu, no exercício passado, em sua política de aplicação de fundos em residências para os seus segurados. Pelo seu «Plano B», referente a financiamento para aquisição de apartamentos e prédios, investiu Cr\$ 263.728.255,20, no Distrito Federal e em todos os Estados do País. Pelo «Plano A» — construção direta de conjuntos residenciais —, as inversões, no mesmo período, atingiram a cifra de Cr\$ 221.118.966,70. De tais aplicações resultou o início de construção de 1.685 unidades residenciais e na conclusão de outras 1.887.

Vale assinalar que, em 1953, o volume, em cruzeiros, das inversões imobiliárias referentes ao «Plano B» foi superior ao duplo do registrado no exercício de 1952.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários construiu núcleos habitacionais nesta capital, em Salvador, Recife e São Paulo, num total de 746 residências. Trata-se, no caso, dos conjuntos «Agamemnon Magalhães», em Madureira, e «Jardim Duas Praias», na Ilha do Governador, ambos no Distrito Federal; do da Rua Santa Cruz, em Vila Mariana, na capital bandeirante; do denominado «Mutt de Carvalho», em Salvador, e do da Mangueira, no Recife. I. A. P. B.

Prosseguem várias obras iniciadas anteriormente, nas cidades do Recife, Curitiba, Rio Grande, Pelotas, Uruguaiana, Passo Fundo, Livramento, São Paulo, Niterói e Rio de Janeiro, enquanto foram abertas concorrências para a construção de conjuntos em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e no Distrito Federal, e entram em execução projetos para 17 outros conjuntos.

Durante o exercício de 1953, o Instituto investiu, em operações imobiliárias do «Plano B», de iniciativa de associados, a quantia de Cr\$ 35.641.691,90 e, nas operações dos «Planos A e C», de iniciativa da instituição, a importância de ..... Cr\$ 117.595.923,70.

Pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, foram concedidos empréstimos imobiliários aos funcionários públicos da União, no valor de Cr\$ 14.183.726,40. Além disso, a mesma entidade concluiu e entregou aos seus contribuintes 108 casas e 244 apartamentos, encontrando-se em fase final de construção 587 apartamentos, todos no Distrito Federal. I. P. A. S. E.

**I. A. P. M.** A braços, até pouco tempo, com dificuldades financeiras, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos não pôde levar avante um programa de construções de acôrdo com as necessidades de seus associados. Assim mesmo, as obras iniciadas prosseguiram em ritmo normal. O Conjunto Residencial de Irajá, na Capital Federal, entrou em fase de acabamento, estando as unidades de moradia sendo entregues aos segurados, à proporção que ficam prontas.

Pretende o I. A. P. M. iniciar a construção, ainda neste exercício, de vários núcleos de residência, no Distrito Federal e em Niterói, São Gonçalo e Santos e, provàvelmente, em alguns outros centros populosos do País.

**I.A.P.E.T.C.** Inverteu o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, no último exercício, ..... Cr\$ 137.505.929,10, em seus vários planos destinados à construção de moradias.

Foram concluídos e entregues pela entidade 781 residências, sendo 453 no Distrito Federal, 294 em Salvador e 34 em Laguna (Santa Catarina). Estão em andamento 761 outras, sendo 409 no Distrito Federal, 244 em Salvador e 108 em Pôrto Alegre.

Procurando ordenar melhor as suas atividades, neste campo, tomou o IAPETC várias medidas de ordem interna. Assim, revigorou-se a Portaria do Departamento Nacional da Previdência Social, pela qual foi estabelecido o critério cronológico para atendimento dos pedidos de empréstimos imobiliários e foram tomadas providências para a descentralização dêstes serviços, no Distrito Federal.

No ano em curso, pretende o IAPETC aplicar ..... Cr\$ 100.000.000,00 em casas para os segurados, tanto em conjuntos residenciais, como para atender aos pedidos de compra pelo «Plano B».

O plano de construções populares atinge a cêrca de 1.000 unidades, para aluguel entre Cr\$ 400,00 e Cr\$ 800,00, em diversas cidades do País. Estão prontos também projetos para 212 apartamentos, no Distrito Federal, dependendo o inicio da sua construção de estudos a serem levados a eleito pelo Departamento Nacional da Previdência Social.

Sofrem revisão os projetos para os conjuntos residenciais de Ramos e da Avenida Suburbana, nesta Capital, de modo que o número de unidades seja aumentado e o preço unitário diminuído.

sem prejuízo do conforto dos futuros moradores. Simultaneamente, desenvolvem-se os projetos para construção em São Luis, Fortaleza, Recife, João Pessoa, Campina Grande, Vitória, Belo Horizonte, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Pôrto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários concedeu, aos seus segurados, 4.500 financiamentos para a casa própria. Esta cifra é tanto mais expressiva quando se sabe que, nos 13 anos anteriores de atividade, este Instituto fez cerca de 10.000 concessões, no mesmo setor. As novas locações subiram a 3.000. Diversas unidades novas de conjuntos residenciais foram entregues aos segurados, como as de Jorge Rudge, no Distrito Federal, no total de 24 moradias; de Passo d'Areia, em Pôrto Alegre, no total de 80; de Osasco, em São Paulo, no total de 116, de São João del-Rei, em Minas Gerais, no total de 36.

I. A. P. I.

O balanço da entidade registra, no exercício transato, um total, investido em imóveis, da ordem de Cr\$ 2.611.290.211,50. Os empréstimos hipotecários do «Plano B» atingiram a ..... Cr\$ 629.357.326,50 e os imóveis sob promessa de venda a .... Cr\$ 292.267.526,70, no mesmo período.

São igualmente consideráveis as inversões imobiliárias que se efeturaram por diferentes setores do Governo, entre os quais os Ministérios militares, as Caixas de Aposentadoria e Pensões e os diversos serviços federais que realizam obras rodoviárias e ferroviárias, inversões estas em parte relatadas em capítulos outros desta Mensagem.

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

Pela sua relevância no conjunto dos problemas nacionais, notadamente dentre aqueles que tocam mais diretamente ao bem-estar da população, há de merecer a Previdência Social sempre um lugar de destaque nas preocupações básicas do meu Governo.

Nas anteriores Mensagens anuais, tenho tido oportunidade de salientar seus mais importantes aspectos, analisando o sistema em vigor entre nós e apontando, a par dos defeitos que apresenta, os incontestáveis benefícios que tem prestado, assim como as medidas necessárias ao seu aperfeiçoamento.

Uma breve análise comparativa das tendências do sistema previdenciário brasileiro, nas várias fases de seu desenvolvimento e na atualidade, fornecerá indicações valiosas para a reforma de que carece.

Na criação das primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensões, em 1923, vê-se nitidamente a predominância do benefício pecuniário ao *segurado*, para atender ao seu descanso *individual*, após certo número de anos de serviço. Os riscos sociais da invalidez, da doença e da morte mereciam pouca atenção, assegurando-se-lhes reduzida proteção.

ANÁLISE  
DAS  
TENDÊN-  
CIAS

A reforma das Caixas, em 1931, e a posterior legislação dos Institutos, até 1938, reagiram acentuadamente em favor dos riscos sociais, culminando no ato que, em 1940, suspendeu praticamente o benefício individual baseado exclusivamente em tempo de serviço e em limite de idade.

Sob outro aspecto, ainda, a idéia predominante, no conjunto da previdência social, embora não o fôsse em determinados setores, como nas Caixas e no I. A. P. B., era a da destinação do sistema tão-somente para benefícios do *futuro*, basicamente a *aposentadoria* e a *pensão*, que davam o nome às instituições.

A partir de 1940, entretanto, as reformas do I. A. P. C. e do I. A. P. E. T. C., acompanhadas de outros atos legais ou administrativos, acentuaram bem o novo sentido da previdência social, diri-

gida também ao presente, fazendo ressaltar, assim, a importância da proteção contra os eventos determinantes de acréscimos de despesas ou de desgaste físico em prejuízo da coletividade, ou ainda merecedores de assistência especial, em proveito do futuro demográfico do País, tais como a maternidade, a natalidade, e a preservação da saúde em geral.

Em 1949, nova reviravolta fêz-se sentir, nessa evolução, ao voltarem os segurados das Caixas a ter direito ao benefício *individual*, baseado exclusivamente em tempo de serviço, para uns, e considerada também a influência de idade reduzida, para outros, deixados os riscos social em plano inferior.

A socialização do seguro de acidentes do trabalho, já estabelecida, em marcha paulatina, desde 1944, veio a assumir, igualmente, posição destacada, dentre as tendências atuais do sistema, malgrado a protelação, mais uma vez determinada, de sua encampação definitiva pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Consideradas as ações e reações acima aludidas, parece que será mister chegar-se, para sua harmonia, a um sistema de equilíbrio técnico, em que a previdência social atenda à cobertura do maior número possível de eventos previsíveis da vida dos que exercerem atividade remunerada, notadamente aquelas situações que maior repercussão tenham sobre a coletividade, sem deixar, contudo, de visar, quanto possível, a uma razoável influência do fator individual, representado pelo número de contribuições pagas pelo segurado. Atender-se-á, destarte, às necessidades reais deste, como pessoa humana e como membro da sociedade, num padrão generalizado para todos, crescendo-se, contudo, e de justiça, a este padrão, uma parte relativa à maior contribuição que, no trabalho social e na manutenção do seguro, cada um houver efetivamente dado.

A NOVA  
CONVEN-  
ÇÃO IN-  
TERNA-  
CIONAL  
SÔBRE A  
SEGURI-  
DADE  
SOCIAL

A 35ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, reunida em junho de 1952, em Genebra, aprovou o texto de uma Convenção Geral relativa às normas mínimas que devem ser observadas em todos os países membros da Organização Internacional do Trabalho, sobre a previdência social ou seguridade social.

O Brasil participou da elaboração desse documento internacional, seja nos estudos preliminares, realizados em fevereiro de

1950, na Nova Zelândia, pelo Comitê de Técnicos de Seguridade Social, e posteriormente pela Comissão Permanente de Legislação Social, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seja nas duas discussões regulamentares, em Genebra, nas Assembléias de 1951 e 1952.

Oportunamente, encaminharei à necessária ratificação pelo Congresso Nacional o texto dessa Convenção, uma das mais importantes das aprovadas pelas Conferências Internacionais do Trabalho, desde sua instituição, em 1919.

As normas mínimas constantes da Convenção representam um programa de proteção social de grande relevância para o amparo das populações, em todo o mundo, contendo certo número de derrogações parciais temporárias, que as tornam suficientemente maleáveis para a aplicação paulatina, sem prejuízo de sua aprovação geral, desde logo.

O conjunto de prestações (expressão correspondente à atual de benefícios nelas estabelecido é o seguinte:

- 1º) aposentadoria por velhice,
- 2º) aposentadoria por invalidez,
- 3º) auxílio-doença,
- 4º) assistência médica,
- 5º) prestações de maternidade,
- 6º) indenizações de acidentes do trabalho,
- 7º) pensão por morte,
- 8º) abono familiar,
- 9º) auxílio-desemprego.

A aprovação da Convenção não implica em obrigar-se o País, necessariamente, a todas as prestações acima indicadas, sendo suficiente fazê-lo em relação a três delas, pelo menos, dentre as quais uma deve ser das indicadas sob os números 1, 2, 6, 7 e 9.

O âmbito de aplicação deve abranger, ou 50%, pelo menos, da população do País, ou 50% do conjunto de assalariados, com as respectivas espôsas e filhos, ou determinadas categorias da população ativa, representando, em conjunto, ao menos 20% da população total, além das espôsas e filhos.

E' admitido, porém, como "derrogação temporária", que esse âmbito fique reduzido a 50%, pelo menos, do conjunto dos trabalhadores em empresas industriais que empreguem 20 pessoas no mínimo, além das respectivas espôsas e filhos.

Uma análise da situação referente ao Brasil mostra seu amplo enquadramento, em face das normas mínimas, no que concerne à natureza e à forma das prestações, visto que as sete primeiras acima enumeradas estão contidas em nossa legislação vigente sobre previdência social, sendo de notar-se que, quase sempre, em valores percentuais bastante mais elevados que os exigidos na Convenção; a oitava já existe para as famílias numerosas e para os servidores públicos em geral. A nona, o auxílio-desemprego, não corresponde a evento real cuja cobertura seja exigível entre nós.

Já no tocante, porém, ao campo de aplicação, somente pela "derrogação temporária" estaremos nêle compreendidos, embora em posição muito mais vantajosa do que a que nela se aceita, e isto em razão do grande lapso que ainda temos em nosso sistema, com a falta de cobertura das classes rurais, que, em seu conjunto, representam 63,84 % da população do País.

Uma vez completada essa cobertura, dentro de alguns anos, como é de esperar-se, estaremos em posição das mais vantajosas, no tocante a essa Convenção Internacional em seu todo.

**DEFICIÊNCIAS  
GERAIS DO  
ATUAL  
SISTEMA  
BRASILEIRO**

Numa síntese do que já tenho vindo assinalando, nos últimos anos, podem ser apontadas como deficiências gerais da nossa Previdência Social, no momento, as seguintes, dentre outras de menor relevância :

1) a multiplicidade das instituições encarregadas de sua gestão — Institutos, em número de seis, incluído o I. P. A. S. E., e Caixas, em número de 24, além do S. A. P. S. e dos dez S. A. M. D. U. regionais —, trazendo os conhecidos problemas de paralelismo e multiplicação de serviços, quando não mesmo os de desastrosa concorrência ;

2) a diversidade de regimes a que estão sujeitos os trabalhadores, consoante se filiem, pela atividade dos respectivos empregadores, a êste ou àquele Instituto ou Caixa ;

3) o elevadíssimo número de leis e regulamentos, já superior a 300, que regem o sistema, ao que devem acrescer-se ainda outro tanto de portarias e circulares dos órgãos de controle, tornando cada vez mais difícil a compreensão do sistema e a boa orientação dos seus rumos;

4) o desequilíbrio econômico-financeiro do sistema, que se vai cada vez mais acentuando, seja devido à deficiência de cober-

tura adequada dos riscos assumidos por certo número de instituições, notadamente as Caixas, seja pelo atraso na liquidação dos compromissos da União, assim como de entidades estatais ou paraestatais, a que agora também se juntam inúmeras empresas particulares.

Empenhado na solução dessas deficiências, determinei diferentes medidas, capazes de fazê-las desaparecer de todo ou, pelo menos, de atenuá-las, no âmbito da competência do Poder Executivo.

PROVIDEN-  
CIAS EM  
ANDA-  
MENTO

A primeira delas foi a fusão das Caixas de Aposentadoria e Pensões, objetos de diversos decretos, e, por último, do Decreto nº 34.586, de 12 de novembro de 1953.

Fusão das  
Caixas

Embora suspensos provisoriamente, por breve prazo, os efeitos desse Decreto, pela necessidade de serem mais bem apreciadas algumas representações de interessados, deverão prosseguir os trabalhos, já bastante adiantados, nesse sentido, a cargo do Departamento Nacional de Previdência Social, de modo que seja executado no menor prazo possível o plano de fusão.

Com tal medida, ter-se-á reduzido, dentro em pouco, e de modo racional e considerável, o número das entidades encarregadas da gestão da Previdência Social, facilitando-se grandemente, assim, a execução e o controle do sistema.

Em cumprimento ao que dispôs a Lei nº 1.532, de 1951, estão em via de conclusão, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os estudos para a implantação da comunidade administrativa destinada a reunir os Serviços Médicos de todos os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, possibilitando, por um lado, larga ação preventiva, no setor da saúde — de tão grande importância para o futuro da Previdência Social e para a própria sobrevivência da população —, e, por outro, a reunião de todo o aparelhamento e toda a estrutura burocrática, para a prestação de serviços, em comum, aos trabalhadores, independentemente da atividade de seu empregador ou da sua própria.

Comunidade  
dos Serviços  
Médicos

A fim de possibilitar, em breve prazo, a uniformização como a ampliação dos benefícios concedidos aos segurados dos Institutos e, quanto possível, aos das Caixas, determinei que o Minis-

Uniformi-  
zação e am-  
pliação dos  
benefícios

tério do Trabalho, Indústria e Comércio retomasse, por intermédio de uma comissão especial, os estudos anteriormente feitos, com relação ao plano do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil (ISSB), objeto do Decreto-lei nº 7.526, de 7 de maio de 1945, no sentido de verificar a viabilidade da implantação daquele plano.

Visou esta medida a lançar mão dos meios ao alcance do Poder Executivo, para a consecução do fim indicado, de óbvia imperiosidade, usando da autorização ainda vigente, constante daquele diploma legal, enquanto se aguarda a elaboração legislativa do projeto da Lei Orgânica da Previdência Social, a que já me referi, com o maior empenho, em minhas Mensagens anuais anteriores.

Desta forma, ter-se-á, ao mesmo tempo que uma solução, pelo menos transitória, para o problema da uniformização dos benefícios concedidos pela Previdência Social, uma relativa ampliação do seu âmbito, um aperfeiçoamento do regime, além de uma consolidação do sistema legal e regulamentar em vigor, tudo com inestimáveis e benéficas repercussões sobre o bem-estar não só das classes trabalhadoras como mesmo de toda a população.

Poder-se-á ainda, por esta forma, iniciar a penetração do sistema previdenciário nos meios rurais, fazendo, destarte, algo de concreto para a solução do angustiante problema da proteção social ao trabalhador do campo.

*Reforma  
no regime de  
contribuições*

Os mesmos estudos, determinados e referidos no tocante aos benefícios, visam, também, ao regime de contribuições, sabidamente ligado àqueles.

Poderá, assim, ter adequada e imediata solução, entre outros, o problema do limite máximo de contribuição, ora fixado em Cr\$ 2.000,00 apenas, relativamente aos segurados dos Institutos, o qual se vem agravando com o aumento progressivo dos salários.

*Débito da  
União*

Para um estudo definitivo do problema do débito da União para com os Institutos e Caixas, determinei que se reunissem técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho, Indústria e Comércio.

Consoante os resultados desse estudo, farei executar o que estiver em minha alçada e solicitarei do Congresso Nacional as medidas que dependerem de lei. O assunto já tem sido objeto

de largas considerações em minhas Mensagens anuais anteriores, pelo que me dispense, agora, de maiores comentários.

No mesmo rumo de idéias, determinei também diversas medidas para a liquidação dos compromissos de empresas estatais e paraestatais, de responsabilidade da União, para com os Institutos e Caixas a que são filiadas.

Não poderei concluir esta parte da Mensagem sem assinalar, em suas linhas gerais, o desenvolvimento da Previdência Social, no ano de 1953, por intermédio dos órgãos que a executam. Excluirei, entretanto, deste relato as inversões aplicadas em moradia, que são expostas em capítulo específico.

RETROSPECTO DO EXERCÍCIO DE 1953

Os balanços do exercício de 1953, cujos resultados estão sendo conhecidos agora, vêm demonstrar que algumas Caixas apresentaram resultado financeiro deficitário, o que é sumamente grave, principalmente pelo fato de a previdência social adotar o regime de capitalização, vale dizer, o de constituição anual de reservas para fazer face não só aos benefícios concedidos como àqueles que o venham a ser.

Caixas de Aposentadoria e Pensões

Quando do exame das propostas orçamentárias de 1954, das Caixas de Aposentadoria e Pensões, o Departamento Nacional da Previdência Social verificou que, embora, isoladamente, algumas delas sejam deficitárias, o conjunto das mesmas se apresenta com resultado favorável, o que confirma o acerto da medida de fusão geral, antes referida.

Eis os dados em questão:

	Cr\$
Receita prevista .....	2.440.796.131,00
Despesa orçada .....	1.895.056.250,80
Saldo previsto para 1954 ....	545.739.880,20

As estimativas das despesas das Caixas, com benefícios, segundo a proposta orçamentária do corrente exercício, são as seguintes: em *despesas de previdência* (aposentadoria, pensões, auxílio-doença, etc.), Cr\$ 1.230.340.615,60, ou seja, 64,9% sobre a despesa total; em *assistência médica*, Cr\$ 222.977.631,80, ou seja, 11,7% sobre a despesa total.

Apesar das dificuldades financeiras, muitas Caixas, constantemente auxiliadas através do "Fundo Único da Previdência Social", ainda assim puderam ampliar seus benefícios, concluindo

tôdas, no ano transato, o reajustamento geral de benefícios em face dos novos níveis de salário-mínimo. Aliás, tal medida foi determinada em caráter de urgência, condicionando-se mesmo, última-mente, à revisão do "quantum" dos benefícios a concessão do abono de emergência aos servidores.

I. A. P. C. Quanto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comercia-rios, em 1953, foram postos em funcionamento ambulatórios para prestação de assistência médica aos segurados, em Fortaleza, Florianópolis, Goiânia e Natal. Além disso, ampliou-se essa assistência médica para Manaus, Maceió e Juiz de Fora. Foram atendidos pelos seus Serviços de Assistência Médica, em todo o Brasil, 1.108.312 segurados. Aos leitos antes à sua disposição foram acrescentados 1.622, em hospitais contratados para serviços de cirurgia, em sanatórios para tuberculosos e para doentes mentais e em hospitais próprios.

Outros dados demonstram a expansão dos serviços do I. A. P. C.: a 419 Municípios estenderam-se os serviços de assistência médica; 17.764 segurados foram atendidos até outubro de 1953, nos hospitais contratados para assistência cirúrgica. Em dezembro de 1953, estavam em vigor 50.255 seguros por invalidez, 4.284 seguros por velhice e 39.308 seguros por morte.

No tocante aos benefícios, com a expedição do novo regulamento do Instituto, em 1 de maio de 1953, pelo Decreto número 32.667, houve sensível melhoria nas condições reguladoras da concessão de auxílios e seguros.

Outro aspecto novo e interessante é o que se traduz pelos dispositivos regulamentares sobre readaptação dos aposentados por invalidez, que, após cinco anos de vigência do benefício, obtenham alta. Concedida a reversão à atividade, o segurado continuará a perceber seus proventos ainda por um ano, para a necessária readaptação.

Merece ainda especial relêvo a expansão da Carteira de Acidentes do Trabalho, apesar de mantido o regime de livre concorrência.

Em 1953, as despesas de previdência do I. A. P. C. montaram a Cr\$ 901.353.280,20, assim distribuídas: Benefícios de Aposentadoria e Pensões, Cr\$ 635.673.324,10; Auxílios, Cr\$ . . 265.679.956,10. As despesas de Assistência Médica atingiram a Cr\$ 321.845.465,10; as Indenizações de Acidentes do Trabalho, a Cr\$ 355.273,50.

O custo dos benefícios regulamentares do I.A.P.B., em I. A. P. B. 1953, importou em Cr\$ 51.065.498,90.

Com a assistência médica, cirúrgica e hospitalar despendeu a instituição, durante o exercício de 1953, a quantia de Cr\$ .. 101.767.892,00, aí incluída a parcela de Cr\$ 20.652.063,50, que constitui a despesa com a manutenção dos Sanatórios Cardoso Fontes, Santo Antônio, Alberto Cavalcanti e Messejana, localizados no Distrito Federal, São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, respectivamente.

Instituíram-se ainda no I.A.P.B. o Serviço de Socorros Farmacêuticos e o de Empréstimos-Férias, destinado o primeiro a propiciar a aquisição de medicamentos de que necessitem segurados e beneficiários, por preço de custo, acrescido das despesas de administração, e o último, a financiar as férias dos segurados, possibilitando a estes e a suas famílias estada em estabelecimentos hoteleiros e similares, com os quais mantenha o Instituto convênio.

Outras iniciativas foram concluídas também no exercício de 1953, como a reforma do Sanatório Cardoso Fontes, pela qual esse nosocômio foi dotado de modernas instalações — Gabinete Dentário, Gabinetes Médicos, Lavanderia e Cozinha —, cabendo mencionar ainda nova pintura, reparos, construção de muros de arrimo etc.

Foram instalados ambulatórios, completamente equipados, nos conjuntos residenciais «Ágammnon Magalhães» (em Madureira, D.F.); «Jardim Duas Praias» (Ilha do Governador, D.F.) e Cavalcanti (D.F.).

O I.A.P.B. concedeu, outrossim, em 1953, empréstimos simples a seus segurados, no total de Cr\$ 73.764.710,30.

Atravessa o I.A.P.E.T.C. uma fase delicada de sua administração. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por intermédio do D.N.S.P., tem prestado ao Instituto tóda a colaboração necessária para a normalização de seus serviços. I.A.P.E.T.C.

A modificação das rotinas de trabalho, nas administrações anteriores do Instituto, sem um planejamento seguro, prejudicou a boa marcha dos serviços, mas espera-se, em breve, a recuperação, em face das providências postas em prática.

Com os benefícios em vigor despendeu o I.A.P.E.T.C., em 1953, a importância global de Cr\$ 351.554.544,80.

Por força do Decreto nº 32.064, de 8 de janeiro de 1953, passaram a funcionar os hospitais construídos pelo IAPETC em Pôrto Alegre e Recife, com capacidade, respectivamente, para 450 e 168 leitos.

Mantém o I.A.P.E.T.C. um estabelecimento industrial de produtos farmacêuticos, para fornecimento de remédios a baixo custo a seus segurados. As instalações desse estabelecimento foram transferidas, em 1953, para o conjunto hospitalar de Bonsucesso, com o objetivo de possibilitar o aumento da produção.

Em 1953 foram atendidos, no setor de assistência médica, cerca de dois milhões de segurados.

**I. A. P. M.** No início do atual Governo, era grave a situação financeira do I.A.P.M., com compromissos a pagar da ordem de 42 milhões de cruzeiros.

Com as providências tomadas, encerrou o I.A.P.M. o balanço de 1953 com disponibilidades atingindo a cifra de Cr\$ 98.036.018,00 e os compromissos em dia. Este resultado auspicioso foi obtido apesar da elevação do montante de benefícios.

Despendeu o I.A.P.M., em 1953, com benefícios, a importância de Cr\$ 177.483.057,00 e, com assistência médico-hospitalar, Cr\$ 52.878.825,00, tudo num total de Cr\$ 230.361.882,00.

A recuperação financeira do I.A.P.M. foi alcançada graças às providências determinadas no sentido de que as empresas oficiais vinculadas ao Instituto saldassem suas dívidas, bem como normalizassem o recolhimento de suas contribuições atuais.

**I. A. P. I.** O ano de 1953 caracterizou-se, para o I.A.P.I., por uma ampliação considerável de seu plano geral de benefícios e pela expansão dos serviços de assistência médica.

Em consequência do Decreto nº 31.447, que entrou em vigor em 10 de dezembro de 1952, foi implantado no I.A.P.I., durante o ano de 1953, como estava previsto no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.918, de 27 de agosto de 1937, o auxílio-maternidade. Que esse novo benefício veio ao encontro de antigas aspirações e necessidades dos associados do I.A.P.I., provam-no, exuberantemente, as cifras abaixo: auxílios-maternidade pagos no ano de 1953, em todo o Brasil, 138.574; importância total correspondente aos pagamentos feitos, Cr\$ 120.044.236,40.

O auxílio-maternidade é de valor igual ao salário-mínimo da região de trabalho do segurado. Dada a simplicidade do proces-

samento desse benefício, vem êle sendo pago invariavelmente no mesmo dia em que comparece o segurado ao Instituto, com a certidão de nascimento do filho.

Ainda em consequência do Decreto acima citado, o ano de 1953 veio consagrar a inclusão, no plano de benefícios do I.A.P.I., da aposentadoria por velhice. É concedida aos associados que, contando sessenta e cinco anos de idade, já tiverem contribuído durante sessenta meses. Não fôsse o fato de ainda vigorar a quantia de Cr\$ 2.000,00 como limite máximo do salário sôbre o qual contribuem os associados do I.A.P.I., certamente a aposentadoria por velhice teria tido maior aceitação, pois poderia ser concedida em bases compatíveis com o salário real dos trabalhadores.

O Decreto nº 31.988, que entrou em vigor em 23 de março de 1953, veio elevar para importância igual ao salário-mínimo da região o auxílio para funeral, que vinha sendo concedido pelo I.A.P.I. em importância não excedente a Cr\$ 500,00. Atento à elevação do preço das utilidades, o Governo, por meio daquele Decreto, corrigiu o desnível em que se achava o importe desse benefício. Foram, também, incentivados os contratos com as empresas especialistas do ramo, para a realização dos funerais sem nenhum desembolso da família enlutada. Constitui esse serviço, que o I.A.P.I. põe à disposição das pessoas que lhe estão vinculadas, uma antecipação do auxílio-funeral que vinha sendo tradicionalmente pago, mas como indenização de despesas já realizadas.

A despesa total com os benefícios pagos no exercício, abrangendo aposentadorias, pensões, benefícios da Lei nº 1.162, auxílios-doença, funeral e maternidade, montou a mais de Cr\$ . . . . 2.300.000.000,00.

Com o Serviço de Assistência Médica foram despendidos mais de Cr\$ 350.000.000,00. Os seguintes dados mostrarão, em síntese, o que representou esse relevante serviço assistencial, em 1953: os atendimentos em todo o País atingiram 1.428.513. O Instituto mantém, além de uma rede de ambulatórios próprios e alugados, 546 hospitais e 11 sanatórios sob contrato e um próprio, no Recife. Foram realizadas 14.775 intervenções cirúrgicas.

A Carteira de Acidentes do Trabalho do I.A.P.I. emitiu, em 1953, cerca de 27.000 apólices, na importância total de prêmios de Cr\$ 122.216.512,50, dos quais Cr\$ 102.644.754,20 se referem a seguros de imprêsas de indústria privada e apenas

Cr\$ 19.571.758,30 a entidades públicas, autarquias e sociedades de economia mista, cujos seguros foram tornados obrigatórios na Previdência Social, pelo Decreto nº 31.984, de 23 de dezembro de 1952. Vê-se, assim, que não poderia ter sido mais animadora a acolhida dispensada à Carteira pelos empregadores industriais.

Verificaram-se, durante o ano, perto de 33.000 acidentes, tendo sido os acidentados atendidos e tratados a contento. Desde meados de 1953 está a Carteira operando em todo o País, encontrando-se, portanto, em condições de receber a exclusividade da cobertura de seguro de acidentes de trabalho na indústria, na forma proposta na Mensagem que tive oportunidade de dirigir ao Congresso Nacional, em 4 de novembro de 1953. Presentemente, está o Governo interessado em que as entidades governamentais, autarquias e sociedades de economia mista regularizem os seus seguros de acidentes do trabalho nas Carteiras das instituições de Previdência Social, nos termos do citado Decreto nº 31.984.

O Instituto contribuiu para os serviços de alimentação do S.A.P.S. com Cr\$ 47.013.224,30.

O Fundo de Garantia do Instituto elevou-se a Cr\$ ..... 16.167.588.694,10, sendo quase metade «a realizar-se», em razão do débito da União, que se elevou a Cr\$ 8.071.321.807,70. Maiores aplicações imobiliárias teriam podido ser feitas pelo Instituto, em benefício dos segurados e da coletividade, se já estivesse solucionado êsse problema, que mais avulta no I.A.P.I., dada sua condição de abranger mais de metade da massa dos segurados de toda a Previdência Social.

#### SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO

Através do Instituto de Resseguros do Brasil, do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização e do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, o meu Governo tem prosseguido na campanha de, cada vez mais, permitir ao seguro brasileiros os meios adequados ao seu permanente desenvolvimento.

Completando o Instituto de Resseguros do Brasil, ao término do ano de 1953, o seu décimo quarto exercício de operações, encontra plenamente consolidado o objetivo que determinou a sua criação, qual seja o de regular e fortalecer as operações de resseguro e desenvolver as operações de seguro no País.

Efetivamente, o mercado segurador nacional experimenta fase de acentuada solidez, em face do contínuo desenvolvimento dos diferentes ramos de seguro, cujas bases técnicas se vêm procurando aperfeiçoar, através dos necessários estudos especializados.

Entrou em vigor, a 1 de fevereiro de 1953, a nova Tarifa de Seguros-Incêndio do Brasil, elaborada pelos órgãos governamentais e representantes das classes interessadas, seguradores e segurados. Durante o ano transato, tiveram início os trabalhos com o objetivo de ajustar a Tarifa às condições do mercado de seguros-incêndio, naquilo que se tornasse indicado, buscando-se o aperfeiçoamento da mesma.

Prosseguindo na linha de orientação anteriormente traçada, qual a de reduzir, na medida do possível, as taxas dos seguros de transportes rodoviários, feitos através das chamadas superestradas, foi concedida, a exemplo do que já se fizera em relação às rodovias Presidente Dutra, Anhanguera e Anchieta, a redução de 50 % sobre as taxas básicas previstas na Tarifa Rodoviária, para estradas de 1ª categoria. Com tais medidas, já se encontram amplamente beneficiadas, além dos dois maiores centros industriais do País, ou seja Rio de Janeiro e São Paulo, mais de duas dezenas de outras cidades de significativa importância econômica, entre as quais Santos, Campinas e Jundiá.

Tendo em vista a situação atual do mercado, e após os estudos necessários, foi reduzida a taxa para o seguro-acidentes pessoais dos passageiros e aeronaves comerciais.

O ano de 1953 caracterizou-se, no setor de operações com o exterior, pela consolidação do prestígio do Instituto de Resseguros do Brasil no campo do resseguro internacional.

*Operações  
com o  
exterior*

Algumas medidas determinadas pelo Governo permitiram não só a manutenção das operações com outros países, mas, sobretudo, o seu desenvolvimento, porque, muito oportunamente, foram elas consideradas como serviços governamentais, o que determinou que todos os pagamentos resultantes fôssem estabelecidos com base na taxa de câmbio oficial.

Nesse particular, o aviso nº 17 da Fiscalização Bancária, em seus itens 5 e 6, regula, de uma vez por todas, as operações do Instituto de Resseguros do Brasil com o exterior, livrando-as definitivamente do pesado ônus que, se tivesse permanecido, as teria tornado praticamente inexecutáveis no Brasil, com grave prejuízo para a economia do País.

O seguro no Brasil continua em franca fase ascensional de desenvolvimento e, apesar do contínuo aumento de absorção do mercado brasileiro, maiores foram as necessidades de cobertura para seus excedentes no mercado mundial. De outro lado, o resseguro ativo, isto é, o resseguro aceito pelo I.R.B. de compa-

nhias sediadas no estrangeiro, continua em grande desenvolvimento.

Dadas as características dos negócios que o I.R.B. realiza no campo internacional, em sua maioria de responsabilidades muito elevadas, pode afirmar-se que o resultado já obtido no resseguro ativo dêste âmbito é excelente. Em sua atual fase de franco desenvolvimento, os resultados líquidos obtidos por essas operações são enormemente afetados pela necessária constituição de reservas previstas em leis, mas, ainda assim, confirmam que a orientação imprimida pelo Governo a essas operações é compatível com o renome que o I.R.B. desfruta no mercado universal de resseguro, repercutindo amplamente na posição do País como potência econômica.

*Seguro  
Agrícola*

No decorrer do exercício de 1953, os estudos realizados pelo Governo, para implantação e desenvolvimento, no País, do seguro agropecuário, atingiram a sua fase culminante.

O projeto de lei que acompanhou a Mensagem de julho de 1952, regulando essas operações, tomou forma definitiva, ficando, assim, o Governo aparelhado para proporcionar às atividades agropecuárias o amparo que se fazia necessário aos investimentos realizados nesse setor da economia nacional.

Cabia ao Governo a iniciativa de garantir estabilidade à renda dos produtores rurais, e com mais eficiência poderá isso ser feito, aproveitando-se a experiência do órgão ressegurador oficial, que, por êsse motivo, foi chamado a colaborar de maneira decisiva. O Instituto de Resseguros do Brasil está incumbido de elaborar apólices, tarifas, taxas de prêmios, planos de retrocessão e de resseguro que mais convenham a êsse complexo e útil setor de seguro.

A criação de uma sociedade de economia mista foi a mais recomendável forma de organização para tornar possível o levantamento de grandes capitais, necessários à implantação do seguro agrícola, e de que pudessem participar, ao mesmo tempo, os recursos financeiros do Governo e os de particulares.

A Companhia Nacional de Seguro Agrícola, ora em organização, está, assim, destinada a assinalar um novo marco na vida do homem do campo, porque sua função precípua será o de resguardá-lo das flutuações de ordem econômico-financeira, decorrentes de eventos da natureza, inevitáveis e imprevisíveis.

## TRABALHO

O Ministério do Trabalho empreendeu, durante o último exercício, uma das obras mais importantes de quantas foram tentadas até hoje, no País. Emprestou-se maior organicidade à política trabalhista do Governo, baseando-se tôdas as atividades de conciliação entre patrões e operários em princípios derivados da análise de nossa conjuntura econômica e do atual estágio de desenvolvimento de nossa comunidade nacional.

Incentivou-se a união entre os elementos produtivos da sociedade, buscando forjar uma frente poderosa capaz de levar a Nação à realização de seu objetivo básico: a emancipação econômica. Neste sentido, vale frisar o número de dissídios coletivos concluídos graças à assistência e à colaboração do Poder Público. Tais atos conciliatórios se estenderam de norte a sul, sob as vistas de nossa Justiça do Trabalho, demonstrando cabalmente a sabedoria e a justeza de nossa legislação.

Quando, porém, a coincidência de pontos de vista entre os proprietários dos bens de produção e seus trabalhadores foi impossível, o Governo garantiu o direito de greve consagrado pela nossa Carta Magna, contanto que os movimentos se desenvolvessem dentro daquele clima de paz e serenidade que exige a nossa segurança interna e que está consagrado em nossas leis.

A êste respeito, cumpre ressaltar a atitude compreensiva de nosso operariado urbano diante dos graves problemas do País. O recurso extremo das paredes foi utilizado somente quando fracassados todos os entendimentos; e a pressão das massas, em busca de suas reivindicações econômicas, se revestiu sempre — salvo raros casos isolados — de um alto espírito de ordem.

Verificando que muitas dessas contendas tiveram sua origem na depreciação do salário real dos trabalhadores — fruto das dificuldades econômicas com que se defronta todo o mundo atual — o Governo está procedendo à revisão de nossas tabelas de salário mínimo.

O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho elaborou um *Plano Base* que possibilitasse às Comissões de Salário

SALÁRIO  
MÍNIMO

Mínimo a liberdade de movimentos necessária para proceder aos reajustamentos. Aquelas Comissões foram reestruturadas, de acôrdo com a sua natureza de órgãos paritários, passando a funcionar em consonância com as possibilidades de nossa produção e com as exigências justas da massa proletária.

Os esforços do Govêrno, em tal sentido, tiveram o mais completo êxito. Neste momento, apenas as C.S.M. do Rio de Janeiro e de Minas Gerais não deliberaram ainda a respeito dos novos níveis mínimos de salário que irão vigorar naquelas unidades da Federação.

Espera o Govêrno que, em breve, todo êste trabalho esteja concluído, fazendo-se justiça aos nossos trabalhadores, que, enfrentando, muitas vêzes, condições de vida as mais precárias, não se têm negado nunca ao esforço para o qual os conclama a Nação, tendo em vista o nosso progresso.

**FORTALECIMENTO  
DOS ÓRGÃOS DE  
CLASSE**

Está convencido o Govêrno de que do fortalecimento dos órgãos de classe, no País, depende, em muito, a vitória da Nação, em sua luta pelo desenvolvimento econômico e social. A experiência do Poder Público tem demonstrado, nestes últimos anos, a necessidade cada vez maior de participação daquelas entidades na deliberação sôbre os destinos nacionais. Com efeito, já vai longe o tempo em que se poderia considerar o sindicato um órgão subversivo. O operariado organizado tem dado provas cabais de sua capacidade política, decidindo sôbre seus problemas, não seguindo um critério estreito e odiento, mas tendo em vista os superiores interêsses da comunidade brasileira. Diante dessa realidade — que é uma das conquistas mais sólidas do mundo contemporâneo — não pode o Estado cruzar os braços.

O Ministério do Trabalho, seguindo linhas seguras de ação, tem assistido, a todo momento, aquelas entidades, orientando-as, unindo-as, dando-lhes meios materiais de sobrevivência. Por outro lado, o Govêrno não tem deixado de incentivar o surgimento de novas entidades e estuda mesmo a possibilidade de extensão de suas atividades aos meios rurais brasileiros, onde a massa trabalhadora se encontra ainda em situação precária.

**CONGRESSO DE PREVIDÊNCIA  
SOCIAL**

Não é possível deixar passar sem uma referência o Congresso de Previdência Social que se verificou, no Rio de Janeiro, em 1953. Foi êle uma prova evidente do amadurecimento cultural

de nossas camadas operárias e a sua realização marcou, na prática, o início dessa nova orientação governamental já referida, no sentido da participação cada vez maior dos órgãos sindicais na vida pública brasileira.

Tais iniciativas continuarão a merecer, no futuro, o apoio do Governo, que nelas vê uma colaboração das mais eficientes do Povo com o Poder Público, em busca de melhores dias para a nacionalidade.

Outra realização que merece especial registro é a referente à reorganização das Delegacias Regionais do Trabalho. Um projeto de lei a respeito se encontra submetido às Casas do Congresso.

REORGA-  
NIZAÇÃO  
DAS  
D. R. T.

Trata-se de assunto da mais alta importância. Propõe o Governo reformas substanciais na estrutura e na atividade desses órgãos da Administração Pública, tendo em vista o papel que devem desempenhar, de coordenação, estudo e solução dos negócios, assuntos e problemas compreendidos na esfera de ação da Pasta do Trabalho.

Esta reforma faz-se tanto mais urgente quanto é verdade que se observa, em todo o País, uma deficiência flagrante na ação do Executivo, no que diz respeito à fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas e a outras atribuições de igual importância, neste setor.

A criação de Serviços de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência da Previdência Social (SAMDU), em vários Estados da Federação, foi outro empreendimento de relêvo do Ministério do Trabalho, em 1953. Hoje, o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Santa Catarina, Paraná e Bahia possuem também tais comunidades de serviço, que vêm colaborando eficientemente na assistência médica aos nossos trabalhadores.

S.A.M.D.U.

Por fim, valem uma referência as reformas procedidas na Comissão de Imposto Sindical e Comissão Técnica de Orientação Sindical. Estes dois importantes órgãos, que vinham apresentando falhas em suas atividades, sofreram modificações radicais, passando a funcionar eficazmente na estrutura do Ministério.

CIS e CTOS

## SAÚDE

Em 1953, continuou o Governo a utilizar avultadas dotações orçamentárias para enfrentar os problemas de ordem sanitária que assoberbam o homem brasileiro.

Reconhece, porém, o Governo que muitas deficiências de saúde do nosso povo são decorrências do nosso subdesenvolvimento econômico. Não será difícil provar que, em relação à renda nacional e ao orçamento, é o Brasil um dos países que proporcionalmente maiores despesas realizam, no domínio da saúde pública, e cada ano multiplicam-se as iniciativas nesse terreno, sem que se possa conhecer exatamente quais são os resultados que de tão elevados gastos vem obtendo o povo que os paga.

A saúde do homem é medida, atualmente, sobretudo pelo lado negativo, isto é, pela mortalidade. Todavia, no Brasil, ainda agora, excetuadas as capitais dos Estados e mais algumas cidades importantes, são desconhecidos os coeficientes de mortalidade, de sorte que as nossas organizações sanitárias infelizmente não podem medir os resultados de sua ação, contentando-se apenas em apresentar, como balanço anual, uma apreciável massa de realizações que, não há dúvida, comprovam o esforço dos que se dedicam ao espinhoso encargo de velar pela saúde dos nossos habitantes.

Assinalei, em outros pontos desta Mensagem, vários serviços de assistência médica à conta de diferentes entidades não propriamente sanitárias.

Além disto, ocorre observar que tôdas as grandes campanhas que o Governo vem realizando no combate a determinadas enfermidades de maior importância para a nossa população aumentaram, em 1953, o seu ritmo de atividade e logicamente a sua contribuição para minorar os sofrimentos do nosso povo.

A Campanha Nacional contra a Tuberculose continuou sem desfalecimentos o seu trabalho, completando obras e auxiliando os Estados na manutenção de sanatórios, ao mesmo tempo que realiza inquéritos e pesquisas tendentes a assegurar um melhor proveito do armamento utilizado no combate à tuberculose.

A Campanha Nacional contra a Malária, no exercício findo, não declinou em seus esforços. Foram protegidos pela utilização

de inseticidas de ação residual 2.147.540 prédios situados em 35.883 localidades de 684 municípios. Funcionaram, durante o ano, 20.715 unidades distribuidoras de medicamentos, disseminadas por todo o território nacional.

No que se refere à lepra, o Governo continuou a auxiliar os Estados, em todos os campos de trabalho, tendo as subvenções concedidas atingido a Cr\$ 64.271.900,00.

As demais atividades dos organismos ligados à defesa da saúde mantiveram um elevado nível de eficiência, no desenvolvimento dos seus trabalhos.

Não se furta, porém, o Governo a reconhecer as deficiências da organização administrativa dos órgãos que cuidam de tão importante setor das atividades públicas, concordando, assim, inteiramente, com a opinião dos nossos técnicos.

Com a criação do Ministério da Saúde, espera o Governo estruturar, no corrente ano, a reforma das atividades sanitárias, segundo a orientação traçada em minha primeira Mensagem anual. Urge dar um melhor aproveitamento às vultosas verbas destinadas ao trabalho de saúde, em benefício da coletividade. A reorganização dos serviços sanitários nacionais deverá restabelecer, no plano administrativo federal, — a unidade de comando; e, no plano de execução, — a descentralização. Vale reconhecer que ao município deve ser assegurado o direito de organizar os seus serviços sanitários, ressaltando-se, no presente, o tratamento dos problemas de âmbito nacional, como o das grandes endemias, o qual deve estar a cargo do Poder Público Federal. A este, além disto, incumbe auxiliar financeira e tecnicamente as organizações locais. Assim, marcharemos para o fortalecimento do município e do próprio movimento de Saúde Pública, ao mesmo tempo em que, pela redução dos custos do trabalho sanitário, as suas atividades poderão ser ampliadas a regiões que não foram atingidas.

Na reorganização dos serviços de saúde, procurará o Governo, como aconselha a boa técnica sanitária, sem fugir às suas responsabilidades financeiras decorrentes de dispositivos constitucionais, continuar cada vez mais transferindo aos Estados a efetivação das atividades que muito melhor se enquadram na máquina administrativa estadual, evitando duplicidade de serviços e o conseqüente desperdício de pessoal e material. Deverá ser dada a maior amplitude a um programa de assistência técnica às organizações sanitárias estaduais e municipais, de modo que sejam melhorados os padrões administrativos locais.

## EDUCAÇÃO E CULTURA

No setor de Educação e Cultura, o Governo estimulou uma tomada de contato mais direto com as condições objetivas do País. Com a colaboração de educadores e especialistas, realizaram-se estudos e levantamentos de que resultaram medidas de relêvo já em execução. Apraz-me observar que as atividades do novo Ministério têm sido proveitosas e orgânicamente orientadas, como se verá através da exposição que, a seguir, será procedida.

Intensificaram-se as relações entre o Ministério da Educação e Cultura e as Universidades, através da inspeção federal, que se estendeu a cerca de 200 estabelecimentos de ensino superior, promovendo-se uma cooperação profícua com aquêles estabelecimentos de ensino.

ENSINO  
SUPERIOR

Foi autorizado o funcionamento de quatro Faculdades de Ciências Econômicas e o reconhecimento de nove. Além disto, vale assinalar a autorização para funcionamento e o reconhecimento de mais 42 entidades de ensino superior.

Em observância à diretriz de assistência às escolas, mediante subvenções concedidas à base de acordos assinados com o Ministério, foram aplicados os recursos da verba anual de ..... Cr\$ 28.000.000,00, esperando-se, com a dotação orçamentária prevista para o corrente exercício, um aumento substancial na assistência aos estabelecimentos de ensino superior, mantidos por entidades de caráter privado.

Prosseguem as atividades da Escola Brasileira de Administração Pública, mantida pela Fundação Getúlio Vargas e pela ONU. No ano transato foi diplomada pela referida Escola a primeira turma de Técnicos de Administração, contribuindo, assim, para a renovação e a melhoria de nossos quadros de administradores.

*Escola  
Brasileira de  
Administração  
Pública*

A Diretoria do Ensino Secundário colaborou com o Poder Legislativo na organização de um projeto de lei que altera alguns

ENSINO  
SECUNDÁRIO

*Lei  
Orgânica*

pontos fundamentais da Lei Orgânica do Ensino Secundário, tendo em vista dar a esta caráter menos acadêmico e mais flexível, sem prejuízo da eficiência didática.

*Campanha  
de Aperfeiçoamento e  
Difusão do  
Ensino  
Secundário*

A fim de apoiar o desenvolvimento de um vasto esforço no sentido de acelerar a solução dos problemas ligados ao ensino secundário, instalou-se a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, órgão que deverá promover a recuperação do ensino secundário e dar melhor aproveitamento à rede escolar e aos equipamentos existentes em todo o País.

*Fundo  
Nacional de  
Ensino de  
Grau Médio*

Considerada indispensável dentro do esquema de providências essenciais a um movimento de profundidade em benefício do Ensino Secundário no País, a instituição do Fundo Nacional do Ensino de Grau Médio foi objeto de estudos especiais, tendo sido elaborado um anteprojeto sobre a matéria que deverá ser encaminhado ao Legislativo, no mais breve prazo.

*Fundação  
Para o  
Ensino  
Secundário*

Dos estudos realizados com o objetivo de verificar-se o modo mais eficiente que deve assumir a participação direta do Poder Público na criação e manutenção de colégios particulares, sobretudo daqueles localizados no interior do País, evidenciou-se a conveniência de ser instituída uma entidade de direito privado, sob a forma de Fundação, com capacidade para recolher recursos do Poder Público e de particulares e promover a sua aplicação com a liberdade e a autonomia que esse tipo de organização proporciona.

Os estatutos da Fundação deverão ser aprovados, em breve, dela participando o Ministério da Educação e Cultura como um dos seus fundadores.

*Bolsas de  
estudo*

Ao lado das providências destinadas, diretamente, à melhoria do ensino, organizou o Ministério um plano de concessão de bolsas aos alunos bem dotados e sem recursos para custear seus estudos. Esse plano, que entrará em vigor já no corrente ano, prevê: a) a concessão de 400 bolsas, aproximadamente, com recursos do próprio Ministério; e b) o lançamento de uma campanha popular destinada a obter recursos para a concessão de cerca de 5.000 bolsas, atraindo para o programa o interesse da opinião pública.

Aliás, encontra-se em curso, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei sobre o assunto, que resultou de estudos conjuntos

do Ministério interessado e da Comissão de Educação e Cultura dessa Casa do Congresso.

Tendo em vista melhorar os níveis da inspeção secundária, foi organizado um curso e estágio para Inspectores do Ensino Secundário, com a duração de quatro semanas, bem como elaborado um plano para a descentralização dos trabalhos de inspeção no País, dividindo-se este em inspetorias regionais e seccionais.

*Inspeção do  
Ensino  
Secundário*

Tomando conhecimento do apêlo de autoridades públicas e privadas do Município de Leme, no Estado de São Paulo, para criar-se, naquele Município, um Centro de Educação, tendo por núcleo o Ginásio, com caráter de escola secundária integral, afinada com as atividades sociais da comunidade, o Ministério passou a coordenar os esforços solidários do Município, do Estado e do Governo Federal, com o objetivo de imprimir à experiência que se vai realizar naquela localidade um sentido pioneiro de educação secundária renovada, em que sejam atendidas as principais reivindicações da pedagogia contemporânea.

*Experiências  
no Municí-  
pio de Leme,  
S. P.*

Com base em proposta apresentada pela Congregação do Colégio Pedro II, procedeu-se à adaptação do texto regimental às normas vigentes, como ainda à disciplinação de critérios relativos a exames de revalidação de estudos feitos no estrangeiro e a concurso para ingresso no magistério oficial, cujas normas, até então, estavam contidas em textos esparsos. Estas medidas consubstanciam-se no Regimento baixado pelo Decreto nº 34.742, de 2 de dezembro de 1953.

*Colégio  
Pedro II*

O Colégio Pedro II dispõe agora, pela primeira vez, desde a sua fundação, ao tempo do Império, de um Conselho Departamental que funcionará como órgão consultivo da Diretoria do estabelecimento.

Medida que constituiu um dos mais largos passos no sentido de democratização do ensino médio, removendo óbices que, até então, impediam a livre circulação dos educandos entre os diversos cursos especializados, foi, sem dúvida, a instituição do sistema de equivalência entre os cursos de grau médio, consagrada na Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, cuja regulamentação já se consumou.

*Equivalência  
entre os  
cursos de  
grau médio*

**Campanha  
de Levanta-  
mento do  
Ensino  
Médio e  
Elementar**

No setor de estudos, pesquisas e levantamentos, há a registrar os resultados dos trabalhos da Campanha de Inquérito do Levantamento do Ensino Médio e Elementar (CILEME), entre os quais salientamos a conclusão do projeto piloto referente ao estudo do aluno do curso médio; a revisão dos testes aplicados em Salvador, na Universidade da Bahia, de modo a permitir sua aplicação em outras Universidades brasileiras, em articulação com a Diretoria do Ensino Secundário; o preparo e execução de um projeto para aplicação experimental a candidatos a exame de madureza no Estado de São Paulo; e a celebração de acordos para a elaboração de manuais destinados a professores secundários, relativos às seguintes matérias: História Geral, História do Brasil, Português, Francês e Química.

**ENSINO  
COMER-  
CIAL**

No que diz respeito ao ensino comercial, cumpre observar que o ano letivo se iniciou em 1953, com 621 escolas sob inspeção federal.

Em várias cidades fundaram-se Centros de Estudos Pedagógicos, mediante a reunião dos professores das escolas existentes. Sendo o magistério comercial, sobretudo nas cidades do interior, constituído de autodidatas, irá beneficiar-se com o funcionamento desses verdadeiros centros de estudo, em que os professores de maior qualificação e melhor formação profissional oferecerão aos colegas ensejo para o seu aperfeiçoamento.

**CAMPA-  
NHA DE  
EDUCAÇÃO  
RURAL**

Merecem menção as atividades da Campanha de Educação Rural.

Cumpre assinalar o florescimento dos Clubes de Lavradores que permitiu, por exemplo, o aumento da produção de fumo, como consequência do emprêgo da adubação pelos compostos orgânicos, de escolha de boa semente, de orientação técnica na semeadura, no transplante, no combate às pragas, operações essas realizadas pela Missão Rural em colaboração com os técnicos do Instituto Agrônômico do Leste.

Ampliou-se consideravelmente, nesse período, o programa de construções de fossas sanitárias pelos próprios rurícolas e, bem assim, a campanha de reforma dos regimes alimentares, de melhoria das habitações rurais e abertura de poços e cisternas. Encontram-se em fase de instalação várias Missões Rurais, nos Estados do Ceará, do Maranhão e do Rio Grande do Sul.

A Campanha manteve cursos, de vária natureza, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas; Barra, no Estado da Bahia; Messejana e Sobral, no Ceará; Barreira, Ilha Bela e Santos, em São Paulo. No Centro Rural de Treinamento de Técnicos de Educação de Base, foi realizado um curso de alto padrão teórico e prático e um curso técnico de Educação de Base para profissionais titulados — médicos, agrônomos, assistentes sociais e enfermeiras.

No Ceará, funcionam cinco Centros Artesanais de Indústria Rural. No Estado de Minas Gerais funciona um Centro, criado junto à Escola Caio Martins. Ainda no Estado de Minas Gerais foi instalada uma Colônia de Pescadores, na cidade de Pirapora, e criada uma Colônia Agropastoril, para fixação dos deslocados nordestinos no Vale do Carinhanha.

No setor da assistência técnica a professores, mediante estágio e aperfeiçoamento, foram realizados cursos de diferentes objetivos nos Estados da Bahia, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e no Distrito Federal.

*Aperfeiçoamento de professores*

Entre os governos dos Estados Unidos da América e do Brasil, firmou-se um acôrdo que tem por objetivo estimular e ampliar o intercâmbio de idéias e de processos pedagógicos, no campo da educação rural.

*Acôrdo Interamericano para Educação Rural*

Para a execução do convênio, está prevista a cessão, por parte do «Institute of Inter American Affairs», de um corpo de especialistas para a colaboração necessária.

O Ministério da Educação e Cultura celebrou acordos para instalação e funcionamento de 17.000 classes de alfabetização de adolescentes e adultos, com Estados e entidades, no valor de ... Cr\$ 29.750.000,00. Funcionaram 100 centros de iniciação profissional, com os quais foram despendidos Cr\$ 5.000.000,00 6 centros de preparação social de operários, com aplicação de recursos no valor de Cr\$ 1.000.000,00, incluindo auxílios aos círculos operários já existentes no País.

**EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS ANALFABETOS**

A freqüência efetiva, em vigor no fim do ano, correspondeu, no quinqüênio, à média de 82 % da matrícula geral, o que indica ter sido a evasão escolar de 18% naquele período. A evasão, que vinha aumentando de exercício para exercício, caiu nos dois últi-

mos anos letivos: assim, foi de 16% em 1947, de 20% em 1948, de 23% em 1949, de 18% em 1950 e de 15% nos anos de 1951 e 1952.

A experiência dos Centros de Iniciação Profissional colheu os mais promissores resultados, tendo sido distribuídas 100 dessas unidades no ano transato.

**ENSINO  
INDUS-  
TRIAL**

No campo do Ensino Industrial, são dignas de nota as seguintes atividades: seminários de todos os Diretores das Escolas Técnicas Industriais do Ministério da Educação e Cultura, para examinar vários problemas administrativos e técnico-pedagógicos do Ensino Industrial, principalmente os resultantes da regulamentação da Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953; prosseguimento e conclusão do curso tipo "comando" e supervisão de trabalhos na Indústria de Fundição de Belo Horizonte; atualização das instruções sobre o funcionamento dos cursos regulares e nova regulamentação dos cursos extraordinários do Ensino Industrial; seminários de três semanas de duração, para candidatos à Orientação Educacional e Profissional a serem contratados pelo Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial; seminários de uma semana para técnicos e professores que deverão ministrar cursos de férias a mais de 350 professores do ensino industrial oficial e particular; convênio firmado com o Instituto Tecnológico da Bahia, para assistência especializada à Escola Técnica de Salvador; subvenção às escolas Salesianas de Manaus, Niterói e Cuiabá, para desenvolvimento do ensino artesanal; ampliação das bases do convênio existente com a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio de São Paulo, para divulgação, nesse Estado, do método de supervisão T.W.I.; concessão de bolsas de estudo a alunos dos cursos técnicos, no Distrito Federal; concessão de bolsa para funcionário da CBAI a fim de ir aos Estados Unidos da América aperfeiçoar-se na técnica de recursos áudio-visuais e da aparelhagem industrial.

**ENSINO  
EMENDA-  
TIVO**

Mereceu atenção especial do Ministério o ensino emendativo. Foram ou estão sendo tomadas as providências seguintes:

— instituição de comissão destinada a estudar a regulamentação do Decreto-lei nº 5.395, de 20 de outubro de 1943, que dispõe sobre o aproveitamento de indivíduos de capacidade reduzida:

— atualização dos Regimentos do Instituto Benjamin Constant e do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, tendo em vista a nova orientação dada ao ensino emendativo dos respectivos deficientes sensoriais. O novo Regimento do primeiro já foi aprovado pelo Decreto nº 34.700, de 25 de novembro de 1953;

— regulamentação do ensino profissional e musical do Instituto Benjamin Constant e do ensino comercial e de belas-artes do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, tendo em vista habilitar os respectivos deficientes sensoriais a se apresentarem capacitados ao exercício das respectivas profissões;

— determinação de obras imediatas no Instituto Benjamin Constant e no Instituto Nacional de Surdos-Mudos, os quais já se encontram externamente restaurados;

— Providências para que se conceda o direito de voto ao indivíduo cego, como grande passo para a sua recuperação social.

Finalmente, considerando o grande número de deficientes sensoriais, existentes, 100.000 cegos e 50.000 surdos-mudos, tem-se interessado o Ministério em apoiar a realização de cursos para professor especializado de surdos-mudos, a fim de que fique o País suprido do pessoal técnico necessário, neste domínio.

Cabe também registrar a reestruturação da Divisão de Educação Extra-Escolar, cujo novo regimento foi aprovado pelo Decreto nº 34.078, de 6 de outubro de 1953.

**EDUCAÇÃO  
EXTRA-  
ESCOLAR**

Entre as atribuições que foram conferidas ao órgão reestruturado incluem-se as relações do Ministério com as entidades estudantis e a assistência cultural à mocidade escolar, pois que faltava a essas atribuições a necessária base funcional, de vez que nenhum órgão existia naquela Secretaria de Estado incumbido do estudo e encaminhamento dos assuntos de interesse universitário ou estudantil.

Já no último trimestre de 1953, fez sentir-se a eficácia dessa providência, com a intensificação das atividades da Divisão. As iniciativas de caráter educativo extra-escolar, nesse ano, consistiram em inquérito sobre os melhores livros de literatura juvenil, na realização da 1ª Exposição Filatélica Nacional de Educação e, paralelamente, em um concurso de composições sobre a influência da História Pátria na Filatelia, a que concorreram estudantes de várias regiões do País, bem como na realização de concursos

de monografias e de desenhos juvenis sôbre vultos históricos nacionais.

**OUTRAS  
PROVI-  
DÊNCIAS**

*Simplificação  
do registro  
de diplomas*

Com o objetivo de simplificar o processamento do registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino, o Ministério da Educação e Cultura colaborou no preparo de um projeto que se encontra já em fase de estudos no Senado Federal e que, uma vez convertido em lei, permitirá o registro dos diplomas em curto prazo, facultando, outrossim, o exercício profissional, a título precário, aos concludentes do curso, mediante a apresentação de documento comprobatório da regularidade da vida escolar.

*Construções  
escolares*

No desdobramento do programa de construções escolares dos Estados, que representa a continuidade da assistência financeira que a União vem prestando aos Estados e Municípios, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, foram concluídos, no ano transato, 195 convênios para construção, melhoria ou equipamento de prédios escolares, no montante de Cr\$ . . . . Cr\$ 121.800.000,00.

*Casa do  
Brasil em  
Paris*

Foram concluídos os trabalhos preliminares para o início da construção da Casa do Brasil, na Cidade Universitária de Paris, tendo seguido para aquela cidade o funcionário encarregado da administração das obras. O projeto deverá ficar pronto em 1955 e está orçado em Cr\$ 15.000.000,00.

**LIVRO  
DIDÁTICO**

Dedica-se acuradamente o Ministério ao estudo do problema da melhoria e do barateamento do livro didático. Neste sentido, vem procedendo a um amplo inquérito junto a todos os setores interessados, visando a conhecer os diversos ângulos da matéria entre nós.

Está sendo examinada a possibilidade de serem utilizadas as editôras oficiais, especialmente as que integram a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, para edição de livros didáticos, a preço reduzido.

Também está contribuindo o Ministério para atenuar os reflexos do problema entre os escolares, através da Cooperativa Distribuidora de Material Escolar, que distribui material escolar e de ensino com desconto de 20% sôbre o preço corrente no mer-

cado, tendo o movimento de vendas atingido a Cr\$ 1.150.365,00, no ano transato.

Contribuição importante e da maior relevância para o problema do barateamento do livro didático é, sem dúvida, a exclusão do regime de licença prévia para a importação do papel destinado ao livro. A aludida providência, que mais uma vez foi objeto de reivindicações das empresas editoras de livros e dos órgãos técnicos do Ministério da Educação e Cultura, terá repercussão igualmente favorável em relação ao livro estrangeiro em virtude de terem sido abolidos os ônus que sôbre os mesmos incidiam.

O Ministério ampliou consideravelmente o campo dos estudos que vem empreendendo no sentido de aparelhar-se para o desenvolvimento de um grande programa de incentivo à iniciativa cultural, no País. Neste sentido elaborou cinco projetos fundamentais, que delineiam um sistema harmônico e interdependente de funções técnico-administrativas dedicadas ao mesmo fim, os quais instituem: o Conselho Nacional de Cultura; o Departamento Nacional de Cultura; o Fundo Nacional de Cultura; o Colégio do Brasil; e a Editora e Gráfica.

## CULTURA

A cargo do Conselho Nacional de Cultura ficarão os trabalhos de planejamento e coordenação das atividades culturais, cabendo ao Departamento as funções de execução e coordenação e a articulação necessária entre os serviços especializados do Ministério. Com o Colégio do Brasil pretende-se instituir um sistema de cátedras livres, a serem confiadas a figuras consagradas da intelectualidade brasileira, que se obrigariam a manter cursos permanentes de alto padrão cultural.

Para atender à soma dos encargos financeiros resultantes dessa iniciativa, foi prevista a instituição do Fundo Nacional de Cultura, patrimônio autonomizado, constituído de receitas de várias fontes e destinado exclusivamente a custear o programa de desenvolvimento cultural a ser cumprido pelo Ministério.

A Editora e Gráfica, que poderá contar com alguns dos acervos do patrimônio nacional, incumbir-se-ia de operar um largo programa de tradução de obras estrangeiras essenciais às nossas atividades universitárias e culturais, bem como de animar um movimento editorial de longo alcance, que viria a suprir as limi-

tações da iniciativa privada nos empreendimentos a que falta o atrativo comercial e, ao mesmo tempo, oferecer condições para a difusão de novos conhecimentos.

*Regime de  
funciona-  
mento de  
museus*

Com o objetivo de permitir o aproveitamento, por maior parte da população, das oportunidades de cultura que os museus oferecem, foi alterado, pelo Decreto nº 34.253, de 16 de outubro de 1953, o seu regime de funcionamento, instituindo-se a obrigatoriedade de permanecerem aquelas instituições oficiais abertas à visitação pública, nas tardes de sábado, nos domingos e dias feriados.

*Incentivo e  
assistência  
às biblio-  
otecas*

Foi instituída uma comissão permanente de incentivo às bibliotecas.

Elaborou-se um plano para catalogação da Biblioteca Nacional, em cinco anos, a fim de atender a um dos mais agudos problemas da referida instituição, que necessita, com a maior urgência, de catalogar cerca de 900.000 obras, num trabalho retrospectivo, e mais 10.000 volumes recebidos por ano. Reunindo recursos especiais para um trabalho retrospectivo da recatalogação de 700.000 obras e de catalogação de 200.000, bem como tornando possível adquirir na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América fichas correspondentes, pelo menos, a 30 % das 900.000 obras a serem recatalogadas, com providências suplementares previstas no aludido plano, poderá a Biblioteca Nacional, em cinco anos, atualizar a catalogação do seu valioso acervo.

*Prêmios  
nacionais  
de literatura,  
ciências e  
arte*

O Ministério ultimou o anteprojeto do Regulamento da Lei nº 1.976, de 4 de setembro do ano transato, que institui o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciências e o Prêmio Nacional de Artes.

No anteprojeto foi prevista a constituição de uma Comissão dos Prêmios Nacionais, com atribuição de designar, anualmente, em relação a cada atividade, uma classe, dentro da qual cada prêm-

mio será concedido, bem como uma Comissão de julgamento dos prêmios, incumbida da escolha dos autores a serem premiados.

No ano transato, foi constituída uma Comissão destinada a pôr em funcionamento o Acôrdo de Cooperação Intelectual entre o Brasil e Portugal, no qual se prevê o intercâmbio de professôres e técnicos, a concessão anual de prêmios e a constituição de dois organismos, um brasileiro e outro português, encarregados da execução do referido ato.

*Acôrdo de  
Cooperação  
Intelectual  
Brasileiro-  
Português*

Instituiu-se a Comissão de Representação Cultural com a finalidade de estudar todos os casos em que o Ministério da Educação e Cultura, por iniciativa própria ou solicitação alheia, é chamado a designar, patrocinar ou auxiliar materialmente pessoas ou entidades que deverão representar o Brasil em congressos e outros certames ou atividades culturais ou técnicas de caráter internacional.

*Representa-  
ção Cultural*

A Comissão está em pleno funcionamento, tendo revelado o acôrto da sua instituição pela disciplina que começa a impor àquelas atividades, até então sujeitas ao arbítrio e ao imprevisto das circunstâncias de última hora. Dentro dêsse espírito, foi organizada a delegação brasileira ao Congresso Latino-Americano de Reitores de Universidade, em Santiago do Chile.

No campo do cinema educativo, foi dado início à revenda de projetores cinematográficos, aos quais se candidataram diversas unidades escolares desta Capital e do interior do País.

*Cinema  
Educativo*

Com o início dessa revenda e a conseqüente difusão de aparelhos projetores, por todos os recantos do País, mais se evidencia a necessidade da criação das "filmotecas regionais", que atenderiam, assim, a todo o sistema escolar da região e às demais entidades também locais. Foram sonorizados, copiados e reduzidos diversos filmes, tendo sido a filmoteca enriquecida com um total de 11.200 metros de filmes. O número de filmes distribuídos a entidades escolares, institutos de cultura, sindicatos e outras entidades alcançou o total de 1.704.

Dando cumprimento a disposições legais, foram realizadas diversas comemorações.

**COMEMO-  
RAÇÕES**

Assim é que, nos têrmos da Lei n.º 1.896, de 2 de julho de 1953, realizaram-se as comemorações do 1.º centenário do nasci-

mento de João Capistrano de Abreu, tendo constado do programa uma grande exposição de trabalhos próprios e de alheios sobre a sua obra e vida, na Biblioteca Nacional. O êxito da exposição evidenciou o prestígio e a repercussão da obra desse historiador brasileiro. Foi, ainda, concedido o Prêmio Nacional Capistrano de Abreu, na importância de Cr\$ 60.000,00, previsto na aludida Lei.

O 1º centenário do nascimento de José do Patrocínio foi, também, comemorado, nos termos da Lei n.º 2.005, de 5 de outubro de 1953, promovendo-se na Biblioteca Nacional uma interessante exposição retrospectiva da vida e obra daquele abolicionista e providenciando-se a reedição dos seus trabalhos, por intermédio do Instituto Nacional do Livro, assim como a entrega do prêmio, previsto na mencionada Lei e destinado a recompensar o melhor estudo histórico sobre a Abolição.

Quanto ao primeiro centenário de Maria Quitéria, participou o Ministério de todas as comemorações, recomendando a evocação dos feitos dessa heroína de nossa Independência, em todos os estabelecimentos de ensino.

Nos festejos do 3.º centenário da Restauração Pernambucana, que se comemorou em janeiro do corrente ano, foi aplicado o crédito de Cr\$ 20.000.000,00, autorizado pelo Congresso Nacional.

Providenciou o Ministério, igualmente, a abertura do crédito de Cr\$ 30.000.000,00, autorizado pelo Congresso Nacional, para auxiliar as despesas com os festejos do 4.º centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, que se efetuaram em janeiro deste ano, em meio do maior regozijo nacional pela magnitude da celebração, de que participaram numerosos países amigos.

De acordo, ainda, com o disposto na Lei n.º 1.595, de 29 de abril de 1953, o Ministério providenciou a abertura de crédito para a ereção de um monumento comemorativo do 1º centenário do nascimento de Amaro Cavalcanti.

ATIVI-  
DADES  
ESTU-  
DANTIS

No setor das atividades estudantis, há a registrar, no ano transato, o excepcional clima de cooperação e entendimento que se verificou entre o Ministério e os estudantes, mercê do qual foi possível o estudo em conjunto dos problemas de interesse comum e a sua solução em termos plenamente satisfatórios. Nesse plano de atuação, cumpre assinalar:

a) providências para auxílio financeiro à UNE, a fim de que pudesse atender a responsabilidades resultantes de compromissos ligados à realização do Congresso de Goiânia e efetuar outras atividades universitárias;

b) a concessão à UME da verba de Cr\$ 1.500.000,00, em destaque da dotação destinada à manutenção de restaurantes de estudantes, inclusive assistência social e melhoria das condições de habitação, para ser aplicada na instalação e aparelhamento de uma policlínica, medida de há muito reclamada pela classe;

c) reforma completa do restaurante do estudante, no Calabouço, com a realização de obras de vulto, graças às quais se tornou possível a sua reabertura em dezembro do ano findo. Com os melhoramentos introduzidos, ficou o restaurante em condições de fornecer alimentação a maior número de comensais. Foi aumentada a capacidade de armazenamento de gêneros alimentícios e, com a construção do novo frigorífico, ampliada a eficiência dos serviços.

Além disto, cooperou o Ministério com as entidades nacionais e estaduais, representativas da classe, na solução de dificuldades surgidas em torno de reivindicações escolares, sendo de assinalar o êxito obtido na quase totalidade das crises ocorridas no meio universitário, o que se deve à formação de um estado de espírito propício a uma colaboração efetiva e constante.

A Divisão de Educação Extra-Escolar, reestruturada, passou a dar assistência e cooperação às entidades estudantis e pôde concorrer, no ano findo, para o encaminhamento e a solução de numerosos reclamos dos moços.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

Não têm sido descuradas pelo Poder Público as obrigações da assistência social. Convicto da necessidade de auxílio às camadas mais pobres da população, o Governo prosseguiu em sua determinação de promover maior rendimento para as verbas destinadas a êste fim.

Com tal objetivo, continuou desestimulando as aplicações dos recursos em obras de efeito meramente demagógico. Procurou dar um sentido de valorização econômico-social às verbas invertidas, assistindo, com elas, as comunidades e as pessoas realmente necessitadas e capazes de, com tal estímulo, sair de suas dificuldades mais prementes, e passar a funcionar produtivamente, no concerto das atividades nacionais.

Os setores especializados, em entendimentos com o Conselho Nacional de Serviço Social, adotaram providências especiais para acelerar, sem prejuízo das necessárias verificações, o despacho dos processos referentes ao pagamento das subvenções orçamentárias, não só em relação ao ano de 1953 como ao exercício anterior.

As medidas efetivadas permitiram resolver o grave problema resultante do acúmulo de processos dessa natureza dependentes de deliberações do plenário do Conselho, tendo sido possível, em consequência, autorizar pagamentos respectivos aos anos de 1952 e 1953, que ascenderam ao montante de Cr\$ 166.232.920,20, sendo despachados 4.602 expedientes, restando somente aqueles em que não foram atendidas as exigências legais.

No que diz respeito à concessão do abono às famílias numerosas, não se apresentou menos produtiva a atividade do Executivo. No exercício findo, foram deferidos, em todo o território nacional, 24.594 pedidos de abono, o que corresponde a uma média mensal de 2.049 e, diária, de 68 concessões. Até 31 de dezembro último, haviam sido concedidos 202.430 abonos, em favor de 1.692.180 dependentes dos beneficiados.

ABONO  
FAMILIAR

No que concerne à emissão de cheques, para o pagamento do benefício, o seu valor atingiu, em 1953, a cifra de ..... Cr\$ 105.538.960,00.

**SALARIO-FAMILIA**

O objetivo do Governo, nesta área, continua sendo o da instituição do salário mínimo familiar, previsto no art. 157, item I, da Constituição. Enquanto esta situação ideal não pode ser atingida, em face das dificuldades já enunciadas em nossa Mensagem anterior — e que perduram — o Poder Público tem procurado efetivar do melhor modo aquêle auxílio dentro das verbas votadas pelo Congresso, ao mesmo tempo que continua a conceder o salário-família aos servidores públicos, com a reforma oferecida pela lei do "abono de emergência".

A Comissão Nacional de Bem-Estar Social, criando um núcleo de estudos para analisar a legislação brasileira vigente no tocante a compensações por encargos de família, realizou no ano transato um levantamento geral da matéria.

Verificou-se que o aspecto demográfico do problema relativo ao salário-família, dominante nos países europeus, não constitui fator relevante no Brasil, onde é bastante alta a taxa de natalidade.

O problema há de ser encarado em seus aspectos econômico-sociais e estudado predominantemente como compensação por encargos de família, procurando-se minorar as condições precárias de vida das famílias numerosas.

É evidente, portanto, que se impõe uma revisão geral das leis especiais que regulam a concessão de vantagens e amparo para compensação dos encargos familiares, de modo que sejam atendidas, neste campo da assistência social, as verdadeiras exigências da realidade brasileira. Neste sentido prosseguirá o Governo os estudos iniciados.

## PADRÃO DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL

Apraz-me assinalar o êxito que obteve a Pesquisa de Padrão de Vida, realizada em todo o País, por determinação minha, pela Comissão Nacional de Bem-Estar Social, conforme enunciei em Mensagens anteriores.

O empreendimento é digno de nota por vários motivos. Desde as primeiras pesquisas brasileiras de padrão de vida, no meio urbano, realizadas no Recife e em São Paulo, há quase vinte anos, os inquéritos desse tipo sucederam-se, entre nós, escassamente, e sob diretrizes diversas. Dessas pesquisas esporádicas, coube à Capital paulista o maior número. Recife, Salvador e Pôrto Alegre, além da Capital da República, figuram entre as cidades brasileiras em que se realizaram estudos dessa natureza nos últimos anos. Todavia, relativos a datas diversas e executados segundo diferentes orientações metodológicas, êsses estudos pouco podiam oferecer, quer para comparações em um mesmo centro urbano, em épocas distintas, quer para confronto do padrão de vida de determinados grupos sociais, em diversos pontos do território nacional, na mesma época. Ainda que examinadas as várias pesquisas em conjunto, o conhecimento resultante era fragmentário e imperfeito, restando, ainda, a circunstância de se limitarem os dados às referidas capitais.

Diante desse fato, recomendei, conforme assinalado na Mensagem anual de 1951 ao Congresso, a realização de tais pesquisas, de forma que se preenchesse tão grave lacuna do conhecimento da realidade sócio-econômica brasileira. A Comissão Nacional de Alimentação e a Comissão Nacional de Bem-Estar Social, logo seguidas pelas outras entidades que vieram a patrocinar a pesquisa, atenderam imediatamente à recomendação e, congregando esforços e recursos, dispuseram-se à realização da ampla investigação sociológica aqui exposta.

Colocada sob a supervisão da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, e mediante a aplicação dos mesmos instrumentos de coleta de dados, segundo os mesmos preceitos e normas, a

PESQUISA  
SÔBRE O  
PADRÃO  
DE VIDA

pesquisa foi levada a efeito, quanto ao meio urbano, simultaneamente em sessenta e nove cidades brasileiras, incluídos nesse número os mais importantes centros urbanos e industriais do País.

Foi coberto, assim, pelo inquérito, o que demais expressivo possui o Brasil, em população urbana e industrial, desde a Região Amazônica à Campanha Rio-Grandense, do Polígono das Sêcas a Mato Grosso e a Goiás, compreendidos todos os quadrantes do território nacional. O acervo de informações, coligidas nessa base, tem uma relevância que não preciso aqui assinalar. Basta referir a circunstância de que os órgãos da Administração Pública já dispõem de dados sobre as condições de vida de setores importantes da população, com o âmbito territorial atrás delineado, e que esses dados se reportam à situação em uma certa e mesma data.

Essa pesquisa constitui, pois, um amplo esforço pioneiro, destinado a, por meio expedito, obter indicações básicas sobre o padrão de vida de grupos sociais de maior expressão na população brasileira. Apraz-me registrar que, sob esse aspecto, o empreendimento se realizou da maneira mais cabal: o panorama geral foi traçado em suas grandes linhas e com satisfatória nitidez, ficando estabelecido, assim, o ponto de partida de novas investigações, mais amplas e mais profundas, sobre o assunto.

Nesse domínio, começou o Brasil a trilhar o caminho já percorrido pelos países mais adiantados da Europa e da América do Norte. De fato, têm já esses países uma experiência secular, a respeito, realizada através de múltiplas pesquisas, com continuidade metodológica e mesmo, modernamente, com periodicidade certa. A continuidade metodológica impõe-se para referências e confrontos, assim como para o aperfeiçoamento dos métodos e processos empregados. A periodicidade foi objeto de debate e deliberação em sucessivas Conferências Internacionais de Estatísticos do Trabalho, nas quais se preconizou, para tais estudos, a periodicidade quinquenal ou, no máximo, decenal, como nos recenseamentos gerais. Julgo, por conseguinte, que a pesquisa em aprêço deve merecer ulteriores análises, aos cuidados de um órgão técnico permanente, que se especialize no assunto e que assegure efetiva continuidade às investigações.

Um ensinamento importante assim fixado, constituindo, pode-se dizer, o núcleo fundamental dessa experiência, sob o aspecto metodológico, é o de que, mediante cuidadoso estudo de cada centro populacional e respectivas atividades econômicas e com

aplicação rigorosa de critérios objetivos, podem ser realizadas, com êxito e segurança, pesquisas de padrão de vida por meio de pequenas amostras, uma vez fique igualmente assegurado que a constituição destas últimas obedeça a princípios probabilísticos, sem a interferência de qualquer fator de ordem subjetiva ou pessoal.

Este fato afigura-se de primacial importância, porquanto, desse modo, os inquéritos se realizam com o mínimo custo e a maior rapidez possível e sob controle efetivo do grau de precisão e de representatividade de seus resultados. Aliás, do ponto de vista de sua execução, a pesquisa em causa constitui um empreendimento digno de atenção e estudo, da parte dos países que, como o Brasil, não dispõem de recursos apreciáveis para investigações desse tipo, assim como de pessoal qualificado, em número suficiente, para tarefas análogas.

É-me grato assinalar que, não obstante essas circunstâncias, foi possível divulgar, apenas dois meses após a data do início da coleta de dados, a primeira Sinopse preliminar de resultados, correspondente à capital do Estado do Ceará. Desde então, a divulgação de resultados não teve solução de continuidade, e, nesta data, a Comissão Nacional de Bem-Estar Social pode oferecer aos órgãos interessados e aos estudiosos brasileiros as apurações correspondentes a todos os Municípios investigados.

Desejo mencionar, igualmente, que, em tais estudos, não foi esquecido o homem rural brasileiro e se lhe dedicou particular atenção. Sendo escassa a experiência, cientificamente controlada, de estudos sobre o padrão de vida de nossa população rural, e diante da grande complexidade que o mesmo apresenta, foi decidido que a pesquisa se realizasse, nesse domínio, com a aplicação do método monográfico, de investigação intensiva por casos típicos. Segundo o plano estabelecido, a pesquisa se realizou, sob essa forma, em aproximadamente trinta Municípios caracteristicamente agrícolas, de pecuária ou de produção extrativa, pertencentes a distintas zonas geo-econômicas do País. As monografias elaboradas serão publicadas o mais brevemente possível. Também essas monografias constituem rico repositório de informações, que permitem examinar a intimidade da vida rural, sobretudo quanto ao aspecto econômico, sendo de assinalar que foi dada ênfase especial, nesses estudos, ao problema do auto-abastecimento das populações, ainda mal conhecido, no Brasil como

*Padrão de  
vida rural*

nos outros países, e não menos importante, quer pela significação de que se reveste para a subsistência dos agregados populacionais, quer pelo fato de ter-se subtraído, de modo geral, à observação sistemática dos levantamentos estatísticos.

*Resultados da pesquisa*

Têm sido amplamente divulgados os principais resultados da Pesquisa de Padrão de Vida. De modo geral, êles documentam a vigência, entre os trabalhadores, de um padrão de vida que pode ser considerado baixo, em comparação com o de países plenamente desenvolvidos.

Observa-se a esmagadora preponderância de orçamentos familiares deficitários. De sessenta e seis conjuntos de famílias em relação às quais já se divulgaram resultados, apenas onze (11) apresentaram saldos positivos. E' possível que, em vários casos, tenha havido tendência dos informantes para descrever com pessimismo a situação de seus orçamentos domésticos. Todavia, na pesquisa, foram observadas, escrupulosamente, as regras técnicas da entrevista, de modo a garantir o máximo de exatidão dos informes coletados. Assim, é lícito afirmar que nossas classes trabalhadoras continuam de fato a braços com o pauperismo, com os problemas decorrentes do subconsumo de bens e serviços essenciais, o que, em regra, acontece nos países subdesenvolvidos.

Não é, porém, possível negar que, hoje, o pauperismo ainda reinante entre nós é menos agudo do que em épocas passadas. Atualmente se conhecem melhor e mais objetivamente as condições de vida do povo e os variados aspectos da estrutura econômica e social do País, e êsse conhecimento mais exato, graças ao progresso de nossas características, torna-se um fator de maior consciência de nossas dificuldades. Há que aduzir, ainda, que o poder aquisitivo do povo em geral cresce realmente como demonstram os fatos, mas cresce, por assim dizer, em progressão menor do que as suas aspirações.

Não obstante a escassez de dados específicos sôbre o padrão de vida dos trabalhadores, em épocas mais recuadas, o conhecimento de nossa evolução econômica permite afirmar que, até bem pouco tempo, a parte substancial da renda familiar era aplicada na satisfação de necessidades de subsistência. Os baixos salários e a estrutura de nossa produção e de nossa importação, bem como dos serviços do Estado não permitiam a ocorrência, senão em pequena escala, de um consumo variado de bens e serviços. Um estudo sôbre o Brasil, na primeira década do

século XX, informa que as rendas de famílias da classe média da Capital da República mal chegavam para o custeio das necessidades de alimentação, habitação e vestuário. Pode afirmar-se que, em todo o País, ainda nessa época, o que ganhavam os trabalhadores permitia quase estritamente o entretenimento da vida vegetativa. Para não descer a pormenores, basta observar que, atualmente, os orçamentos das famílias operárias, por mais baixos que sejam, suportam sempre o pagamento de uma taxa de previdência social. É este um encargo orçamentário praticamente desconhecido da massa dos trabalhadores há poucas décadas atrás. O percentual da despesa com previdência sobre a despesa familiar total, conforme as apurações da pesquisa, nunca é inferior a 3% e, na grande maioria dos casos, gira em torno de 5%.

Alguns dados gerais podem confirmar esse ponto de vista. Na década iniciada em 1930, o consumo médio anual de carne por habitante, no Distrito Federal, estava em torno de 40 quilos. Nos últimos anos, esse consumo tem sido da ordem de 50 quilos e, no ano transato, alcançou 66 quilos. O consumo de outros gêneros alimentícios vem sendo igualmente crescente, acompanhando, aliás, a elevação gradativa dos nossos índices de produção e produtividade. O exame das estatísticas sobre os nossos estoques visíveis confirma um crescimento progressivo, em todo o País, do consumo de arroz, batata, cebola, feijão, farinha de trigo, fubá de milho, milho em grão, óleos, trigo em pão, açúcar.

A prova maior deste aumento nas disponibilidades de gêneros alimentícios consiste no considerável incremento que vem apresentando a população brasileira nos últimos anos, exatamente quando as correntes imigratórias internacionais muito se reduziram. Este elevado índice de incremento de nossa população tem assim resultado do chamado crescimento vegetativo, isto é, da diferença entre o número de nascimentos e o de óbitos, sendo de notar que a natalidade parece estacionária, praticamente, enquanto se vem verificando uma acentuada redução de nossas taxas de mortalidade.

De conformidade, aliás, com os estudos do Laboratório de Estatística do IBGE, a mortalidade geral no País está no nível de 19 por 1.000, e a esperança de vida, ao nascer, do brasileiro já é da ordem de 42 anos, a qual, se ainda é relativamente baixa, pois nos países desenvolvidos vai até 67 anos, nem por isto deixa de representar um grande progresso, pois significa que já saímos da companhia dos países mais atrasados, nos quais a esperança

de vida ao nascer mal alcança 30 anos — situação em que nos encontrávamos há poucas décadas.

*Despesas  
com alimen-  
tação*

Os resultados da Pesquisa de Padrão de Vida permitem uma visão mais específica desses aspectos do consumo nacional. Revelam, por exemplo, que as despesas com alimentação, em aproximadamente dois terços dos centros urbanos investigados, não absorveram mais da metade dos gastos totais das famílias.

Para alguns desses centros urbanos existem dados retrospectivos sobre padrão de vida de famílias operárias. Embora coletados segundo critérios diferentes, parece possível estabelecer-se um confronto dos mesmos, ainda que não rigoroso, com os obtidos pela Pesquisa de Padrão de Vida. Observa-se, por exemplo, que o percentual das despesas com alimentação, em amostras de famílias operárias da Capital de São Paulo, segundo resultados de três pesquisas, foi de 50%, em 1933; de 53%, em 1936, e de 52%, em 1940. O percentual correspondente, apurado na mesma capital, pela C.N.B.S., em agosto de 1952, foi de 41,10%.

Uma pesquisa realizada, em 1947, entre famílias de operários da indústria do Distrito Federal, apurou um percentual, com as despesas com alimentação, da ordem de 54,10%. O percentual correspondente, apurado, em agosto de 1952, pela C.N.B.S., atingiu a 47,32%. Este mesmo percentual, segundo pesquisa realizada em 1932, atingiu 71,60% no Recife. Nessa mesma cidade, apurou-se, em agosto de 1952, o percentual de 52,45%.

Não é demais frisar que se deve ter em vista, nessas comparações, que as pesquisas em que se baseiam foram realizadas com metodologia não uniforme, entre grupos sociais não coincidentes. Todavia, a lição que pode legitimamente ser induzida do confronto acima é a de que o padrão de vida do povo vem melhorando, nas últimas décadas. E isto é confirmado por dados outros, referentes à produção e ao consumo. Longe, porém, estão as nossas classes trabalhadoras do nível de vida de que desfrutam operários de países plenamente desenvolvidos. Para que se tenha uma idéia de como se comportam os gastos médios de famílias assalariadas, nos Estados Unidos da América, basta dizer que, em 1950, assim se distribuíram em percentagens: alimentação — 30,10%; habitação, mobiliário e equipamentos domésticos — 32%; vestuário — 9,7%; transporte — 11%; assistência médica — 4,70%; diversões — 5,4%; outros — 7,10%.

Em tal confronto, podem-se tomar como referência os gastos com alimentação. Quanto mais satisfatório o padrão de vida de uma população, menores são, proporcionalmente, as despesas com alimentação e mais consideráveis os recursos aplicados no consumo de bens e serviços não vinculados estreitamente à simples subsistência vegetativa. Ora, o nosso povo está, de fato, longe de atingir um padrão de vida em que a percentagem da despesa com alimentação se comporte em torno de 30%, como ocorre entre os assalariados norte-americanos.

As melhorias no padrão de vida de um povo são sempre reflexo do desenvolvimento econômico, o qual é tanto maior quanto o seja a medida em que a força de trabalho puramente muscular tenha sido substituída pela energia mecânica, na realização do chamado trabalho pesado.

Os países em que atualmente as massas desfrutam de elevados níveis de consumo são exatamente aqueles que apresentam os mais altos índices de mecanização do trabalho. É o consumo de energia mecânica por habitante que, em última análise, nas civilizações modernas, condiciona o bem-estar social. A energia mecânica multiplica a capacidade de produção dos homens, quer na indústria, quer na agricultura. Nos tempos atuais, existem populações, como a dos Estados Unidos da América e a do Canadá, que dispõem de mais de 2.500 kWh *per capita*, por ano. E a escala de disponibilidade de energia mecânica, por habitante, seria a escala de desenvolvimento econômico e de padrão de vida das populações.

Não poderia ser de outra maneira, pois, se o homem, consumindo em média 2.400 calorias por dia, em 300 dias de trabalho, produz cerca de 180 kW — o que representa um rendimento muito pequeno —, só a energia mecânica poderá aumentar a produção, permitindo melhor consumo e maiores períodos de repouso.

Em nosso País, ainda permanecemos com níveis de utilização de energia mecânica muito baixos, ainda inferiores a 200 kW por habitante e por ano, menos de um décimo do nível norte-americano. E acentue-se que, nos países subdesenvolvidos, grande parte desta energia é utilizada no que se poderia considerar consumo não essencial: cerca de 30% da energia produzida no Brasil é gasta na iluminação pública das cidades. O desenvolvimento do sistema de produção de energia mecânica é, assim, imperativo da melhoria do padrão de vida nacional.

Decorre daí o empenho do meu Governo em dotar o País de condições que propiciem acelerar o seu progresso, através de iniciativas como a da criação da Petrobrás, da Eletrobrás, da Hidro Elétrica do São Francisco, de Volta Redonda e outras. Quanto mais intensamente o povo se associe a êsses empreendimentos, estará ajudando a Nação a ganhar a sua independência econômica e assentar os fundamentos do bem-estar geral.

*Desníveis  
regionais*

Os desníveis de padrões de vida entre as várias regiões do Brasil corroboram estas afirmações. Tanto quanto o grau de desenvolvimento econômico possa ser aferido pela qualidade e quantidade do consumo das populações, a Pesquisa de Padrão de Vida revela como entre certas regiões do Brasil existem diferenças comparáveis às que se registram, por exemplo, entre a China e certos países europeus, entre áreas atrasadas e áreas desenvolvidas. Para que bem se compreenda esta afirmativa, na tabela a seguir está por assim dizer exposta a estrutura econômica das Unidades da Federação brasileira.

#### RESULTADOS DO CENSO INDUSTRIAL DE 1950

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE OPERÁRIOS	NÚMERO DE OPERÁRIOS POR ESTABELECIMENTO	VALOR ANUAL DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (Em Cr\$ 1.000)	VALOR ANUAL DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR OPERÁRIO (Cr\$)	SALÁRIO MÉDIO ANUAL POR OPERÁRIO (Cr\$)
Guaporé.....	21	125	6,0	2 862	22 896	9 963
Acre.....	48	193	4,0	4 891	25 342	9 518
Amazonas.....	217	2 617	12,1	76 467	29 219	6 745
Rio Branco.....	5	---	---	901	---	---
Pará.....	815	7 792	9,6	185 876	23 855	5 158
Amapá.....	25	272	11,8	2 079	78 434	4 607
Maranhão.....	794	7 312	9,3	120 015	16 413	4 191
Piauí.....	358	2 154	6,0	25 143	11 873	3 016
Ceará.....	2 432	25 719	10,6	278 723	10 837	2 536
Rio Grande do Norte.....	1 063	6 924	6,5	127 987	18 484	2 750
Paraíba.....	1 406	22 433	16,0	497 027	22 156	3 754
Pernambuco.....	3 359	71 464	21,3	2 075 071	28 037	5 877
Alagoas.....	1 130	19 774	17,5	422 626	21 373	4 750
Sergipe.....	1 053	13 183	12,4	221 916	16 936	4 203
Bahia.....	3 721	29 358	7,9	553 347	18 848	5 130
Minas Gerais.....	10 278	98 132	9,5	3 101 433	31 605	6 552
Espírito Santo.....	1 704	6 087	3,6	212 839	34 946	5 000
Rio de Janeiro.....	3 311	67 481	20,4	3 013 780	44 661	9 081
Distrito Federal.....	4 887	132 781	27,2	6 626 351	49 934	13 149
São Paulo.....	22 885	453 117	19,8	22 831 071	50 431	11 662
Paraná.....	3 249	25 278	8,1	1 312 639	49 954	8 518
Santa Catarina.....	3 485	30 748	8,8	880 234	28 627	7 416
Rio Grande do Sul.....	11 111	90 201	8,1	3 477 887	38 557	8 615
Mato Grosso.....	406	2 688	6,6	92 835	34 814	5 560
Goiás.....	607	2 092	4,4	145 153	53 920	6 215
<b>BRASIL.....</b>	<b>78 367</b>	<b>1 119 465</b>	<b>14,3</b>	<b>46 312 253</b>	<b>41 370</b>	<b>9 451</b>

Fonte — Serviço Nacional de Recenseamento.

Verifica-se facilmente por essa tabela estatística a diversidade de desenvolvimento das diferentes regiões do País. É assim que a média de operários por estabelecimento varia de um mínimo de 3,6 no Espírito Santo ao máximo de 27,2 no Distrito Federal. O valor da transformação industrial por operário caracteriza igualmente, por outro lado, a diferença de produtividade e, conseqüentemente, de padrão de vida das populações.

Via de regra, as famílias operárias do sul do País apresentam melhor padrão de vida do que as do Norte e Nordeste. Por exemplo, o analfabetismo se exhibe com alta incidência entre os componentes de 7 anos e mais das famílias operárias pesquisadas em Municípios daquelas regiões. Os mais baixos percentuais das pessoas que sabem ler e escrever sobre o total de pessoas de 7 anos e mais foram de 25% a 40% e correspondem a Municípios nordestinos. Percentuais desta ordem não foram registrados nos Estados meridionais. Ao contrário, entre estes se verificaram os mais altos índices de alfabetização, expressos em percentuais da ordem de 80 % a 90 %.

No que diz respeito à moradia, o pauperismo das famílias operárias dos Estados setentrionais e nordestinos se reflete na larga utilização da palha e da taipa como material de construção. Nos Estados das Regiões Leste e Sul, melhoram os materiais de construção das casas, preponderando a alvenaria e a madeira.

Estas mesmas diferenças entre os consumos das famílias pesquisadas, nas diversas regiões do País, se fazem sentir com respeito à utilização de rádio, filtro e máquina de costura e dos serviços de água encanada, luz elétrica e esgoto.

No estudo das condições de vida dos pequenos agricultores, a investigação enfrentou não só as naturais dificuldades encontradas nos meios urbanos, mas, ainda, a ausência generalizada de qualquer contabilidade organizada, relativa aos estabelecimentos rurais, sendo que, na melhor das hipóteses, o pesquisado se contenta com a diferença meramente aritmética — e ilusória, muita vez — entre ganhos e gastos. Mais ainda, se a pesquisa, no âmbito citadino, tinha, em alguns levantamentos anteriores, certos pontos de aferição, podendo ser aproveitados ensinamentos então colhidos, a zona rural constituía sociologicamente, sob esse aspecto, terra virgem. Destarte, aí a investigação fez uma obra de verdadeiro devassamento, conquanto em pequena escala, em face da imensidade do território nacional, com tôdas as suas diferenças regionais, técnicas, econômicas e sociais.

*Condições de  
Vida de Pe-  
quenos Agri-  
cultores*

Adotando, para esta parte da pesquisa, o método monográfico, vários técnicos, entre sociólogos, economistas e estatísticos, dedicaram-se ao estudo, aliás *in loco*, da vida do lavrador brasileiro, orientados por um roteiro que lhes foi entregue, a fim de garantir certa uniformidade dos aspectos para examinar. Um empreendimento desses, absolutamente original, pelo menos entre nós, realizado, forçosamente, por pesquisadores de formação diversa, não pode proporcionar de imediato resultados completos e perfeitamente uniformes, já pela circunstância acima apontada, já pela extensão e variedade imensas das situações concretas estudadas. Mesmo assim, porém, as monografias elaboradas oferecem um manancial valioso de observações, cujo alcance nem se limita à esfera doméstica do agricultor. Fornece ainda, por exemplo, uma contribuição apreciável para o magno problema do cálculo da renda nacional, auspiciosamente iniciado pela Fundação Getúlio Vargas.

*Auto-abastecimento rural*

Bem a par dessa problemática, estipulou-se que os autores das monografias indagassem e focalizassem o auto-abastecimento das famílias rurais, o qual constitui uma das grandes incógnitas com que se defronta a avaliação da renda nacional. Esse auto-abastecimento, que, sob um prisma geral, no caso das áreas monocultoras, pode ser desprezível ou mesmo inexistente, já é de significação para a pequena lavoura e para a grande massa da população que nela moureja, como bem mostra, por exemplo, o seguinte confronto:

Localização do estabelecimento (Município)	Produção do estabelecimento no ano agrícola 1951-1952 (Cr\$)		
	Total	Destinada ao mercado	Destinada ao consumo próprio
Bezerras (Pernambuco) .....	5.355	3.275	2.080
Juazeiro (Bahia) .....	37.922	31.385	6.537
São Mateus (Espírito Santo) .....	42.857	22.672	20.185
Guaratinguetá (São Paulo).....	53.476	27.780	25.696
Itapetininga (São Paulo) .....	29.140	12.260	16.880
Registro (São Paulo).....	93.240	80.570	12.670
Tubarão (Santa Catarina) .....	25.890	19.740	6.150

O material que se contém nessas monografias deverá ter grande aproveitamento. A pesquisa é um passo inicial no sentido da elaboração de um retrato fiel do Brasil rural. Também, neste terreno, é necessário que se assegure a continuidade de tal esforço,

tendo em vista o aprimoramento dos métodos e das técnicas de investigação, e, em consequência, o progresso, em objetividade, do conhecimento dos problemas do homem do campo.

É necessário que, à semelhança do que aconteceu, neste campo de estudos, na Alemanha, na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos da América, venham a ser encontrados meios para que o patrimônio de experiência que representa a Pesquisa de Padrão de Vida seja preservado e desenvolvido, com o objetivo precípua de configurar uma verdadeira metodologia nacional, no terreno da investigação dos orçamentos familiares.

Para tanto, a Pesquisa de Padrão de Vida deve ser considerada como um empreendimento experimental, de natureza técnico-científica, e tomar essencialmente como propósito a investigação mesma dos métodos e processos de estudos demo-econômicos mais adequados às peculiaridades do Brasil.

Nenhuma ocasião mais propícia do que esta em que se criaram, em todo o País, pequenas equipes familiarizadas com os processos de coleta de informes sobre os gastos familiares, para se proceder aos primeiros estudos tendentes à elaboração de escalas brasileiras de consumo. A urgência desta tarefa é justificada quando se sabe que, até a presente data, são literalmente empregadas pelos nossos técnicos — inclusive nutrólogos — escalas organizadas tendo em vista condições de outros países, sobretudo europeus.

Além disto, com base nos resultados da pesquisa, deverá a C.N.B.S. contribuir decisivamente para o aperfeiçoamento dos processos e técnicas de elaboração dos índices do custo da vida e de outros índices de interesse da Administração e do público em geral.

A fim de acompanhar as variações que naturalmente vão ocorrendo no consumo da população nacional, é necessário que a C.N.B.S. se aparelhe para a realização periódica de investigações dessa natureza, tornando-se assim uma agência central de estudos sobre padrão de vida e assuntos com o mesmo relacionados.

*Rio de Janeiro, D. F., em 15 de março de 1954*

GETULIO VARGAS

## INDICE

### PANORAMA INTERNACIONAL E POSIÇÃO DO BRASIL

	<i>Pág.</i>
PANORAMA INTERNACIONAL E POSIÇÃO DO BRASIL .....	21
VII ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS .....	23
VIII ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS .....	24
RECONHECIMENTO DE GOVERNO .....	25
QUESTÃO DE LIMITES PERU-EQUADOR .....	25
ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS .....	26
C.E.P.A.L. ....	27
O.I.T. ....	27
O.E.A. ....	27
G.A.T.T. ....	28
F.A.O. ....	28
COMISSÃO DE EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS ESTRATÉGICOS .....	30
ACÓRDOS COMERCIAIS .....	30
O.A.C.I. ....	31
CONSELHO INTERNACIONAL DO TRIGO .....	31
COMISSÃO CONSULTIVA DO TRIGO .....	31
PRIMEIRO CONGRESSO MUNDIAL DE CAFÉ .....	31
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO AÇÚCAR .....	32
COMITÊ CONSULTIVO INTERNACIONAL DO ALGODÃO .....	32
COMISSÃO MISTA BRASIL-EQUADOR .....	32
MISSÕES ECONÓMICAS ESTRANGEIRAS .....	33
FEIRAS E EXPOSIÇÕES .....	33
ASSISTÊNCIA TÉCNICA .....	33
DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS .....	34
ESTRADA DE FERRO BRASIL-BOLÍVIA .....	34
PETRÓLEO BOLIVIANO .....	35
AÇÃO CULTURAL .....	35
VISITANTES ILUSTRES .....	36
CORTESIA INTERNACIONAL .....	36
ELEVAÇÃO DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS A CATEGORIA DE EMBAIXADA .....	37
REDE CONSULAR .....	37
REFORMA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES .....	37
PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS .....	38

## SITUAÇÃO POLITICA E ADMINISTRATIVA

	<i>Pág.</i>
<i>POLITICA INTERNA</i> .....	41
CLIMA POLITICO-SOCIAL .....	41
SITUAÇÃO ECONÔMICA .....	42
UNIÃO DOS BRASILEIROS .....	43
<i>Cooperação com os Estados</i> .....	43
<i>Cooperação com os Municípios</i> .....	43
<i>SEGURANÇA NACIONAL</i> .....	45
ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS .....	46
EXERCITO .....	46
MARINHA .....	50
AERONÁUTICA .....	54
<i>ADMINISTRAÇÃO FEDERAL</i> .....	59
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	59
ELABORAÇÃO ORÇAMENTARIA .....	60
PLANO SALTE .....	61
PESSOAL .....	61
<i>Seleção e aperfeiçoamento</i> .....	62
CIDADE UNIVERSITARIA .....	64
I.B.G.E. ....	64
<i>Conselho Nacional de Geografia</i> .....	64
<i>Conselho Nacional de Estatística</i> .....	65
<i>Censo de 1950</i> .....	66
ADMINISTRAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS .....	67
<i>Território do Guaporé</i> .....	67
<i>Território do Acre</i> .....	68
<i>Território do Rio Branco</i> .....	69
<i>Território do Amapá</i> .....	70

## SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

<i>POLITICA ECONOMICO-FINANCEIRA</i> .....	75
NOVO REGIME CAMBIAL .....	79
<i>PAGAMENTOS INTERNACIONAIS</i> .....	83
SITUAÇÃO CAMBIAL .....	83
SUBSIDIOS AS EXPORTAÇÕES .....	84
CONTROLE DAS IMPORTAÇÕES .....	85
REGIME DE PRONTO PAGAMENTO .....	86
<i>FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL</i> .....	86
MERCADO LIVRE DE CAMBIO .....	87
COMERCIO EXTERIOR .....	88
ACORDOS COMERCIAIS E DE PAGAMENTOS .....	89
<i>Ajustes de pagamentos</i> .....	90
<i>Alemanha</i> .....	90
<i>Argentina</i> .....	90
<i>Finlândia</i> .....	91

	<i>Pág.</i>
<i>Itália</i> .....	91
<i>Portugal</i> .....	91
CAPITAIS ESTRANGEIROS E SUAS RENDAS .....	91
FINANCIAMENTOS EXTERNOS .....	93
«LEND-LEASE» .....	94
PERSPECTIVAS DO BALANÇO DE PAGAMENTOS .....	94
FINANÇAS PÚBLICAS .....	97
EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA .....	98
PERSPECTIVAS PARA 1954 .....	100
POLITICA TRIBUTARIA .....	100
DIVIDA PÚBLICA .....	101
<i>Divida Interna</i> .....	101
<i>Divida Pública Externa</i> .....	102
MOEDA E CRÉDITO .....	105
BANCO CENTRAL .....	105
MEIOS DE PAGAMENTO .....	106
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS BANCOS .....	107
ASSISTENCIA FINANCEIRA A ENTIDADES PÚBLICAS ..	108
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AO COMÉRCIO E A PRODU- ÇÃO .....	108
CRÉDITO RURAL .....	109
BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO .....	110
INVESTIMENTOS .....	111
BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECO- NÓMICO .....	112
BANCO DO BRASIL S.A. ....	115
COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTDOS UNIDOS .....	115
PRODUÇÃO .....	117
FOMENTO AGROPASTORIL .....	118
<i>Mecanização</i> .....	119
<i>Fertilizantes</i> .....	122
<i>Sementes e mudas</i> .....	122
<i>Defesa sanitária</i> .....	123
<i>Revenda de reprodutores</i> .....	125
<i>Inseminação artificial</i> .....	125
<i>Matadouros industriais</i> .....	125
<i>Silos, armazéns e frigoríficos</i> .....	126
<i>Associações rurais e cooperativas</i> .....	127
<i>Preços mínimos</i> .....	128
<i>Política agrária</i> .....	128
PRODUÇÃO AGRÍCOLA .....	129
<i>Trigo</i> .....	131
<i>Arroz</i> .....	132
<i>Milho e outros cereais</i> .....	132
<i>Legumes, tubérculos e raízes</i> .....	133
<i>Frutas e hortaliças</i> .....	133
<i>Café</i> .....	134

	<i>Pág.</i>
<i>Cacau</i> .....	135
<i>Cana de açúcar</i> .....	136
<i>Algodão</i> .....	137
<i>Outros produtos</i> .....	137
PRODUÇÃO ANIMAL .....	138
<i>Pecuária</i> .....	138
<i>Pesca</i> .....	139
PRODUÇÃO FLORESTAL .....	139
<i>Madeiras</i> .....	140
<i>Borracha</i> .....	140
<i>Babaçu</i> .....	141
<i>Mate</i> .....	141
<i>Outros produtos</i> .....	141
PRODUÇÃO MINERAL .....	141
<i>Pesquisas minerais</i> .....	142
<i>Exportação de minérios</i> .....	144
<i>Companhia Vale do Rio Doce, S. A.</i> .....	144
<i>Produção de sal</i> .....	145
INDÚSTRIAS DE BASE .....	145
<i>Siderurgia</i> .....	146
<i>Companhia Siderúrgica Nacional, S. A.</i> .....	147
<i>1ª expansão da usina</i> .....	148
<i>2ª expansão da usina</i> .....	148
<i>Programa para 1954</i> .....	149
<i>Fábrica Nacional de Motores, S. A.</i> .....	149
<i>Companhia Nacional de Alcalis, S. A.</i> .....	150
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	
<i>PESQUISA</i> .....	155
CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS .....	155
<i>Instituto de Pesquisas da Amazônia</i> .....	157
<i>Energia atômica</i> .....	157
<i>TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</i> .....	159
TRANSPORTE FERROVIÁRIO .....	161
<i>Situação financeira</i> .....	163
<i>Reajustamento de tarifas</i> .....	163
<i>Rêde Ferroviária Nacional, S.A.</i> .....	164
<i>Reequipamento da rêde ferroviária</i> .....	165
<i>Obras realizadas e em curso</i> .....	171
TRANSPORTE RODOVIÁRIO .....	175
<i>Departamento Nacional de Estradas de Rodagem</i> .....	175
<i>Obras realizadas e em curso</i> .....	177
<i>Recursos financeiros</i> .....	178
PORTOS .....	179
TRANSPORTE MARÍTIMO .....	182
<i>Reaparelhamento da marinha mercante</i> .....	184

	<i>Pág.</i>
<i>Lóide Brasileiro, P.N.</i> .....	186
<i>Companhia Nacional de Navegação Costeira</i> .....	187
TRANSPORTE FLUVIAL .....	188
<i>S.N.A.P.P.</i> .....	188
<i>Bacia do Prata</i> .....	190
<i>São Francisco</i> .....	191
TRANSPORTE AEREO .....	191
COMUNICAÇÕES .....	194
<i>Correios e Telégrafos</i> .....	194
<i>Radiocomunicações e televisão</i> .....	196
<i>Telefones</i> .....	197
ENERGIA .....	199
ELETRICIDADE .....	200
<i>Imposto único sobre energia elétrica</i> .....	202
<i>Fundo Federal de Eletrificação</i> .....	203
<i>Plano Nacional de Eletrificação</i> .....	204
<i>Eletrobrás</i> .....	205
<i>Financiamentos</i> .....	206
<i>Paulo Afonso</i> .....	207
<i>Companhia de Eletricidade de Manaus</i> .....	210
<i>Outros empreendimentos</i> .....	211
<i>Potencial hidráulico</i> .....	211
PETRÓLEO .....	212
<i>Conselho Nacional do Petróleo</i> .....	213
<i>Pesquisas e perfurações</i> .....	214
<i>Produção de petróleo</i> .....	215
<i>Gás de Aratu</i> .....	216
<i>Xisto betuminoso</i> .....	216
<i>Formação de técnicos</i> .....	217
<i>Refinação</i> .....	217
<i>Indústrias petroquímicas</i> .....	218
<i>Frota Nacional de Petroleiros</i> .....	218
<i>Petrobrás</i> .....	219
CARVÃO MINERAL .....	220
<i>Plano do Carvão Nacional</i> .....	220
CARVÃO VEGETAL E LENHA .....	223
PROGRAMAS REGIONAIS .....	225
AMAZÔNIA .....	226
<i>Plano de Valorização</i> .....	226
<i>Programa de Emergência</i> .....	228
<i>Banco de Crédito da Amazônia, S. A.</i> .....	232
REGIÃO DOS COCAIS .....	233
POLIGONO DAS SECAS .....	234
<i>Atividades em 1953</i> .....	235
<i>Açudagem e irrigação</i> .....	236
<i>Rodovias e campos de pouso</i> .....	239
<i>Banco do Nordeste do Brasil</i> .....	241

	<i>Pág.</i>
VALE DO SÃO FRANCISCO .....	243
<i>Estudos</i> .....	243
<i>Regime fluvial</i> .....	244
<i>Navegação</i> .....	245
<i>Sistemas elétricos</i> .....	246
<i>Irrigação e colonização</i> .....	247
<i>Rodovias e aeroportos</i> .....	247
<i>Saneamento urbano e rural</i> .....	247
<i>Saúde e assistência</i> .....	248
<i>Fomento da produção</i> .....	248
SANEAMENTO .....	251

### PROGRESSO SOCIAL

POPULAÇÃO .....	257
SOBREVIVÊNCIA .....	257
NATALIDADE .....	258
COMPOSIÇÃO .....	258
INSTRUÇÃO .....	259
MIGRAÇÕES .....	259
URBANIZAÇÃO .....	260
PREVIAO DEMOGRÁFICA .....	261
MIGRAÇÕES INTERNAS .....	263
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO .....	267
PLANO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO .....	267
OUTROS PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO .....	269
DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO .....	270
IMIGRAÇÃO DE TÉCNICOS .....	270
ALIMENTAÇÃO .....	273
S.A.P.S. ....	274
COFAP .....	275
HABITAÇÃO .....	277
FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR .....	277
I.A.P.C. ....	279
I.A.P.B. ....	279
I.P.A.S.E. ....	279
I.A.P.M. ....	280
I.A.P.E.T.C. ....	280
I.A.P.I. ....	281
PREVIDENCIA SOCIAL .....	283
ANALISE DAS TENDÊNCIAS .....	283
A NOVA CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE SEGURIDADE SOCIAL .....	284
DEFICIÊNCIAS GERAIS DO ATUAL SISTEMA BRASIELRO .....	286
PROVIDÊNCIAS EM ANDAMENTO .....	287
<i>Fusão das Caixas</i> .....	287
<i>Comunidade dos serviços médicos</i> .....	287

	<i>Pág.</i>
<i>Uniformização e ampliação dos benefícios</i> .....	287
<i>Reforma no regime de contribuições</i> .....	288
<i>Débito da União</i> .....	288
RETROSPECTO DO EXERCÍCIO DE 1953 .....	289
<i>Caixas de Aposentadoria e Pensões</i> .....	289
<i>I.A.P.C.</i> .....	290
<i>I.A.P.B.</i> .....	291
<i>I.A.P.E.T.C.</i> .....	291
<i>I.A.P.M.</i> .....	292
<i>I.A.P.I.</i> .....	292
SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO .....	294
<i>Operações com o exterior</i> .....	295
<i>Seguro agrícola</i> .....	296
TRABALHO .....	297
SALÁRIO-MÍNIMO .....	297
FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS DE CLASSE .....	298
CONGRESSO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL .....	298
REORGANIZAÇÃO DAS DELEGACIAS REGIONAIS DO TRABALHO .....	299
<i>S.A.M.D.U.</i> .....	299
<i>C.I.S. e C.T.O.S.</i> .....	299
SAGDE .....	301
EDUCAÇÃO E CULTURA .....	303
ENSINO SUPERIOR .....	303
<i>Escola Brasileira de Administração Pública</i> .....	303
ENSINO SECUNDÁRIO .....	303
<i>Lei Orgânica</i> .....	304
<i>Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário</i> .....	304
<i>Fundo Nacional de Ensino de Grau Médio</i> .....	304
<i>Fundação para o Ensino Secundário</i> .....	304
<i>Bolsas de estudo</i> .....	304
<i>Inspeção do Ensino Secundário</i> .....	305
<i>Experiência no Município de Leme, SP</i> .....	305
<i>Colégio Pedro II</i> .....	305
<i>Equivalência entre os cursos de grau médio</i> .....	305
<i>Campanha de Levantamento do Ensino Médio e Elementar</i> ..	306
ENSINO COMERCIAL .....	306
CAMPANHA DE EDUCAÇÃO RURAL .....	306
<i>Aperfeiçoamento de professores</i> .....	307
<i>Acôrdio Interamericano para Educação Rural</i> .....	307
EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS ANALFA- BETOS .....	307
ENSINO INDUSTRIAL .....	308
ENSINO EMENDATIVO .....	308
EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR .....	309

	<i>Pág.</i>
OUTRAS PROVIDÊNCIAS .....	310
<i>Simplificação do registro de diplomas</i> .....	310
<i>Construções escolares</i> .....	310
<i>Casa do Brasil em Paris</i> .....	310
LIVRO DIDÁTICO .....	310
CULTURA .....	311
<i>Regime de funcionamento de museus</i> .....	312
<i>Incentivo e assistência às bibliotecas</i> .....	312
<i>Prêmios nacionais de literatura, ciências e arte</i> .....	312
<i>Acôrdo de Cooperação Intelectual Brasileiro-Português</i> .....	313
<i>Representação cultural</i> .....	313
<i>Cinema educativo</i> .....	313
COMEMORAÇÕES .....	313
ATIVIDADES ESTUDANTIS .....	314
ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	317
ABONO FAMILIAR .....	317
SALARIO-FAMÍLIA .....	318
PADRÃO DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL .....	319
PESQUISA SOBRE O PADRÃO DE VIDA .....	319
<i>Padrão de vida rural</i> .....	321
<i>Resultados da pesquisa</i> .....	322
<i>Despesas com alimentação</i> .....	324
<i>Desníveis regionais</i> .....	326
<i>Condições de vida de pequenos agricultores</i> .....	327
<i>Auto-abastecimento rural</i> .....	328